



Elsa Maria Mendes Delgado Canelo

# **A Conservação da Biodiversidade**

## **- O caso do Lince-Ibérico nas serras da Malcata e Gata**

**Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas  
Sociais Contemporâneos apresentada à  
Universidade Nova de Lisboa**

**Orientadora: Professora Doutora Iva Miranda Pires**



**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa  
2004**

502.7 (469+460) (043.2)

T 1360

A Conservação da biodiversidade - O caso do lince-ibérico na Serra da Malcata e na Serra da Gata

58230



## Índice

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>6</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo I : A importância da Biodiversidade .....</b>	<b>13</b>
1. O que é a Biodiversidade .....	13
2. Porque tem diminuído a Biodiversidade .....	18
2.1 O impacto das actividades do Homem .....	18
2.2 Introdução de espécies exóticas .....	20
2.3 Agricultura .....	21
2.4 A fragmentação dos habitats .....	23
2.5 A caça .....	25
2.6 A Poluição .....	27
2.7 A manipulação genética .....	30
3. Porque é importante preservar a Biodiversidade .....	32
4. Como preservar a Biodiversidade .....	39
<b>Capítulo II : As pressões exercidas sobre o Lince-Ibérico na Serra da Malcata e na Serra da Gata .....</b>	<b>48</b>
1. Introdução- O Lince-Ibérico: espécie em perigo de extinção .....	48
2. Factores de extinção .....	53
2.1 A destruição do habitat .....	53
2.2 As pressões exercidas sobre o coelho-bravo, a presa base do Lince-Ibérico, indispensável à sua sobrevivência .....	80
2.2.1 As doenças .....	80
2.2.2 A caça .....	83
2.3 A pressão exercida sobre o Lince-Ibérico através da sua perseguição directa .....	94
<b>Capítulo III : O Caso de Estudo .....</b>	<b>105</b>
1. Metodologia aplicada .....	105
1.2 Contexto do Estudo .....	106
2. Como viram ontem e como vêem hoje o Lince-Ibérico, a Serra e a Reserva Natural da Serra da Malcata .....	109
2.1 As populações locais da Serra da Malcata e da Serra da Gata .....	109
2.1.1 As crenças populares em relação a algumas espécies da fauna .....	127
2.2 O poder político local .....	138
2.3 A imprensa local .....	149
<b>Capítulo IV : O que se faz para salvar o Lince-Ibérico e outras Sugestões .....</b>	<b>162</b>
1. O que se tenta fazer na Península Ibérica para salvar o lince .....	162
2. Outras Áreas Protegidas, outras ideias para o lince e para a RNSM .....	169
3. Como se pode sensibilizar a população portuguesa para a preservação do Lince-Ibérico e da Natureza? .....	176
<b>Conclusão .....</b>	<b>182</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>187</b>



*Dai à protecção da natureza (...) uma nova e maior dimensão, que corresponda às necessidades actuais e futuras. Não digais que é caro e que não se dispõe de muito dinheiro. Seja para onde for que eu dirija o olhar, as medidas tomadas para salvaguardar a natureza encontram-se entre os investimentos mais rendáveis. Aquilo que pareceu demasiado caro e que, portanto, se perdeu está hoje a procurar restaurar-se à custa de despesas incomparavelmente maiores.*

Príncipe da Holanda, 1 de Junho de 1970

## Agradecimentos

Para que este trabalho chegasse a “bom porto” foi necessário mais do que o meu empenho pessoal; foi necessária a colaboração e acima de tudo a boa vontade de muita gente, que de várias formas contribuíram para que o resultado final fosse o que aqui se apresenta.

Em primeiro lugar o meu agradecimento muito especial ao meu irmão que me guiou durante vários dias por vários quilómetros; sem ele a realização das entrevistas em Portugal e Espanha não teria sido possível.

Para a minha sempre disponível orientadora, a professora Iva Pires, uma palavra de apreço também, pois sempre orientou este trabalho de forma exemplar.

Porque as instituições têm o rosto de quem nelas trabalha, tenho de agradecer aos técnicos do Instituto de Conservação da Natureza que contactei e que sempre se mostraram disponíveis e prontos a colaborar naquilo que necessitasse, muito especialmente a Dra. Paula Abreu que me deu uma ajuda preciosa na elaboração das entrevistas que vieram a ser aplicadas às populações, ao Dr. Luís Roma, sempre pronto a disponibilizar os seus materiais e o seu tempo e ao engenheiro Paulo Carmo.

No local de estudo foi também importante a ajuda prestada pela Dra. Manuela Leal, que ao serviço da Reserva Natural da Serra da Malcata me guiou numa viagem de jipe ao coração da serra, pelo meio do nevoeiro e da chuva onde me deu a conhecer uma beleza inimaginável e rara do nosso país, dando sempre explicações oportunas; facultou-me ainda toda a informação que lhe solicitei via Internet. Agradeço também à Dra. Célia Teixeira, responsável pela Educação Ambiental da Reserva, e à Dra. Joana Cruz que substituíram em entrevistas o Dr. Pedro Sarmento (director da Reserva), o tempo disponibilizado e as informações prestadas.

Uma palavra de agradecimento à Professora Margarida Reis do Centro de Biologia Ambiental da Faculdade de Ciências de Lisboa pelas informações dadas e pelo material disponibilizado.

Não poderia deixar de mencionar a Dra. Stela Tavares e a engenheira Natália Cordeiro do IFADAP/INGA, com quem reuni para explicar a finalidade deste trabalho e que me cederam os dados solicitados respeitantes aos fundos comunitários



atribuídos para a plantação de determinadas espécies florestais nas freguesias que fizeram parte do estudo de campo.

Não poderia esquecer a preciosa colaboração do Dr. António Cabanas, vice-presidente da Câmara Municipal de Penamacor, que tão gentilmente disponibilizou o seu tempo e os seus conhecimentos.

Devo ao talento da D. Sandra Pinto a beleza do lince-ibérico retratado na capa deste trabalho.

Correndo o risco de me esquecer de alguém, pois a lista é extensa, aqui deixo também uma menção a todos quantos nas bibliotecas por onde passei e nas instituições que contactei sempre me receberam tão bem e foram tão prestáveis: a todos o meu bem haja.

## Introdução

Inicialmente a escolha do tema para este trabalho esteve envolta em grande confusão, pois as únicas certezas que tinha eram que gostaria de trabalhar sobre a biodiversidade, e aplicar o estudo de caso a uma região bem delimitada e pela qual sinto um grande amor: a Beira Interior. Sendo originária desta região, e sabendo do abandono ao qual ela está votada pela macrocefalia lisboeta, decidi que era altura de lhe dedicar algum tempo e estudo, uma vez que este é talvez um dos locais do país onde se concentra uma maior fatia da diversidade biológica nacional.

O passo seguinte consistia em decidir a que caso deveria aplicar o meu estudo sobre biodiversidade; aconselhada pela minha orientadora, li vários textos sobre o tema e depois de todas essas leituras tive a certeza de que gostaria de trabalhar sobre animais. Desde criança que ouvia falar na Serra da Malcata e que olhava para ela da janela da minha casa, contemplando-a: uns montes verdes e arredondados lá tão longe que parecia que até desapareciam quando havia nevoeiro... Do gosto de trabalhar sobre animais e da beleza desta serra surgiu na minha mente o “lince da Malcata”, habitante daquelas paragens de quem eu me habituara a ouvir falar, sem no entanto dar grande importância.

Por coincidência, na altura em que a ideia era vaga, mas se começava a desenhar, a RTP cumpriu a sua obrigação de serviço público e passou em horário nobre um programa sobre o lince-ibérico, focando os problemas sobre os quais a espécie havia passado e continuava a passar, quer em Portugal, quer em Espanha, locais de onde aliás a espécie é endémica. A decisão ficou então tomada; faltava apenas iniciar alguns contactos, para explorar se o tema havia sido tratado ou não.

Pretendi dirigir-me ao Centro de Biologia Ambiental, mas alguém me informou mal da localização e fui parar ao Jardim Botânico de Lisboa que tal como o Centro de Biologia, também pertence à Faculdade de Ciências. Aí conversei com o professor Fernando Catarino que me indicou os nomes e contactos de algumas pessoas que já tinham trabalhado sobre o lince, nomeadamente na Serra da Malcata. Logo ali conversei com dois investigadores que já haviam trabalhado na Serra e a quem expus o trabalho que gostaria de fazer: uma investigação sobre as pressões que levaram ao



desaparecimento do lince da serra e um estudo sobre a forma como a população das aldeias limítrofes “via” o lince e a serra e de como os “vêm” agora. A ideia foi bem recebida, disseram-me que não tinham conhecimento de nenhum trabalho do género feito para aquela zona até ao momento e recomendaram-me que falasse com a Dra. Paula Gonçalves, uma vez que ela já havia sido uma das técnicas da Reserva Natural da Serra da Malcata. Contactada a Dra. Paula, a ideia continuou a ser bem recebida e continuava a não haver conhecimento de trabalhos do género realizados.

A partir daqui desenrolaram-se uma série de contactos com técnicos do Instituto de Conservação da Natureza (adiante designado ICN), uma vez que é desta instituição que dependem as áreas protegidas. Foram-me facultados materiais de leitura sobre a serra e sobre o lince e a partir do que fui lendo fui apontando dúvidas e procurando mais material.

A metodologia a seguir para efectuar o trabalho de campo teve de ser bastante bem pensada, uma vez que a população alvo vive em aldeias e a idade das pessoas que aí se encontra é bastante elevada. Teria de optar entre os inquéritos e as entrevistas; coloquei a questão à Dra. Iva e depois de uma conversa cheguei à conclusão de que preferia privilegiar a riqueza das entrevistas, em detrimento de uma amostra significativa da população. O facto de a população ser idosa e de muitos deles nem saberem ler faria com que se fossem aplicados inquéritos necessitasse de bastante mais tempo, uma vez que teria de ser eu a ler todas as questões. Através das entrevistas consegui recolher pontos de vista bastante diversificados e informações que fluíram naturalmente ao longo de uma conversa que as pessoas aceitaram com naturalidade e espírito cooperante, uma vez que não lhes era solicitado nenhum dado identificativo e não se tomava nota de nada em nenhum papel, pois todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados.

Da confusão inicial aos posteriores contactos nasceu este trabalho, com a colaboração indispensável de muita gente já anteriormente referida. Começou então a fase de redacção.

Encontrando-se o trabalho dividido em capítulos, tentei no primeiro mostrar a importância vital que a biodiversidade deveria representar para todos nós enquanto habitantes deste planeta; o capítulo encontra-se ainda subdividido nos itens principais

que fazem com que a biodiversidade esteja hoje no centro das preocupações de bastantes pessoas, principalmente dos investigadores.

No segundo capítulo e após uma introdução acerca da biologia, alimentação, habitat e história da distribuição do lince-ibérico no nosso país e na Europa, mostra-se o resultado da investigação acerca das pressões que os biólogos já haviam apontado como sendo as causadoras da regressão do lince, não só na Serra da Malcata, como no resto do país e mesmo em Espanha.

No terceiro capítulo surgem os resultados do estudo efectuado através de entrevista às populações residentes nas aldeias limítrofes da Serra da Malcata: Fóios, Vale de Espinho, Quadrazais, Malcata, Meimão e Meimoa, e às populações espanholas residentes em algumas localidades dos arredores da Serra da Gata: Valverde del Fresno, Eljas e Hoyos . As entrevistas foram de uma grande riqueza informativa e são mostrados diversos pontos de vista, quer sobre o lince, quer sobre as Serras; uma vez que se fez um grande apelo à memória dos entrevistados, são retiradas conclusões sobre a mentalidade que reinava há algumas dezenas de anos e a forma como hoje as pessoas percebem a problemática do lince dos dois lados da fronteira. Neste capítulo é feita também uma abordagem aos mitos e crenças que as populações têm em relação à fauna selvagem, uma vez que durante as entrevistas me foram dadas várias informações muito curiosas; através de leituras sobre esta matéria e com a ajuda de uma bióloga do Centro de Biologia Ambiental da Faculdade de Ciências de Lisboa tentei averiguar a base daquilo que me foi dito e fazer a desmistificação do mito.

No quarto capítulo é feita uma análise à imprensa local (Beira Interior), e à forma como esta pode ter influenciado o modo de pensar das populações em relação ao lince. A análise é feita tendo em conta quer notícias antigas (a mais antiga é de 1934), quer notícias mais recentes, fazendo-se desta forma uma autentica viagem no tempo e na mentalidade.

No último capítulo encontra-se a conclusão deste trabalho, onde também são feitas algumas recomendações quer acerca da conservação do lince, quer acerca da importância que assume para o mundo a conservação desta espécie. São também tecidas por mim algumas considerações acerca da forma como o interior do país



poderá vir a beneficiar com a reintrodução deste animal, assumindo assim a preservação um carácter mais rentável do que a destruição.

Será que na realidade tudo terá de apresentar alguma rentabilidade para que a espécie humana se sinta motivada para preservar?

*So long as we are under the illusion that we know best what is good for the earth and for ourselves, then we will continue our present course, with its devastating consequences on the entire earth community... We need not a human answer to an earth problem, but an earth answer to an earth problem... We need only listen to what the earth is telling us... The time has come when we will listen, or we will die.*

Thomas Berry

## Capítulo I

### A importância da biodiversidade

#### 1. O que é a biodiversidade

A palavra biodiversidade é relativamente recente: trata-se da contracção da palavra diversidade com a palavra biológica. Poderá ainda considerar-se que tem raízes na palavra grega *bios* que se refere ao que pertence à vida e que existe em variedade ou diversidade.

De acordo com o artigo número dois da *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, que foi aprovada no Rio de Janeiro aquando da Cimeira da Terra “A *Diversidade biológica* significa a variabilidade entre os seres vivos proveniente de todas as origens incluindo, entre outras, ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, e os complexos ecológicos de que fazem parte; isto inclui diversidade intra- específica, inter-específica e dos ecossistemas.”

Por outro lado, Hunter et al (1990) afirma que para a maioria das pessoas, as palavras diversidade biológica estão conotadas com imagens positivas, como variedade de flores, pássaros, etc. No entanto, o autor considera que a biodiversidade se refere à diversidade da vida em todas as suas formas e níveis de organização, não se restringindo apenas àquilo que os cidadãos comuns entendem. Já Shiva (2000), considera que a biodiversidade é o resultado de vários séculos de evolução cultural, uma vez que o Homem co-evoluiu com outras espécies em vários ecossistemas.

A diversidade das espécies que habita a Terra está ainda longe de estar totalmente contabilizada, não existindo consenso entre os vários autores, variando os números entre os 5 e os 10 milhões, de acordo com Paiva et al. (1990), entre os 5 e os 30 milhões de acordo com Almeida (2000), Ramalho (1993) e Hunter et al. (1990), os 2 e os 30 milhões referidos por Avelar (1997), e estimando Rosa (2002) que possam atingir os 14 milhões o número de espécies que se supõem que existam; são estes os valores mais aceites entre os biólogos, uma vez que nem todas as espécies foram ainda descobertas.

Desde que a vida começou a existir neste planeta que a diversidade tem sido uma constante, desde as formas mais simples, até às formas mais complexas, estando

englobados quer espécies animais, quer plantas. Para que exista toda esta riqueza, é necessário que haja variabilidade genética e ela sempre existiu, pois caso contrário não seria possível à natureza seleccionar os “melhores” genes através dos tempos para que determinada espécie se fosse adaptando às mudanças que se vão operando, quer do ponto de vista climático, quer do ponto de vista da competição entre espécies, etc. ; a isto dá-se o nome de selecção natural. É a este tipo de diversidade que se refere a definição dada no número dois da *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, quando refere a diversidade intra-específica.

Quando este tipo de diversidade baixa, algo de grave poderá acontecer, pois uma baixa variabilidade genética, poderá levar ao enfraquecimento da espécie, uma vez que se vai perdendo informação genética que poderá diminuir a capacidade de adaptação às mudanças. Um bom exemplo deste tipo de redução encontra-se no tipo de agricultura que se pratica hoje um pouco por todo o mundo, a agricultura comercial, em que foram seleccionadas sementes por serem consideradas mais resistentes a determinados tipos de doenças ou comercialmente mais rentáveis, como acontece com a batata, o arroz ou o milho. Quando a variabilidade genética baixa ao ponto de haver uma grande uniformidade, as espécies ficam mais susceptíveis a uma catástrofe.

Muitas espécies de plantas que actualmente consumimos passaram a ser cultivadas com persistência e em detrimento de outras aparentadas que existem na natureza e que se consideram selvagens. Por exemplo, a produção e o consumo mundial de arroz é baseado apenas em dez tipos de sementes, mas no estado “selvagem” existem milhares de tipos de sementes, que embora não sendo utilizados na agricultura intensiva importa preservar, uma vez que em caso de destruição das plantações mundiais devido a algum factor desconhecido ou pragas, poderá ser o “parente” selvagem que possui o gene certo para resistir aquele tipo de adversidade. (Southwick; 1996)

O problema que encaramos hoje, é que a redução de espécies selvagens devido a vários factores se está a tornar preocupante. Num relatório publicado nos Estados Unidos em 1897, da autoria do Departamento de Agricultura, eram indicados mais de 275 variedades diferentes de maçãs, enquanto que hoje as vendidas não ultrapassam as 12 e nos supermercados encontramos apenas 3 tipos de maçãs. Estima-se que cerca de



75% da diversidade de plantas cultivadas na agricultura desapareceram desde o início do século XX (Shiva; 2000).

Um outro nível de diversidade mencionado na definição citada é a diversidade inter-específica, que diz respeito sobretudo às diferenças entre espécies, ou seja à sua classificação taxonómica. Os cientistas ainda não chegaram a um consenso geral quanto à contagem do número de espécies a nível mundial, tal como já foi mencionado; embora se saiba que existirão muitas mais espécies do que aquelas actualmente descritas e estudadas, segundo Avelar (1997; 24) *Por exemplo, embora haja muito mais espécies de animais terrestres (principalmente insectos), há muito mais filos de animais marinhos (incluindo 13 exclusivamente marinhos)...*

O facto de não existir um consenso quanto à contagem das espécies e ao seu posicionamento taxonómico, acentua a dificuldade nos casos em que se terá de optar pela protecção de uma determinada espécie; por exemplo, e ainda de acordo com Avelar et al. (1999; 15) *se tivermos que escolher entre proteger uma espécie com várias outras espécies aparentadas e relativamente semelhantes (pertencendo ao mesmo género), e uma espécie que seja o único representante de um grupo supra-específico, como o gingko ou os tuataras, é plausível que a protecção desta última preserve mais biodiversidade.*

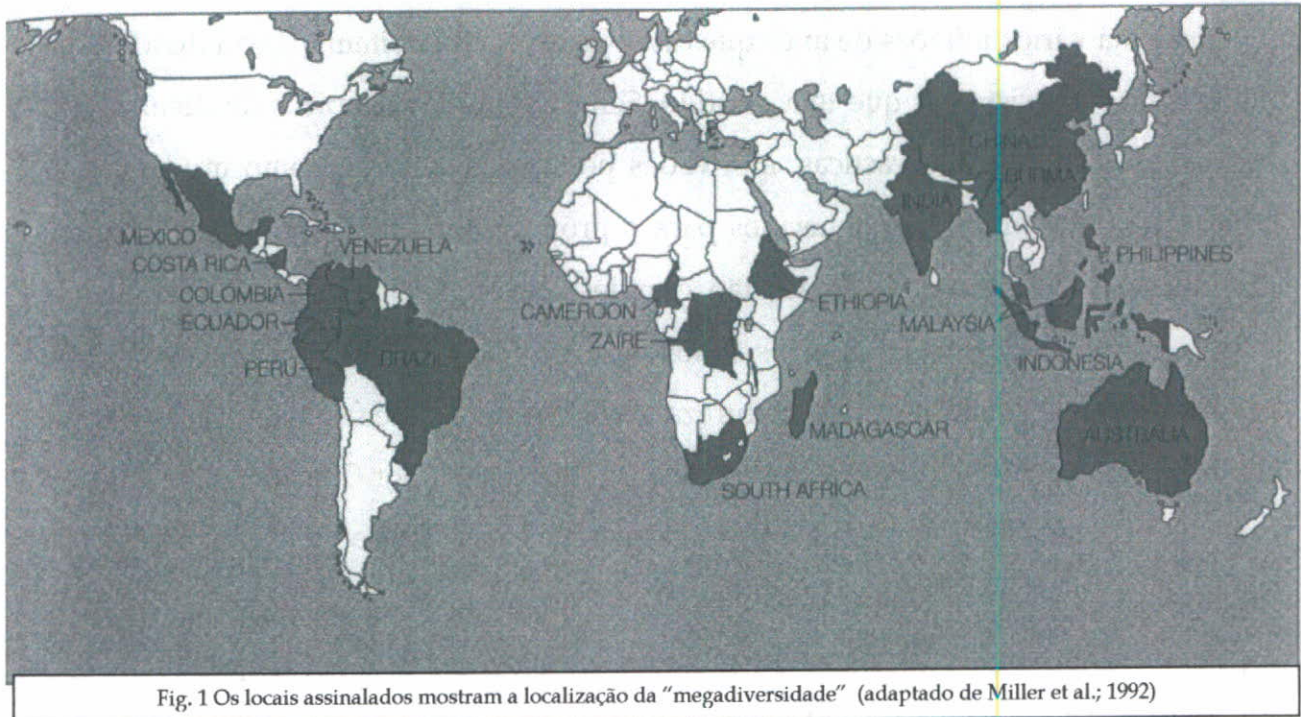
Por último, e para terminar as referências aos vários tipos de diversidade mencionados na definição resultante da Cimeira da Terra, existe a diversidade dos ecossistemas. Um ecossistema funciona como uma cadeia de relações entre várias espécies, onde cada uma depende ecologicamente de outra e onde a supressão de uma espécie pode ter consequências a curto prazo, dependendo do lugar que ocupe na referida cadeia. A este propósito, e a título de exemplo, Avelar et al. (1999) e Southwick (1996) citam uma teoria em que a importância de todas as espécies presentes num ecossistema é comparada às várias peças que compõem um avião: podemos retirar algumas peças que o avião continuará a voar, mas se continuarmos a retirar peças sem saber qual é a sua importância no conjunto ele vai despenhar-se. O mesmo acontece num ecossistema e como o valor e a importância de todos os seres vivos ainda não é conhecido, não sabemos quais são essenciais ao seu funcionamento, portanto, o melhor será mantê-los todos.

Dentro de cada ecossistema existem espécies, ou comunidades, que os biólogos costumam denominar de “espécies-chave”, ou espécies “pedra- angular”, precisamente pelo facto de serem extremamente importantes para a manutenção e desenvolvimento do ecossistema em que estão inseridas; por exemplo, os polinizadores são tão importantes dentro de um ecossistema que o seu desaparecimento poderá vir a dar origem ao desaparecimento da espécie vegetal que indirectamente ajudavam a reproduzir. Existem algumas aves que se alimentam de determinados frutos cujas sementes ingerem, mas como não conseguem digeri-las, estas são expulsas do seu organismo quando defecam, fazendo assim com que a árvore ou arbusto onde foram buscar o fruto se multiplique. A importância e o valor das “espécies-chave” nem sempre é proporcional ao seu tamanho, uma vez que muitos microorganismos que se encontram no solo de várias florestas ajudam a manter o equilíbrio necessário à vida e nem sequer são visíveis a olho nu. Uma vez que ainda não se sabe o real valor de todas as espécies que constituem um ecossistema será mais prudente aplicar uma espécie de “princípio da precaução” e tentar preservar o máximo de espécies, pois não se sabe até que ponto a diminuição da diversidade num determinado local poderá acarretar uma catástrofe no futuro, tal como aconteceu, por exemplo, com o desaparecimento total da lontra marinha do ecossistema em que vivia; uma vez eliminada a espécie que exercia controlo sobre os ouriços, o número destes disparou.

Existem vários tipos de ecossistemas, dependendo da parte do globo em que se situem, pois variam conforme o tipo de clima que influencia ( do ponto de vista da adaptação) as espécies que aí se podem encontrar: se o clima for mais favorável encontraremos ecossistemas mais complexos e consequentemente mais ricos em diversidade; por outro lado, se o clima for mais desfavorável, mais agreste, encontraremos ecossistemas menos complexos, ou seja menos ricos ao nível da diversidade das espécies que aí possam viver, uma vez que terão de possuir determinado tipo de requisitos adaptativos. A diversidade das espécies e o seu número é maior junto ao equador e diminui latitudinalmente à medida que nos aproximamos dos pólos, constatando Shiva (2000) a este propósito que o norte é pobre e o sul é rico. Segundo Southwick (1996; 249) *“Panama, Columbia, and Venezuela, near the equator, have more than 1,000 species of birds, whereas Greenland and Antarctica, near the poles, have fewer*



than 60". Indubitavelmente, as florestas tropicais são as zonas que albergam maior riqueza em termos de biodiversidade, apesar de só ocuparem aproximadamente 7% da totalidade do globo terrestre (Almeida; 2000).



Tal como se verifica que o número de espécies e a diversidade diminui à medida que nos aproximamos dos pólos, o mesmo fenómeno se verifica à medida que aumenta a altitude: ao nível do mar existem mais espécies do que no topo das montanhas. Este tipo de fenómeno também encontra o seu termo de comparação com o tamanho da área: quanto maior for uma área, maior diversidade alberga.

A diversidade das espécies também aumenta do ponto de vista temporal, ou seja, quando, por exemplo, uma determinada floresta apareceu à superfície da Terra, o seu nível de biodiversidade era mais baixo do que alguns milhares de anos mais tarde, uma vez que novas espécies vão surgindo e se vão adaptando àquele ecossistema.

## 2. Porque tem diminuído a biodiversidade

### 2.1 O impacto das actividades do Homem e outros factores

Desde há vários milhões de anos que diversas espécies habitam a Terra distribuídas pelos vários ecossistemas que têm existido. Sempre tem havido picos de diversidade, bem como diminuições drásticas, motivadas por vários factores, como mudanças de clima, ou outros ainda desconhecidos para o próprio Homem (Rosa; 2000); algumas diminuições de diversidade foram tão grandes que se deram mesmo extinções em massa, tal como aconteceu com os dinossáurios. Estas extinções são consideradas normais, uma vez que é a própria natureza que se encarrega de fazer a selecção natural das espécies, pois é sabido desde os estudos levados a cabo por Charles Darwin que as espécies evoluem por forma a adaptarem-se o melhor possível ao meio envolvente, e as que não se conseguem adaptar são naturalmente eliminadas (Campbell; 1983). As espécies enfrentam vários tipos de pressões às quais têm de se adaptar o melhor possível, como a competição entre indivíduos da mesma espécie, a competição com indivíduos de outras espécies, etc. Ao longo dos tempos a natureza encarrega-se de fazer a selecção dos melhores genes, pois só as espécies mais bem adaptadas conseguirão prolongar a sua existência à face da Terra. No entanto, desde há alguns milhares de anos que a selecção natural deixou de ser a única responsável pela diminuição das espécies e Southwick (1996) refere isso mesmo quando cita vários autores que utilizam diferentes expressões para referir a presente crise da biodiversidade.

Quando comparado com a existência da vida na Terra, o antepassado do Homem surgiu há relativamente pouco tempo, mas desde que começou a abandonar as árvores em que habitava e iniciou a alteração dos seus hábitos alimentares (deixando de comer apenas frutos e raízes), que se tornou um dos principais predadores. Ao tornar-se caçador, teve necessidade de se apetrechar com armas rudimentares, uma vez que a natureza não o havia dotado da mesma capacidade de caça que os seus competidores.

Há cerca de dez mil anos, a vida na Terra era muito rica e bastante mais variada que actualmente. Por exemplo, na América do Norte existiam animais que seria impensável



para muitas pessoas que alguma vez lá tivessem vivido, como camelos, mamutes (o antepassado do elefante), castores tão grandes como ursos e o tigre dentes de sabre. De acordo com Turk et al. (1976; 70) *“ todos estos animales se han extinguido, en su mayor parte sin reenplazo ecológico alguno. De hecho, los cálculos son en el sentido de que 95 por 100 de las espécies de animales grandes de Norteamérica se perdieron, y que se produjeron simultáneamente extinciones en massa en las que ahora son Sudamérica, Asia septentrional, Austria y Africa”*. Tal como Turk, Rosa (2000) sustenta esta opinião, referindo também que as espécies de maior porte foram as mais gravemente afectadas nesta grande extinção em massa, espécies essas que já haviam sobrevivido ao longo dos tempos às alterações climáticas que se haviam operado. Uma vez que o Homem se havia tornado caçador nesta altura, os estudiosos crêem que terão sido as suas actividades de caçador que em muito contribuíram para o que se veio a verificar. Os animais mais afectados inicialmente terão sido os herbívoros, e com o desaparecimento destes os carnívoros especializados que deles se alimentavam.

Lecoq (1984) afirma que depois da descoberta do fogo e de se ter tornado caçador, o Homem teve necessidade de domesticar outros animais, e de se dedicar à agricultura. A partir do momento em que se passou a dedicar à agricultura, o Homem obteve a capacidade de alterar paisagens através desse meio poderoso que tinha descoberto: o fogo. Foi criando novas pastagens através de queimadas, tornando-se uma espécie bem adaptada que dominava o meio envolvente, e uma espécie bem sucedida geneticamente, o que fez com que a sua taxa de reprodução aumentasse grandemente.

Ao contrário do Homem, o número dos carnívoros de grande porte especializados continuava a decair, por possuírem características físicas que não lhes permitia uma adaptação rápida a outro tipo de alimentação; não possuindo a rapidez de adaptação do Homem estas espécies acabaram por se extinguir, uma vez que a alteração produzida quer no seu habitat, quer na sua alimentação se processaram de forma que não puderam acompanhar (Turk et al. ;1976 e Miller et al.; 1992).

De acordo com vários autores, como por exemplo, Rosa (2000), Almeida (2000), Avelar et al. (1999), Ramalho (1993), Paiva (1990), Patton (1992), Lecoq (1984), Turk et al. (1976), Southwick (1996) e Miller et al. (1992), estão bem estudadas as causas que têm levado à redução da biodiversidade: destruição dos habitats devido à alteração do

uso do solo, a fragmentação e degradação do mesmo, a introdução de espécies exóticas, a perseguição e caça da fauna e as alterações climáticas induzidas pela industrialização, urbanização e uso abusivo de pesticidas; Shiva (2000) acrescenta ainda a globalização a esta lista de ameaças. Uma vez que são estas as causas mais apontadas, e visto que todas elas ocorrem por acção directa ou indirecta do Homem, é importante compreender a contribuição negativa de cada uma delas na redução que actualmente se verifica na biodiversidade mundial. Importa todavia referir que existe uma base comum na expansão de todas estas causas: o crescimento económico que o Homem insiste em conduzir como se não existissem limites.

## 2.2 Introdução de espécies exóticas

Durante um período de aproximadamente cinco a seis mil anos não houve extinções em massa, mas recentemente o quadro começou a inverter-se (Turk et al.,1976). Já Dansereau (1978) referia que o povo europeu modificou o aspecto mundial da vegetação com a introdução de plantas exóticas. Desde que o Homem começou a ter capacidade de se disseminar por todo o mundo, que deu início à maior e mais rápida modificação de habitats de que há memória na Terra.

Ao contrário de vários autores, que consideram que o número de pessoas é um dos factores responsáveis pela diminuição da biodiversidade, Paiva (1990) refere que a ignorância ambientalista foi desgraça e não culpa dos nossos antepassados. Com o início da época dos Descobrimentos, foram encontrados novos continentes que os europeus desconheciam por completo, quer ao nível da vegetação, quer ao nível da fauna e mesmo ao nível da diversidade humana, genética e cultural. Nos navios em que viajavam transportavam plantas e animais oriundos da Europa que propositadamente, e em alguns casos inadvertidamente os marinheiros introduziram em climas que não eram os seus, competindo ao lado de espécies que a eles não estavam adaptadas.

Algumas destas espécies introduzidas passaram a competir com as autóctones pelo alimento, e como não possuíam nesses novos meios predadores, em alguns casos foram tão bem sucedidas que se tornaram autênticas pragas, como aconteceu com a



introdução do coelho na Austrália (Southwick; 1996). Algumas espécies que se tornaram pragas contribuiriam directa e indirectamente para a extinção de espécies que provavelmente o Homem nem sequer chegou a conhecer. Apesar de concordar com esta ideia, Miller et al. (1992) considera também que a introdução de algumas espécies exóticas foi benéfica em alguns meios, uma vez que permitiram a obtenção de alimento, trouxeram beleza e ajudaram mesmo a controlar algumas pestes no seu novo ambiente.

Mas o contrário também aconteceu; os marinheiros também trouxeram novas espécies de outros continentes que introduziram na Europa com os mesmos resultados catastróficos. De acordo com Avelar et al. (1999; 22) *cerca de 30% das extinções com causas conhecidas desde 1600 foram devidas à introdução de espécies exóticas, isto é, não nativas da área onde foram introduzidas.* O primeiro sintoma de que algo está mal na natureza é quando várias espécies se começam a extinguir quase em simultâneo num ecossistema. Com a introdução de espécies exóticas um pouco por todo o mundo, e tendo em atenção que as mais difundidas deliberadamente, foram as de maior importância para o Homem, verifica-se que a diversidade mundial está cada vez mais parecida em todos os cantos do globo, o que constitui uma séria ameaça à biodiversidade, pois sendo as espécies exóticas preferidas pelo Homem pela utilidade que lhes dá, estas serão sempre defendidas e novamente reintroduzidas em detrimento das autóctones.

A par disto, o Homem começou a angariar conhecimentos a nível científico que lhe permitiu combater um elevado número de doenças que afectavam a espécie humana, e que de certa forma actuavam como controlo do seu crescimento. Anulados os mecanismos de controlo criados pela natureza, a espécie humana começou a aumentar a esperança média de vida e a par desta a sua capacidade reprodutiva.

### 2.3 A agricultura

Hoje o elevado número de pessoas que povoa o globo é apontado como um dos principais factores da redução da biodiversidade (Miller; 1992 e Patton; 1992). Uma vez que para alimentar uma população em crescimento é necessário aumentar a produção de alimentos, para que isso possa acontecer é necessária maior área disponível para a agricultura; em muitos pontos do planeta ela está a ser retirada às florestas,

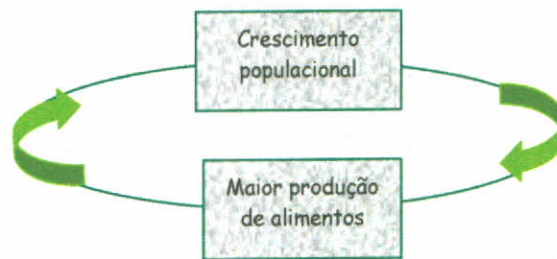
diminuindo assim as áreas dos habitats e empobrecendo os ecossistemas, que gradualmente vão perdendo riqueza vegetal e animal. Avelar et al. (1999) acrescenta que 40% da área do nosso planeta é usada na agricultura ou pastorícia e a WWF (1971) citando um relatório da FAO, refere que entre 5 e 10 milhões de hectares são cortados todos os anos para fins agrícolas. Nesse mesmo relatório, a área que se encontra sobre-explorada na agricultura é calculada em 103 milhões de hectares. Southwick (1996) e Shiva (2000) consideram que a agricultura actual avança na direcção contrária à biodiversidade, ou seja, a simplificação dos ecossistemas.

Algumas espécies animais vêm os seus habitats de tal forma depauperados de alimento e reduzidos que se encontram hoje no limiar da extinção, vivendo como que encurralados num espaço mínimo para sobreviver. É sabido que várias espécies de grande porte necessitam de áreas muito alargadas para viver; para além disso existem outras que necessitam de uma combinação de vários habitats próximos e que devido à fragmentação podem deixar de a eles ter acesso. Um bom exemplo disto, é o que se passa com o panda gigante, cujo habitat é de tal forma reduzido e a sua alimentação tão específica (este animal só se alimenta de folhas de bambu) que restam poucos exemplares em liberdade, estando a ser desenvolvido um esforço de conservação em cativeiro bastante caro e nem sempre bem sucedido. O panda será talvez o exemplo mais conhecido a nível mundial, mas bem perto de nós existe um exemplo semelhante e que infelizmente não é do conhecimento da maioria da população mundial, nem de muitos dos portugueses; esse animal é o lince-ibérico e constitui objecto de estudo deste trabalho que será desenvolvido nos capítulos seguintes.

A própria agricultura tem-se modificado com o passar dos séculos, pois os hábitos alimentares foram-se alterando em virtude da evolução económica, fazendo depender a dieta da grande maioria da população mundial de cerca de 20 espécies de plantas, quando no passado o Homem utilizou cerca de 7000 espécies (Almeida; 2000 e Shiva; 2000). Também Ramalho (1993) refere preocupantes artigos produzidos por revistas que são referencia a nível mundial, como por exemplo a Times, que noticiam o rápido desaparecimento de milhares de espécies de plantas. Paiva (1990) avança com o número de 60 000 plantas que podem desaparecer de um total de 330 000 existentes.



O prejuízo causado pela moderna agricultura à biodiversidade é visível também no uso de pesticidas e de outros venenos deste tipo, uma vez que destrói tanto espécies consideradas prejudiciais, como as que são úteis Southwick (1996); Campbell (1983) que partilha desta opinião, alerta para o facto de a agricultura extensiva ou industrial promover o aparecimento de pragas que devastam os campos de monoculturas, dando como exemplo a crise da fome na Irlanda, no século XVII. Este autor e Shiva (2000) fazem referência a uma causa – efeito importante no que diz respeito à agricultura: mais pessoas equivale a maior produção de alimentos, mas a produção de mais alimentos cria condições para o aumento de população.



## 2.4 A fragmentação dos habitats

A fragmentação dos habitats é hoje em dia a grande responsável pela diminuição da biodiversidade, uma vez que espécies pertencentes à mesma família deixam de ter contacto umas com as outras e passam a reproduzir-se apenas dentro do fragmento de habitat em que vivem. A falta de contacto faz com que a variabilidade genética se vá perdendo, pois os indivíduos tendem a cruzar-se apenas com outros muito próximos do ponto de vista genético o que faz com que outras características de adaptabilidade que se encontram nos genes de outros indivíduos que habitam zonas mais afastadas se vão perdendo. A fragmentação também é perigosa porque se não há contactos com indivíduos diferentes poderá originar-se consanguinidade. Ainda de acordo com Avelar et al. (1999; 24) *uma área pequena tem uma maior proporção de orla e muitos efeitos potencialmente nocivos podem ocorrer através desta: entrada de predadores e espécies exóticas, mudanças microclimáticas, etc.* Ainda a este propósito, Miller et al. (1992) considera que

se pode dar o nome de “habitat ilha” a muitos dos Parques Nacionais ou áreas protegidas, uma vez que se encontram rodeados por factores de pressão.

O problema do crescimento da população humana a nível mundial não é grave apenas devido à redução da área que provoca nos habitats e ecossistemas. O facto de continuar a existir uma enorme discrepância entre países ricos e países pobres faz com que os ricos continuem a explorar os pobres naquilo que têm de mais precioso: as suas riquezas naturais. A maioria dos países ricos atingiu o auge do seu desenvolvimento e conforto à custa da destruição das suas riquezas naturais; são um bom exemplo disto a Inglaterra, que foi um dos principais impulsionadores da revolução industrial durante a qual consumiu grande parte das suas florestas como combustível da indústria e os Estados Unidos, cuja indústria da construção civil, por exemplo, consumiu e consome ainda hoje quantidades exorbitantes de floresta. O facto de os seus recursos naturais se encontrarem sobre explorados, faz com que os ricos se voltem para os recursos naturais dos países mais pobres, que devido ao seu fraco desenvolvimento se encontram ainda pouco explorados. Como são países com economias deficitárias vêm na venda dos seus recursos naturais uma forma de crescimento fácil e a curto prazo. No entanto, Shiva (2000) considera que a biodiversidade assegura às populações dos países mais pobres a alimentação, medicamentos, energia e fibra, pelo que o seu desaparecimento resultará num empobrecimento e privação nos cuidados de saúde e nutrição. Não se pretende retirar aos países mais pobres o direito ao desenvolvimento alcançado pelos outros, mas apenas dizer que atingirão um maior desenvolvimento económico se mantiverem os recursos naturais nas suas florestas e os explorarem racionalmente numa perspectiva de longo prazo, em lugar de um crescimento económico rápido, mas insustentável.

A fragmentação dos habitats deve-se essencialmente à utilização do solo para fins agrícolas, às florestações industriais maciças, à implantação de aglomerados populacionais em cidades e ao cada vez maior número de infra-estruturas viárias construídas para efectuar a ligação entre todos estes aglomerados.



## 2.5 A caça

A sobre - exploração não só da flora como já foi apontado anteriormente, mas também da fauna através da caça é sem dúvida um dos factores mais visíveis que leva à redução da biodiversidade. No entanto, a WWF (1971) considera que os bons caçadores poderão actuar positivamente na conservação da natureza. Existem diferentes tipos de caça que para isto têm contribuído: a caça de subsistência, a caça legal (dentro da qual se pode incluir a caça desportiva) e a caça furtiva . Todos os tipos de caça são lamentáveis; apesar de o Homem se ter tornado um predador por natureza, hoje em dia no mundo dito civilizado a espécie humana já não necessita de ir à caça para sobreviver. Hoje a caça é tida como um passatempo de grupos que se divertem a matar animais de algumas espécies a que chamam cinegéticas, por serem muito raras ou valiosas quer como trofeus de caça, pela beleza das suas peles ou por possuírem uma carne apreciada. Em muitos países existem épocas de caça definidas por lei, dentro das quais se podem caçar determinadas espécies: são as chamadas épocas venatórias integradas na caça legal, uma vez que está de acordo com uma lei existente. Apesar desta situação coberta pela legislação, que é no entanto diferente de país para país, milhares de caçadores pelo mundo fora têm exterminado “legalmente” diversas espécies ditas cinegéticas, sem que os países onde essas tragédias ocorreram tivessem feito algo para evita-las. Tal foi o que sucedeu, por exemplo, nos Estados Unidos com o pombo migrador, que segundo Turk (1976; 78) *a fines del siglo pasado, aproximadamente 2000 millones de aves volaban por sobre el continente norteamericano en bandadas que obscurecían el cielo. Cazadores comerciales disparando indistinto a las bandas mataran millones para alimento y muchos más por diversió, porque se suponía que la especie era indestructible.* O número destes animais na natureza baixou a um nível tão crítico que acabou por se extinguir em pouco tempo. À semelhança deste exemplo existem infelizmente outros por todo o mundo, uns por se considerar que são uma fonte inesgotável como o pombo migrador, outros por serem considerados pragas para o Homem como aconteceu com o castor, considerado pelos agricultores nocivo por causa da construção das suas “barragens” nos rios, outros por possuírem uma bela pele (como a lontra que se extinguiu “legalmente” de muitos países europeus no passado por se considerar que

possuía uma pele extraordinariamente quente), outros apenas por serem considerados sérios competidores do Homem no exercício da caça e prejudiciais a esta actividade (lince-ibérico), outros ainda devido a crenças e mitos errados criados em seu redor pelo Homem, como aconteceu com o lobo.

A caça furtiva é, sem dúvida, a mais lamentável de todas, uma vez que escapa totalmente a qualquer tipo de controlo, e tem tendência para incidir sobretudo sobre as espécies seriamente ameaçadas ou em vias de extinção, uma vez que o seu abate se encontra totalmente interdito por lei. A caça furtiva tem como principal objectivo a obtenção do lucro através da morte de um animal, cuja pele ou outra parte do corpo são posteriormente vendidas a preços tais que até faz parecer que o crime compensa quando comparado com as coimas que são aplicadas aos prevaricadores. Quanto mais alto é o grau de ameaça enfrentado pela espécie mais alto é o seu valor comercial, o que torna este tipo de caça muito lucrativo.

Para além do lucro através das vendas, existem também muitas pessoas ricas que pagam avultadas somas em dinheiro para possuir aquilo que para eles constitui um precioso trofeu de caça, prova da sua coragem e destreza no manuseamento de armas. São bem conhecidos os exemplos deste tipo de caça: pela beleza das suas peles são caçados grandes felinos para se fabricarem casacos e tapetes; para a execução de peças de artesanato matam-se elefantes e rinocerontes; para o fabrico de produtos ditos afrodisíacos matam-se tigres e outros animais ameaçados.

Turk et al. (1976) realça também o facto de várias espécies serem perseguidas actualmente e já o terem sido no passado, devido a crenças e mitos construídos erradamente em seu redor. Este mesmo autor considera a caça de que foram e são ainda alvo os predadores uma grave ameaça à biodiversidade. Este assunto será alvo de uma investigação mais aprofundada neste trabalho.

A mira do lucro é sem dúvida um dos factores que mais ameaça hoje a biodiversidade mundial; o negócio dos animais de estimação exóticos é um bom exemplo disso, indo-se buscar à natureza preferencialmente crias de animais como as araras gigantes vermelhas que se encontram ameaçadas. Também o negócio dos circos delapida a natureza, uma vez que muitos números têm como principais vedetas grandes felinos, também eles ameaçados. Segundo Patton (1992), em alguns países



como os Estados Unidos ou o Canadá, a forma encontrada para travar a caça furtiva é estimular as populações locais a denunciar infracções relativas a esta actividade, já que muitas vezes o problema se agrava devido ao facto dessas mesmas populações tolerarem a caça ilegal.

De acordo com a WWF (1976) não são só os animais exóticos e selvagens que são alvo da cobiça humana; também as plantas são “vítimas”, uma vez que são retiradas do seu meio natural para serem comercializadas: as orquídeas ou os cactos são os exemplos mais ilustrativos da delapidação da flora selvagem.

## 2.6 A poluição

Outro factor que tem crescente peso na redução da biodiversidade é a poluição, seja ela marinha, do ar ou dos solos. O estado evolutivo a que chegou a civilização actual faz com que o seu conforto dependa em larga escala de muitas indústrias, sendo a maior parte delas poluidoras e bastante nocivas, quer para nós, quer para o ambiente que nos rodeia e de que dependem tantas espécies. O Homem encara o mar como um enorme depósito de lixo de várias proveniências e parece deixar de ter noção do erro que está a cometer, pois ao derramar esgotos não tratados para os rios e mares, ao atirar contentores cheios de matérias perigosas que não deseja perto de si, ao afundar navios que já não são viáveis, etc., deixa de ver o lixo que para lá atirou e parece aos seus olhos que o mar continua limpo e pronto a receber tudo quanto para lá se quiser deitar. O problema revela-se nalguns casos pouco tempo depois, quando peixes de várias espécies aparecem mortos à tona da água, quando o cheiro se torna insuportável, quando a água deixa de espelhar o azul do céu e passa a exhibir outras cores, quando os banhistas adquirem doenças de pele... Aí o Homem reconhece que errou, ou descobre que houve quem prevaricasse e decide em alguns casos gastar verdadeiras fortunas para despoluir e tratar aquilo que antes estragou. Nalguns casos ainda, o problema só se manifesta muito tempo depois, e os poluentes circulam livremente na cadeia alimentar de várias espécies, chegando mais tarde ao nosso próprio prato. Não se pense que só os ecossistemas terrestres sofrem manipulação por parte do Homem; os ecossistemas marinhos com tudo o que anteriormente foi descrito contam já com várias

espécies à beira da extinção e com outras gravemente perturbadas, como acontece por exemplo com as baleias e outros cetáceos que se desviam cada vez mais das suas rotas habituais de migração; inicialmente pensava-se que cometiam um suicídio colectivo, mas hoje estudos científicos levados a cabo por biólogos marinhos apontam para dados alarmantes: muito provavelmente as baleias estarão a perder os seus rumos devido à tecnologia marítima desenvolvida pelo Homem através de sonares instalados em modernos navios, que desta forma “enganam” os animais e os leva a pensar que estão a deslocar-se na direcção correcta baralhando o seu sistema de orientação.

Também no meio aquático a sobre exploração se verifica, também aqui os habitats são cada vez mais reduzidos devido à falta de alimento, bem como devido à falta de condições de habitabilidade. Ramalho (1993) e Southwick (1996) referem que estudos internacionais (não especificados) mostram que os recifes de coral se encontram em avançado estado de degradação, devido à turbidez da água e à poluição entre outros factores.

A poluição do ar está a alterar o clima do planeta da forma mais rápida que alguma vez teve lugar. Estudos recentes mostram através da análise dos troncos de árvores centenárias que o aquecimento tem aumentado desde o início da industrialização a um ritmo muito mais rápido do que se verificava anteriormente; a isto se dá o nome de efeito de estufa, que se verifica quando um conjunto de gases nocivos é libertado para a atmosfera e aí fica preso.

As águas encontram-se cada vez mais quentes e não há ainda previsão de como reagirão os ecossistemas marítimos e fluviais. Nos ecossistemas terrestres o aquecimento global provocará provavelmente alterações ao nível da vegetação existente, o que fará com que por exemplo, o clima nas florestas tropicais se altere radicalmente, pondo em perigo as espécies endémicas que representam mais de metade da biodiversidade mundial, de acordo com os vários autores já referidos e cientistas. Esta rápida mudança climática poderá também vir a ter sérias implicações ao nível das áreas protegidas hoje existentes, uma vez que se não se implementar rapidamente um sistema de corredores verdes a ligar as várias áreas protegidas umas às outras, várias espécies animais poderão ver o seu habitat radicalmente alterado pelo clima e não terão



outro espaço onde se refugiar, ficando assim encurraladas e pondo em causa o actual modelo deste tipo de espaço.

As mudanças no clima já se fazem sentir hoje; por exemplo os vários incêndios que ocorreram um pouco por toda a Europa no Verão de 2003 tiveram, segundo cientistas, origem no aquecimento global, com temperaturas anormalmente altas durante períodos relativamente longos (as chamadas ondas de calor). As principais consequências foram a destruição de habitats que demorarão várias décadas para se regenerar. Também nas calotes polares se faz sentir esse aquecimento: a camada de gelo diminui aceleradamente pondo cada vez mais em perigo as poucas espécies que se adaptaram a viver e a suportar tais rigores, como o urso polar que se encontra já em perigo. Grandes massas de gelo desagregam-se do continente e dão origem a gigantescos icebergues que vagueiam pelos mares e oceanos pondo em perigo a navegação.

A poluição e contaminação dos solos é outra grave ameaça à biodiversidade. Através do uso de pesticidas, herbicidas, fertilizantes, etc., o Homem experimenta uma nova forma de manipulação do habitat, eliminando espécies vegetais e animais que considera nocivas, sem ter em conta o papel de cada uma no ecossistema em que se insere. Também através do uso de químicos o Homem está a beneficiar a existência de algumas espécies em detrimento de outras, criando a já referida homogeneidade genética.

São bem conhecidos os danos que o uso de pesticidas tem causado na fauna, pois muitos animais herbívoros morrem ao ingerir plantas contaminadas. Também são conhecidos do público os efeitos do DDT nas populações de algumas aves que se encontram em risco, tal como refere Miller et al. (1992). Este autor faz referencia a um estudo realizado nos Estados Unidos em 1986 (The fish and Wildlife Service) onde se conclui que um em cada cinco refúgios federais se encontrava contaminado com químicos tóxicos, provenientes do uso agrícolas ou de antigos locais de depósito. Por seu lado, a WWF (1971) alerta para o facto de serem vários os venenos que o Homem lança na Natureza, referindo para além do DDT, os raticidas, os fungicidas, os herbicidas e produtos usados na monda química e os produtos químicos usados maciçamente na guerra bacteriológica.

## 2.7 A manipulação genética

A manipulação genética pode ser considerada a mais recente ameaça à biodiversidade, uma vez que se clonam só algumas espécies em detrimento de outras; esta ameaça é válida tanto para a fauna como para a flora e leva à redução quer da variabilidade genética, quer do número de espécies a longo prazo. Shiva (2000) refere que o cultivo de transgénicos está a pôr de parte a diversidade alimentar, e que enquanto estas monoculturas se globalizam impulsionam a perda de diversidade na agricultura, criando vulnerabilidade ecológica. A mesma autora salienta que os defensores da engenharia genética aplicada à agricultura apontam dois benefícios: contribui para a segurança alimentar e melhora as colheitas, e em segundo lugar reduz o uso de químicos. No entanto, tais argumentos são falsos, na opinião de Shiva.

O facto de não assumirmos que o crescimento económico tem um limite, e que esse limite acaba quando para crescer temos de destruir o suporte da vida na Terra, faz com que estejamos a hipotecar gravemente a herança que deixaremos aos nossos descendentes. Há ainda muito a mudar, e o primeiro passo a dar é muito importante: é necessário que nasça em nós consciência ecológica, que alteremos os nossos hábitos consumistas, que se perca a cultura do “usar e deitar fora”, porque a Terra tem os seus limites para a absorção de detritos e toda a espécie de poluição e esse limite há muito que foi já atingido e largamente ultrapassado. É reprovável que o país que detém o maior desenvolvimento económico de que há memória na história do desenvolvimento humano se tenha recusado a assinar um dos principais protocolos que existe actualmente: o Protocolo de Quioto. O presidente dos Estados Unidos (George Bush) recusou-se a assinar um protocolo que consiste em diminuir gradualmente a emissão de gases para a atmosfera, incluindo os gases com efeito de estufa alegando peremptoriamente que o desenvolvimento e a economia do seu país não podem parar, como quem insinua que o crescimento é mais importante que proteger o ambiente. Infelizmente a grande maioria do povo americano tenderá a partilhar da mesma opinião do seu líder, não querendo abdicar do seu conforto e bem estar, pois caso não partilhassem dessa ideia, um país com tantos milhões de habitantes constituiria uma força de pressão sobre o poder político bastante forte.



De acordo com um texto que se revela bastante actual da Agência Geral do Ultramar (1973, pp. 193, 194) citando Rattray Taylor, «a preservação é um cavalo mais difícil de vender do que a antipoluição».

Já os pessimistas (...) se entregam a antevistas apocalípticas de um mundo habitado apenas pelo Homem e por algumas das 750 ou 800 000 espécies de insectos agora existentes – se o uso imoderado de pesticidas lhe deixar tal companhia. Será a «primavera silenciosa» profetizada por Raquel Carson, durante a qual o único canto a cruzar os ares será possivelmente o do desespero humano, perante a obra de morte levada a cabo.

Em 1973 (data de edição do livro citado) havia já uma enorme preocupação com a preservação da biodiversidade, uma espécie de alerta; vinte anos depois, constata-se que provavelmente os problemas do mundo se terão agravado ainda mais no que diz respeito à destruição e consequente redução da biodiversidade. Estará o egoísmo humano à espera de se encontrar num mundo como o profetizado para acordar e ver que vive num pesadelo em que só ele existe?

### 3 Porque é importante preservar a biodiversidade

A preservação da natureza e da biodiversidade deveriam ser importantes por si só, uma vez que quando o Homem apareceu na Terra, já outras espécies cá existiam e haviam sobrevivido a vários tipos de obstáculos da natureza. Este é um motivo suficientemente forte para que se pense que a preservação de todos os seres é importante; é um motivo de cariz ético, mas que infelizmente não é suficiente.

Depois de se ter verificado que os impactos das actividades económicas humanas são os principais responsáveis pela diminuição da biodiversidade, é importante referir que, para o Homem a biodiversidade também só deve ser preservada se apresentar alguma contrapartida que seja rentável ou útil para a nossa espécie. Para o Homem tudo se mede mediante a atribuição de um preço, e não é de modo nenhum ético atribuir um valor monetário à biodiversidade. De qualquer forma, e tendo em atenção que esta é provavelmente a única forma de salvar o que resta da biodiversidade mundial, vários biólogos, técnicos de conservação da natureza e inclusivamente pessoas ligadas à área da investigação social e económica têm definido alguns valores atribuíveis à preservação de determinados locais, espécies e relevantes serviços que são prestados gratuitamente pela natureza.

Um serviço que é prestado pela natureza de forma gratuita e sem o qual a espécie humana e outras não poderiam sobreviver é o fornecimento de oxigénio; a fotossíntese realizada através das folhas das árvores absorve dióxido de carbono e transforma-o no indispensável oxigénio. Para além do fornecimento de oxigénio, o coberto vegetal quando é mantido principalmente em florestas funciona como sumidouro de dióxido de carbono que como já foi referido é absorvido pelas folhas, mas também pelo tronco e transformado em matéria orgânica ficando retido nos solos durante muitos anos sem ser libertado (Avelar et al.; 1999 e Miller et al. 1992) . É nas florestas, principalmente nas húmidas, que existem muitas plantas e outros seres vivos que são ainda desconhecidos para o Homem e dos quais ainda não se conhece o potencial, nomeadamente no que diz respeito a possíveis utilizações no campo da medicina. Recorde-se que muitos dos medicamentos recentemente desenvolvidos com sucesso provêm de plantas existentes neste tipo de florestas e que o desenvolvimento de medicamentos a partir de



substâncias naturais existentes nas plantas saem mais baratos aos laboratórios do que a recriação dessa mesma substancia de forma artificial em laboratório.

De acordo com informações obtidas a partir de Pearce et al. (1997) que tiveram como base estudos efectuados por eles e outros autores em vários países e para diversos tipos de habitat, existem valores de uso directo e indirecto sustentáveis da biodiversidade que mostram que é mais viável e rentável para os países onde existem, por exemplo florestas tropicais, a manutenção da floresta do que o seu corte, pois este corte poderá levar apenas a um lucro a curto prazo, uma vez que os terrenos posteriormente transformados em pastagens ou campos agrícolas perderão muitas das suas propriedades e ficarão empobrecidos deixando de produzir e tendo de ser abandonados. Tendo em consideração que o aquecimento global é um fenómeno cada vez mais aceite pelos cientistas, Pearce et al. calculam que o valor económico implícito de florestas tropicais conservadas é na ordem dos 1000 a 4000 dólares por hectare revelando-se mais elevado do que os valores que envolvem a sua destruição. Também Miller et al. (1992) apresenta dados que conduzem à mesma conclusão, mas estes dizem respeito às florestas virgens, que na sua opinião deveriam ser consideradas não renováveis à escala de tempo humana. De acordo com este autor, os vários serviços ecológicos prestados a longo prazo por uma árvore têm o valor de 196 250 dólares, enquanto que o seu corte para madeira rende apenas 590 dólares. Miller apresenta também um exemplo relativo à fauna, onde é visível um maior ganho se se conservarem os animais selvagens: um leão vivo no Quénia rende ao longo de sete anos 515 000 dólares em turismo, enquanto que morto vale apenas 1000 dólares. Um outro estudo mencionado por Pearce, levado a cabo no Bostwana mostra que a destruição da floresta para conversão em fazendas de criação de gado resulta na obtenção de mais baixos dividendos do que outro tipo de uso florestal. Ainda a propósito do valor da biodiversidade numa floresta, Southwick (1996) enumera uma série de benefícios que são desempenhados pela presença da diversidade de espécies nesses espaços, e que dizem directamente respeito à restauração ambiental.

Poderá obter-se mais lucro a longo prazo através da colheita de frutos, procura de produtos farmacêuticos, etc.; no entanto, a irracionalidade humana poderá pôr tudo isto em risco, uma vez que os lucros obtidos através de uma exploração intensiva até ao

esgotamento e extinção quando investidos sob a forma de juros poderão ser mais elevados do que a exploração sustentada. Também Ramalho (1993) sustenta esta ideia e acrescenta que nos últimos anos têm sido descobertas várias plantas selvagens com valor medicinal, agrícola ou industrial. Apesar de existirem autores como os anteriormente referidos, que dão maior ênfase ao valor económico do ecossistema como um todo, Patton (1992) publica números relativos ao valor da vida selvagem nos Estados Unidos, mas mostrando o lucro obtido através de actividades, como por exemplo, a caça. Por seu lado, Hunter et al. (1990) apresenta vários estudos acerca dos valores da biodiversidade, onde fica claro que os motivos que levam à preservação não são os mesmos para todos os estudiosos, existindo até contradições, como por exemplo, no caso da estabilidade; enquanto para uns mais biodiversidade representa estabilidade dos ecossistemas, para outros a estabilidade não depende directamente da biodiversidade. Southwick (1996) refere vários exemplos de ecossistemas que confirmam que mais biodiversidade não é sinónimo de maior estabilidade.

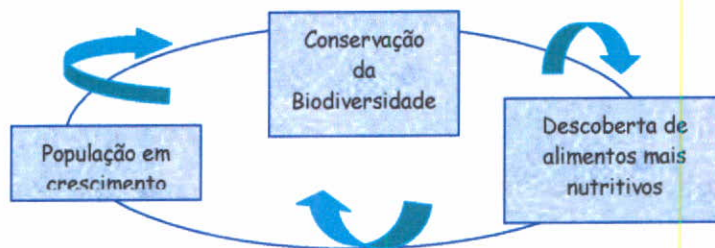
Por outro lado, Caldeira et al. (2003) refere que em condições ambientais “estáveis”, determinadas plantas possuem a capacidade de fixar o azoto atmosférico; isto indica que a preservação de grandes ecossistemas influencia determinantemente o clima em diversas regiões do globo. Por exemplo, as zonas em que existem florestas tropicais possuem um clima denominado tropical com uma humidade característica devido à vegetação aí existente; se essa vegetação for removida ao ritmo a que hoje assistimos, corremos o risco de estar a alterar seriamente o clima dessas zonas. É por isso que é importante manter todas as espécies, pois com as mudanças climáticas que se operarão no futuro, várias plantas que hoje existem poderão estar aptas a desempenhar tarefas semelhantes a esta.

A manutenção das florestas evita as inundações, pois através da fixação e protecção do solo retém as águas pluviais.

Recordando o esquema de causa – efeito apresentado anteriormente, onde se resumiam as ideias de dois autores acerca do crescimento da população e a produção de alimentos na agricultura, como forma de destruição da biodiversidade, sugere-se um segundo esquema a partir das ideias de Southwick (1996) pois este autor afirma que alimentar uma população em crescimento só será possível graças à preservação da



biodiversidade, uma vez que é nela que se poderão encontrar plantas com um alto potencial nutritivo.



Se tivermos em conta que hoje muitas pessoas ricas pagam para viajar até países detentores de uma biodiversidade alargada que desejam conhecer de perto, bem como a beleza que existe para lá dos seus países de origem, encontramos aqui mais uma forma de exploração, que deve ser gerida com todo o cuidado sem afluências em excesso que prejudiquem a tranquilidade das espécies locais.

Na natureza encontram-se vários microorganismos que decompõem resíduos e que poderão ser usados para ajudar a decompor quantidades enormes de lixo proveniente das grandes cidades, como já acontece na cidade de Nova Iorque. Para além de nos poderem prestar este serviço livrando-nos das lixeiras mais eficazmente, podem também ajudar-nos a limpar e revitalizar cursos de água poluídos (desde que o nível de poluição não seja crítico); esses microorganismos ao decomporem matéria orgânica existente nos solos fertilizam-nos naturalmente, não sendo necessário o uso de fertilizantes químicos (Avelar et al.; 1999 e Rosa; 2000).

Várias espécies de plantas úteis ao Homem só se conseguem reproduzir graças aos serviços prestados gratuitamente por vários polinizadores naturais como as aves ou alguns morcegos.

Embora a maior parte das pessoas não lhes reconheça qualquer tipo de utilidade, os predadores mantêm as populações das suas presas fortalecidas e geneticamente mais fortes, uma vez que caçam principalmente animais doentes, enfraquecidos ou idosos, permitindo deste modo que só os mais fortes e aptos se reproduzam, servindo ainda como controladores de pragas. Existem ainda outros animais que se alimentam de insectos que podem ser prejudiciais à agricultura e que controlam o seu número, não sendo desta forma necessário o uso de pesticidas.

Segundo Avelar (1997; 25) *As espécies de animais, plantas, fungos e microorganismos fornecem-nos alimentos, fibras, madeiras, etc.*

*Existem microorganismos capazes de funcionar a temperaturas elevadas ou de transformar em compostos inofensivos substâncias tóxicas como os hidrocarbonetos dos derrames de petróleo(...).*

Para além de todos os motivos invocados, é importante que se perceba que todas as espécies têm direito à existência, tal como o Homem reconhece a si próprio esse direito, portanto devem ser também levados em consideração motivos éticos e culturais; esta é de acordo com Miller et al. (1992) a visão eco-centrica do Mundo e é baseada no princípio ético de um famoso estudioso citado por este autor, mas também por Southwick (1996) e Hunter et al. (1990): Aldo Leopold.

Se o próprio Homem considera que não é ético controlar o crescimento da população da sua espécie, também deveria considerar que não é ético controlar e abater espécies até à extinção só porque competem com ele pelo mesmo alimento e espaço, afinal o próprio Homem possuiu outras fontes de alimento que esses animais não possuem ou a que não estão adaptados. Sacrificar todo o planeta aos interesses e ao crescimento desmesurado de uma só espécie também não será com certeza nada ético...

Miller, já anteriormente citado, oferece um retrato bastante completo acerca deste ponto de vista; a visão dos habitantes do mundo industrializado que embora não reconheçam ter o tipo de pensamento que se segue, comportam-se de acordo com ele. O autor refere esta visão como "Throwaway vision", e os que nela se inserem consideram-se à parte da Natureza e superiores às outras espécies, desempenhando um papel de conquistadores e subjugadores para atingir os seus fins. Para eles os recursos são ilimitados e quanto mais produzirmos e consumirmos melhor, pois todo o crescimento é bom, e mais crescimento é ainda melhor. Para terminar, deve ainda referir-se que para estas pessoas, o país mais importante ou as pessoas mais capazes são aqueles que conseguirem usar a maior quantidade de recursos naturais. É ainda referido que nesta corrente há quem veja a Terra como uma "nave espacial", que quando estiver demasiado poluída abandonaremos para ir viver no espaço. Em total contraste com este tipo de opinião, também existe a visão sustentável da Terra, baseada



no sistema Holístico de Gaia, em que a espécie humana é vista como uma entre as muitas espécies que habitam o planeta.

A religião católica, que é a mais praticada nos países industrializados e desenvolvidos, também defende em várias passagens e episódios da Bíblia que os outros seres têm direito à existência e devem ser defendidos; o episódio em que talvez isso seja mais reconhecível é aquele em que Deus pediu a Noé que construísse uma arca e salvasse um casal de animais de cada espécie; no entanto, os episódios bíblicos não são interpretados todos da mesma forma pelos diferentes autores que se dedicam ao estudo da biodiversidade. Por exemplo, Patton (1992) utiliza-os para destacar a importância dada pelo Homem aos animais, enquanto que Campbell (1983) põe em evidência passagens bíblicas que enfatizam o aproveitamento que os seres humanos podem dar às palavras da Sagrada Escritura para a destruição da biodiversidade terrestre. Já Southwick (1996) refere que a ideia mais prevalecente em diferentes religiões é a de que os seres humanos são membros de uma comunidade Global e não soberanos sobre todos os outros.

Culturalmente, os animais e plantas sempre fizeram parte da nossa vida e há pessoas que não conseguem, nem desejam viver afastadas da natureza pois isso faz parte das suas culturas e das suas vidas. Muitos são também os artistas que fazem depender a inspiração para a execução das suas obras do contacto com a



Fig. 2 "As papoulas" de Claude Monet, um dos muitos exemplos da natureza presente na pintura (adaptado de Dic. Enciclopédico Koogan Larousse Seleções (Vol. 1))

natureza: pintores, escritores, etc. Muitas das obras de arte plástica mais bonitas até hoje produzidas mostram cenas da natureza, e apesar de a arte variar ao sabor das correntes artísticas é inegável que para o comum dos apreciadores as que têm cenas da natureza são as mais bonitas. Em Portugal um dos estilos arquitectónicos mais apreciados pelo cidadão comum é sem dúvida o estilo manuelino; quem nunca viu

peessoas demorar-se a contemplar o belo mosteiro dos Jerónimos em Belém onde aparecem esculpidos na pedra vários motivos da natureza inspirados nos descobrimentos marítimos?

É importante que de uma vez por todas modifiquemos a forma de olhar para a Terra; temos de deixar de lado a perspectiva antropocéntrica que coloca o Homem no centro de tudo como um ser superior e passar a ter uma perspectiva ecocéntrica, isto é, colocar a natureza no centro uma vez que é dela que dependemos directamente, bem como todas as outras espécies. Apesar de possuímos uma maior capacidade de modelar a natureza ao sabor dos nossos caprichos e das nossas necessidades é imperativo que saibamos reconhecer os limites da nossa acção.



#### 4 Como preservar a biodiversidade

Várias formas de preservação da biodiversidade estão já há alguns anos a ser implementadas em todo o mundo, uma vez que se tem reconhecido que os ataques à natureza têm vindo a crescer de intensidade.

Algumas formas de preservação, principalmente as mais antigas, tiveram como principal objectivo salvaguardar os interesses do Homem ou satisfazer a sua curiosidade, como foi por exemplo, o princípio que presidiu à criação dos Jardins Zoológicos e dos Jardins Botânicos. Muitos destes espaços surgiram para dar a conhecer às populações os animais existentes nos outros continentes expondo-os como se de coisas se tratasse, sendo-lhes dadas apenas as mínimas condições de espaço e poucas ou nenhuma condições climáticas semelhantes às dos seus ecossistemas de origem. É visível em Jardins Zoológicos mais antigos, como por exemplo o de Lisboa, o stress permanente em que vivem os grandes felinos atrás de grades andando de um lado para o outro, ou o stress dos elefantes sem espaço suficiente para se movimentar balançando-se incessantemente de um lado para o outro. Deveríamos reflectir porque é que os animais mostram este tipo de comportamentos quando na natureza não os mostram. Felizmente este tipo de lugares (sem as condições mínimas) tem os dias contados, pelo menos no espaço da União Europeia, pois serão obrigados a retirar as grades e a ampliar os espaços. Alguns Jardins Zoológicos a par da actividade de mostra e educação já fazem sensibilização do público em geral para o problema da redução da biodiversidade, chegando mesmo alguns deles a ter programas de reprodução em cativeiro para algumas espécies ameaçadas.

Segundo Avelar et al. (1999; 37) *Neste momento, cerca de 25 espécies animais existem exclusivamente em cativeiro. Se os Jardins Zoológicos de todo o mundo colaborassem e dedicassem metade do seu espaço a espécies ameaçadas, teriam lugar para populações geneticamente viáveis (i.e. com 100 a 300 indivíduos cada).* Miller et al. (1992) que apresenta informação coincidente com a anterior, estima que os Jardins Zoológicos e Centros de Pesquisa actuais apenas possuem espaço para a preservação sustentável de 925 das 2000 espécies de grandes vertebrados que estão em risco, acrescentando ainda que serão necessários mais de 6 biliões de dólares para a sua preservação durante 20 anos.

Este autor refere ainda o uso de inseminação artificial e incubação artificial, incluindo ainda algumas experiências com transferências de embriões ou o uso de esperma e embriões congelados como formas de preservação.

A reprodução em cativeiro é outra das formas de preservação de espécies ameaçadas ou em vias de extinção. A par das tentativas de reprodução, são também criados bancos de genes, pretendendo-se desta forma preservar a integridade genética quer de espécies da fauna, quer da flora; mas não se pense que poderemos continuar a destruir apenas porque existem bancos de genes, pois em várias espécies este tipo de preservação não resulta, não se conseguindo através dos bancos de esperma ou de óvulos preservar os seus genes. Também não adianta preservar os genes de espécies ameaçadas se continuarmos a destruir-lhes o habitat; algumas espécies animais só conseguirão sobreviver se o seu habitat de origem for preservado, e se lá restarem parentes totalmente selvagens sem qualquer tipo de contacto com o Homem, é que algumas espécies necessitam de aprender a sobreviver através da socialização, isto é, através dos ensinamentos transmitidos de pais para filhos.

Também os Jardins Botânicos podem ter um papel relevante na preservação da flora. Alguns destes espaços possuíam inicialmente bancos de sementes, mas com a modernização tecnológica já possuem também bancos de germoplasma. No entanto, de acordo com Paiva et al. (1990) o mais importante actualmente é conseguir preservar as espécies para o futuro nos seus locais de origem sem que seja necessário retirá-las do seu ecossistema.

Todas as formas de preservação anteriormente apresentadas são consideradas preservação *ex situ* e são importantes principalmente quando já não existirem indivíduos suficientes para que a espécie seja viável ou por os seus habitats se encontrarem demasiado destruídos e sem hipótese de recuperação a curto prazo. Neste tipo de preservação, sempre que seja possível devem ser feitas reintroduções das espécies retiradas o quanto antes nos habitats naturais.

Também existem formas de preservação *in situ*, ou seja, a preservação das espécies dentro do seu habitat natural. Este tipo de preservação é a mais desejável, uma vez que obriga à preservação não só das espécies, mas também do seu habitat; encontram-se nesta categoria os Parques Naturais, as Paisagens Protegidas os Parques Nacionais, as



Reservas que podem classificar-se como parciais, integrais ou biogenéticas, estas últimas também conhecidas como reservas da biosfera. De acordo com Patton (1992; 303) *Biosphere reserves are selected not for their uniqueness, but to be representatives of the biomes in which they occur. One of their principal objectives is the preservation of genetic diversity.* Segundo Lecoq (1984), terá sido na França, em 1853 que foi criada a primeira Reserva natural na floresta de Fontainebleau, com uma superfície de 624 ha, mas só concretizada em 1861. Há vários exemplos antigos de preservação de espécies, principalmente da fauna nos seus locais de origem, embora essa preservação se desse para defesa dos interesses do Homem. Os nobres foram os que mais contribuíram para que se preservassem determinados locais e suas espécies com o intuito de no futuro se divertirem em caçadas.

Infelizmente em determinados momentos biólogos, investigadores e técnicos de conservação da natureza vêem-se confrontados com a necessidade de ter de escolher qual a espécie que deve ser alvo de protecção. É importante que quando se escolhem espécies a proteger se leve em consideração se está ameaçada ou não, uma vez que a prioridade deve ser dada a estas, pois já estão de tal forma desprotegidas que se encontram em risco de desaparecer. Por outro lado deve-se também dar atenção ao facto de uma espécie ser pedra-angular num ecossistema pois estas também devem prioritariamente ser preservadas uma vez que delas depende o bom funcionamento de toda a cadeia de relações. Deverá também dar-se grande importância às espécies de grande porte consideradas carismáticas, como o panda gigante, o tigre, o lobo, etc. A manutenção destas fará com que o ecossistema se mantenha rico noutras espécies que porventura poderão nem ainda ter sido estudadas (Avelar et al.; 1999).

Miller et al. (1992) também apresenta três factores que devem condicionar a escolha das espécies a preservar, referindo que estes são avançados por especialistas. No entanto, esta escolha tem por base o elevado custo monetário que a preservação acarreta; assim, apenas o facto de a espécie ser importante para o funcionamento do ecossistema é coincidente com o ponto de vista anterior, sendo referido também que se deverá ter em conta as hipóteses de sobrevivência da espécie e se é potencialmente importante para uso na agricultura, medicina ou indústria. Como se pode verificar, esta não é uma questão totalmente consensual, mas que depende em grande medida das

formações e dos interesses em jogo: os ecologistas defendem a preservação da biodiversidade, os conservacionistas da vida selvagem preocupam-se com as espécies ameaçadas, os ornitologistas com a preservação das aves no maior número possível, os caçadores pretendem a preservação de espécies cinegéticas. Já a WWF (1971) em conjunto com a UICN estabeleceram como prioridades nas acções de conservação os habitats muito específicos e localizados, como por exemplo, as zonas húmidas, a conservação de grupos de animais e plantas ameaçados, a regulação do comércio, o constante controlo do meio ambiente, dando especial atenção às regiões ameaçadas e nelas aos factores políticos e sociais, os programas de educação ambiental e a conservação em regiões ou países – chave (com maior diversidade biológica).

Quando se criam estes espaços é importante frisar que a de caça ou a pesca são totalmente interditos, bem como qualquer modificação do habitat através da introdução de espécies exóticas ou construção de equipamentos. Para que os espaços protegidos sejam realmente eficazes para as espécies que lá se encontram, é importante que sejam fiscalizados constantemente para que a lei efectivamente se cumpra. Em certas ocasiões poderá ser permitido a pessoas com formação nessa área fazer o manuseamento do habitat, por exemplo, quando se verifique excesso de uma determinada população numa zona, alguns indivíduos deverão ser transportados para um local mais afastado, o mesmo quando se verifique o risco de consanguinidade. Por último deve referir-se que quanto maior for a área protegida maiores probabilidades de sucesso terá no futuro da preservação da biodiversidade que encerra, uma vez que as espécies aí existentes poderão multiplicar-se livremente e não estarão tão expostas de imediato a uma qualquer contrariedade que ocorra no interior dessa área.

Para além da preservação *in situ* e *ex situ* é de salientar toda a legislação produzida com a finalidade de preservar a biodiversidade, quer a nível nacional, quer a nível internacional, bem como todos os eventos e reuniões que se realizaram com esta finalidade.

Com base em informações recolhidas em Lecoq (1984), a primeira iniciativa de cariz proteccionista deu-se em 1875, quando foi fundada a Associação Alemã para a Protecção das aves; várias outras semelhantes e com a mesma finalidade se seguiram em países diferentes, como por exemplo em Inglaterra, onde foi fundada a Royal Society for



Protection of Birds em 1889. Apesar de todas as medidas que serão enunciadas, convém salientar que Paiva (1990) refere que quando surgiram as primeiras medidas de carácter conservacionista, estas incidiram fundamentalmente sobre organismos com mais impacto, como os mamíferos e as plantas superiores. Depois de se ter passado pela fase de preservação *ex situ*, passou posteriormente a dar-se mais valor à preservação *in situ*.

Em 1901 é criada em França a Sociedade para a Protecção às Paisagens, começando a vislumbrar-se alguma atribuição de valor aos habitats. Oito anos mais tarde, em 1909 também em Portugal surgem as primeira ideias conservacionistas sob a forma de associação.

Em 1913 realizou-se a Conferência Internacional para a Protecção da Natureza, em Berna, que viria a dar mais tarde origem à UICN e um ano depois é criado na Suíça um dos primeiros Parques Nacionais da Europa (Engadine); vários outros viriam a ser criados pela Europa fora com poucos anos de diferença entre eles: em 1917 foram criados os primeiros Parques Nacionais em Espanha, e em 1922 o primeiro Parque Nacional de Itália.

O Departamento Internacional para a Protecção da Natureza, mais tarde incorporado na UICN, nascia em 1928.

De acordo com Dansereau (26; 1978) em 1930 já se considerava imperativo manter a diversidade genética; era um crime induzir a extinção de espécies. O auge das preocupações com a conservação do ambiente deu-se entre 1935 e 1965, período durante o qual o mundo e os seus líderes constataram aquilo a que se veio a chamar a “crise do ambiente”.

Em 1940 teve lugar a Convenção Pan-americana de Protecção da Flora e Fauna e Belezas Panorâmicas em Washington em que foram definidos os variados conceitos de áreas protegidas; a partir desta data realizaram-se várias Convenções em vários pontos do mundo e com objectivos de conservação bem definidos, como a Convenção para a Protecção da Natureza no Hemisfério Ocidental (1942).

A criação da União Internacional para a Protecção da Natureza (UICN) que teve como finalidade reunir documentação científica indispensável e debruçar-se sobre os

problemas da actualidade, bem como estudar as medidas próprias para salvaguarda da natureza no mundo, é criada em 1948.

Em 1961 é fundado o WWF (World Wildlife Fund), fundação internacional nascida a partir da UICN devido à necessidade de criar fundos para apoio aos trabalhos desta, bem como levar a cabo projectos concretos de protecção à natureza em todas as suas formas e encontrar os fundos indispensáveis à sua realização.

O projecto “MAR” para a conservação e gestão das zonas húmidas da zona temperada é lançado em 1962, ano em que também se realizou a primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais em Seattle.

Em 1968 teve lugar em Paris a Conferência Mundial da Biosfera.

A importante Conferência de Estocolmo das Nações Unidas dedicada aos problemas de ambiente, foi a primeira do género a ser realizada com a presença de vários chefes de estado pertencentes a países de vários continentes (1972). Foi também durante este ano que se realizou a Segunda Conferência Mundial sobre Parques Nacionais que decorreu nos Parques Nacionais de Yellowstone e Grand Teton nos EUA.

Importante foi também a Convenção de Washington, nome pelo qual ficou conhecida a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção- CITES- que se realizou em 1973 e à qual Portugal aderiu.

Em 1975 a região mediterrânea “vê” reconhecido o seu valor singular na Convenção de Barcelona onde se reuniram 17 estados, mas esta só viria a ser ratificada 10 anos mais tarde.

De acordo com Gil (2002), em 1982 decorreu a Convenção sobre o Direito do Mar, sob a égide da ONU, que só viria a ser ratificada em 1994; tentou-se que fosse assinada pelo maior número de Estados, o que se revelou muito difícil.

Uma vez que os problemas ambientais e de conservação da natureza vinham ganhando com o decorrer do tempo cada vez mais importância e se iam tornando de resolução mais problemática, foi criada em 1983 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Comissão Mundial para o Ambiente, que tinha como um dos principais objectivos valorizar os recursos e as espécies de hoje e preservá-los para as gerações do



futuro. Em 1987 foi publicado o primeiro relatório onde se podia constatar que as conclusões eram alarmantes. Na sequência das conclusões deste relatório, viria a ser preparada uma Conferencia que teve lugar em 1992 em Nairobi e onde se realizou o estudo do texto a adoptar na Convenção sobre a Diversidade Biológica. Nesse mesmo ano teve lugar a Cimeira da Terra no Rio de Janeiro onde se debateram os principais problemas enfrentados pelo planeta e da qual resultou um documento assinado por 158 países, bem como todas as Organizações Não Governamentais que participaram a que se deu o nome de Agenda XXI; a Convenção sobre a Diversidade Biológica viria a ser ratificada nesta Cimeira. Em Portugal, esta Cimeira foi ratificada e entrou em vigor em 1994.

São de salientar também importantes acontecimentos dos últimos anos, como a Cimeira de Quioto, que de forma indirecta poderá contribuir para a preservação da biodiversidade mundial, onde se estabeleceram metas a atingir pelos países que assinaram o tratado resultante da reunião; nela se estabeleceu que as emissões de gases com efeito de estufa para a atmosfera teriam de ser reduzidos ao longo dos próximos anos.

É importante referir que a União Europeia tem vindo a pedir aos governos dos países membros que elaborem listas de locais de interesse relevante na protecção da biodiversidade de modo a integrá-los na Rede Natura; todos os locais que aqui se encontrem integrados são alvo de uma protecção específica ditada por normas comuns a todos os países da União.

Em Portugal, um marco muito importante para a conservação da natureza poderá considerar-se a promulgação da Lei n.º 9/70 de 19 de Junho que deu origem à criação de uma série de áreas protegidas, sendo a primeira delas o Parque Nacional do Gerês, em 1971. No entanto, ainda não existia um ministério do ambiente; só em 1975 viria a ser criada a Secretaria de Estado do Ambiente, através do decreto-lei 550/75 de 30 de Setembro. Desta secretaria viria a depender o hoje extinto Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico que foi mais tarde substituído pelo Instituto de Conservação da Natureza.

Em 1976, com a promulgação do decreto-lei 613/76 de 27 de Julho, são definidas legalmente reservas com objectivos específicos diferentes das que já existiam, de onde se destaca, entre outros, a criação do Parque Natural da Arrábida em 1976.

Em 1980, Portugal adere à Convenção de RAMSAR- Convenção sobre zonas húmidas de Importância Interna, bem como à convenção de Bona sobre a Conservação das espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem.

Em 1981 é criado, através do Decreto-Lei nº 263/81 de 3 de Setembro, o Regulamento de Protecção dos Mamíferos Marinhos nas águas Interiores, no Mar Territorial, na Zona Económica Exclusiva Continental Portuguesa.

Só em 1987 é aprovada em Portugal a Lei de Bases do Ambiente, e de acordo com Pésinho (2001; 35) *a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade foi recentemente reposta em discussão pública, depois de uma primeira versão apresentada em 1999 e que sofreu fortes críticas. Uma outra Estratégia Nacional foi apresentada em 2001, mas apresentava novamente muitas lacunas; a versão final foi finalmente aprovada em 2002.*

Todas estas medidas e estas legislações têm sido criadas pelo Homem como forma de preservar a biodiversidade a nível mundial e a nível local; então porque continua a diversidade biológica a estar ameaçada? Porque apesar de existirem pessoas de boa vontade, cientistas que lançam alertas e organizações não governamentais que se dedicam à protecção da natureza, é muito superior o número de pessoas com capacidade política para poder inverter o rumo dos acontecimentos que prefere ignorá-los e dar mais valor ao crescimento da economia dos seus países e ao conforto que os seus concidadãos não podem dispensar. Em quase todos os países existem leis de protecção ambiental e da natureza que são contornadas por outras que visam a protecção de indústrias que laboram com base em matérias primas provenientes da natureza.

É fácil criar leis de protecção; o difícil é evitar que elas colidam com outros interesses instalados e fazê-las cumprir.



“(…) Chamam os geógrafos espanhóis às serranias que separam as duas castelas *cordilheira central*. É ainda a designação mais simples e exacta de quantas poderiam aplicar-se à sua condição portuguesa. Mas, não se trata de uma cumeada seguida. Confusamente, entre Sabugal e Penamacor, penetra o sistema em Portugal pelas serras das Mesas e de S. Cornélio ou Malcata numa série de relevos retalhados por vales fundos, uns pertencentes à bacia do Douro, outros à do Tejo. São serras de granito e xisto, terrenos fragosos e despídos de arvoredo, tristonhos e pobres, por onde as culturas regadas se insinuam ao longo dos ribeiros, deixando as encostas ao canteio e matagal. Dos longos pousios e dos espaços incultos se aproveitam os rebanhos de cabras e ovelhas que no inverno transumam para o sul; mas há ainda brenhas inacessíveis onde se acoitam lobos e até javalis. A gente do Sul chama a estas montanhas *Terra Fria*...(…)”

## Capítulo II

### As pressões exercidas sobre o lince-ibérico na Serra da Malcata e na Serra da Gata

#### 1. Introdução- O lince-ibérico: espécie em perigo de extinção

O lince-ibérico (*Lynx Pardina Temmink, 1824*) é uma espécie endêmica da Península Ibérica, o que significa que não existe em nenhuma outra parte do mundo. Trata-se de um carnívoro da família *felidae*, e é sem dúvida neste momento o felino mais ameaçado de extinção no mundo, e de acordo com os Livros Vermelhos dos vertebrados, o carnívoro mais ameaçado de Portugal e Espanha (Mathias et al.; 1998), (Palma; 1977), (ICN; sem data), (Castro; 1992) e (Rodriguez et al.; 1990).

É um animal de hábitos solitários que caça sozinho como a maioria dos felinos; apenas é avistado em companhia de outro lince na época do cio ou quando se trata de uma fêmea com crias. As fêmeas entram em cio uma vez no ano, gerando



Fig. 3 Ritual de acasalamento do Lince-ibérico

ninhadas de três a quatro

crias, sendo mais frequentes as de duas crias.

Fisicamente chama a atenção a beleza da sua pelagem de coloração amarela acastanhada, salpicada de manchas negras (Ceia et al.; sem data). As particularidades que o distinguem de outros animais de pelagem semelhante que vivem no mesmo habitat (gato bravo e geneta), são os longos pêlos em forma de pincel que terminam as orelhas, as compridas patilhas



Fig. 4 Lince-ibérico



brancas e negras que emolduram o focinho e a cauda curta com a extremidade preta. Como todos os felinos possui um apurado sentido de visão.

Esta espécie vive nas zonas de matagal mediterrânico, preferindo as que se encontram em associação com outros tipos de paisagem (campos cultivados, bosquetes de carvalho, azinheira, sobreiro), formando um mosaico vegetativo diversificado que satisfaz todas as suas necessidades de caça/alimentação, reprodução e abrigo.

De acordo com estudos efectuados (Valverde; 1963), (Delibes et al.; 1975), (Palma; 1977), (Rogers; 1978) e (Castro; 1992), em que se analisaram os excrementos e os tubos digestivos de alguns animais, verificou-se que o alimento principal do lince-ibérico consistia em coelho bravo, chegando em alguns casos a totalizar 79,8% do alimento ingerido, tal como constatou Luís Palma no primeiro estudo efectuado na Serra da Malcata.

Por se tratar de um animal de hábitos solitários, tal como já foi referido, faz a marcação do seu território com dejectos e urina, variando o tamanho deste de acordo com a disponibilidade alimentar. A densidade de lince por Km<sup>2</sup> é hoje normalmente bastante baixa.

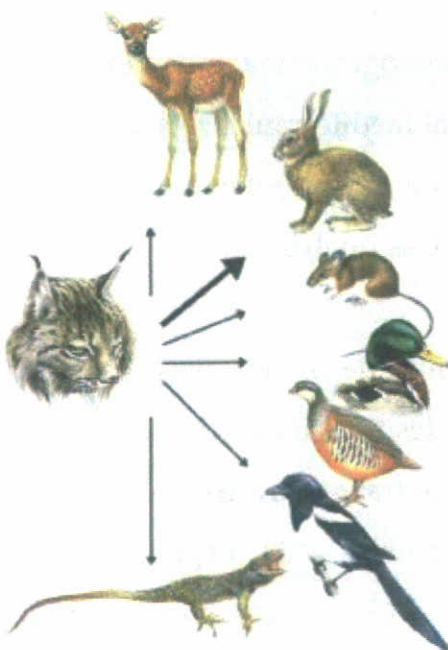


Fig. 5 As principais presas do lince

Trata-se de um super-predador, ou seja, ocupa o topo da cadeia alimentar. Os predadores desempenham na natureza um papel muito importante, contribuindo para a manutenção e equilíbrio de todo o ecossistema, uma vez que controlam as populações de animais potencialmente nocivos (como os ratos, insectos, etc.); caçam sobretudo animais mais fracos ou doentes, contribuindo assim para o fortalecimento, controle de doenças e boa selecção genética das populações de animais caçados. Para além das vantagens apontadas, é também de

salientar que os super-predadores afugentam dos seus territórios animais que ocorrem em densidades muito altas, como é o caso, por exemplo, das raposas ou dos saca-rabos.

Actualmente existem quatro espécies de lince que se supõe derivarem de uma única espécie africana que terá migrado à cerca de dois milhões de anos para outras regiões do globo, ocupando hoje todo o hemisfério norte (Ceia et al.; sem data). Inicialmente vários investigadores pensavam que o lince ibérico descendia do lince boreal ou que seria uma subespécie deste que habitava toda a Europa central até à Ásia. Mais tarde foram encontrados restos das duas espécies em escavações arqueológicas na Europa central, o que veio provar tratar-se de espécies distintas, pois, de acordo com Palma (1981; 40) *se fossem subespécies vivendo na mesma zona e no mesmo período, o seu cruzamento mútuo levaria ao desaparecimento da sua identidade genética própria.*

O lince-ibérico chegou a viver na Europa central conjuntamente com o lince- boreal, o que mostra que a sua área de distribuição foi bastante alargada. Investigadores e biólogos sustentam que o lince-ibérico terá evoluído em conjunto com o coelho-bravo, e que a regressão sucessiva deste último na Europa central terá levado a que o lince se fixasse na Península Ibérica, zona outrora abundantemente povoada por coelhos. Até a sua adaptação morfológica se terá dado em função da sua presa, uma vez que um coelho por dia satisfaz as necessidades energéticas de um lince adulto; assim sendo o tamanho do lince é bastante inferior ao dos outros três parentes que se alimentam de espécies substancialmente maiores. A adaptação morfológica está também intimamente ligada ao local em que o lince-ibérico vive: o matagal mediterrânico; a sua pelagem de um tom amarelo acastanhado com manchas negras confere-lhe uma camuflagem perfeita para o tipo de vegetação em que se move. Das quatro espécies de lince, *Lynx Pardina* é a única que possui este tipo de pelagem.

Actualmente a espécie existe unicamente na Península Ibérica, mas a sua área de distribuição tem vindo a diminuir drasticamente desde o início do século XX. Em Portugal, até há pouco tempo, a sua presença encontrava-se restrita a alguns locais como a Serra da Malcata, Algarve (áreas montanhosas de Espinhaço de Cão, Monchique e Caldeirão), Contenda-Barrancos e Vale do Sado; actualmente e de acordo com o último senso efectuado pelo ICN, não foram encontrados vestígios da presença do animal em território português. No entanto, uma notícia recente<sup>1</sup> dava conta de que

---

<sup>1</sup> Recolhida a partir do sitio da Internet da Naturlink e assinada pela Professora Margarida Santos Reis em 2003.



um grupo de investigadores do Centro de Biologia Ambiental da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, coordenada pela professora Margarida Reis, havia descoberto no Alentejo perto da zona a ser inundada pela barragem do Alqueva dejectos pertencentes a um lince; uma posterior análise laboratorial feita em Espanha viria a comprovar tratar-se realmente do dejecto de um desses animais. Em Espanha existem apenas dois núcleos considerados estáveis e com reprodução: Coto de Doñana e Sierra Morena; nos restantes locais a espécie encontra-se em regressão.

Vários factores conjugados têm contribuído para a preocupante situação em que hoje se encontra o lince-ibérico: a destruição do seu habitat (matagal mediterrânico), a diminuição drástica do número de coelhos-bravos e a caça, são apontados por investigadores e biólogos como os factores principais, mas outros factores estão também ligados ao desaparecimento deste belo exemplar da fauna ibérica. Segundo Castro (1992; 204), *O lince-ibérico, por ser uma espécie K- estrategista<sup>2</sup>, rara, integrada em ecossistemas complexos (onde a acção do Homem é um dos elementos presentes), predadora, envolvida numa relação coevolutiva com a sua presa básica (o coelho-bravo), especializada em habitats fechados (mato e matagal mediterrânicos) e muito dependente de factores bióticos, reúne várias características que o tornam particularmente susceptível à extinção.*

O trabalho de campo desenvolvido no âmbito desta tese comprovará que para além dos três factores principais um quarto teve bastante peso na regressão da espécie (e poderá continuar a actuar em caso de reintrodução da espécie no nosso país): a ignorância das populações locais.

O lince-ibérico é espécie protegida em Portugal desde 1967 (Castro; 1992); em Espanha encontra-se protegida desde 1966 (Palma; 1980), e por vários decretos reais publicados em anos diferentes: 1973 (ano em que foi decretada espécie protegida por lei), 1978 (resolução do ICONA<sup>3</sup> em que se atribuía um valor monetário a pagar de multa para várias espécies, incluindo as que se encontravam protegidas por lei, como era o caso do lince, valorizado em 120 000 pesetas), 1980 (decretada espécie estritamente protegida em todo o território espanhol), 1986 (foram decretadas várias

---

<sup>2</sup> Espécie K- estrategista tem pequena capacidade de dispersão, número reduzido de crias e elevada esperança média de vida

<sup>3</sup> ICONA- É o organismo espanhol equivalente ao Instituto de Conservação da Natureza (ICN) em Portugal.

medidas de protecção coordenadas a nível nacional tendo como objectivo a conservação da espécie) (Gala; 1987).

Encontra-se ainda protegido por rigorosa legislação internacional ratificada pelos dois países ibéricos como a Convenção de Berna (Anexo II), sendo também considerado espécie de interesse comunitário cuja conservação requer a designação de zonas especiais de conservação (Anexo II) exigindo uma protecção rigorosa (Anexo IV), segundo a Directiva Habitats 92/43/CEE. O comércio desta espécie encontra-se sujeito a regulamentação particularmente estrita pela Convenção CITES (Anexo I). Para além de ser considerada espécie em vias de extinção pelos Livros Vermelhos de Portugal e Espanha, está inserida na mesma categoria no Livro Vermelho da UICN. (Ceia et al. ; sem data)

Apesar de estar sujeito à mais rigorosa legislação de protecção e de os motivos que levam à sua regressão serem bem conhecidos de investigadores e biólogos, não se conseguiu evitar até hoje que a sua população continue em acelerado processo de extinção.

Durante este capítulo serão aprofundados os motivos que estão na base do desaparecimento do lince-ibérico, delimitados à área de estudo da Serra da Malcata e sempre que possível será dada informação daquilo que se passa na contígua Serra da Gata em Espanha, pois até há alguns anos atrás estas duas serras funcionavam como um único núcleo para esta espécie.



## 2. Factores de extinção

### 2.1 A destruição do habitat

A Serra da Malcata era uma das zonas em que tradicionalmente existiam lince em Portugal, e constitui a área em que recai o estudo e a investigação desta tese de mestrado. Utiliza-se o tempo passado para referir a ocorrência da espécie, uma vez que de acordo com o último senso aí realizado e da responsabilidade do actual coordenador para o Projecto Lince, que é simultaneamente o Director da Reserva Natural da Serra da Malcata, o Dr. Pedro Sarmiento, não se detectam indícios da presença do animal há bastante tempo.

Esta Serra estende-se pelos distritos de Castelo Branco e da Guarda, mais concretamente nos concelhos de Penamacor e Sabugal. Faz parte da Cordilheira Central Ibérica e situa-se entre o sistema montanhoso Gardunha – Estrela e as Serras da Gata e Bejar em Espanha.

Possui um clima que se situa numa zona de transição entre o sub-atlântico e o sub-mediterrânico, o que influencia a forma como a vegetação se distribui. É um clima nitidamente continental, com Invernos frios e Verões quentes e secos. Durante o Inverno podem registar-se quedas de neve entre Dezembro e Março, que são geralmente de fraca intensidade e os nevoeiros são bastante frequentes (Palma; 1977), (Castro; 1992) e (Abreu; 1993)<sup>4</sup>.

O mesmo se pode verificar na Serra da Gata, onde a abundância das precipitações faz com que exista um clima mediterrâneo sub-húmido com alguns enclaves atlânticos, mas é abaixo dos 800 metros de altitude que aparecem as formações vegetativas típicas do matagal mediterrânico<sup>5</sup>.



Fig.6  
Localização da  
Serra da Malcata  
– Adaptado da  
Revista Bios

<sup>4</sup> Estes 3 autores serão várias vezes citados, uma vez que realizaram estudos na Serra da Malcata (para além do Dr. Pedro Sarmiento), envolvendo o lince-ibérico e os problemas ligados à sua biologia e conservação.

<sup>5</sup> Informações recolhidas a partir do site [www.alexur.net/Senderos/numero17/sierra\\_gata/](http://www.alexur.net/Senderos/numero17/sierra_gata/)

A cobertura vegetal da Serra da Malcata mostra que houve ao longo dos tempos uma grande influencia humana principalmente nas zonas menos declivosas, tendo sido ateados fogos controlados para a prática da pastorícia, derrubadas árvores e arroteada a terra para a plantação de cereais. Devido à acção dos fogos, os matos apresentam um estado de desenvolvimento variado.

Existem também espécies de árvores que foram introduzidas pelas populações, sendo a mais antiga o castanheiro que pode ser encontrada principalmente na zona centro e norte da serra em pequenas áreas e o pinheiro-bravo que pode ser encontrado por toda a serra, sendo a que ocupa a maior área; subsistem ainda alguns montados de sobro, olivais de dimensões reduzidas, abandonados e invadidos pelos matos, árvores de fruto como a macieira, a pereira e a nogueira e plantações industriais predominantes e abundantes na zona central, setentrional e meridional, onde se podem encontrar eucaliptos, pseudotsugas e pinheiros-negros (Castro; 1992), (Abreu; 1993), (Lousã et al.; 1992) e (Gonçalves et al.; 2001).

Também na Serra da Gata se podem encontrar espécies resultantes de florestações e que se estendem por grandes extensões, como o pinheiro e o eucalipto (embora este ocupe uma área menor). Estas espécies ocupam hoje locais que no passado foram carvalhais e azinhais .

Nas zonas mais remotas da Serra da Malcata encontram-se guardados exemplos do que foram as matas originais do interior de Portugal, com uma elevada diversidade vegetal, onde é possível encontrar carvalhos e azinheiras que formam um emaranhado habitado por várias espécies da fauna ibérica como o lince. Na zona Norte a cobertura



Fig. 7 Extensa zona de matagal Mediterrânico na Serra da Malcata

vegetal é constituída por bosques arbóreos e sub-arbóreos de carvalho- negral e na zona sul existe uma vegetação claramente mediterrânica constituída por bosques descontínuos de azinheiras e extensos matagais;

na zona intermédia existem



associações mistas de carvalho-negral com azinheira em núcleos dispersos num matagal quase contínuo em que a urze predomina, mas onde existem outras espécies como a esteva, medronheiros e lentisco-bastardo (Palma; 1977).

Num inventário florístico realizado em 1991 foram recenseadas 486 espécies vegetais, num total de 70 famílias. A importância da vegetação da serra da Malcata fica bem demonstrada referindo que aí existe também uma planta endémica de Portugal (que só existe no nosso país), bem como 18 endemismos ibéricos dos quais se destacam a giesteira branca e o rosmaninho (Gonçalves, citada em Abreu; 1993).

A contígua Serra da Gata é também detentora de uma vegetação muito variada, existindo mais de 1175 espécies diferentes, entre as quais se incluem, para além das plantas naturais, as cultivadas e as assilvestradas. Destacam-se nesta Serra o azevinho, o amieiro, o castanheiro, o freixo, o medronheiro, o pinheiro resinoso, o pinheiro silvestre, o carvalho, as carquejas, a giesta, entre outras.

De acordo com Palma (1981; 37) *O matagal mediterrânico é uma vegetação secundária que resulta da degradação dos bosques originais pelo abate de árvores, fogo e pastoreio excessivos que decorrem há milhares de anos. Na ausência do bosque original, o matagal mediterrânico, densa formação arburística, é aquele que melhor está adaptado a resistir ao duro clima mediterrânico e aquele que protege de modo mais efectivo os solos das chuvas torrenciais de Inverno e das prolongadas secas estivais.*

Uma tal diversidade vegetativa acompanhada por vários microclimas favorece decisivamente a existência de uma fauna abundante e variada, onde para além do já referido lince-ibérico habitam outras espécies de grande valor, quer por se tratar de endemismos ibéricos, quer por serem espécies ameaçadas de extinção e protegidas por lei. Trabalhos de estudo e investigação realizados na serra da Malcata inventariaram a existência de numerosos vertebrados: 14 espécies de anfíbios de entre os quais se destacam 3 endemismos ibéricos como o tritão-de-ventre-leranja, o sapo-parteiro-ibérico e a rã-ibérica; 16 espécies de répteis, onde novamente se encontram endemismos desta Península, como a cobra-de-pernas-pentadactila, o lagarto-de-água e a lagartixa. As espécies de répteis presentes nesta serra representarão entre os 44% e os 65% do total nacional. Neste local podem ainda contar-se cerca de 100 espécies de aves, entre aquáticas, cinegéticas, passeriformes e de rapina, muitas delas ameaçadas de

extinção, como o abutre-negro que nidifica do lado espanhol junto à fronteira, o grifo, a águia-real e a águia-imperial cujas ocorrências são irregulares, e a águia-cobreira, o açor, a águia-caçadeira, o bufo-real, todas elas nidificando no interior da serra ou na sua periferia. Quanto aos mamíferos, existem 24 espécies, das quais 11 pertencem à ordem carnívora. Para além do lince-ibérico, destacam-se a toupeira-de-água, a lebre, o coelho-bravo, a raposa, o lobo (de ocorrência irregular), o texugo, o toirão, a lontra, o saca-rabos, o gato-bravo e o javali. (Abreu; 1993), (Castro; 1992) e (Gonçalves et al.; 2001).

Apesar das grandes alterações levadas a cabo sobre a vegetação da Serra da Gata que se repercutiram negativamente sobre a fauna, esta ainda se apresenta como o último refugio do lobo-ibérico dentro do Sistema Central. Para além deste, também o lince-ibérico, a lontra, o gato-bravo, o abutre-negro (no Valle del Arrago), a cegonha-negra e a escassa águia-real marcam presença. Nas imediações da barragem de Borbollón encontram-se aves que aí passam o inverno e nidificam, como *la garcilla bueyera*, *garza real* *garceta*, entre outras. Estão catalogadas e inventariadas mais de 200 espécies de vertebrados, que se encontram concentradas principalmente nas manchas de matagal mediterrânico autóctone. As espécies e famílias mais representativas são as cinegéticas (coelho, lebre, javali, corço, perdiz-vermelha, pomba torcaz, etc.). São representantes da avifauna *ánade real*, *águilas*, *halcones*, *milanos negro*, *buitre negro*, *gavilán*, *buho chico*, *lechuza comum*, etc.; na zoofauna podemos encontrar *zorro*, *comadreja*, *jineta*, *gato montés*, *lagartija cenicienta*, *lagarto verdinegro*, *salamanquesa común*, *culebrilla ciega*, *culebra de harradura*, *sapo de espuelas*, *rana patilarga*, *salamandra común*, etc.; por último, são representantes da fauna piscícola *barbo común*, *barbo comizo*, *tenca*, *trucha*.

Todas as riquezas da flora e da fauna anteriormente enumeradas e descritas foram preservadas ao longo dos tempos por uma utilização milenar, mas sustentável das



Fig. 8 Ruína de uma capela na Quinta do Major : um dos últimos vestígios humanos na serra da Malcata



serras. Antigamente, a serra da Malcata era habitada, existindo no seu interior quintas com várias casas onde moravam os senhores e os seus empregados, tendo mesmo chegado a existir uma capela e uma escola para as crianças que outrora aí viviam. Para além das pessoas que em permanência habitavam a serra, esta era percorrida por muitos contrabandistas que tentavam vender do lado espanhol os produtos portugueses de que os espanhóis careciam, o mesmo acontecendo do lado português. Havia também pessoas que possuíam terrenos na serra e que aí se deslocavam para fazer o seu cultivo; tratava-se essencialmente de pequenas cearas, hortas e algumas vinhas. A pastorícia era outra das actividades predominantes. Em suma, a serra era predominantemente explorada nos seus recursos naturais, sendo unicamente alterada por uma ou outra queimada para provocar a rebentação de novos pastos para o gado.

Hoje não resta mais do que uma ruína de toda aquela actividade sustentada; dado o esquecimento a que o interior do país sempre foi votado com a falta de incentivos para investimentos em actividades locais sustentadas, e com a implementação de uma nova política de florestação através do “Plano de Povoamento Florestal” (Lei Nº 1.971) imposto pelo Estado foi provocado um choque florestal, uma vez que foi efectuada uma arborização que criou a maior mancha continua de pinheiro da Europa, *ao mesmo tempo que provocou a ruptura sócio-económica e a emigração das populações, desarticulando as comunidades locais.* (AGROBIO et al.; 1989, p. 30)

O “Plano de Povoamento Florestal” e a “Campanha do trigo”<sup>6</sup> que se deram em Portugal com o objectivo de tornar o país auto-suficiente no abastecimento interno de determinados produtos tiveram impactos muito negativos sobre as florestas e ecossistemas portugueses, pois se o segundo incentivava ao corte e queima de árvores para a plantação de cereais, o primeiro reduziu drasticamente a biodiversidade das nossas florestas e a Serra da Malcata não constituiu excepção.

De acordo com Carvalho (1943), antes da promulgação do “Plano” decorreram estudos preparatórios iniciados em 1930, data em que também foram feitas as primeiras observações realizadas pelos Serviços Florestais com o objectivo de se estabelecerem Reservas de Vegetação em Portugal que seriam conservadas e poupadas

---

<sup>6</sup> A “Campanha do Trigo” teve início em 1929.

à plantação de nova floresta. Estava ainda previsto que se deveriam conservar e respeitar os ecossistemas silvestres, tendo em conta não só a vegetação, mas toda a fauna a eles associada, bem como estudos que visavam verificar a adequação da introdução de espécies exóticas nos trabalhos de arborização e de regeneração. Estava também prevista também a apresentação dos territórios que no futuro seriam classificados como Parques Nacionais. Foram estes em resumo os pontos mais importantes apresentados à Assembleia Nacional em Fevereiro de 1938 para promulgação.

Aparentemente o “Plano de Povoamento Florestal” permitiria a conservação de ecossistemas importantes; o problema é que os ecossistemas considerados importantes não incluíam o matagal mediterrânico, desde sempre considerado improdutivo e de pouco valor, quer pelas populações, quer pelos engenheiros silvicultores da altura. Nas principais finalidades previstas nos trabalhos iniciais de estudo não é feita uma única referencia à preservação dos ecossistemas mediterrânicos; faz-se uma referencia à preservação dos povoamentos de sobro e de azinho no Alentejo, mas *destinadas a abstrair da influencia dos métodos de cultura e exploração peculiares aos montados(...)* (Carvalho; 1943, p.128). Estava então lançada a semente para a introdução da primeira monocultura extensiva em Portugal. Uma larga faixa de território foi arborizada com pinheiro-bravo e é conhecida hoje como a “zona do pinhal”, ocupando a quase totalidade da região centro (Viseu, Castelo Branco, Coimbra e Leiria) onde se situa a serra da Malcata, que foi também amplamente arborizada com esta espécie<sup>7</sup>.

Aquando da aprovação do “Plano” laboravam em Portugal poucas empresas de celulose; no entanto, o início da Segunda Guerra Mundial veio impedir as empresas a laborar em Portugal de se abastecerem nos mercados internacionais como até aí faziam. Segundo Seabra (1943), a Noruega fornecia-nos até aquela altura cerca de 80% da matéria prima necessária à laboração industrial. Depois da invasão deste país foi necessário procurar novos fornecedores e a Suécia e os Estados Unidos passaram a fornecer-nos respectivamente 51 e 32% do material lenhoso consumido. Segundo o

---

<sup>7</sup> Foi já referido que esta é a espécie introduzida que se encontra em maior número na Serra da Malcata.



mesmo autor o consumo de matéria prima nacional não se fazia devido à qualidade inferior da resistência das pastas de pinheiro-bravo e de eucalipto.

Uma vez que outros países (Itália, França, etc.) tentavam reduzir ao máximo as suas importações em celulose explorando novas culturas, em Portugal decidiu-se aquando da aprovação de “Plano” seguir o mesmo exemplo, tendo sido criado um laboratório de análises (Laboratório da Celulose dos Serviços Florestais) destinado a ensaiar várias espécies para aplicação na indústria da celulose, por ordem do Director Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. A orientação da arborização a fazer no país dependia dos testes efectuados nesse laboratório, uma vez que se considerava que a economia nacional se encontrava debilitada e havia uma necessidade premente de equilibrar a balança económica. Foram testadas várias espécies de folhosas de crescimento rápido como o eucalipto<sup>8</sup>, o choupo, o castanheiro, o ailanto, o vidoeiro, etc., bem como resinosas. As conclusões do estudo efectuado estão hoje à vista nas florestas portuguesas onde predominam monoculturas extensivas de eucaliptos e pinheiros-bravos. Por ter um crescimento mais rápido que o pinheiro-bravo e apresentar uma madeira de coloração mais clara, o eucalipto é hoje largamente preferido pelas indústrias de celulose em Portugal e no resto do mundo.

O facto de possuímos uma elevada biodiversidade vegetal chegou mesmo a ser considerado um entrave ao desenvolvimento do país a nível económico, como se pode observar a partir das palavras de Seabra (1943; 414) *A grande diversidade que as condições hipsométricas, geoagrológicas e climáticas apresentam no nosso país, proporcionam não só a existência de uma flora lenhosa muito variada, como uma irregularidade grande na distribuição das espécies. Deve ser esta uma das razões que mais dificulta o nosso desenvolvimento*

---

<sup>8</sup> Esta espécie foi introduzida em Portugal há mais de 100 anos com o objectivo de drenar solos pantanosos, pois possui uma grande capacidade de absorção de água. A sua adaptabilidade é elevada, mas atinge o auge da produtividade em solos com abundância de água. O crescimento desta árvore é extremamente rápido quando comparado com o das espécies autóctones, uma vez que atinge a maturidade pelos 12 anos.

Apesar da elevada percentagem de território florestado com eucalipto, apenas 54% dessas áreas possuem condições de produtividade boas ou muito boas. A exploração intensiva de eucaliptais provoca o empobrecimento do solo, uma vez que grande parte dos nutrientes se encontram imobilizados na biomassa (raízes, folhas, ramos e casca); sendo as explorações feitas através de um corte raso, praticamente toda a biomassa é removida do local, deixando os solos muito empobrecidos, desprotegidos e com baixo teor de matéria orgânica (as suas folhas possuem um elevado pH mineralizando rapidamente, sendo todo o nutriente absorvido pela árvore enquanto está viva). Tudo isto contribui para uma rápida erosão do solo.

Após o fim do ciclo de produção, os terrenos ficam cobertos de cepos e raízes difíceis de remover tornando-se improdutivos e inúteis para a plantação de outras árvores, pois dá-se o desenvolvimento de fungos. Apenas a cuidada remoção de todo este material poderá salvar um terreno (AGROBIO et al.; 1989).

*económico-florestal, apesar de possuírmos uma área arborizada superior à de outros países que todavia tiram maior rendimento, porque possuem grandes massas florestais, constituídas por povoamentos puros.*

Portugal foi o primeiro país do mundo a produzir pasta de eucalipto nos anos 20 do século XX, mas é a partir dos anos 50 que se dá o maior desenvolvimento neste sector. Em 1997 a produção deste tipo de pastas foi da ordem dos 6 milhões de toneladas no mundo inteiro, contribuindo Portugal com um milhão de toneladas, o que perfaz um sexto do total mundial (Fialho; 1997). Se estes números são por si só impressionantes para um país com as dimensões do nosso, mais impressionante é verificar que conseguimos alcançar tal produção a par de países com uma área muitíssimo superior à nossa: Austrália, Brasil, Espanha e República da África do Sul são apenas alguns exemplos.

Este tipo de indústria teve em Portugal um aumento da capacidade de produção incomparável ao de outras indústrias: de 1940 a 1996, ou seja, em 56 anos passou de uma capacidade de produção de 10 mil toneladas por ano para 1700 toneladas por ano. Actualmente, a pasta de eucalipto é a mais produzida, representando na estrutura de produção 80% da produção total de pastas (Fialho; 1997).

Aquando da florestação nacional imposta pelo “Plano de Povoamento Florestal”, as poucas indústrias de celulose que existiam e as que foram subsequentemente criadas limitavam-se a produzir pastas para exportação, uma vez que o nosso país não produzia papel. Hoje Portugal já possui capacidade para produzir papel e cartão, encontrando-se no 30º lugar dos produtores a nível mundial, mas como o consumo de papel por habitante é o mais baixo da União Europeia (dados de 1997, de acordo com Fialho) cifrando-se nos 85 Kg/ano por habitante, exportamos cerca de 60% da produção total, o que quer dizer que, tal como acontecia com a produção de pastas para



Fig. 9 A impressionante extensão de pseudotsugas plantadas pela Portucel e ainda hoje existente na Malcata



exportação, continuamos a sacrificar a biodiversidade da floresta nacional em nome dos interesses económicos imediatos. De referir ainda que a grande maioria do capital das empresas de celulose a laborar no nosso país é estrangeiro (só a Portucel é ainda detida em 100% por capitais nacionais) (Portela; 1993), o que significa que a par do sacrifício da biodiversidade florestal nacional estamos a gerar riqueza que não ficará no nosso país, mas que será transferida para os países dos accionistas que detêm o capital das celulosas aqui instaladas.

Depois de se ter compreendido como e porque se processou a alteração do coberto vegetal nacional debruçamo-nos agora sobre a forma como esse problema atingiu um ecossistema com a riqueza da serra da Malcata, colocando em perigo de extinção um dos últimos super-predadores da nossa fauna.

A única empresa de capital totalmente nacional, a Portucel, pertence ao Estado português, sendo este o accionista majoritário; pode então considerar-se que o estado foi o principal responsável pela destruição do matagal mediterrânico bem conservado que existia naquela serra. Segundo Palmeirim (1980) em 1975/76, 5000 hectares da zona central da Serra da Malcata foram adquiridos pela Portucel para serem florestados com pinheiros e pseudotsugas e em 1980, cerca de 1500 hectares tinham sido já lavrados e os trabalhos no terreno continuavam a um ritmo acelerado.

Tais produções industriais ocuparam uma importante zona de matagal que foi totalmente removido, naquilo a que se chama operação de limpeza do terreno. Em 1976/77, Luís Palma que na altura efectuava o seu relatório de estágio, deslocou-se à serra para realizar aquele que viria a ser o primeiro trabalho de investigação e estudo sobre a biologia e hábitos do lince-ibérico naquela zona do país. Com o decorrer dos estudos e baseado em bibliografia de autores estrangeiros (fundamentalmente espanhóis) concluiu que o matagal mediterrânico é o habitat fundamental para a sobrevivência da espécie, pois segundo Palma (1980), *o lince vive quase exclusivamente no ceio do bosque e matagal mediterrânicos, sobrevivendo no entanto alguns indivíduos entre espessas matas de carvalho negral. Os seus melhores abrigos são sem dúvida os medronhais e bosques densos de azinheiras ou grandes penedos. Daí sai ao anoitecer para as zonas de vegetação menos densa (...), em especial onde haja pequenas clareiras ou queimadas- zonas onde são mais abundantes os coelhos e outras presas. É aceite como provável que o abandono do*

cultivo das terras, bem como a pastorícia e técnicas a ela associadas, como as queimadas estejam também na base da regressão do lince naquela zona.

Apontando estudos já efectuados para a regressão do lince-ibérico em toda a Península e concluindo ele próprio no terreno quão importante era aquela zona, alertou a Liga para a Protecção da Natureza do que se estava a passar na Serra da Malcata, tendo-se aí deslocado em 1979 duas pessoas para elaborar um parecer, onde segundo Catarino (Palma; 1980) seria feita a caracterização e distribuição dos principais agrupamentos de vegetação, bem como uma apreciação ao impacto que os trabalhos de florestação levados a cabo pela Portucel teriam na serra. As conclusões foram importantes; para além de uma enorme riqueza vegetal rara em Portugal, a serra alberga várias espécies de interesse e raridade, como o lince, que interferem de forma importante na manutenção do ecossistema. Concluiu-se também que a manutenção daquele tipo de coberto vegetal era a melhor forma de evitar o empobrecimento e destruição do solo. Quanto à florestação concluiu-se que não se teriam feito estudos que permitissem ter em conta os efeitos negativos sobre a ecologia geral da serra, que estava a ser feita num local de duvidosa aptidão e que para facilitar o trabalho de máquinas se lançou fogo à vegetação, tendo-se este estendido e destruído zonas de barrancos que não foram utilizadas na florestação. Para finalizar aconselhou-se que os trabalhos parassem de imediato limitando-se aos terrenos já destruídos e não a toda a zona inicialmente prevista.

Uma vez que na contígua Serra da Gata em Espanha, se tinham também feito várias florestações com intuítos industriais e que devido a estes a população de lince se encontrava em grave regressão, a população portuguesa de lince da Serra da Malcata encontrava-se relativamente isolada mantendo fracos contactos com os seus vizinhos. O facto do seu habitat estar a ser destruído do lado português estava a reduzir drasticamente a sua zona de ocorrência colocando em perigo a sua sobrevivência. O isolamento da população de lince da Malcata também trazia preocupação devido à prevista perda de viabilidade genética. Incorria-se no mesmo erro que os espanhóis já tinham cometido, mas desta vez com pleno conhecimento de causa.



Dado o alto valor florístico e faunístico da Serra da Malcata concluiu-se que algo teria de ser rapidamente feito para preservar o que ainda restava, uma vez que o estudo efectuado por Palma (1977) concluía que ainda existiam 30 lince na zona.

Desencadeou-se então um esforço de divulgação à população em geral do que se passava, e foram feitos vários contactos para que se encontrasse uma solução viável para o problema. Entre os contactos desenvolvidos salienta-se a UICN, as autarquias locais de Penamacor e Sabugal, Serviços de Parques e Reservas, Portucel e LPN<sup>9</sup>. A LPN esteve activamente empenhada na defesa e divulgação desta causa tendo desencadeado a celebre campanha “Salvemos o lince e a Serra da Malcata”.



Fig. 10 Postal da Campanha feita pela LPN “Salvemos o lince e a Serra da Malcata”



Fig. 11- Autocolante da Campanha

Durante esta campanha foram distribuídos materiais de divulgação alusivos ao lince-ibérico, emitidos programas na televisão e escritos vários artigos que alcançaram o seu objectivo: a sensibilização da população para o problema da conservação de uma espécie em território nacional. Foram recolhidas 46.542 assinaturas num abaixo-assinado a favor do lince-ibérico e face aos estudos apresentados e à pressão da opinião publica e dos conservacionistas foi criada a Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata com o Decreto-Lei nº294/81 de 16 de Outubro.

No entanto, os problemas de conservação do lince e do seu habitat não ficaram resolvidos com a criação da Reserva. Se a população citadina aderiu ao problema do lince, as populações locais não foram suficientemente esclarecidas, e em algumas gerou-se um clima de revolta em relação à Reserva por não compreenderem a finalidade com que fora criada nem aceitarem que estranhos viessem impor regras e limitações em terrenos que sempre consideraram seus e que exploravam há várias

<sup>9</sup> Liga para a Protecção da Natureza

gerações. Para além disso, quatro anos depois da criação deste espaço protegido a Comissão instaladora ainda não tinha tomado posse e o Plano de ordenamento da área ainda não tinha sido realizado. A Malcata foi-se tornando uma espécie de “peso morto” para o Estado que não conseguia gerir os conflitos existentes entre as várias partes, uma vez que ele próprio se encontrava representado em partes antagónicas: na Portucel como maior accionista e no papel legítimo de defensor da natureza através da criação da reserva. Com esta incapacidade de gestão de conflitos e interesses sobrepostos, cada mudança de governo que ocorria fazia pressões contra a manutenção da reserva (Bios; 1985).

Depois da criação da Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata através de Decreto de Lei várias ilegalidades foram cometidas, desrespeitando vários artigos, inclusivamente por organismos estatais. O Fundo de Fomento Florestal e a Administração Florestal de Manteigas arborizaram a parte norte da serra com espécies de crescimento rápido destruindo o habitat aí existente e a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos levou a cabo a construção da barragem da Meimoa. A Reserva foi também utilizada para treinos militares que terão causado explosões e incêndios em zonas sensíveis e perturbado a tranquilidade existente e necessária não só ao lince como a outras espécies (Gonçalves; 2002). Para além das ilegalidades, outros serviços do Estado mostravam desinteresse; o próprio Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza considerava que com a falta de pessoal e as dificuldades financeiras da altura deveria ser dada atenção a outras prioridades a nível nacional, considerando que à Reserva da Malcata se poderia dar atenção mais tarde. A falta de vontade política e o facto de o próprio Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais não estar totalmente convencido da necessidade de existência daquele espaço punham em sério risco de continuidade a existência da RNSM<sup>10</sup>. As próprias autarquias locais de Penamacor e do Sabugal tiveram a sua quota parte de responsabilidade no atraso verificado na criação da Comissão Instaladora ao não nomearem rapidamente os seus representantes, tal como lhes havia sido pedido pelo SNPRCN<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> RNSM- Reserva Natural da Serra da Malcata

<sup>11</sup> SNPRCN- Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza



A Portucel sofreu uma expropriação de terrenos aquando da promulgação do Decreto-Lei n.º 294/81; no entanto a autorização para os projectos de florestação haviam sido aprovados pela DGF, dando razão à empresa que negava qualquer valor à vegetação arbustiva do matagal mediterrânico e à sua importância na conservação do lince-ibérico<sup>12</sup>.

Segundo Abreu (1993) em 1991, ou seja dez anos depois de ter sido criada a área protegida, a Portucel levou a cabo um desmatamento, tendo dado origem a uma diminuição dos vestígios de carnívoros na zona.

Para além das dificuldades anteriormente dadas a conhecer, basta fazer uma leitura pelos Diários da República com informação relativa à Reserva da Malcata, para se perceber que outra das grandes dificuldades enfrentadas por aquele magnífico espaço foi a dificuldade de captação e fixação de pessoal especializado que quisesse ali trabalhar; só entre o ano 2000 e o ano de 2002 a Reserva teve à frente da Comissão Directiva três pessoas diferentes. De acordo com a Dra. Célia Teixeira, responsável pela Educação Ambiental da Reserva (comentário pessoal, contactada em 2003), desde que lá exerce funções (1995), já por ali passaram quatro directores diferentes, cada qual com posições diferentes em relação a determinados assuntos.

Apenas com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2001 se regulamentou em que moldes seria elaborado o Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata, ou seja, vinte anos depois da sua criação e numa altura em que através dos sucessivos estudos efectuados se acabou por verificar que a população de 30 lince-ibéricos que Luís Palma estimava existir na serra há cerca de 24 anos atrás havia praticamente desaparecido, como se pode verificar nos mapas de distribuição das figuras 13, 14 e 15.

---

<sup>12</sup> Esta informação foi recolhida através da leitura da transcrição integral da Acta da reunião que se realizou na Câmara Municipal em Penamacor em 21 de Outubro de 1985; faz parte das posições assumidas pelos representantes do SNPRCN. A publicação desta Acta foi realizada na revista da LPN (Bios N.º 31; 1985), pois foi a entidade que patrocinou esta reunião.



Fig. 12- Uma das várias placas que indica a localização da Reserva Natural da Serra da

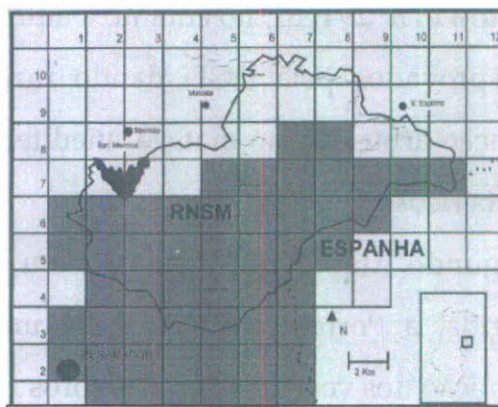


Fig. 13 Área de distribuição estimada por Palma em 1976/77- Adaptado de

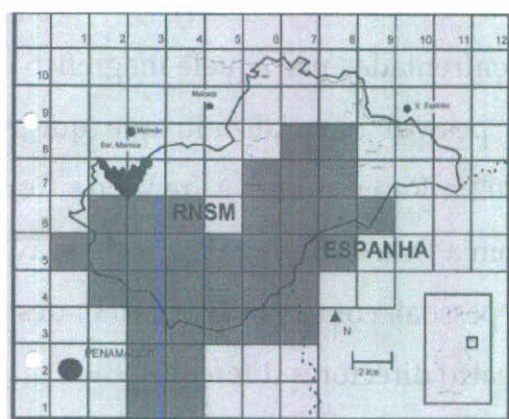


Fig. 14 Área de distribuição estimada por Castro em 1992- Adaptado de Sarmento; 1995

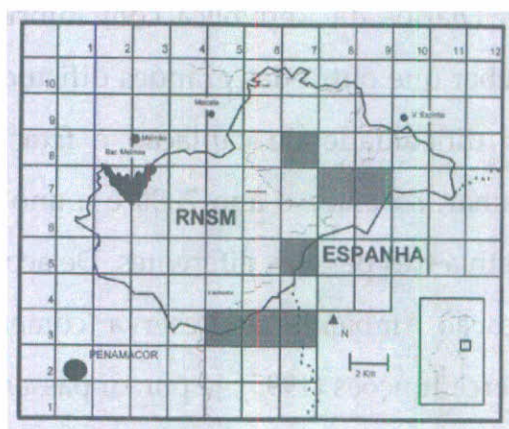


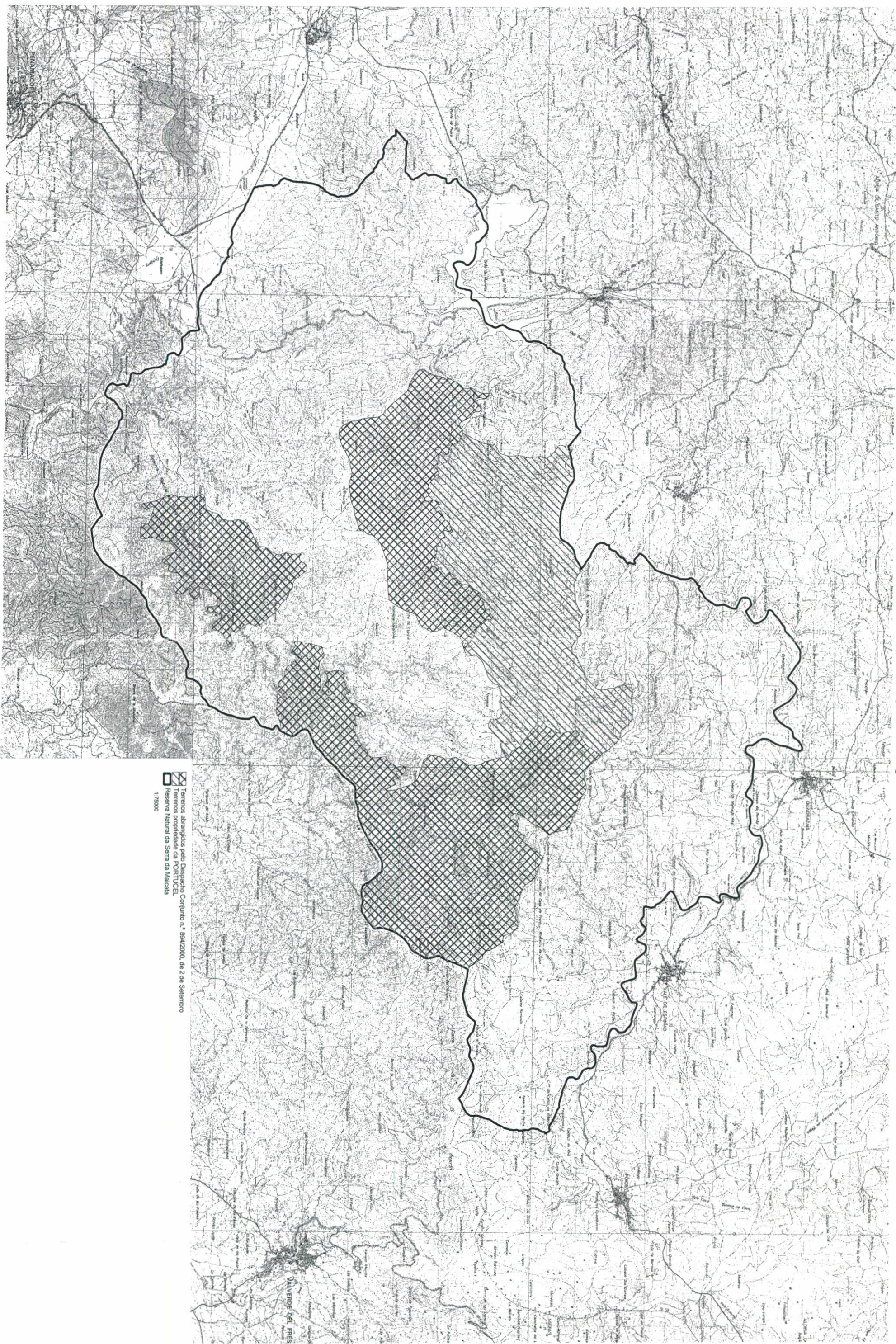
Fig. 15 Área de distribuição estimada num estudo efectuado em 1995 (Sarmento;1995)

Actualmente a Portucel ainda possui terrenos seus no interior da Reserva, mas de acordo com informações fornecidas pelo engenheiro Tiago Oliveira (com. pessoal, contactado em 2003), que trabalha para esta empresa, a celulose limita-se a cumprir aquilo que a direcção da Reserva considera serem as medidas de conservação mais adequadas, colaborando na detecção e combate a incêndios sempre que necessário. A mesma fonte desconhece se a empresa chegou a ser indemnizada como pretendia pela expropriação de que os seus terrenos foram alvo. Colocada a mesma questão à Dra. Célia Teixeira, esta informou que o ICN enquanto organismo que tutela as áreas protegidas tem desenvolvido esforços no sentido de adquirir os terrenos que estão na posse de privados, nomeadamente os que estão na posse da Portucel, mas nem todos foram ainda adquiridos, como se pode ver no mapa da Figura 16, onde se verifica que a empresa de celulose possui ainda uma vasta área.





Fig. 16 Mapa da RNSM onde estão assinaladas as áreas da Portucel



Terrenos abrangidos pelo Despacho Conjunto n.º 894/2000, de 2 de Setembro  
Terrenos propriedade da PORTUCEL  
Reserva Natural da Serra da Malcata  
1:70000



O facto de os estudos efectuados mostrarem que o lince regrediu rapidamente na Serra da Malcata e de o último senso efectuado não mostrar indícios da presença do animal não é motivo para baixar os braços e desistir da sua conservação entregando a serra à exploração económica desenfreada das plantações industriais. Segundo Palma (1981), em Doñana onde existe hoje um núcleo estável e com reprodução, a população de lince chegou ao limiar da extinção local e quinze anos depois havia recuperado tornando-se abundante, não só dentro do Parque Nacional como nas herdades mais próximas. Do mesmo modo, certas áreas que existem situadas fora do perímetro da Reserva da Malcata não poderão ser esquecidas, uma vez que apresentam uma elevada adequação para o lince e sempre que possível deve aumentar-se essa área através da plantação e manutenção de manchas de bosque e matos mediterrânicos (Castro; 1992).

O desaparecimento da vegetação mediterrânica tem merecido mais preocupação a nível internacional do que propriamente a nível nacional; o Conselho da Europa tem sido um desses defensores, tendo mesmo chegado a elaborar, de acordo com Palma (1981), vários estudos. Tendo por base os estudos efectuados foi redigido um texto com recomendações aos países onde este tipo de vegetação existe, e onde se aconselha um esforço para limitar as plantações com espécies de crescimento rápido circunscrevendo-as apenas a locais de fraco valor biológico. É ainda recomendado que se deve recuperar a vegetação natural onde seja possível; é mesmo utilizada a palavra proibir quando se fala de monocultura intensiva em áreas muito vastas, sendo preferível que se façam plantações em mosaico ou faixas alternadas com os elementos naturais do matagal e da floresta climática. Para terminar, é recomendado que a vegetação mediterrânica seja incluída no estabelecimento de áreas protegidas no âmbito das reservas biogenéticas da Europa, bem como na cadeia de reservas da biosfera da UNESCO/PNUA.

Actualmente, a RNSM para além de se encontrar protegida a nível nacional pelo Decreto-Lei n.º 294/81 de 16 de Outubro, foi reclassificada mantendo o mesmo estatuto, através do Decreto Regulamentar n.º 28/99 de 30 de Novembro; encontra-se inserida em várias redes internacionais de conservação como a Rede Europeia de Reservas Biogenéticas, Zona de Protecção Especial para a Avifauna (ZPE) e Sítio de Importância Comunitária proposto para integrar a Rede Ecológica Europeia de Zonas Especiais de Conservação -Rede Natura 2000 (Gonçalves et al. ; 2001). A Serra da Gata Estremenha



em conjunto com o sector da Barragem de Borbollón, foi incluída em 1997 pelo ICONA no Inventario abierto de Espacios Naturales de Protección Especial. Faz também parte do Programa de Áreas Importantes para Aves da Sociedade Espanhola de Ornitologia. Tem fronteira com vários espaços protegidos, nomeadamente, com a RNSM do lado português, e a norte com a Paisagem Protegida de El Rebollar em Salamanca. No sector em causa existem duas pequenas Reservas Biológicas: Reserva biológica del buitre negro no Valle del Arrago e a Reserva ornitológica da barragem de Borbollón. Existem outros locais de prioritário interesse natural em Castañar del Soto, no Valle de la Veja de San Martin de Trevejo, a Cervigona em Acebo e a Serra de Santa Olalla entre Cilleros e Hoyos.

A RNSM procedeu a reflorestações e também foram desenvolvidos trabalhos de modo a que se procedesse à manutenção de práticas da agricultura tradicional, como a abertura de zonas de pastagem, uma vez que esta é uma das formas de conservar e diversificar os habitats. Segundo Costa (1997), tiveram lugar dois períodos de reflorestação: de 1987 a 1989 e de 1994 a 1997; o primeiro decorreu com o apoio do Programa de Acção Florestal/ 1987 e o segundo no âmbito do Fundo de coesão/ 1994. Foram usadas técnicas de intervenção diferentes em cada um deles, mas as espécies semeadas foram as mesmas nos dois casos: azinheira e carvalho negral. Verificou-se após a sementeira uma taxa de insucesso bastante alta, dadas as características da fauna aí existente: javalis e roedores destruíram ou comeram boa parte das sementes usadas na plantação.

No que se refere à manutenção das actividades agrícolas tradicionais, estas têm sido mantidas e desenvolvidas pelos técnicos da Reserva, pois as pessoas que em tempos remotos se ocupavam dos trabalhos agrícolas no interior da serra já não o fazem; têm sido semeadas várias searas ao longo da serra de modo a formar o mosaico



Fig. 17 Em primeiro plano e ao longe searas semeadas pelos técnicos da Reserva

vegetativo adequado à presença de lince-ibérico. Desta forma conseguem os biólogos fomentar o crescimento de alimento para o coelho-bravo que é a presa principal do lince.

Para além de toda a protecção dedicada à Reserva , e tal como já foi salientado anteriormente, importa preservar também as zonas circundantes, pois também elas possuem boas potencialidades para a presença do lince. No entanto, as zonas circundantes mostram uma evolução do coberto vegetal nada favorável à presença do animal. De acordo com dados recolhidos a partir de inventários florestais da DGF, desde 1965/1974 a 1998 (entre 24 e 33 anos) a área ocupada por espécies de crescimento rápido, principalmente eucalipto, cresceu de uma forma exponencial, e os distritos de Castelo Branco e da Guarda não fogem à regra, ainda que a espécie que continua a dominar seja o pinheiro-bravo.

No inventário de 1974, publicado em 1978, o distrito de C. Branco apresentava 156,7 hectares arborizados com pinheiro-bravo, e 12,7 hectares com eucalipto, que ainda não era superior à área ocupada com azinheira (39,4 hectares), mas já o era por comparação com o carvalho (4,9 hectares); o sobreiro ocupava então uma área de 21,3 hectares. (Quadro da Figura n.º18)

No novo inventário de 1990, podemos observar a evolução das espécies, constatando que a área de eucaliptos mais do que duplicou e a de pinheiro continua a crescer, ao invés das espécies autóctones da Península Ibérica que decrescem, com excepção do carvalho que teve uma pequena subida.

Análise análoga deve ser feita em relação ao distrito da Guarda onde se situa o concelho do Sabugal por onde ainda se estende a Serra da Malcata. De acordo com o Inventário Florestal publicado em 1978, mas com dados fotográficos recolhidos em 1965, o distrito da Guarda é tal como o de Castelo Branco dominado pelo pinheiro-bravo, mas o eucalipto praticamente não tinha expressão, existindo apenas em 0,08 hectares. Não existem valores atribuídos à presença de carvalho naquele distrito, o quererá indiciar que não existia lá ou então que existia em tão pouca quantidade que não foi detectado através da fotografia aérea.

É importante referir que a área do distrito da Guarda é inferior à do distrito de C. Branco, apresentando o primeiro uma área de 5534,9 hectares para uma taxa de



arborização de 17%, enquanto que o segundo tem uma área de 6629,6 hectares para uma taxa de arborização de 36%.

**Fig. 18 Comparação das coberturas vegetais dos Distritos de C. Branco e Guarda em 1974 e 1990 (Áreas em 1000 hectares)**

<b>Distrito →</b>	<b>Castelo Branco</b>		<b>Guarda</b>	
<b>Espécie ↓</b>	<b>1974</b>	<b>1990</b>	<b>1974</b>	<b>1990</b>
Pinheiro	156,7	190,8	72,0	74,7
Eucalipto	12,7	36,7	0,08	0,2
Sobreiro	21,3	14,1	1,6	1,9
Azinheira	39,4	31,8	1,4	0,9
Carvalho	4,9	7,2	-	15,6

Fontes: Distribuição da Floresta em Portugal Continental, 1978 e 1993.

Segundo a QUERCOS (2000), o Inventário Florestal Nacional apresentado em 1995/1998, ou seja o último realizado, foi em parte pago pelas empresas de celulose, o que poderá querer indiciar que os dados aí constantes relativos à área ocupada por eucaliptal poderão pecar por defeito. Verificou-se também que a apresentação dos dados do inventário é bastante diferente dos que foram analisados anteriormente; já não é possível consultar os dados referentes às áreas ocupadas pelas diferentes espécies por distrito, sendo apenas só possível fazê-lo por NUTS II, o que quer dizer que é apresentada uma região muito maior. No entanto, verifica-se que o pinheiro continua a dominar e que o eucalipto se lhe segue, deixando as espécies florestais autóctones a uma distancia enorme; para se ter uma ideia, a soma das áreas dos povoamentos florestais por espécie de árvore dominante nas espécies autóctones sobreiro, azinheira e carvalho é de 117 662 hectares, o que corresponde a cerca de metade da área actualmente ocupada pelas plantações de eucalipto em toda a região Centro.

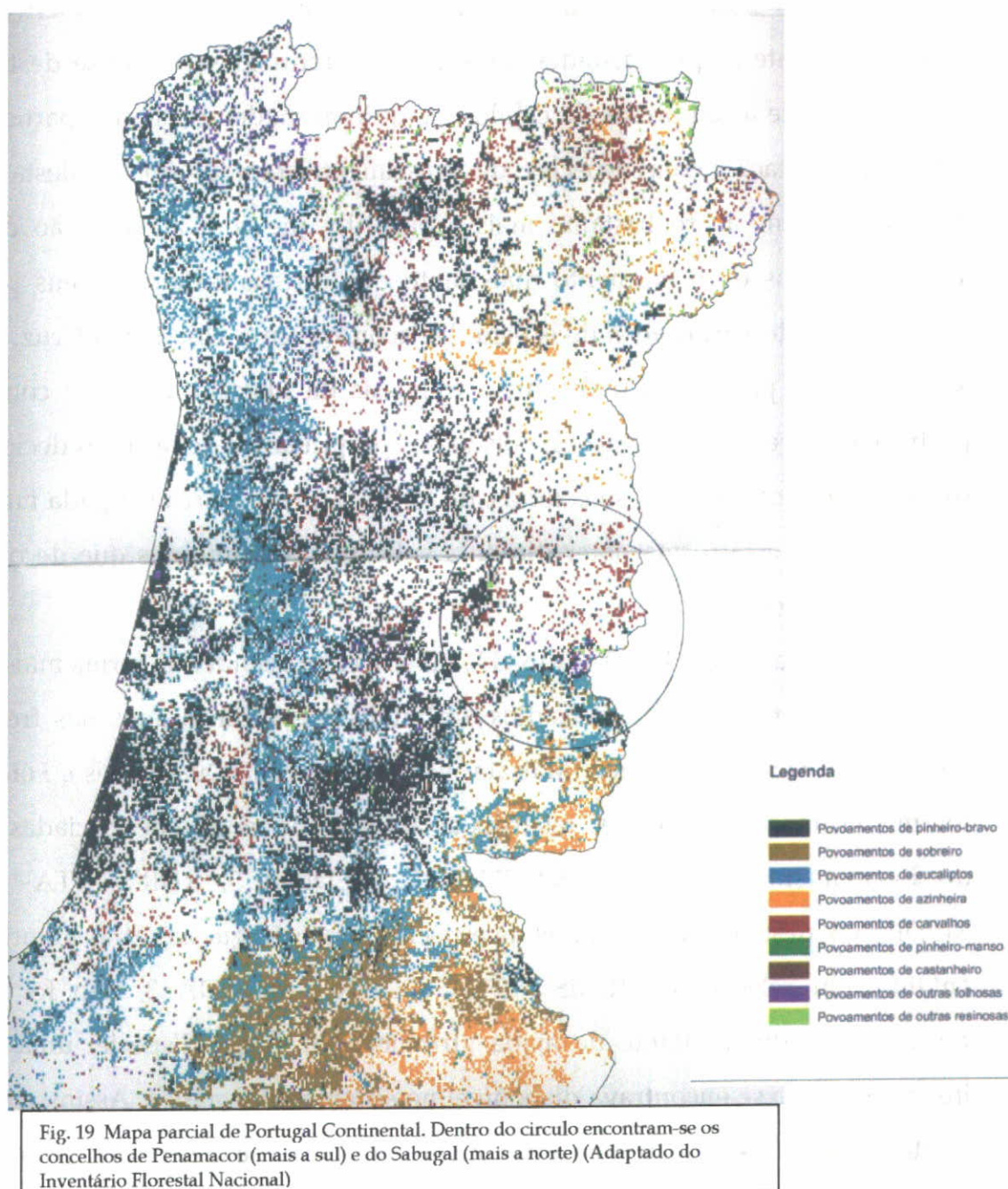
Mesmo dentro das áreas da Rede Natura 2000 da Região Centro se verifica que os terrenos ocupados pelas várias espécies que têm sido objecto de análise deste trabalho é favorável ao pinheiro, que ocupa 55% do total da área da Rede Natura da região centro, seguida do carvalho com 17%, que é de perto acompanhada pelo

eucalipto com 14%; muito longe de ocupar estas extensões estão o sobreiro (2%) e a azinheira (5%). (DGF; 2001)

Quanto às áreas protegidas da Região Centro, verifica-se que o panorama não é muito diferente: o pinheiro continua a liderar a área ocupada com 58% do total, ocupando o eucalipto o segundo lugar com 12% que correspondem a 6755 hectares de terreno, o carvalho em terceiro muito próximo do anterior 12% (7161 ha); a azinheira ocupa aqui uma parcela um pouco maior (11%), enquanto que o sobreiro continua a ser a espécie menos encontrada (2%).

A taxa de ocupação por espécie, bem como os povoamentos florestais, aparecem neste Inventário sob a forma de mapa; assim pode verificar-se quais os povoamentos florestais predominantes nos concelhos de Penamacor e Sabugal, no mapa parcial de Portugal da Figura 19. É predominante a sul o eucalipto e o pinheiro-bravo, existindo ainda nessa zona poucos povoamentos dispersos de sobreiro. Mais a norte, correspondendo ao concelho do Sabugal, são visíveis povoamentos menos concentrados que dizem predominantemente respeito a carvalho, outras folhosas e pinheiro-bravo.





Segundo a QUERCOS (2000; 23) Portugal tem já a maior área de eucaliptal plantado no mundo, em termos percentuais, superior mesmo à área de origem, na Tasmânia, ao sul da Austrália. Esta situação só é possível no nosso país devido à falta de sensibilidade ambiental de muitos proprietários de terrenos florestais, à falta de verdadeiros incentivos para plantação de espécies autóctones, mas principalmente devido à legislação vigente, que se aparentemente parece negar a concessão de subsídios à plantação de espécies de crescimento rápido, por outro lado concede-lhos quando refere no anexo II da Portaria n.º 448-A/2001 de 3 de Maio que *Em projectos com menos de 5 ha são elegíveis todas as espécies adaptadas ecologicamente; sabendo que no interior do*

país onde se situa o habitat favorável à existência do lince-ibérico vigoram maioritariamente as propriedades de dimensões reduzidas, abrem-se desta forma as portas para que as empresas de celulose adquiram madeira a vários particulares que façam a plantação com espécies de crescimento rápido; obtêm desta forma os proprietários um lucro bastante mais rápido do que com a plantação de espécies autóctones, mas de crescimento mais lento que apenas fariam os seus possuidores lucrar ao fim de vários anos de espera. De acordo com a Dra. Joana Cruz, bióloga da Reserva (com. pessoal), actualmente a freguesia da Malcata debate-se com um sério problema a nível das florestações, pois vários proprietários de terrenos decidiram unir-se e plantar eucaliptos nas suas terras, de forma a tornar a área ocupada mais extensa, conseguindo dessa forma obter direito a subsídios comunitários que de outra forma lhes seriam negados.

Foi contactado o IFADAP/INGA, para se compreender de forma mais concreta a realidade das plantações e subsídios atribuídos nos últimos anos nas freguesias de Penamacor, Meimão, Meimoa, Malcata, Vale de Espinho, Quadrazais e Fóios. Para tal foram solicitadas informações relativas às áreas arborizadas e beneficiadas no âmbito do Regulamento (CEE) 2080/92, PAMAF- MEDIDA 3, RURIS- FTA<sup>13</sup> e AGRO-MEDIDA 3, desagregadas ao nível da espécie, para as freguesias atrás identificadas; no entanto, em relação ao RURIS – FTA e AGRO MEDIDA 3, não foi possível o fornecimento do montante de ajuda atribuída por Acção/Espécie, uma vez que a informação não se encontrava disponível no sistema informático. Assim, a informação limita-se ao subsídio atribuído ao nível da Junta de Freguesia para acções de arborização e beneficiação para o global das espécies. Nos mapas das Figuras 20, 21, 22 e 23 é possível observar os gráficos que mostram os hectares ocupados por cada espécie que recebeu subsídio, na respectiva freguesia.

---

<sup>13</sup> FTA- Florestação de Terras Agrícolas



Fig. 20- Distribuição das espécies por ha ao abrigo do regulamento AGRO Medida-3

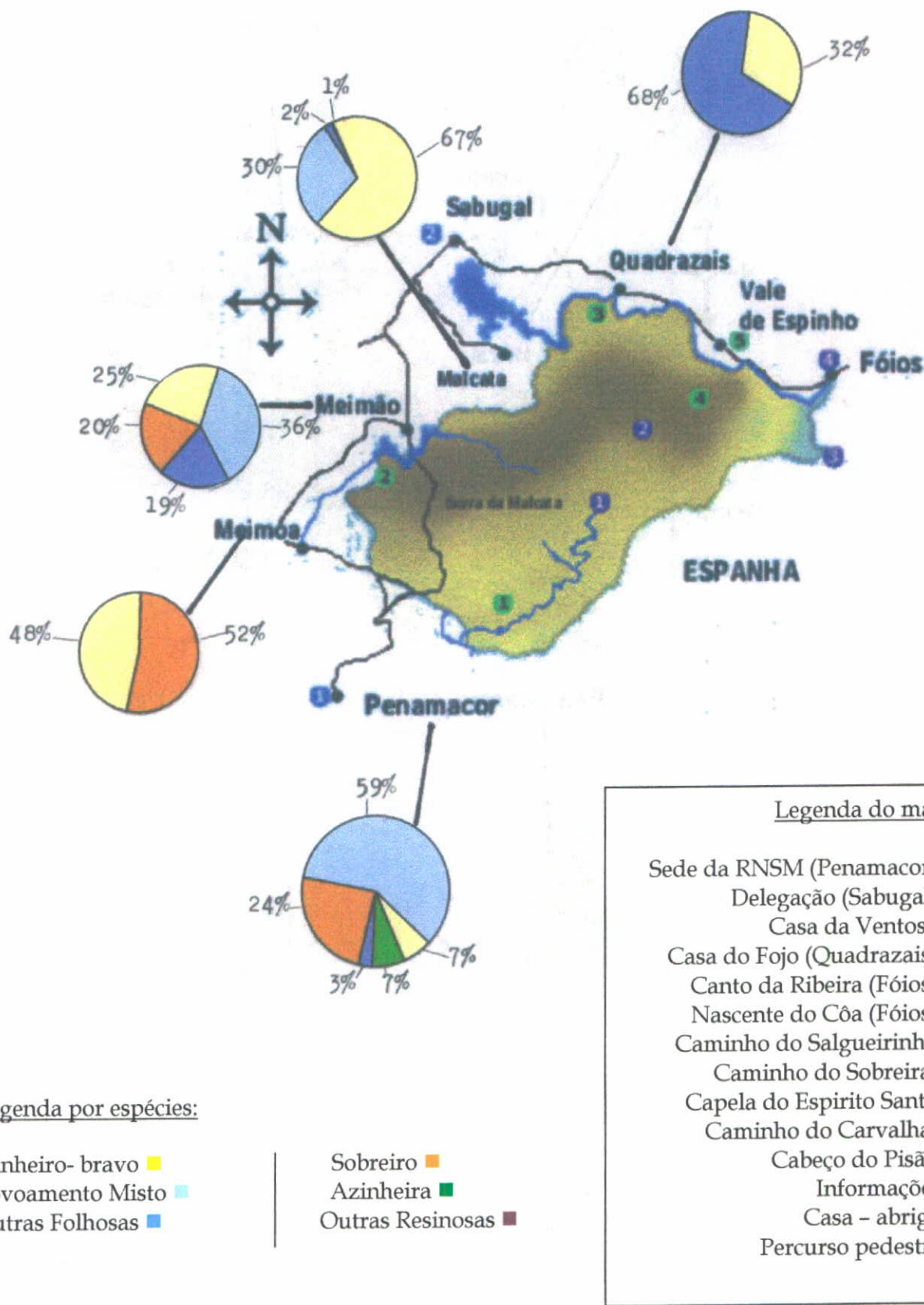


Fig. 21- Distribuição das espécies por ha ao abrigo do regulamento RURIS- FTA

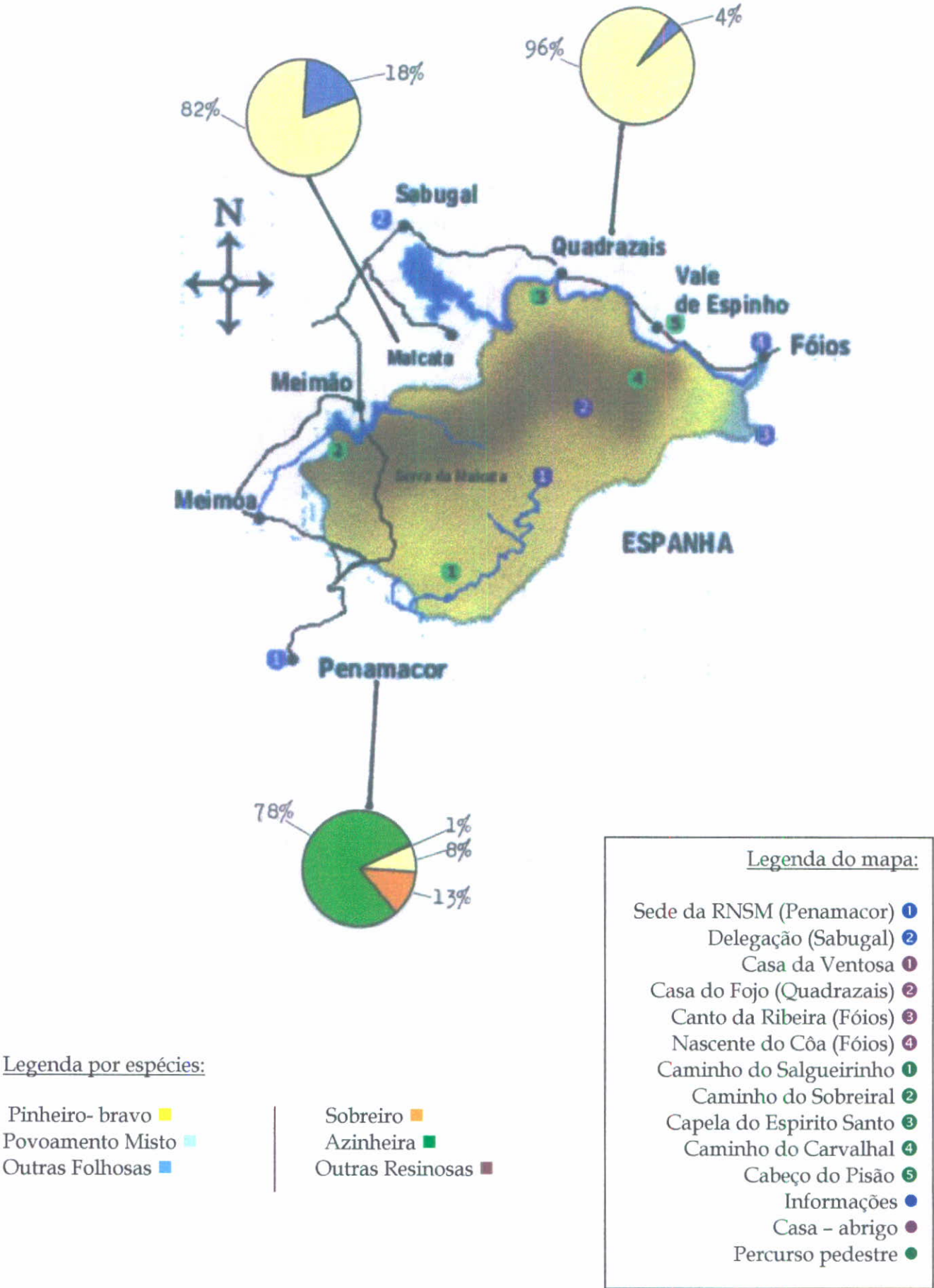




Fig. 22- Distribuição das espécies por ha ao abrigo do regulamento PAMAF Med.- 3

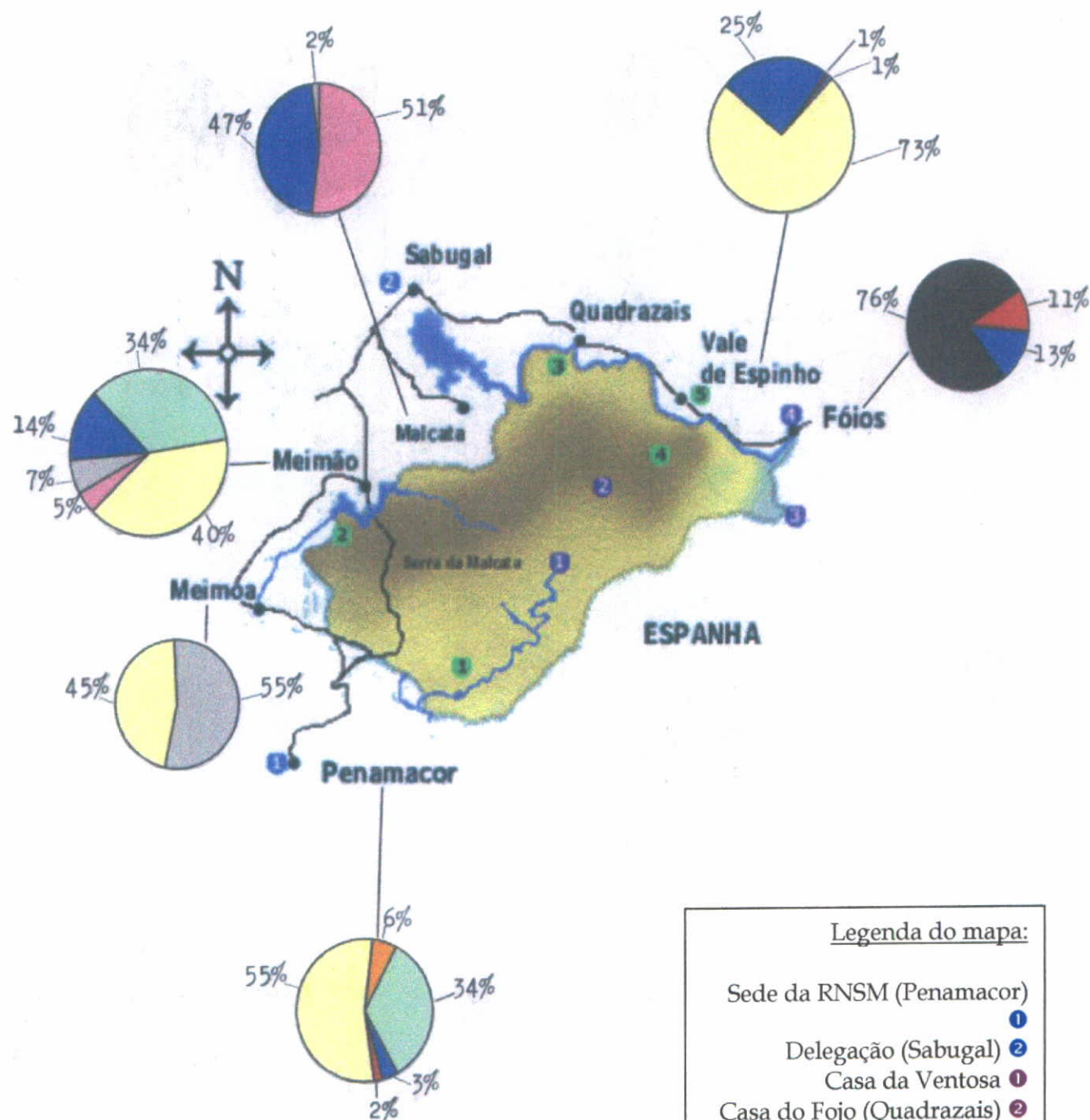
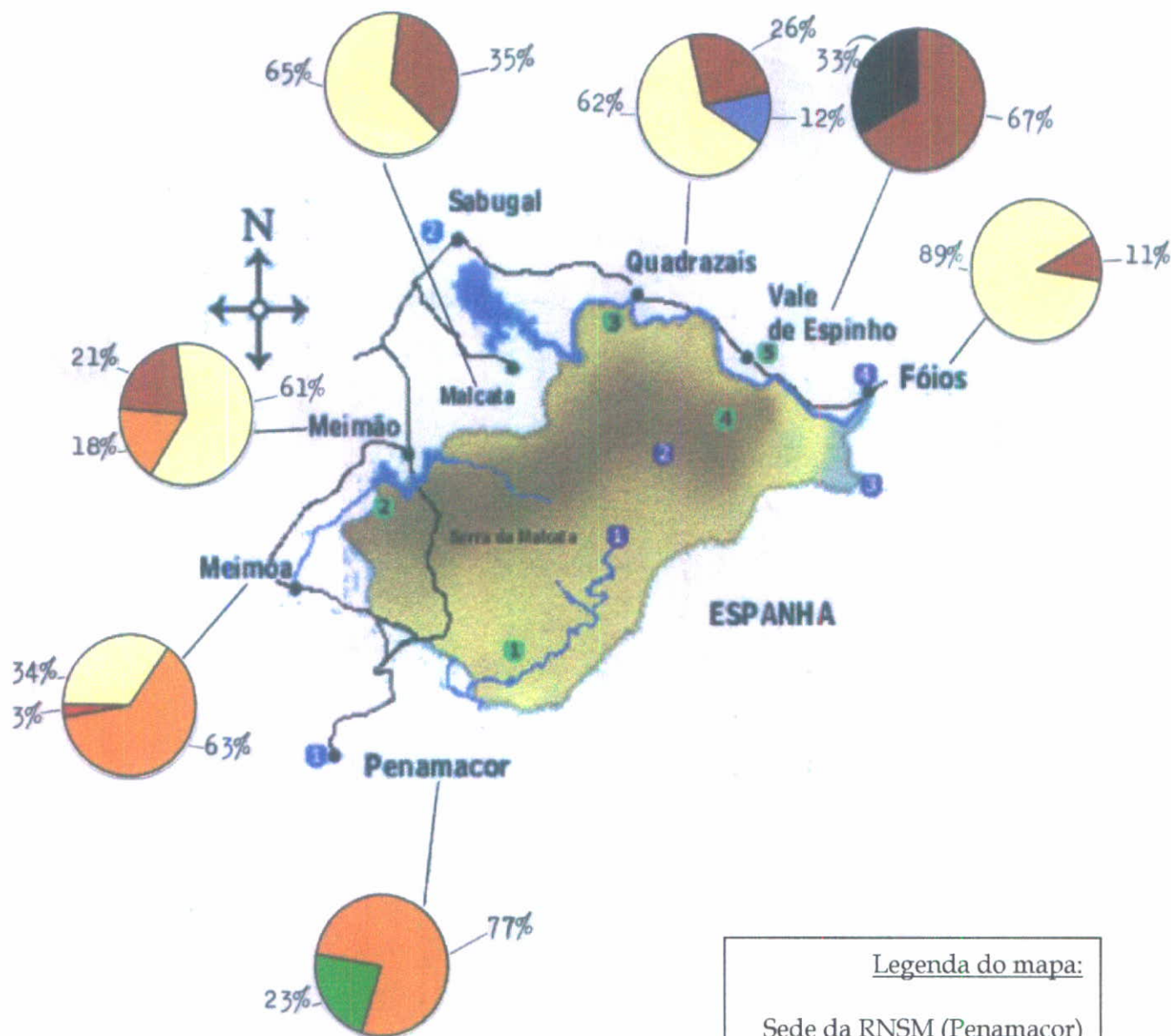


Fig. 23- Distribuição das espécies por ha ao abrigo do Regulamento (CEE) 2080/92



Legenda por espécies:

- |                                 |   |                  |   |
|---------------------------------|---|------------------|---|
| Pinheiro- bravo                 | ■ | Sobreiro         | ■ |
| Pinheiro-bravo + castanheiro    | ■ | Carvalho- negral | ■ |
| Pinheiro-bravo + out. resinosas | ■ | Castanheiro      | ■ |
| Pinheiro-bravo + carvalhos      | ■ | Azinheira        | ■ |
| Cedro Buçaco/Arizona            | ■ | Outras Folhosas  | ■ |
| Pseudotsuga + castanheiro       | ■ |                  |   |

Legenda do mapa:

- Sede da RNSM (Penamacor) ①
- Delegação (Sabugal) ②
- Casa da Ventosa ①
- Casa do Fojo (Quadrazais) ②
- Canto da Ribeira (Fóios) ③
- Nascente do Côa (Fóios) ④
- Caminho do Salgueirinho ①
- Caminho do Sobreiral ②
- Capela do Espírito Santo ③
- Caminho do Carvalhal ④
- Cabeço do Pisão ⑤
- Informações ④
- Casa - abrigo ⑤



Continua, portanto a ser o Estado o grande impulsionador da redução da biodiversidade em Portugal; vinte e três anos volvidos depois da criação da Reserva Natural da Serra da Malcata e apesar de aquele espaço ser protegido por lei, o lince continua a ter de enfrentar a pressão dos interesses económicos que insistem em localizar-se nas zonas erradas, pois os animais que futuramente vierem a ser reintroduzidos na Malcata não conhecerão o risco fronteiriço que demarca o início e o fim da Reserva e circularão dentro e fora dela onde a vegetação se lhes afigurar mais favorável ao seu modo de vida. Importante seria que as zonas identificadas como favoráveis fora da Reserva assim permanecessem sem ser engolidas pelas monoculturas, que cada vez mais ficou demonstrado, se desenvolvem nos distritos por onde se estende esta bela serra.

## 2.2. As pressões exercidas sobre o coelho-bravo, a presa base do lince-ibérico indispensável à sua sobrevivência

### 2.2.1 As doenças

A Península que hoje habitamos foi antigamente chamada de Hispania, que quer dizer terra de coelhos (Gonçalves et al.; 2001). O elevado número de coelhos que aqui existiu proporcionou o desenvolvimento de uma grande diversidade de espécies, sobretudo predadores, que se especializaram na sua caça, como o lince e várias aves de rapina. A sua abundância, facilidade de adaptação e de reprodução eram tais, que durante o período dos descobrimentos foram introduzidos na Austrália como espécie exótica, onde sem predadores naturais atingiram um número tão elevado que puseram em perigo a flora local e consequentemente a fauna que dela se alimentava. Na Europa aconteceu o mesmo problema: fora da península o seu número que era controlado pelos seus numerosos predadores locais multiplicou-se e ameaçava gravemente a agricultura e a vegetação local. O que terá então provocado a regressão do coelho outrora tão abundante?

Na década de 50, um médico francês desenvolveu uma forma de controlar o número de coelhos, alegadamente por estes lhe destruírem constantemente o jardim (Gonçalves et al.; 2001). Introduziu então a mixomatose, um vírus que viria a revelar-se de tal forma mortífero, que eliminou em determinadas regiões da Europa (como por exemplo em Portugal e Espanha), cerca de 90% dos coelhos aí existentes. Este vírus, que



Fig. 24 Coelho afectado pela mixomatose  
(Adaptado de Mathias et al.)

originalmente existia apenas nos coelhos americanos, mas que posteriormente se tornaram resistentes à doença, foi mais tarde introduzido na Austrália para controlar a praga em que os coelhos se haviam transformado (Costa; 1963 e Palma; 1981). Quando foi introduzido neste país verificou-se aquilo que se pensava ser um enfraquecimento do vírus ou um aumento da resistência dos coelhos, crendo-se que os sobreviventes



poderiam vir a constituir uma base futura para uma associação equilibrada entre hospedeiro e vírus (Costa; 1963). Ainda de acordo com Palma na mesma obra citada, Portugal e a Espanha terão sido atingidos pela mixomatose em 1952, mas só em 1957/58 a doença se terá desenvolvido, atingindo uma mortalidade inicial de 95%, e actuando segundo Rufino et al. (1998) de quatro em quatro anos.

Foi já referido que o lince-ibérico evoluiu em simultâneo com o coelho-bravo (Palma; 1981) e (Beltrán; 1987), sendo este tão importante que terá mesmo dado origem a alterações na morfologia do felino, que em comparação com o seu parente lince-boreal diminuiu de tamanho em função da sua presa. A importância do coelho para a sobrevivência do lince é tal que chega a atingir em certos casos 90% do total da sua alimentação (Palma; 1980).

Vários estudos já referidos, em que se analisaram excrementos e tubos digestivos de alguns animais, permitiram aos biólogos e investigadores concluir que o lince-ibérico é do ponto de vista alimentar praticamente dependente do coelho para sobreviver. Não é então de estranhar que após a chegada da mixomatose à Península Ibérica que provocou o decréscimo acentuado e abrupto do número de coelhos a quantidade de lince tenha decaído também. Delibes et al. (1975) e Palma (1977) referem que o lince terá sido obrigado a ampliar o seu território (baixando ainda mais a densidade, que nos felinos já é naturalmente baixa por serem animais territoriais) devido à escassez de presas, e a caçar em locais inapropriados e desconhecidos, expondo-se assim à população humana, uma vez que tinha de se alimentar nas suas imediações.

Para além da actuação negativa da mixomatose, o coelho que partilha, os mesmos terrenos que o lince, enfrentava tal como este o problema da destruição e diminuição do seu habitat (Robins; 1984), bem como o abandono da agricultura tradicional onde conseguia muito do alimento que fora no passado uma das chaves do seu sucesso. Tendo a agricultura sido abandonada pela população que emigrou os matos invadiram os campos onde o coelho se alimentava. De acordo com Palma (1977) encontrava-se o coelho bem representado na Serra da Malcata nos terrenos arbustivos, variando aparentemente a sua abundância em função da disponibilidade alimentar da vegetação.

Estudos realizados em Espanha, mais concretamente em Doñana, corroboram a dependência do felino em relação ao coelho; Delibes et al.(1990) afirma que nas zonas em que o coelho regrediu mais lentamente o desaparecimento do lince foi também mais lento, sendo o contrário também verdade nas zonas em que o coelho desapareceu rapidamente. Segundo Valverde (1957) a presença do lince e a sua abundância dependem da presença do coelho, sendo o mesmo referido por Castro (1992) na Serra da Malcata, quando se refere a indícios que indicam a presença do felino.

Tornando-se o coelho um recurso alimentar tão escasso as várias espécies de predadores que dele se alimentavam entraram em regressão, não sendo o lince o único a diminuir o seu número de efectivos. Quando os recursos alimentares escasseiam as espécies que deles se alimentam tendem a diminuir a pressão sobre a presa, sendo uma das formas de baixar a pressão a procura de presas alternativas ou a baixa procriação. No primeiro caso verificaram os investigadores e biólogos que o lince não soube responder adequadamente, pois o seu grau de especialização é de tal ordem que a caça de outras presas é rara, ainda que possível; Valverde na obra citada, refere que em Doñana foram encontrados restos de veados e corços enterrados como é usual pelo lince, e Delibes et al. (1975) refere que na Serra da Gata após a eclosão da mixomatose um lince terá atacado algumas cabras. Quanto à procriação, são várias as espécies em que as fêmeas só entram em cio se houver disponibilidade de alimento suficiente para alimentar as crias e o lince não foge à regra.

Apesar de mortífera, a actuação da mixomatose estabilizou e permitiu mesmo uma pequena recuperação no efectivo de coelhos. Castro (1992) refere que também houve uma maior estabilidade da população de lince da Serra da Malcata no final da década de 60 e início da década de 70. No entanto, quando se deu esta estabilização uma outra doença viria a afectar gravemente o coelho: a doença hemorrágica viral que começou a actuar no início da década de 90 de forma rápida e veio a afectar todo o país. Um estudo levado a cabo pelo ICN em 1998, concluiu que a doença hemorrágica viral tem uma expressão muito grande nas zonas ocupadas pelo lince e que muitas dessas zonas em que a doença actua foram alvo de repovoamentos com animais de proveniência duvidosa, nomeadamente zonas espanholas afectadas. Segundo



Gonçalves et al. (2001), em Portugal e Espanha hoje apenas existem 5% dos coelhos que existiam em 1950.

Em 1963, Costa referia que nos restantes países europeus haviam sido feitos estudos acerca da propagação da mixomatose no coelho-bravo, para avaliar o impacto na caça, animais selvagens e animais domésticos. No entanto, até aquela data não haviam sido realizados em Portugal quaisquer estudos acerca deste problema.

### 2.2.2 A caça

Actualmente o coelho continua a existir em número reduzido na Serra da Malcata, devido às doenças anteriormente descritas. No entanto, apesar da sua rarefacção e apesar de se tratar de um elemento vital à sobrevivência do lince-ibérico, continua a ser a espécie de caça menor mais procurada pelos caçadores portugueses e espanhóis, ainda que se considere que tem um papel chave na estrutura dos ecossistemas mediterrânicos e se encontrem as suas populações nível nacional bastante fragilizadas (DGF; 1998). Se na década de 70 a destruição do habitat do felino na serra da Malcata constituiu um grave problema, hoje a escassez de alimento pode considerar-se o factor que mais negativamente influi para que se encontrem pistas da presença do animal. Poderá constituir inclusivamente no futuro um sério entrave a uma possível reintrodução da espécie na Reserva, pois os técnicos não cometerão a inconsciência de soltar neste espaço protegido animais cuja alimentação não esteja assegurada<sup>14</sup>, uma vez que se não houver coelhos suficientes os animais não se fixarão e abandonarão o espaço protegido à procura de alimento.

A caça é sem duvida uma actividade com larga tradição e aceitação em Portugal e em Espanha. O facto de mundialmente se ter comprovado através de estudos e investigações (alguns deles apresentados no primeiro capítulo desta tese), que a caça em excesso ou a sobre exploração de uma determinada espécie pode levar à extinção de uma ou várias espécies, tem levado a que cada vez mais se oiça falar em caça sustentável. No entanto a implementação desta ideia no nosso país e no país vizinho não foi ainda posta em prática; basta referir que nos dois países o número de caçadores

---

<sup>14</sup> Comentário pessoal da Dra. Joana Cruz, Bióloga da RNSM.

tem aumentado substancialmente e o número de espécies cinegéticas tem regredido (Fernandes; 1992). De acordo com Mansinho et al. (2002) existem cerca de 200 000 caçadores em Portugal.

A comprovar a crescente diminuição de espécies cinegéticas nos dois países, principalmente do coelho-bravo, está o aumento de repovoamentos<sup>15</sup> a que têm recorrido nos últimos anos as associações de caça.

Oficialmente, considera-se que 95% do território nacional tem boa aptidão cinegética, sendo esta repartida por terrenos florestais (3,3 milhões de hectares), terrenos agrícolas (3 milhões de hectares), terrenos incultos (2,1 milhões de hectares) e zonas húmidas (0,2 milhões de hectares) (DGF; 1998). Importa ainda referir que em Portugal é permitido caçar, ainda que de forma restrita e condicionada, nas áreas classificadas – áreas que são consideradas de particular interesse para a conservação da Natureza, nomeadamente áreas protegidas, sítios da Lista Nacional de Sítios, sítios de interesse comunitário, zonas especiais de conservação e zonas de protecção especial (Dec. Lei n.º 227-B/2000 de 15 de Setembro; Artigo 2º alínea g), o que constitui uma flagrante contradição com os princípios que regeram e deram origem à criação de tais locais de protecção e conservação da natureza. No entanto, o mesmo Decreto-Lei anteriormente citado, no mesmo artigo, mas desta vez na alínea i), permite que existam áreas de refugio (...)ou locais cujos interesses específicos da conservação da Natureza justifiquem interditar a caça o que traz ambiguidade à lei, permitindo servir os interesses de quem melhor a souber explorar.

Existem argumentos tanto a favor como contra a caça; argumenta-se a favor desta actividade que é um direito dos povos e que pode ser regulamentada, mas nunca proibida e que foi ela que permitiu a conservação de vários espaços naturais, tendo os caçadores actuado como uma garantia da manutenção da fauna. Os caçadores consideram que se limitam a explorar um recurso natural renovável, sendo eles próprios controladores da densidade de várias espécies em benefício da agricultura e da regeneração florestal. Provavelmente o factor que mais peso tem para quem se

---

<sup>15</sup> De acordo com definição existente no Decreto - Lei n.º 227-B/2000, repovoamento é a libertação num determinado território de exemplares de espécies cinegéticas com o objectivo de atingir níveis populacionais compatíveis com as potencialidades do meio.



dedica a esta actividade, é o facto de ser economicamente rentável contribuindo para gerar riqueza e sustentar toda a indústria que fornece quer caçadores, quer gestores; para além destes motivos economicamente rentáveis, a caça fornece matéria prima para indústrias de transformação (Mansinho et al.; 2002 e Vargas et al.; 2001). No que diz respeito aos argumentos contra a caça, estes são vários e raramente são em benefício directo do próprio Homem (ao contrário dos anteriores argumentos a favor da caça, que se poderá mesmo dizer que são a favor do Homem). Ainda de acordo com Vargas et al. (2001), a caça atenta de forma directa e indirecta contra as espécies protegidas e produz mortalidade em massa entre as espécies cinegéticas, sendo responsável pela extinção de 270 espécies nos quatro últimos séculos. A actividade venatória coloca em perigo várias espécies devido aos disparos de armas, e ao emprego de métodos ilegais de captura (principalmente venenos). Os caçadores competem directamente com os predadores pelos mesmos tipos de presas. Constitui também um perigo grave para o meio ambiente, uma vez que as várias toneladas de chumbo deixadas nos campos provocam contaminações e envenenamentos massivos de aves. Há pressão cinegética excessiva que é exercida sobre algumas espécies tendo de se recorrer a repovoamentos, muitos deles efectuados com híbridos<sup>16</sup> ou animais que não se encontram em boas condições sanitárias.

O coelho-bravo na Serra da Malcata, sendo a presa base da alimentação do lince-ibérico, continua a encontrar-se sujeito a alguma pressão cinegética. A própria Reserva Natural para fazer face ao reduzido número de coelhos teve optar por fazer reintroduções, devidamente controladas e com indivíduos vacinados. De acordo com a Dra. Joana Cruz, foram feitas entre os anos de 1999 e 2004, sete reintroduções, em zonas muito localizadas (preferencialmente a parte central da serra) e às quais os coelhos têm respondido positivamente; no entanto, continua a ser um mistério para os técnicos, o aparente desaparecimento momentâneo destes animais de algumas zonas onde foram reintroduzidos, uma vez que mais tarde se constata que lá se encontram e se reproduziram.

---

<sup>16</sup> Híbrido- indivíduo cujos progenitores são de populações ou espécies diferentes (Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Selecções, vol. 3; 145)

Foi referido anteriormente que a actual lei da caça permite a actividade venatória em locais regulamentados e consagrados por lei à conservação da natureza. A Reserva Natural da Serra da Malcata é um desses locais; a análise que pode fazer-se ao mapa da Figura 25 permite verificar isso mesmo. Dentro dos limites da Reserva, na sua zona norte existem quatro Zonas de Caça Associativa (ZCA da Malcata, ZCA de Quadrazais, ZCA de Vale de Espinho e ZCA Amigos dos Fóios). Numa entrevista publicada em 1992 (Caetano; 1992), um antigo Coordenador da Reserva (Francisco Keil do Amaral) afirmava que a caça não era considerada uma ameaça, uma vez que não era permitido caçar em 75% da área protegida. Os restantes 25% em que era permitida a caça seriam transformados nas actuais quatro Zonas de Caça Associativa (perfazendo um total de cerca de 5 a 6000 hectares), com o intuito de criar mecanismos mais eficazes de fiscalização e a responsabilização dos caçadores. A pressão cinegética que se efectua nas referidas Zonas de Caça é efectuada maioritariamente pelos caçadores locais, e uma vez que se trata de quatro freguesias bastante envelhecidas e desertificadas, não é considerada grave (Dra. Joana Cruz, com. pessoal).

Em Portugal a legislação contempla a existência de quatro tipos de Zonas de Caça, prosseguindo cada uma delas objectivos de natureza diversa, são elas as Zonas de Caça Nacionais, as Zonas de Caça Municipais, as Zonas de Caça Turística e as Zonas de Caça Associativas. Para a compreensão da pressão exercida sobre o coelho-bravo enquanto presa do lince na Serra da Malcata, apenas importa aprofundar o funcionamento das Zonas de Caça Associativas, uma vez que as que se situam no interior do perímetro da Reserva pertencem a este tipo.

Quando se pretende criar qualquer tipo de Zona de caça é necessário que decorra um processo relativo à concessão, mas no caso das Zonas de caça que fiquem situadas em áreas classificadas, é necessário solicitar um parecer ao ICN, o que quer dizer que esse parecer pode ser negativo desde que devidamente fundamentado e é vinculativo. No entanto, apenas o Ministério da Agricultura possui o poder de deferir ou indeferir pedidos de concessão de Zonas de Caça Associativa, sem que haja uma decisão conjunta com o Ministério do Ambiente, do qual depende o ICN.

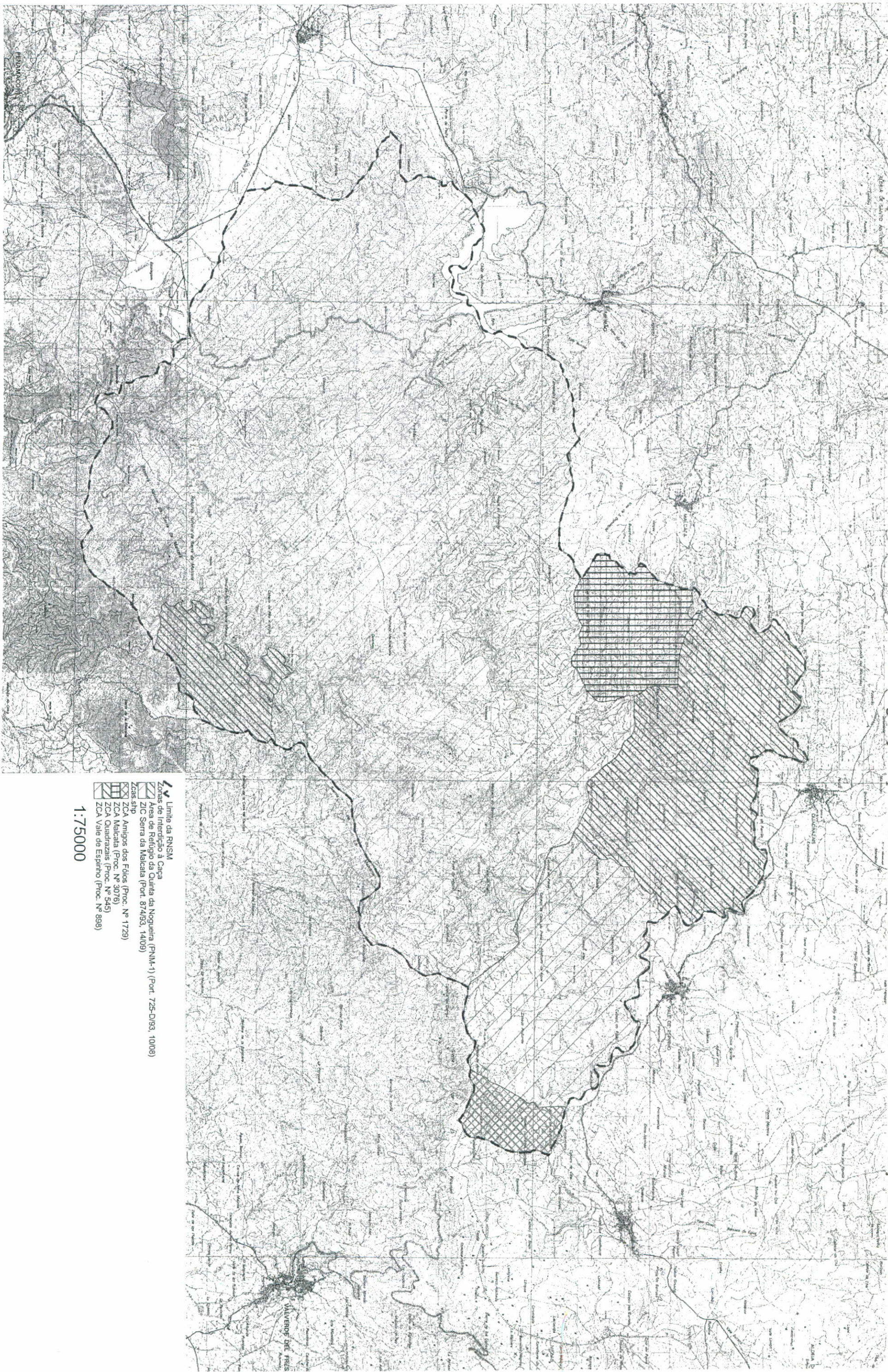
A estas Zonas de caça têm acesso os respectivos associados, bem como os seus convidados (que pela natureza de convidados podem vir de lugares bastante distantes







Fig. 25 Mapa da RNSM onde estão assinaladas as Zonas de Caça Associativa





para caçar naquele local). Aos caçadores convidados não pode ser exigido o pagamento de quaisquer quantias pelo exercício da caça ou de actividades de carácter venatório, o que quer dizer que os convidados que vierem explorar a zona não trarão lucro directamente à Zona de Caça. A pressão exercida pelos convidados nas ZCA a norte da RNSM não é considerada forte, uma vez que se trata maioritariamente de naturais daquelas freguesias que moram noutros locais e que aí se deslocam esporadicamente, ou de emigrantes portugueses nas mesmas condições (Dra. Joana Cruz, com. pessoal).

Os titulares das Zonas de Caça que se situem em áreas classificadas ficam obrigados a colaborar e prestar informações ao ICN em tudo o que justificadamente lhes for solicitado. Por sua vez, o ICN enquanto organismo do Estado fica obrigado a apoiar tecnicamente a gestão da Zonas de caça e a proceder a inspecções destinadas a avaliar o cumprimento das obrigações anteriormente referidas. Existe sempre a hipótese de extinção das Zonas de Caça actuais, desde que o Estado notifique o concessionário no mínimo um ano antes do final de cada concessão.

Do exposto no final do parágrafo anterior, fica claro que o Estado pode terminar com a existência de uma Zona de caça, mas na leitura do artigo 50º da actual Lei da Caça poderia encontrar-se uma oportunidade única para a boa preservação do lince-ibérico na Serra da Malcata, uma vez que está prevista a criação de áreas de refugio em que se estabeleçam limitações às actividades que prejudiquem ou possam perturbar as espécies cinegéticas e não cinegéticas, cuja conservação, fomento ou protecção se pretende. Logo em seguida é referido que as compensações devidas pelos prejuízos que possam advir dessas limitações são suportadas pelo Estado. Está ainda previsto na Lei (Artigo 113º), e incluído no capítulo X que se refere às Áreas classificadas, que em Portaria conjunta, podem os Ministérios da Agricultura e do Ambiente interditar a caça a determinadas espécies cinegéticas.

Visto que a sobrevivência do lince está altamente dependente da existência de coelho que infelizmente escasseia, estes artigos poderiam aplicar-se tanto ao felino como à sua presa. Ainda no mesmo artigo pode ler-se que o Ministério do Ambiente pode propor áreas de refugio quando estejam em causa espécies não cinegéticas, como é o caso do lince.



De acordo com a Portaria n.º442/2003 de 29 de Maio, que regulamentou a época venatória 2003/2004, a caça ao coelho-bravo foi autorizada sem qualquer tipo de limitação em locais específicos ou processos de caça, sendo o limite diário de abate de 10 coelhos por caçador, podendo decorrer durante o período de aproximadamente dois meses e meio. Segundo o já citado Decreto-Lei n.º 227-B/2000, o coelho é a espécie que pode ser caçada através do maior número de processos de caça autorizados, totalizando estes seis (salto, batida, espera, corricão, cetraria e com furão).

Do exposto é fácil depreender a pressão à qual está sujeito o coelho (em todo o país), considerado pela própria Direcção Geral das Florestas (organismo que tutela a caça), uma espécie com populações fragilizadas. Se à pressão venatória forem somadas as doenças de que padece ainda actualmente a espécie, as perspectivas de futuro para o lince, no que diz respeito à sua alimentação, não são as mais esperançosas.

É polémico e ambíguo que, tal como vem referido no Artigo 120º, o ICN receba uma percentagem das receitas referentes à atribuição de licenças de caça; primeiro concede-se o direito de caçar e depois recebe-se compensação monetária para repor através de repovoamentos (tal como acontece na Reserva Natural da Serra da Malcata e outros locais) as espécies que não deveriam ter sido caçadas, uma vez que já se encontram na natureza em número reduzido para prover às necessidades dos predadores e aos desejos dos caçadores. É importante frisar que os coelhos levados para o interior da Reserva não conhecem fronteiras de protecção, e como tal movimentam-se livremente. Eles ou os seus descendentes que inicialmente se pretendia que repovoassem a serra em elevado número para poder vir a alimentar um número crescente de lince no futuro, podem ser caçados legalmente por caçadores. Resumindo, o coelho vive num círculo vicioso, sendo protegido e tentando aumentar-se o seu número dentro da Reserva, mas sendo caçado à sua volta (e como se isso não bastasse dentro dela mesmo).

É importante que os caçadores locais, as associações deles representantes e a Federação de Caça e Pesca da Beira Interior, compreendam que se o coelho é escasso no interior da Reserva, e tem de se recorrer a reintroduções para que se atinja um efectivo aceitável, é porque de facto não pode ser caçado. No entanto, os caçadores locais e seus representantes continuam a ter dois pesos e duas medidas, visando sempre os seus

interesses. De acordo com um artigo publicado no Jornal do Fundão em 2001, estes grupos criticam fortemente o ICN por proibir a caça a espécies migradoras dentro de zonas de caça localizadas em áreas classificadas, uma vez que em terrenos contíguos, mas fora dessas áreas protegidas ela continua a ser permitida. Consideram que é uma medida de fraco efeito, uma

vez que preservam essas espécies em Portugal, mas nos países da sua rota migratória são abatidas. Por analogia pode considerar-se que acontece o mesmo com o coelho, mas neste caso os caçadores já não se importam que a espécie seja caçada fora



Fig. 26 Maroço construído pelos técnicos da RNSM (sem obstrução)

dos limites de protecção, uma vez que os beneficiados são eles próprios. É necessário e urgente mudar este tipo de mentalidade, sob pena de no futuro as espécies cinegéticas desaparecerem por completo.

A par das reintroduções de coelhos feitas pelos biólogos da Reserva, têm também sido criadas condições para que os animais



Fig. 27 Maroço (com obstrução à entrada de predadores)

possam sobreviver, nomeadamente através da plantação das já anteriormente referidas searas, e da construção de abrigos artificiais ou maroços, uma vez que o solo da serra é de natureza muito dura sendo difícil para os animais a escavação das suas tocas. Estes maroços encontram-se localizados perto das zonas de alimentação, na tentativa de se aumentar os seus efectivos populacionais. São construídos dois tipos de abrigo artificial, um sem obstruções à entrada de predadores e outro com obstrução à entrada de predadores, utilizando terra, pedras e madeira (Rufino et al.; 1998) e (Castro; 1992).



Fazer repovoamentos foi a forma menos polémica que se encontrou para fazer face à diminuição de coelho na serra. Desde a sua implementação que a Reserva se debate com o problema da sua aceitação junto das populações locais, que consideram ter legítimos direitos sobre os seus terrenos e mesmo sobre aqueles que não sendo seus consideram propriedade colectiva do povo. Poderá ser impopular para a direcção da Reserva o facto de proibir a caça pelo menos dentro dos seus limites, uma vez que não possui poder para fazê-lo no exterior, mas se a aposta de reintroduzir o lince neste espaço protegido se mantiver firme, mais tarde ou mais cedo essa medida terá de ser tomada.

Os planos da actual direcção da RNSM (no ano de 2004) apontam apenas para a reintrodução do lince em semi-cativeiro, ou seja, os animais não terão liberdade como os seus antepassados para percorrer a serra, cingindo-se a um espaço devidamente delimitado e seguro de onde não poderão sair devido à escassez de alimento (Dra. Joana Cruz, com. pessoal). Talvez no espaço temporal de uma ou duas gerações, e se ainda existir algum animal desta espécie, o lince-ibérico possa vir a gozar de uma serra povoada de coelhos e livre da caça.

A Estratégia para a Conservação do Lince Ibérico espanhola, prevê que a actividade cinegética levada a cabo dentro das zonas de caça seja obrigatoriamente compatível a médio e longo prazo com a manutenção das populações de lince e de coelho e a redução drástica da caça ao coelho nos locais propícios à existência de lince, principalmente nas áreas críticas<sup>17</sup>. Também o Plano de Recuperação do Lince Ibérico na Estremadura (província espanhola onde se localiza a Serra da Gata), prevê o aumento da disponibilidade alimentar, através da potenciação das populações de espécies presa, nomeadamente, o coelho-bravo, através do manejo do habitat, de

---

<sup>17</sup> A Estratégia para a Conservação do Lince Ibérico em Espanha aplica-se a todas as áreas de distribuição potencial do felino, ou seja, todas as zonas onde a sua presença está comprovada, todas as zonas que por ficarem próximas das primeiras, ou que pelo seu estado de conservação podem voltar a ser recolonizadas com a espécie num futuro próximo, e os principais corredores que ligam as diferentes populações ou sub populações de lince (1999). Dada a proximidade das Serras da Malcata e da Gata, seria importante que se considerasse a existência de um corredor de ligação entre os dois habitats e que as medidas de protecção e implementação do crescimento das populações de coelho em Espanha se estendessem de forma semelhante ao lado português, uma vez que se os espanhóis conseguirem aumentar o número de coelhos do seu lado da fronteira e os portugueses não o conseguirem, a RNSM nunca conseguirá fixar uma população estável de lince.

limitações espaciais e/ou temporárias no aproveitamento cinegético e nas áreas prioritárias e de importância não será autorizada a caça.

A Serra da Gata beneficiou durante o ano de 2002 de um acordo conjunto entre a Fundação Global Nature e a B.P. Oil España S.A., que consistia no desenvolvimento de um projecto para a recuperação do coelho e melhoria e conservação dos territórios do lince. A B.P. financiou o projecto na totalidade e os objectivos a atingir para os anos de 2002 e 2003 na Serra da Gata centraram-se na abertura de matagal e melhoria dos recursos tróficos para o coelho em zonas muito concretas com a presença de lince<sup>18</sup>.

Tendo em atenção que Rodriguez et al. (1990) consideram que em Espanha, mesmo nas zonas onde o coelho é abundante a sua sobre exploração por parte dos caçadores faz com se mantenha escasso durante uma parte do ano, seria importante que em Portugal se tomassem medidas semelhantes às que Espanha prevê adoptar.

Concluída a análise à destruição do habitat favorável e caça ao coelho-bravo, em que foram apresentados mapas da Reserva resta apenas fazer o cruzamento da informação contida nos mesmos e verificar no mapa da Figura 28 que muito poucos são os hectares que restam ao lince e ao coelho que com ele compartilha o mesmo habitat. A estes que aparentemente estão livres de pressões directas falta somar o efeito de orla, uma vez que um impacto não termina exactamente na fronteira estipulada no papel.

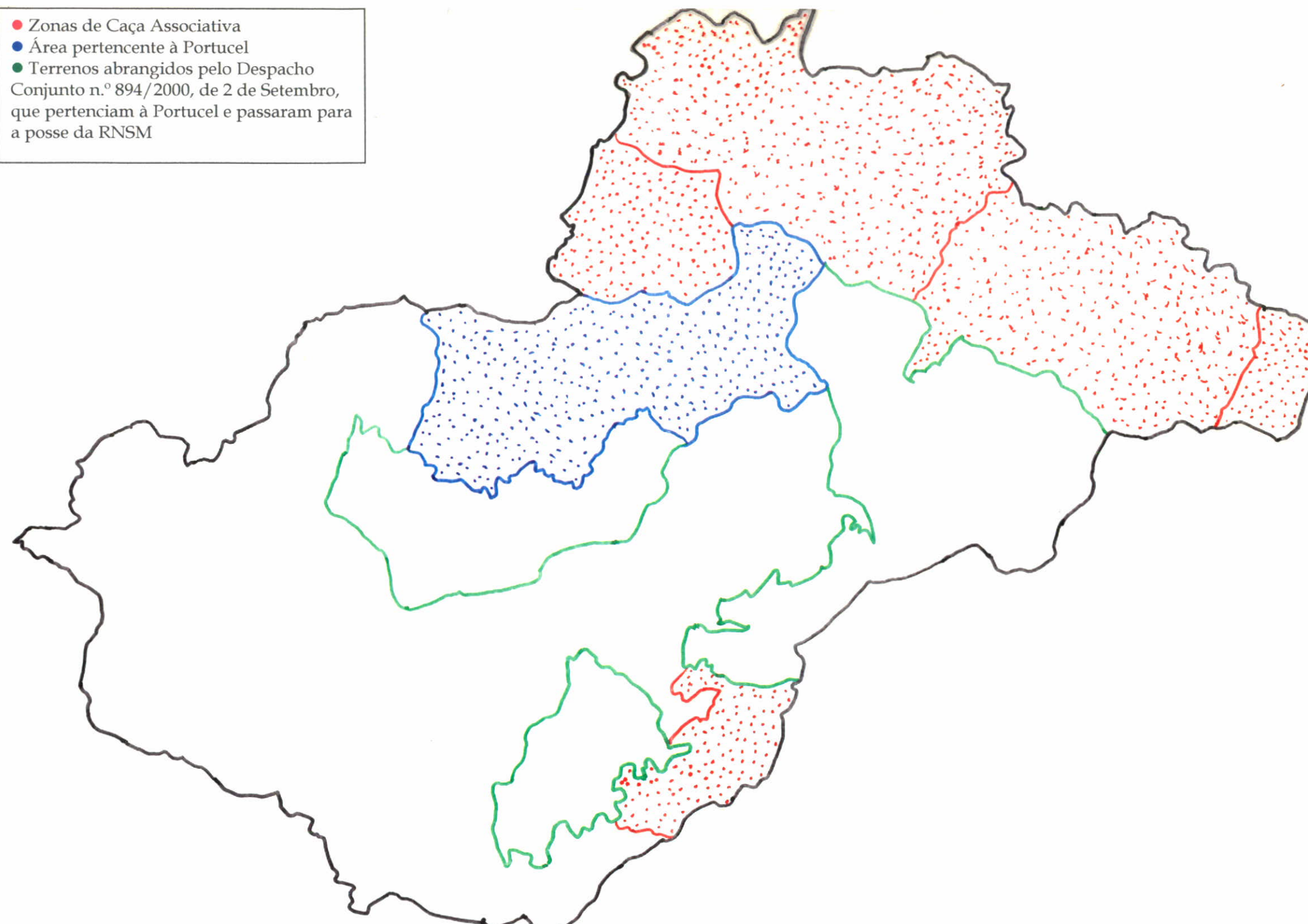
Há que estabelecer prioridades, e se para a Reserva a prioridade fundamental é receber de novo o felino mais ameaçado do mundo e ajudar na sua recuperação, os interesses imediatos das populações locais ou dos grupos de pressão com interesses ligados à caça têm de ser postos de lado. *Assumamos que se o coelho-bravo é raro, não se pode caçar. E que todos os outros predadores têm tanto direito quanto o Homem a caçar* (Abreu, 2002; 322).

---

<sup>18</sup> Estas informações foram obtidas a partir do site na Internet da Fundación Global Nature ([www.fundacionglobalnature.org](http://www.fundacionglobalnature.org))



Fig. 28 área com pressão e área livre de pressão no interior da RNSM



### 2.3 A pressão exercida sobre o lince-ibérico através da sua perseguição directa

Para além dos factores de pressão referidos e desenvolvidos nos pontos anteriores, o lince foi directamente perseguido pelo Homem, que aliás é o seu único inimigo, tendo sido talvez este o factor que em primeiro lugar começou a actuar na sua regressão. Outrora este foi um predador que se distribuiu com regularidade por toda a Península Ibérica, nunca alcançando densidades muito altas (tal como é característico de todos os felinos, devido ao facto de serem animais territoriais). Valverde (1957) refere que nunca ataca deliberadamente o Homem, a menos que este o ataque primeiro, e ainda assim este facto ocorre com raridade, preferindo o felino fugir e refugiar-se no denso matagal.

Segundo Castro (1992), o lince era regularmente abatido nas primeiras décadas do século XX, no decurso de montarias e batidas, algumas delas realizadas na Serra da Malcata; no entanto Palma (1981) refere que a sua regressão deverá ter tido início a partir da segunda metade do século XIX. Os abates realizados até 1967 (ano em que a espécie passou a ser protegida por lei no nosso país) eram legais e permitidos pela Lei da caça em vigor (Decreto N.º 23.461 de 17 de Janeiro de 1934), uma vez que o lince era considerado uma espécie nociva quer à agricultura, quer à caça (Roque de Pinho; 1959), pois competia com o

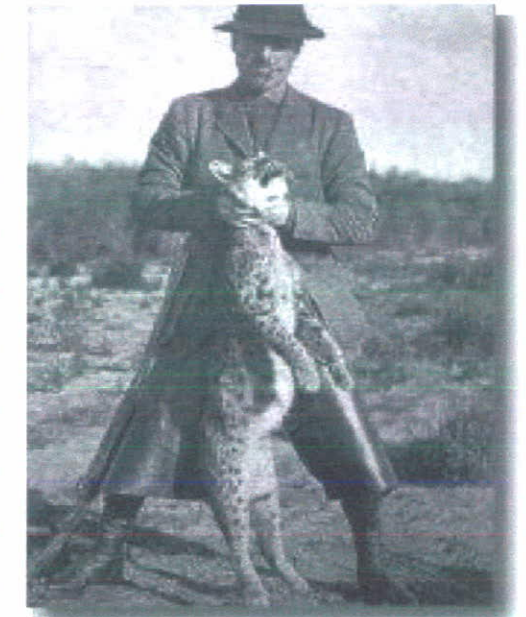


Fig. 29 Fotografia antiga que comprova a perseguição directa a que o lince-ibérico esteve sujeito no passado (Adaptado a partir do site em rodapé).

Homem pela mesma presa, chegando mesmo em Espanha, nos anos 50, a ser dada compensação monetária pelo seu abate com a criação das Juntas de Extinção de Animais Daninhos. O comércio da sua pele e o gosto pela taxidermia contribuíram também para a situação actual (Rodriguez et al.; 1990). No início do século XX eram levadas para Madrid mais de 300 peles desta espécie e até 1937 eram comercializadas anualmente no mercado de peles espanhol mais de 500 peles de lince-ibérico<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Informação recolhida a partir do site na Internet <http://es.geocities.com/linxpardinus/>





Fig. 30 Lince-ibérico embalsamado apreendido pelos técnicos da RNSM num estabelecimento comercial em C. Branco, depois da criação da área protegida.



Fig. 31 Peles de lince-ibérico que terão chegado ao mercado peleiro madrileno (adaptado do site <http://es.geocities.com/linxpardinus/>)

Não é compreensível como pode o lince ter sido considerado uma espécie nociva à agricultura, uma vez que se trata de um animal estritamente carnívoro e que até beneficia a agricultura, uma vez que controla o número de coelhos, esses sim, prejudiciais a esta actividade. De acordo com Palma (1977), o argumento de que se tratava de um animal nocivo à caça também é falso, uma vez que se alimenta de uma única espécie cinegética (coelho-bravo), que devido ao seu elevado grau de reprodução (em condições normais, com ausência de doenças) não é numericamente controlável por nenhum predador. Refere o mesmo autor que a baixa densidade que se registava entre a população de lince não poderia ser considerada uma ameaça ao coelho. Se tivermos em conta o que foi referido no item 3.2, pode considerar-se que o Homem constitui um perigo muito maior na diminuição actual do coelho, uma vez que actualmente cada caçador tem direito por lei a abater diariamente 10 coelhos e um lince necessita apenas de um coelho por dia para se alimentar. Se constataremos a frieza dos números, poderemos verificar que um caçador tem direito a abater 750 coelhos (se caçar os referidos 10 exemplares durante todos os dias do período venatório, ou seja dois meses e meio), enquanto que durante o mesmo período um lince consome apenas 75 coelhos.

Na Serra da Malcata, e de acordo com o estudo desenvolvido por Castro (1992), o impacto anual dos 5 a 8 lince (que se estimava existirem), sobre o coelho variava ao longo do ano, sendo este mais importante na alimentação do felino durante o Inverno. O estudo revelou que esse impacto era de aproximadamente 18 a 23%, mostrando que aparentemente o lince sobre-explorava o seu recurso alimentar em virtude do sua

reduzida abundância; no entanto a maioria dos animais caçados estariam infectados com as já referidas doenças, contribuindo assim o lince para a melhoria do estado sanitário da população de coelhos, algo que o Homem enquanto predador não faz.

Em Portugal é referido o ano de 1967 como aquele em que teve início a sua protecção legal no nosso país. A protecção referida foi-lhe concedida através da Lei da caça em vigor na altura (Decreto – Lei N.º 47847 de 14 de Agosto de 1967), mais precisamente através do artigo 93º da Secção VII, que no seu ponto 2 refere que (...)é proibida a caça das seguintes espécies: lince (*Linx pardina* Temm.); gato bravo (*Felis sylvestris* Schreber); veado (*Cervus elaphus* L.); gamo (*Dama dama* L.); e javali (*Sus scrofa* L.). No entanto, esta protecção é parcial, sendo-lhe apenas conferida quando se encontre fora de terrenos vedados; tendo em conta que vários terrenos de caça eram vedados a lei permitia o abate dos animais que se encontrassem no seu interior. Esta protecção parcial foi posteriormente retirada no artigo 96º onde era referido que podia ser dada autorização de captura às espécies mencionadas no artigo 93º, desde que se destinassem, a institutos de investigação científica, museus de história natural ou caça, etc., bem como no artigo 98º, onde se considerava que depois de ouvido o Conselho Superior de Caça podia cessar a proibição de caça para as espécies cuja densidade tivesse atingido um nível adequado. Logo em seguida, no artigo 99º o lince aparecia na lista de espécies de caça maior.

Já em 1963 o professor doutor Germano Sacarrão referia que espécies que no passado foram abundantes se encontravam praticamente extintas ou apenas circunscritas a áreas bravias; nesta lista de espécies aparecia o lince, que tal como se verificou continuou a ser mantido pela lei da caça de 1960 entre as espécies de caça maior.

Como se pode verificar não se tratou de uma protecção efectiva a que foi dada ao lince, uma vez que pela sua beleza seria um dos animais mais cobiçados pelas colecções de museus de caça e taxidermistas (ICN; 1998), e bastava que o Conselho Superior de Caça considerasse que a população deste felino havia recuperado para níveis considerados normais para que fosse novamente autorizado o seu abate. Tendo em conta que este Conselho era constituído por caçadores e que o lince, tal como já foi referido compete com eles pela mesma presa, é fácil perceber qual seria o seu destino.



A falta de protecção às espécies em perigo é reconhecida no Decreto – Lei N.º 354-A/74 de 14 de Agosto: *É igualmente importante a definição das espécies cuja caça é autorizada, ficando assim protegidas todas as outras. (...) vai ao encontro de solicitações que de há muito nos vinham a ser feitas e a algumas das quais tínhamos aderido em convénios internacionais, mas que, de facto, não tiveram integral execução. Destacam-se como principais entre as espécies que deste modo ficam totalmente protegidas, além de outras já defendidas na legislação anterior, o lince (...), incluídas nas listas internacionais de protecção por se encontrarem ameaçadas de extinção no continente europeu.* Ficou então reconhecido que o lince não foi durante sete anos devidamente protegido; mas os legisladores desta nova lei da caça esqueceram-se que quando se referem ao controle de animais que se tornem prejudiciais à agricultura, caça ou pesca deveriam mencionar sempre que se trata apenas de espécies cinegéticas, nas quais o lince não está incluído. Uma vez que no artigo 86º apenas se referem as palavras *animais que se tornem prejudiciais* e que o seu controle deve ser solicitado a entidades superiores ficando os solicitadores a aguardar deferimento, parte-se do princípio que a lei se aplicava a espécies cinegéticas e não cinegéticas; apesar de tudo o lince poderia ser referido por quem se sentisse lesado, ainda que a autorização do seu abate não fosse certa.

A partir de 1986, com a aprovação da nova Lei da Caça (Lei N.º 30/86 de 27 de Agosto) o lince-ibérico encontra-se protegido dos caçadores, pois desta vez os legisladores tiveram o cuidado de corrigir o erro que anteriormente (1967) foi apontado, restringindo as autorizações de captura de animais para fins didácticos ou científicos às espécies cinegéticas. Mas infelizmente, mais uma vez a protecção contra o abate viria a ser posteriormente enfraquecida. Em 1987 foi aprovado o Decreto-lei N.º 39/87 de 27 de Janeiro, que em anexo refere quais as espécies consideradas fauna cinegética e onde o lince não está incluído; no entanto, refere no artigo 3º, ponto número 1 que é proibida a caça aos animais pertencentes à fauna não cinegética (onde se enquadra o lince), mas sem prejuízo do que está escrito no N.º 3 do artigo 18º da Lei da caça de 1986, que refere competir aos serviços do Ministério da Agricultura a tomada de providencias necessárias para a captura ou destruição dos animais prejudiciais à agricultura, caça e pesca, sendo mesmo permitido o uso de processos de caça normalmente não autorizados, o que equivale a dizer que é autorizada a sua

destruição de todas as formas e meios possíveis. O nome dos animais que podem ser alvo de abate tem de ser publicados nos termos do artigo 18º, ponto número 1 alínea b), mas é lamentável que mesmo desta forma o lince pudesse ser sempre equacionado por alguma entidade que se considerasse prejudicada.

Durante esta investigação teve-se o cuidado de contactar as entidades competentes para o levantamento de autos de contra-ordenação por abate ilegal de espécies protegidas. A questão foi sempre colocada em relação ao lince e à eventualidade de terem sido realizados abates a partir do ano de 1967, nos concelhos de Penamacor e Sabugal por onde se estende a serra da Malcata. Foi contactada a Guarda Nacional Republicana dos concelhos anteriormente referidos, bem como a Direcção Geral das Florestas, uma vez que é o organismo que tutela a caça; em todos os locais contactados foi referido que nunca foi levantado nenhum auto de contra-ordenação pelo motivo invocado. Da análise que foi feita nos parágrafos anteriores compreende-se que nunca poderia ter existido punição por algo que nunca foi rigorosamente considerado crime (entre 1967 e 1974), uma vez que as leis foram ambíguas concedendo protecção por um lado, mas autorizando o abate por outro. No que se refere ao período posterior a 1974, encontrando-se o lince mais bem protegido pelas leis de caça, e havendo conhecimento de abates apenas se pode concluir que terão ficado por punir os prevaricadores, ou que a lei não terá sido aplicada com o rigor merecido.

A protecção dispensada ao lince-ibérico através de todas estas leis que vigoraram durante tantos anos consecutivos faz do Estado português um dos principais responsáveis pela situação em que actualmente se encontra o felino. O facto de nunca ser feita nenhuma referencia directa sobre a sua integral protecção, mesmo sob prejuízo do que vem estipulado em alguns pontos das leis que vigoraram conferiu-lhe uma protecção dúbia e ambígua, passível de tentativas de aproveitamento por parte de grupos menos escrupulosos. O Estado é então duplamente cúmplice na extinção da espécie em Portugal: como se verificou, pela destruição do habitat e pela negligencia na criação e aplicação de Leis de Caça.

Apesar de protegido em Espanha desde 1966, continuou a ser alvo da mira dos caçadores, e Valverde (1957) refere que em Doñana eram mortos entre 15 a 20



exemplares por ano. À semelhança do que se passou em Portugal com as sucessivas leis da caça, também Espanha dispensou ao lince uma fraca e ambígua protecção. Fazendo o mesmo tipo de análise às leis da caça espanholas, pode verificar-se que do outro lado da fronteira vigorou durante mais de meio século a mesma lei da caça; de 1902 a 1970, ou seja, durante 68 anos, os espanhóis regeram-se por uma lei em que era permitido o abate do lince-ibérico e dada a recompensa de 3,75 pesetas por cada animal morto<sup>20</sup>.

Em 1970 foi aprovada uma nova lei da caça (Ley 1/1970, de 4 de Abril, de Caza BOE 82, de 06-04-70) no país vizinho, mas a situação do lince não melhorou, uma vez que no Título I, no artigo 4.3 o lince aparece incluído nas espécies de caça maior (...) *Tendrán la consideración de piezas de caza mayor la cabra montés, el ciervo, el corzo, el gamo, el jabalí, el lince (...)*. Apesar de o lince se apresentar já em 1970 em grave regressão, ainda aparece incluído na lista das espécies que são consideradas cinegéticas. No entanto, esta lei tenta tomar algumas medidas de protecção para com as espécies de interesse científico ou em vias de extinção (sem que os nomes dessas espécies sejam alguma vez referidos). No Título IV, artigo 23.2 se o estado espanhol considerar o lince espécie em vias de extinção, este pode aqui ser incluído, em total contradição com o seu aparecimento na lista de espécies de caça maior.

Ao contrário da actual lei da caça em vigor em Portugal, em Espanha é proibida a caça dentro de áreas protegidas: *En estos Refugios, cualquiera que sea su condición, el ejercicio de la caza estará prohibido con carácter permanente.(...)* (Título II, artigo 11.3), podendo, no entanto, ser permitida a actividade cinegética quando existam razões de ordem biológica, técnica ou científica que o aconselhem. Esta proibição é reforçada num ponto acerca das limitações e proibições ditadas para benefício da caça, e são nele incluídas, para além dos Refúgios Nacionais, as Estações Biológicas e Zoológicas, ao contrário do que acontece no nosso país.

As ambiguidades desta lei continuam quando se refere que é sancionada com pena de prisão **menor**, ou multa de 250 a 5000 pesetas a comercialização de espécies protegidas; apenas se aplica uma pena mais pesada se o infractor cometer duas vezes o

---

<sup>20</sup> Informação recolhida a partir do site na Internet <http://es.geocities.com/linxpardinus/>

mesmo crime. Sendo o lince considerado espécie protegida em Espanha desde 1966, mas estando incluído na lista de espécies que se podem caçar nesta lei, qual é afinal o seu estatuto? Talvez o lince só se encontre realmente protegido por esta lei se viver dentro de uma Estação Biológica, e ainda assim, é necessário que não existam razões biológicas, técnicas ou científicas para a sua eliminação.

Como se pode verificar, não só o Estado português, mas também o espanhol tem a sua grande quota parte de culpa pela situação em que hoje se encontra a espécie. Leis ambíguas, elaboradas de forma a beneficiar a caça e sem uma real preocupação pela preservação de uma espécie ameaçada foi o que tiveram durante vários anos os dois Estados.

Na tentativa de preservar as espécies cinegéticas foi movida uma forte perseguição directa ao lince. Sacarrão (citado em Costa, 1963) considerava que o aperfeiçoamento progressivo das armas de fogo exerceu uma pressão crescente sobre as espécies cinegéticas, dando origem a uma diminuição drástica dos seus efectivos. Por outro lado, *quando escasseia a caça, há caçadores que têm tendência para matar outras espécies (...) conduzindo ao declínio de espécies interessantes do ponto de vista científico, ou estético, ou necessárias para o equilíbrio da natureza* (Costa 1963; 54).

Ficou já demonstrado que o Homem enquanto predador de coelhos-bravos constitui um perigo muito mais grave para a diminuição da quantidade dos mesmos, e para além disso, ao abater o lince, deixou-os mais expostos a outro tipo de predador de características generalistas, como por exemplo a raposa. Palma (1980) e Gonçalves (2001) referem que a presença de lince numa determinada região faz diminuir a abundância de raposas e outros carnívoros, tendo desta forma o felino um papel chave no equilíbrio dos ecossistemas. Sendo animais de alimentação muito mais variada (generalistas) que consomem vários tipos de espécies cinegéticas, teriam os caçadores todo o interesse em preservar o lince-ibérico, como forma de aliviar a pressão exercida por esses animais sobre a caça, nomeadamente a perdiz e a lebre, ao mesmo tempo que diminuiriam os ataques às aves criadas em capoeiras. Valverde (1957) refere que o lince mata sem razão aparente alguns desses pequenos carnívoros, sem nunca os comer e Delibes et al. (1975) afirma que é o único inimigo natural da raposa. Existe também a



probabilidade do aumento da raiva silvestre estar associada à diminuição do número de lince e lobos e consequente aumento do número de raposas (Palma; 1981).

No estudo realizado por Palma em 1977 na Serra da Malcata, este concluiu que uma das causas de mortalidade do lince estava associada à actuação humana directa, uma vez que entre 1963 e 1976 foram relatados vários abates por populares. As armadilhas de mandíbulas de ferro e as batidas foram as formas mais comuns de captura, mas foram também relatados episódios da morte de animais com paus após terem subido a árvores perseguidos por cães. A colocação de armadilhas de mandíbulas de ferro estava relacionada na sua maioria com a intenção de apanhar o animal que roubava os coelhos das armadilhas e num outro caso foi montada com o propósito de servir de protecção às colmeias que haviam sido destruídas por um animal desconhecido. Em Espanha Rodriguez (1990) refere que os ferros foram a principal causa de mortalidade entre 1958 e 1988. *Parece que los seres humanos son los responsables directos de un nivel apreciable de la mortalidad del lince* (Delibes, 1989, citado em //es.geocities.com)



Fig. 32 Apesar de não se tratar de um lince-ibérico, mas de lynx lynx, esta fotografia ilustra que o sofrimento e os métodos de captura são os mesmos (adaptado de //es.geocities.com)

Embora não tenham sido relatados muitos abates

pelos diversos modos, é necessário ter em consideração que existe a probabilidade de muitos outros terem ficado por relatar. Um estudo levado a cabo pelo ICN (1998), que se debruçou num dos seus pontos sobre a mortalidade não natural, refere que após 1975, com particular incidência a partir de 1990, há uma sub-valorização dos abates, uma vez que existe um melhor conhecimento por parte das populações da legislação de protecção ao felino. De acordo com esse mesmo estudo, o número de mortes não naturais terá diminuído nas últimas décadas do século XX, o que poderá estar

relacionado com a diminuição do número de lince em Portugal e não com a redução da taxa de mortalidade não natural ou a mudança de comportamento por parte dos caçadores. O estudo conclui que o abate ilegal de lince na Serra da Malcata persistiu mesmo após a campanha “Salvemos o lince e a Serra da Malcata” na década de 80. A complementar o estudo de Palma, são referidos abates ilegais na zona de influencia da Serra da Malcata entre 1981 e 1989, totalizando 8 mortes em diversas freguesias, pelos processos de tiro, tiro à espera, batida e salto; entre 1990 e 1997 há ainda registo de um abate. Numa prospecção recente realizada no interior da Reserva Natural da Serra da Malcata constatou-se a colocação de métodos ilegais de caça, sendo os mais comuns os laços que perfaziam 47% das infracções detectadas e que em tempos poderá ter constituído um dos principais factores no declínio da espécie, tal como foi comprovado em investigações e estudos realizados em Espanha (Sá; 2003).

O furtivismo, ou caça ilegal, é referido no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (SNPRCN;1990) como uma séria ameaça à fauna nacional. Já em 1959 se considerava que na Serra da Malcata o número de lince diminuía de uma forma alarmante, em consequência das batidas a que estava sujeito todos os anos, sendo mesmo referido o perigo eminente da sua extinção (Roque de Pinho; 1959). Já há 45 anos atrás este autor referia terem sido publicados artigos em revistas cinegéticas que tinham como principal prioridade alertar as autoridades e os caçadores para o erro que estava a ser cometido com o extermínio do lince no nosso território. Infelizmente os apelos lançados só em 1974 encontraram eco junto do Estado português, que passou a dispensar ao lince uma protecção mais efectiva, ainda que pudesse vir a ser considerado espécie a abater por quem de má fé o quisesse eliminar.

A cinegética e os interesses de quem a pratica tiveram sempre em Portugal um grande peso. Não foi só durante o século XX que estes grupos conseguiram fazer prevalecer os seus interesses através de leis da caça que lhes fossem favoráveis. Para que se compreendam as cedências feitas ao longo dos séculos, pode verificar-se a titulo de curiosidade que, já no século XVIII, altura em que apareceram as primeiras espingardas, houve uma preocupação legislativa para restringir a caça, pois já se considerava estar a fauna cinegética gravemente ameaçada, devido ao uso destas



armas.<sup>21</sup> Foi então proibido o seu uso e estabelecidas penas para quem desrespeitasse a lei. Mais tarde, e de acordo com Costa (1963), Filipe III viu-se obrigado a suspender a aplicação da lei devido aos protestos e reclamações de quem se sentia lesado.

A cedência constante aos vários interesses instalados, como a caça ou a agricultura estiveram durante muitos anos à frente do interesse da conservação da natureza ou da fauna por eles directamente visada. A Beira Interior, terra de solos pobres e de fracos recursos, mas rica na sua fauna e na sua flora acabou por fazer desaparecer da Serra da Malcata aquele que pela sua beleza e pela importância que tem nos ecossistemas mediterrânicos poderia ser considerado a jóia da coroa da fauna nacional...

Será que ainda há lugar para o matagal mediterrânico e para o lince-ibérico nas vidas e nos corações dos beirões?

---

<sup>21</sup> Segundo a Carta de lei de 12 de Outubro de 1612, citada na obra *A caça em Portugal* (1963; p. 43)

## **Linx pardinus**

Não vimos de ti,  
na serra, sequer  
um mínimo rasto.

Mas talvez, estivesses ali  
o tempo todo. Obliquo,  
escondido como um  
fantasma no meio da  
urze, atrás da pedras  
nuas, dentro da solidão  
amarela dos campos.

O que és, afinal?  
A elipse felina?  
Uma miragem?

José Mário Silva

“Ora um bicho de vista penetrante, ao qual saem das orelhas pincéis de barbear, subira acima de um penedinho. Era o lince, nomeado também lobo-cerval, animal que, de batido e perseguido, caçado e fuzilado, vai rareando nos bosques.”

Aquilino Ribeiro (Romance da raposa p. 45)



## Capítulo III

### O Caso de Estudo

#### 1. Metodologia aplicada:

Segundo Foddy (2002) as ciências sociais têm sido dominadas pela utilização de informação verbal. De facto, fazer perguntas é uma forma normalmente considerada rentável, e muitas vezes é o único modo de se conseguir obter determinado tipo de informação, principalmente sobre comportamentos e experiências passadas, valores e atitudes, ou seja, sobre um conjunto de variantes que são subjectivas e não directamente mensuráveis.

Apesar de os modelos matemáticos e o trabalho de dados, ou seja, a parte quantitativa de um trabalho também serem bastante importantes, para a realização deste estudo, cujo interesse primordial recai sobre a visão das populações locais acerca do lince-ibérico e da serra como seu habitat no passado, é importante ter em consideração que as pessoas abordadas tiveram de fazer um esforço de memória para recordar os acontecimentos que lhes foram solicitados. De acordo com o autor citado, é de esperar enormes taxas de esquecimento em relação a acontecimentos que ocorreram há muito tempo. Por este motivo, foi necessário ter em conta aquando da elaboração das questões realizadas qual a melhor forma de obter recordações mais precisas. A par disto, utilizou-se sempre o mesmo tipo de abordagem: que demorassem o tempo necessário para poder recordar, e elogiados sempre que a resposta satisfizesse plenamente a finalidade que se pretendia.

Optou-se por um estudo de cariz qualitativo, que permitisse obter das pessoas contactadas o máximo de informação possível quanto aos itens abordados, em detrimento da quantidade de pessoas entrevistadas.

Uma vez que a área de estudo se encontra numa zona do país bastante envelhecida, a qual apresenta a mais valia de se localizar perto do local de onde sou natural, pôde-se usar uma linguagem mais simplificada recorrendo a uma forma de verbalizar mais compreensível e familiar para as pessoas contactadas, que naquela zona do país gostam sempre de saber de onde é que os interpela. O facto de

reconhecerem em quem os interpelava um “filho” do concelho vizinho facilitou em muito a comunicação, principalmente com as populações do concelho de Penamacor.

Sempre que possível deixou-se que as pessoas falassem sem ser interrompidas, pois o seu discurso natural após as primeiras questões levou-as a responder a várias perguntas sem que houvesse necessidade de lhas colocar directamente. Desta forma as pessoas mostraram o grau de conhecimento que possuíam em relação ao tema da conversa.

Quando se deu início aos contactos com a população, testou-se o guião nas primeiras entrevistas realizadas usando rigidamente as palavras escritas no papel tendo-se chegado à conclusão de que algumas teriam de ser reformuladas e se teria de ser mais natural no contacto. Este teste foi importante, pois permitiu que as respostas e a atitude dos entrevistados melhorassem qualitativamente.

## 1.2 Contexto do estudo:

Dado que o grande tema integrador do trabalho é a diminuição da biodiversidade, bem como todos os problemas que lhe estão associados, decidi aplicá-lo à área de estudo da Serra da Malcata e sua contígua Serra da Gata, dado que no passado ali viveu o lince-ibérico que hoje se encontra em vias de extinção. Depois de no Capítulo II se ter aprofundado quais as questões que estiveram na base da situação crítica em que actualmente se encontra o lince e o matagal mediterrânico de que depende, pensou-se que se deveria tentar compreender junto das populações locais qual a relação que estabeleceram no passado com a serra e com este magnífico felino outrora presente nestas zonas, locais tradicionais de ocorrência em Portugal e Espanha. Posteriormente, e tendo também em atenção qual a percepção e o nível de conhecimento actual das populações locais sobre o problema do lince-ibérico, pensa-se que será útil no caso de uma futura reintrodução, saber quais os aspectos que deverão fazer parte de um plano de Educação Ambiental, de forma a “limar” as arestas que poderão constituir um obstáculo à compreensão e conservação de uma espécie que poderá chocar com alguns interesses populares.



Identificada que estava a área de estudo e o objectivo, foi importante definir junto de que pessoas se poderiam obter boas informações para a prossecução deste



Fig. 33 Mapa da área de estudo onde se encontram identificadas as freguesias portuguesas. (adaptado do site do ICN)

trabalho. Foram escolhidas as populações das aldeias que se localizam nos limites da Serra da Malcata (Fóios, Vale de Espinho, Quadrazais, Malcata, Meimão e Meimoa), por se considerar que foram as que mais de perto viveram o problema e principalmente por se considerar

que são as populações que mais próximas viverão do lince-ibérico, caso a espécie venha novamente a ser reintroduzida. Do lado espanhol limitei-me a algumas aldeias que ficam entre a Serra da Gata e a Serra da Malcata (Valverde del Fresno, Eljas e Hoyos), uma vez que existem várias e as distancias a percorrer seriam muito grandes implicando uma grande disponibilidade em termos de tempo.

Ao longo do trabalho foram utilizadas fotografias, uma vez que estas constituem uma forma de recolher dados e um complemento à informação. Desloquei-me pessoalmente a todas as aldeias anteriormente referidas, bem como à



Fig. 34 Mapa da área de estudo onde se pode verificar a localização das localidades espanholas visitadas

Serra da Malcata, onde com a ajuda da Dra. Manuela Leal, técnica da RNSM, pude penetrar nos locais preferidos do lince e da sua presa favorita; foram realizadas várias fotografias nesta serra, e embora a técnica não seja a de um profissional da imagem e as condições meteorológicas não fossem as melhores, dado que o nevoeiro cerrado, a

chuva e o vento eram constantes, penso que são indispensáveis para transmitir toda a beleza de um dos últimos redutos verdadeiramente selvagens e belos do nosso país.



## 2. Como viram ontem e como vêem hoje o Lince-Ibérico, a Serra e a Reserva Natural da Serra da Malcata

### 2.1 As populações locais da Serra da Malcata e da Serra da Gata

As aldeias portuguesas cuja população emprestou voz a este estudo localizam-se, tal como já foi referido, nos concelhos de Penamacor e do Sabugal, situando-se estes respectivamente nos distritos de Castelo Branco e da Guarda. Dado tratar-se de dois distritos envelhecidos e desertificados do ponto de vista humano, a maioria das pessoas abordadas situam-se na faixa etária entre os 60 e os 75 anos, existindo alguns que a ultrapassam e muito poucos que não a tingem. O mesmo acontece do outro lado da fronteira; a região espanhola da Estremadura encontra-se também envelhecida e pouco habitada. De acordo com dados do último censo efectuado em Portugal no ano de 2001, as freguesias portuguesas em causa neste estudo contam com uma população residente de 351 habitantes na Malcata, 473 em Quadrazais, 347 em Meimão, 456 na Meimoa, 410 em Fóios e 512 em Vale de Espinho, perfazendo um total de 2549 habitantes <sup>22</sup>.

Sendo a idade dos abordados o reflexo de toda uma região, também ao nível das ocupações passadas e actuais isso acontece. Muitos viveram a sua meninice e juventude na “terra”, mas a pobreza e a falta de perspectivas para o futuro levou vários a tentar a sorte em país alheio, como a Suíça ou a França, tendo outros permanecido em Portugal e “engordado” a macrocefalia da capital. Apesar do afastamento que a vida ditou, para vários o amor à “terra” falou mais alto e é lá que vivem hoje; outros vivem



Fig. 35 A “garraiada” de Fóios, uma tradição bem enraizada.

<sup>22</sup> Dados recolhidos a partir do site da Internet do Instituto Nacional de Estatística (INE) [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

nas imediações, na Guarda, ou na Covilhã, mas sempre que podem vão matar saudades, rever os amigos e a família e cumprir as tradições mais fortes e enraizadas. Com os espanhóis passa-se o mesmo: há quem venha da Catalunha só para rever a “terra” e até lá fomos encontrar um português emigrado desde pequenino.

A pobreza do passado levou vários a confessar que se embrenhavam pela serra dentro para fazer contrabando; levava-se para Espanha o que eles lá não tinham, como por exemplo a castanha, e traziam de lá os espanhóis o que cá fazia falta, como o azeite. O perigo de se ser apanhado pela Guarda Fiscal era constante e por isso escolhiam-se os locais mais remotos do coração da serra para passar. Este intercâmbio e inter ajuda ibéricos levaram ao estabelecimento de boas relações dos dois lados da fronteira, sentindo-se em algumas povoações espanholas uma grande admiração e conhecimento de várias cidades e vilas do interior de Portugal, como o Fundão, Castelo Branco, Guarda, Penamacor ou o Sabugal.

Mas não só para o contrabando era frequentada a serra da Malcata; do lado português da fronteira encontrei populações com um passado dedicado às lides do campo, variando estas entre a pastorícia, a agricultura de subsistência familiar ou por conta de outrem, a recolha de lenha, a caça e outros iam lá “fazer carvão”. Também as plantações de pinheiros parecem ter sido muito importantes: “quando ao fim de 15, 20 anos se podia cortar, era o fruto que os habitantes da povoação tinham para poder sobreviver”. São vários os que referem que quase todos os dias lá iam.

Os espanhóis das povoações visitadas, faziam um aproveitamento similar da serra da Gata, referindo-a para a produção de madeira ou plantação de cerejeiras, a pastorícia, a agricultura de subsistência, a caça e a pesca.

Hoje, com o peso da idade, para vários as serras perderam a importância, pois já não podem lá ir fazer nada do que faziam antigamente; alguns ainda se aventuram a lá ir dar uns passeios, porque a serra “é muito bonita e tem muito boa água”. Dizem que é o gosto pela natureza que os lá leva. Para outros não restam dúvidas, a serra é muito importante: há quem refira que “a paisagem, o clima, a flora, a fauna” são muito especiais, mostrando um profundo conhecimento acerca do seu clima misto e de como ele influencia as espécies que por lá se encontram.



As alterações que nela sentem prendem-se com o facto de terem estado muito tempo fora e de ao voltar a encontrarem tristemente queimada, ora por uns lados, ora por outros, e o desaparecimento do lince-ibérico é também referido por habitantes de Vale de Espinho como uma das alterações negativas que lá se produziu, na sua opinião em consequência do aparecimento da Reserva Natural. Outra alteração deve-se ao facto de hoje já poucas pessoas se dedicarem à agricultura, encontrando-se a serra cheia de mato. Na aldeia da Malcata referem que hoje vem muita gente de fora interessada em ir visitar a serra, sendo estas visitas percebidas como alterações a uma situação anterior, em que as populações consideravam que era uma “serra abandonada como outra qualquer”. Consideram os locais que na base de tal interesse poderá estar o facto de hoje as pessoas terem mais dinheiro e de antigamente não existirem lá pinheiros; no entanto, consideram que antigamente a serra tinha mais valor ao nível das espécies da flora que lá existiam, referindo “medronheiros, xaras<sup>23</sup> e tudo...”.

As opiniões dividem-se quanto a considerar a serra especial ou não; uns sentem que ela é especial pelo facto de lá existir a Reserva Natural da Serra da Malcata e ser muito bonita, mas outros consideram que “antigamente era especial, agora não, já não há lá aquelas espécies de caça que havia antigamente”. Há quem mostre confusão ou falta de esclarecimento na sua opinião, dizendo que a serra é especial “porque existe lá uma reserva de javalis” e outros referem que a consideram assim porque fizeram lá uma grande casa.

É importante ter em consideração que as populações desta zona do país possuem um forte sentimento de abandono em relação a investimentos nas suas localidades. Em grande parte, o facto de se lá construírem novas infra-estruturas ou fazerem beneficiações (tal como foi referido no caso da casa que se construiu na serra), faz com que sintam as suas aldeias valorizadas.

No que diz respeito ao conhecimento que possuem sobre a fauna da serra, este é rico, mas as espécies mais mencionadas e que referem em primeiro lugar são as cinegéticas, como o coelho-bravo, a lebre, a perdiz e o javali; foi interessante notar que praticamente todas as pessoas abordadas, quer em Portugal, quer em Espanha, se

---

<sup>23</sup> Xaras é o nome pelo qual vulgarmente os habitantes locais designam as estevas.

referem ao javali como uma praga que estraga tudo, dizendo “isso hoje há muitos, até demais!”, “são uma raça que nunca mais se extingue!”, ou então, “Agora há muitos javalis, está tudo saturado deles para onde quer que se vá nestes terrenos de Valverde até Portugal!”. No entanto, alguns caçadores com um conhecimento vasto ao nível da fauna da serra, referem que o javali existe em abundância só muito recentemente. Deve ser referido que as pessoas que consideram o javali uma praga ainda se dedicam à agricultura num local onde já poucos o fazem e que o facto de o javali lhes estragar algumas culturas faz com que pensem que existem muitos. O mais provável é que não existam assim tantos javalis como as populações imaginam, mas sim poucos campos cultivados, o que faz com que a espécie em causa ataque quase sempre as culturas das mesmas pessoas. Na região o javali é também conhecido por porco-bravo, e continua a ser relatada pelos locais a caça furtiva, nomeadamente a esta espécie, pois “agarram-nos muito com os laços”.

A raposa é outra das espécies mais referidas, e que as populações afirmam haver muitas, principalmente mais junto às povoações: “as raposas andam aqui mais à beira das aldeias”.

Outros animais da fauna local foram também referidos, como o gato-bravo, também conhecido por gato-montês e a gineta que são apontados como regulares na serra, enquanto que o tourão e o texugo aparecem mais esporadicamente.

Em Espanha são nomeadas praticamente as mesmas espécies que os portugueses mencionaram, mas curiosamente as populações locais referem também cavalos selvagens, cervos, e animais de rebanho, como as cabras, as ovelhas e até vacas. Aliás há



Fig. 36 Serra da Gata ao fundo; vista a partir de Valverde del Fresno.

quem refira que vacas e cabras era o que mais existia antigamente, deixando entender que o uso mais predominante do solo era a pastorícia.



Para além da fauna referida, destaca-se o lobo, que apesar de estar extinto na Serra da Malcata já há algum tempo, e de só aparecer esporadicamente, continua a fazer parte da memória e do imaginário das populações, tendo sido uma das espécies mais referidas, e um dos animais a propósito do qual contam mais histórias. Em Fóios pude ouvir a história de uma habitante que contou que na sua juventude era costume os pastores no Verão dormirem na serra com os rebanhos por causa do calor, e de todos os dias ouvirem dizer na aldeia que o lobo tinha morto X ovelhas a alguém; rematou a história dizendo que “todos os dias havia chacina na floresta!”. Provavelmente existirá aqui algum exagero, pois é um pouco duvidoso que os lobos atacassem todos os dias, mas é notória a ferocidade e o carácter exageradamente sanguinário atribuídos ao lobo. A maioria das pessoas reconhece que hoje existem poucos na região, embora informem sempre que no passado existiam muitos. No seu imaginário continuam a achar que o lobo ainda estará presente algures num lugar recôndito da serra, podendo daqui, provavelmente, deduzir-se o quanto foi importante e esteve presente no passado local.

Na memória permanecem algumas caçadas que se fizeram a este animal, dizem que os pastores davam recompensas aos caçadores para matar os lobos que lhes dizimavam os rebanhos, e que estes percorriam as ruas das aldeias com os cadáveres dos animais abatidos a pedir a sua recompensa junto das casas de cada pastor da povoação. Houve quem referisse terem sido feitas reintroduções de lobos na serra para que a espécie não se extinguisse, mas esta afirmação não é verdadeira. Em Espanha este animal é também dos mais apontados como ainda pertencente à fauna local.

O lince-ibérico é também bastante referido, sendo a par do lobo a espécie de que contam mais histórias e a que juntam mais comentários; só que o lince, ao contrário do lobo, não é visto por ninguém como um animal feroz. É uma espécie de que falam com alguma saudade aqueles que o viram, e que alguns colocam na “lista” das espécies que existem em menor número na serra, ao contrário de outros que peremptoriamente asseguram que na serra já não existe nenhum exemplar, ou se referem a ele no passado. Era costume verem-no nas caçadas, quando a Reserva ainda não tinha sido criada, e na freguesia de Meimão contaram que por volta de 1934 um lince “já grande” foi avistado por um caçador acompanhado de duas cadelas que o perseguiram e acabaram por matar, tendo-se o animal tentado defender mordendo a orelha a um dos canídeos.

Nas freguesias portuguesas o lince é praticamente nomeado por todas as pessoas entrevistadas, sem ter de se fazer apelo à memória, no entanto em Espanha foi necessário fazer várias vezes apelos à memória dos entrevistados, pois poucos foram os que espontaneamente o referiram como um animal pertencente à fauna local. Este facto pode querer indiciar que a espécie se encontra extinta há muitos anos daquela zona Estremenha, ou então, que os espanhóis não faziam um uso tão assíduo da serra da Gata como os portugueses faziam da Malcata. O facto de existirem monoculturas maciças de pinheiros entre a zona visitada e o centro da serra poderá ter actuado como uma espécie de tampão à passagem de animais do coração da serra da Gata para a Malcata como provavelmente antigamente acontecia. Em Hoyos e Eljas chegaram mesmo a afirmar “isso aqui nunca existiu!”; no entanto, a afirmação não pode ser totalmente considerada verdadeira, pois uma das pessoas entrevistadas em Eljas, e que foi caçador afirmou ter visto um exemplar há cerca de 8 anos. Este mesmo caçador garante que hoje o lince já não existe na região, pois “de mil existe um!”. Penso que a informação será credível, uma vez que pelo discurso mostra ser um conhecedor da fauna local, e a hipótese de o ter confundido com outro animal de pelagem semelhante foi descartada quando informou que não considerava o lince importante porque já não o podiam caçar. Na minha opinião, este homem terá caçado ou participado em caçadas ao lince, pelo que conhece bem a espécie e o avistamento tem de ser tido em conta.

Ao lince-ibérico reconhecem acima de tudo a **beleza**, mas a sua importância vital para a manutenção dos ecossistemas mediterrânicos enquanto super-predador não foi referida por ninguém. A forma como é percepcionado o seu valor é muito semelhante à forma como vêem os outros predadores, ou seja, não sabem para que servirá, mas que terá importância, isso é indiscutível. Houve até quem lhe reconhecesse importância apenas pela beleza e valor monetário da sua pele “ele tem uma pele muito linda... Aproveitam-na, pelo menos a pele aproveitam-na” ou “as peles é que valem muito”, dando a entender que para eles apenas o que pode ser útil imediatamente pode ser valorizado, não atribuindo valor ao animal vivo. Confirma-se, aliás, que a pele do lince foi um dos motivos pelo qual foi caçado naquela região quando referem que “há muita gente que só por causa da pele, às escondidas limpa-lhe o sebo”; a utilização do tempo presente no discurso e dos termos às **escondidas** pode querer indiciar que esta foi uma



prática corrente até há bem pouco tempo, provavelmente mesmo depois de a Reserva ter sido criada. Outros consideram que o lince poderia ser uma forma de trazer pessoas de fora à região, pois “era bem que houvesse bastantes, porque dizem que só aqui é que os há nesta zona, e portanto se cá houvesse, mais gente cá vinha a ver”; sente-se nestas palavras uma ponta de orgulho pela sua “terra”, bem como um vislumbrar no lince outro tipo de valor para a região que só poderá ser trazido por aquele animal. Por ultimo, há também quem pense (como foi atrás referido) que o lince deixou de ter utilidade porque já não se pode caçar.

As pessoas que mais terão avistado o lince, que por ser uma espécie tão esquiva foi já chamado de fantasma do matagal, foram caçadores, pastores e contrabandistas. No passado, antes da criação da Reserva, caçava-se em toda a serra e os pastores levavam para lá os seus rebanhos, principalmente durante o Verão, passando inclusivamente lá muitas noites seguidas sem vir à povoação. Todo este tempo passado na serra ofereceu a estes grupos de pessoas a oportunidade de avistarem espécies dificilmente observáveis de outro modo. Para além destes várias outras o viram, mas já morto, quando os caçadores traziam fartura de caça. Os que referem ter visto este animal tão esquivo contam que não o viram muitas vezes, apenas algumas, mas que por vezes lhe encontravam as pegadas marcadas no solo da serra “muitos não via, mas de vez em quando já os via, e via os rastos deles, os rastos redondinhos, com os dedos curtos. Eu sabia bem como eles eram!” Entre os que o viram já morto, conta um habitante da Meimoa que foi quando era “miúdo ainda, quando lá foram a fazer uma caçada, eu lembro-me de o meu pai lá ter *matado*, a gente chamava-lhe o gato-bravo, que era o tal lince(...) Tiravam-lhe a pele. A carne não sei se comiam. Raposas algumas vezes comiam, o lince não sei, mas os caçadores viam-nos lá várias vezes.”

Quem não teve a oportunidade de ver este animal (morto ou vivo) conhece certamente alguém que teve essa sorte, tal como pude constatar. Quando a curiosidade leva a perguntar se algum dia mataram um lince as respostas são sempre prontamente negativas e chegam mesmo a referir em Vale de Espinho que “aqui os portugueses não matam o lince. Aqui toda a gente os preservou até aparecer a Reserva da Malcata. Depois que apareceu a Reserva da Serra da Malcata acabou-se o lince.” Estas acusações e esta animosidade tão vincadas estão bem patentes nos habitantes de Vale de Espinho

e Quadrazais, duas freguesias que nunca aceitaram a implementação da Reserva em terrenos “seus”. É notório que se sentem privados da sua liberdade de acção na serra quando afirmam que “isto antigamente era uma coutada só; toda a gente caçava e havia caça para todos.”

Os próprios entrevistados negam ter morto um animal desta espécie, mas conhecem vários que o tenham feito, contrariando o habitante de Vale de Espinho que afirmava que os portugueses não matavam o lince. Das suas respostas evasivas ou vagas sobre este assunto “Dantes caçavam-nos...” ou “Muitos os agarrariam, mas isso, já lá vão anos...”, deve registar-se que têm consciência de que a morte de um lince é punível, uma vez que constitui um crime; no entanto, alguns nunca denunciariam quem o praticasse “mesmo que conhecesse não o dizia, isso logo o metiam na prisão!”, mostrando uma clara cumplicidade para com o infractor e uma grande imaturidade em matéria de conservação da Natureza e do lince em particular. Na minha opinião estas populações não terão sido suficientemente esclarecidas acerca deste assunto, pois conhecem apenas qual a pena que lhes seria aplicada pela infracção, sem lhes ter sido explicado, por exemplo, o papel importante e benéfico que o lince desempenha enquanto predador no ecossistema, tal como ficou atrás demonstrado.

O modo como os animais eram caçados também foi referido; os ferros utilizados na caça furtiva ao coelho e que eram deixados em vários locais da serra foram um dos modos mais mortíferos, pelo menos tendo em conta o número de vezes que foram nomeados. A aldeia onde aparentemente este método era mais usado em Meimão. Deve também referir-se que algumas destas armadilhas se destinavam à caça ao coelho e que o lince inadvertidamente caía em algumas delas “às vezes era mais com os ferros; andavam aos coelhos e eles também se lá iam a meter.” O tiro foi outra das formas de abate mais mencionadas, tendo ocorrido com caçadores isolados ou durante o decurso de montarias; este expediente (as montarias) terá aparentemente sido mais usado na aldeia de Vale de Espinho, onde explicaram que eram caçados desta forma porque “os lince são como as raposas, sobem para as árvores.” Alguns lince abatidos no decurso destas montarias foram comidos e a sua carne qualificada de muito saborosa. Era caçado “normalmente, quando aparecia matavam-no!”; este tipo de abate, pelo abate, para além de ter sido referido em Vale de Espinho foi igualmente comentado em Fóios



“no primeiro tempo até a gente os caçava porque não sabia o que era”. A ignorância das populações locais terá certamente estado na base da morte de muitos animais que tiveram a pouca sorte de se cruzar no seu caminho com pessoas armadas. O facto de se referir que assim que aparecia um era morto denota uma ignorância muito grande bem como uma inexplicável atitude perante o desconhecido; terá sido certamente um medo incompreensível que terá actuado durante muitos anos na mentalidade local.

Para além das formas mais habituais de abate, foi ainda relatado um episódio curioso e que mostra bem como as populações locais, em geral, percepcionavam o carácter deste animal “O doutor F.<sup>24</sup> matou um com uma overdose de sonífero; apanharam-no numa armadilha, como ele era muito bravo pensou que uma dose não era suficiente, ele deu-lhe uma outra dose e matou-o (...)”. O facto de o lince, tal como qualquer felino se mostrar agressivo quando preso é um acontecimento normal, mas interpretado pelas populações pouco esclarecidas como ferocidade.

Para além da ignorância, outro motivo invocado para o seu abate é o facto de lhe serem atribuídos ataques às colmeias existentes na serra “eles eram os inimigos dos colmieiros; eles comiam-nas, passavam o tempo todo nas colmeias.” Não deixa de ser estranho que animais tão estritamente carnívoros passassem tanto tempo a atacar colmeias e a alimentar-se de mel. Uma vez que o lince competia com o Homem por uma das espécies de caça mais apetecias, também este motivo foi invocado para o seu abate.

Se ainda existem lince na serra os populares não sabem, embora alguns acreditem que ainda por lá existirão alguns. Outros há que afirmam não existir mais nenhum exemplar na serra, e que se os houver será nas zonas periféricas, fora da Reserva Natural. Muitos também desconhecem porque existem hoje tão poucos destes belos animais que outrora por ali viveram, mas também há quem reconheça que “nós não soubemos lidar com eles(...) A falta de sensibilidade em relação a isto, porque falar é muito fácil, é preciso é conviver com eles. (...) Eles são muito bravos, mas não fazem mal a ninguém...”. A falta de alimentação é colocada como uma hipótese que pode estar na base do desaparecimento do felino.

---

<sup>24</sup> Uma vez que ao longo de toda esta secção com as entrevistas das populações locais não é mencionado o nome de nenhuma pessoa, penso não ser relevante para o prosseguimento deste trabalho mencionar também o nome deste médico, apesar dele ter sido referido pelo entrevistado.

Desconhecem os populares o que se poderá fazer para aumentar o número de lincos, e há até quem pense que não se poderá fazer mais do que o que se fez até ao momento, pois “estão defendidos de os caçar, estão defendidos de tudo”. Outros estão convictos de que o Estado tem de ter “pulso firme” na salvaguarda da natureza e “para se criarem condições para o lince, primeiro têm de se criar condições para o coelho”. É interessante verificar que apesar de protegido por rígidas medidas, ou a população as desconhece, ou as considera insuficientes, pois vários referiram que se deveriam proteger mais. Houve quem em Espanha também mostrasse desconhecimento da legislação de protecção ao lince e referisse que “os caçadores não poderiam caçá-los; havia que protegê-los mais e todo o tipo de caça.”

O argumento de já não existirem estes animais na serra também é tido em linha de conta para se considerar que já não há nada a fazer. Houve quem sugerisse que se deveria “fazer reserva de caça! Se lá tivesse muita caça sim! E metê-los para lá se não os há e depois já se lá aguentavam...”. Quanto a esta opinião fica a dúvida se se deveria interditar a caça ou criar uma reserva de caça em plena serra. O trabalho desenvolvido pelos espanhóis é também apontado como uma das hipóteses para aumentar o número de lincos “temos de falar com os espanhóis que eles agora têm lá uns viveiros de lincos, temos de falar com eles para ver o que é que estão a fazer sobre isso para ver se os trazem para cá outra vez”. Em Espanha a caça ao javali foi apontada como uma solução para aumentar, não só o número de lincos, como a restante fauna “Caçar o javali que é o principal derrotador de tudo!”. Praticamente todos gostariam que os seus descendentes e outras gerações futuras pudessem ver um dia um lince, pois “seria para eles um grande prazer” ou “seria a minha maior satisfação!”. Apesar disso, existe alguma descrença num futuro livre do cativeiro para o felino mais ameaçado do mundo “eles se calhar não o poderão ver no estado selvagem...” ou “mas agora só se o virem enjaulado”, dando a entender que a visão de um lince em liberdade tem mais valor que a de um animal preso. A beleza deste magnífico felino é um dos motivos porque merecia a pena as gerações futuras poderem vê-lo. Quem nunca o chegou a ver afirma que “até eu gostaria de os ter já visto, quanto mais os outros!”, acentuando o valor que tal experiência traria. Com a opinião oposta também se encontraram algumas pessoas; não referiram directamente que não gostariam que as gerações futuras vissem



o lince, mas o facto de estas viverem afastadas das aldeias dos seus antepassados, maioritariamente concentradas nos grandes centros urbanos, faz com algumas pessoas pensem que aos seus descendentes não interessa ver o lince; as pessoas que tiveram este tipo de opinião (apenas 2) manifestaram ao longo de toda a conversa uma grande falta de sensibilidade ou desinteresse pela fauna local, sendo um dos que se encontra nesta categoria o caçador espanhol já mencionado e para quem o lince perdera qualquer valor, uma vez que já não podia ser caçado.

Foi notória ao longo de todas as entrevistas uma maior sensibilidade dos portugueses para a espécie, bem como para o facto do lince se encontrar em vias de extinção. Em Valverde del Fresno também se referiram a esta espécie como gato-montês (“o gato-montês que é o lince, esse praticamente não existe”); na aldeia da Meimoa referiram-se a ele como gato-bravo e em Vale de Espinho como lobo-cerval. Na minha opinião, a utilização do nome vernáculo<sup>25</sup> de lobo-cerval poderá ter contribuído para que o lince fosse erradamente considerado um animal mais feroz do que é na realidade, uma vez que o lobo viveu nesta região e como se constatou era bastante mal afamado.

As opiniões não são consensuais quanto à importância da caça para a sua “terra” ou para a sua região. Os que a consideram importante justificam a sua opinião com o facto de vir muita gente de fora e de serem sócios da ZCA; no entanto, outros consideram que só é importante para quem se dedica a esta actividade. A tradição é invocada como uma das justificações para a importância da caça.

O animal mais importante para a caça local é o coelho-bravo, sendo mesmo considerado fundamental para o desenvolvimento da aldeia de Fóios: “a nossa pequena aldeia tem fama, por exemplo, na preparação do javali (...) Há cá bons cozinheiros a preparar o coelho-bravo e o javali, portanto a caça é muito importante”.

As espécies que mais se caçam do lado luso da fronteira são a lebre, a perdiz, o javali e o coelho-bravo e em Espanha acrescentam-se a estas a codorniz e “la paloma torcaz”. Quanto ao coelho, existe unanimidade em considerar que antigamente existiam muitos, mas que hoje são poucos, sendo as doenças, “a malina”, “o mal que têm”, consideradas as principais responsáveis pelo seu declínio, mas apenas um

---

<sup>25</sup> Nome vernáculo é o nome utilizado numa determinada região para se referir, neste caso ao lince.

entrevistado referiu o nome exacto de uma das doenças (Hemorrágica viral). Como prova deste declínio contam que antigamente quando passavam de carro “de vez em quando já vinha um a passar a estrada de uma lado para o outro; passado um quilómetro, dois quilómetros, já havia outros dois ou três a atravessar. Agora podem-se percorrer quilómetros e quilómetros que não se vê nenhum a atravessar a estrada...”, “Eu já há mais de meia dúzia de anos que ando p’ró campo, a gente via sinal deles, não é, sujidade, esgravatado deles ranharem, agora já não se vê.” Referencias a desaparecimentos súbitos das populações de coelho também foram feitas, pois na Primavera ainda os há, mas quando chega a altura da caça poucos vêm.

Outros há que consideram a caça clandestina como um dos factores importantes, apontando o dedo à passividade dos guardas florestais, que eram “filhos da terra, e na terra ninguém multa ninguém”, tendo sido mesmo referidos exemplos de pessoas que conheciam como guardas florestais e que tendo conhecimento de caça clandestina não actuaram.

Também apontado como um dos principais factores com impacto no reduzido número de coelhos que existe actualmente está o abandono da agricultura tradicional pela maioria da população “os terrenos, quantos havia era milho, era feijão, era batata, era centeio... Actualmente o que vê? Giestas e árvores queimadas. (...) Numa área de 3 ou 4000 metros quadrados não se vê um terreno semeado, é tudo de lameiro<sup>26</sup>.” Os que consideram que o coelho possui alimentação suficiente para a sua subsistência referem que é a Reserva que semeia centeio e que permite essa subsistência.

O javali é considerado um exterminador de coelhos, comem os pequenos, as “loiras”<sup>27</sup>, e as raposas também os “agarram”, assim como os cães que andam à solta. Os pesticidas utilizados na agricultura e os fogos são outros motivos apontados.

Mais uma vez a **caça furtiva** foi referida como uma das principais responsáveis pela diminuição de uma espécie, neste caso do coelho, pois “às vezes de noite também andam por aí com as espingardas, com as pilhas, com os carros... Tudo ajuda a devorar!” e “é a caça clandestina e fora da época normal, e não só fora da época

---

<sup>26</sup> Terreno de lameiro é um terreno inculto apenas com erva para alimentar os animais.

<sup>27</sup> Loiras é o termo popularmente utilizado para se referirem às crias dos coelhos recém nascidas.



normal; caça-se fora de época, caça-se na época sem ser caça legal, porque se caça com furões”.

Sendo o coelho a presa base da alimentação de muitos predadores existentes na Península Ibérica, foi interessante verificar que a grande maioria considera que estes têm direito à sua alimentação e conhecem os animais que dele se alimentam: lince, raposa, referindo acerca desta que “onde há uma raposa os coelhos desaparecem todos”, lobo, águias “às vezes andava no campo, via-as baixar de repente e quando dava conta já iam com a presa agarrada às unhas” e o javali.

Com excepção de muito poucas pessoas portuguesas, os abordados consideram que os predadores não são os responsáveis pela diminuição de coelho na área de estudo “Não são os pobres dos bichos que matam para comer que dão cabo das coisas”. Tal como foi anteriormente referido, reconhecem-lhes o direito à alimentação, embora ressalte um factor muito importante: é que **ninguém sabe** qual a utilidade que têm na natureza, embora vão referindo que são importantes e que alguma utilidade terão certamente, pois caso contrário não existiriam.

Os que atribuem responsabilidades à fauna selvagem pela diminuição do número de coelhos apontam o dedo ao javali “desde que há javalis já não há tantos coelhos como havia” e à raposa. Um caçador de Vale de Espinho referiu que algumas aves de rapina são já uma praga; no entanto acabou por se contradizer, pois inicialmente considerou-as responsáveis pela diminuição de coelho e posteriormente reconheceu que as águias “apanham os coelhos doentes, evitam a propagação das epidemias, como por exemplo a mixomatose, etc., que foi extinta aqui na zona pelas águias.” É visível que este caçador possui conhecimentos, mas ao mesmo tempo existe muita confusão: como é possível considerar praga uma espécie que ajuda a manter viável a fauna cinegética? Provavelmente continuam a existir preconceitos em relação aos predadores que carecem de esclarecimentos.

Quanto a este assunto, o ponto de vista dos espanhóis é oposto ao da maioria dos portugueses; é curioso verificar que os predadores são considerados os principais responsáveis pela diminuição do número de coelhos na região, não sendo referidos outros motivos em muitos dos casos. Pensam que são animais “maus” e curiosamente

apenas um deles considerou que os predadores não são responsáveis pela diminuição de coelho (um caçador).

No passado a caça foi considerada uma fonte de receita e de trabalho “havia homens que compravam a caça e quando era assim à noite, iam a vende-la além à Covilhã (...) Tudo isso era rendimento”, mas hoje já não é lucrativa porque já não há caça “Tinham ferros, agarravam coelhos; às vezes tinham 10 coelhos! Agora vão os caçadores a caçar não agarram quase nada.” É interessante verificar contradições nas respostas de alguns que consideram que a caça é importante e que uma associação traria mais pessoas de fora “assim os caçadores de cá, de pouco a pouco acabam-se, não há cá coelhos”. Como poderia ser viável a vinda de mais caçadores de fora se consideram que não há coelhos suficientes nem para os que lá residem?

Contrariando os que consideram a caça importante porque vêm pessoas de fora há quem considere que “pelo ponto de vista económico não me parece que tenha grande importância, porque não há estrutura nenhuma que esteja vocacionada para a exploração da caça. Vêm caçadores de fora, mas é do género vêm de manhã, vão embora à tarde. Portanto, a única coisa que deixam é a quota que pagam para a associação de que fazem parte”.

Do lado espanhol, a caça é encarada como uma diversão ou um passatempo, e outros consideram que já não há caçadores nem caça e que ela é pouco importante. À semelhança dos portugueses há quem considere que esta actividade só é importante para quem a ela se dedica.

As formas encontradas a nível local para melhorar a quantidade de animais disponíveis para a caça passam pelas reintroduções, apesar de se desconhecer se os resultados são positivos nas Zonas de Caça Associativa das suas aldeias. Como forma de proporcionar melhores condições aos coelhos reintroduzidos são citadas as vacinações e a abertura de “covas<sup>28</sup>”. De acordo com as pessoas entrevistadas não foram introduzidos outros tipos de animais semelhantes ao coelho; apenas coelhos, lebres e perdizes foram reintroduzidos. O oposto também se verifica, pois em Vale de Espinho não são feitas vacinações porque se considera que primeiro os coelhos têm que criar defesas naturais. Limitam-se a “guardar aquilo que realmente” podem. Na aldeia

---

<sup>28</sup> Covas foi o termo usado por um dos entrevistados em Fóios, para se referir aos maroços, ou tocas para os coelhos.



da Malcata foi referido que a associação de caça de vez em quando faz sementeiras para ajudar os coelhos a sobreviver.

A Reserva Natural da Serra da Malcata é percebida de formas muito diversas; no que diz respeito ao lince e à sua conservação, há quem pense que a sua actuação tem sido positiva, não só em relação a esta espécie, como em relação a outras que lá encontram o seu habitat. A existência “de partes guardadas onde não sejam caçados” é considerada uma das medidas positivas levadas a cabo por este espaço protegido.

Em Vale de Espinho e Quadrazais, tal como já foi referido, a animosidade é grande, e por isso a opinião destes populares é negativa “para mim a Reserva contribuiu para a extinção do lince, para acabar com os poucos lince que aqui havia. Não me pergunte porquê, mas eu sei que assim foi... E isso é um facto, agora não o há! Quando eles vieram para aqui havia uns 6 ou 7 exemplares e agora não há nenhum”. Embora não saibam explicar de que forma a Reserva contribuiu para a extinção local do lince, permanece enraizada a opinião negativa; penso que tal opinião não tem uma base sólida, uma vez que não se apoia em qualquer tipo de prova. A única justificação avançada é que “proibiu-se de se fazerem construções, umas arbitrariedades assim, que nós estamos habituados a não aceitar”. É notório que estas aldeias se opõem hoje, tal como se opuseram no passado, à Reserva tendo em linha de conta os interesses pessoais que chocam com o interesse de conservação do lince.

O facto de actualmente não existirem lince dentro do espaço da Reserva faz com que alguns considerem que este espaço protegido tenha perdido importância. Vislumbra-se aqui, na opinião dos populares, um ponto fraco para a existência actual da Reserva, que na minha opinião só será verdadeiramente colmatado com um forte esclarecimento popular sobre a situação crítica em que o lince vive actualmente e o valor de outras espécies que lá existem, sob pena de se generalizar e criar a longo prazo um sentimento de revolta semelhante ao das aldeias de Vale de Espinho e Quadrazais, ou indiferença.

Os equívocos quanto à actuação da Reserva estendem-se até às actuações da Portucel na serra, levando a considerar que a Reserva não terá desta forma contribuído para ajudar a salvar o lince: “Tendo em conta todo o desbaste que se fez do

revestimento natural, todas as movimentações de terra que se fizeram, etc., etc., tudo isto terá contribuído para acelerar ainda mais a sua extinção”. Penso que é urgente aclarar este tipo de situações, uma vez que se generalizam facilmente e dão aso a que a população veja com desconfiança as sucessivas direcções que passam por esta área protegida “Não sei se eles terão feito alguma coisa de importante para o poder salvar, porque é como em todas as profissões: quem trabalha por amor à camisola faz tudo para proteger, seja ela na serra, no campo, na aldeia, seja onde for. Agora quem trabalha por amor a chegar ao fim do mês para receber o ordenado, acho que nada protege nada!” Esta opinião foi recolhida em Fóios, e poderá indiciar que se começa a generalizar a opinião de que a Reserva actuou com alguma inércia na conservação do lince, pois opiniões semelhantes foram ouvidas em quatro das seis aldeias visitadas para a elaboração deste estudo.

A ajuda prestada pela Reserva às aldeias da área de estudo é considerada importante, mas os populares não reconhecem nesta área protegida uma mais valia para a sua região (em termos geográficos mais alargados), pois referem-se sempre às ajudas dadas para benefício directo da população residente nestas aldeias. A Reserva não é aparentemente considerada um ponto de referencia regional, embora, tal como foi anteriormente referido, haja quem percepcione o facto de pessoas de fora virem para visitar a serra e tentar ver lince uma mudança em relação ao passado, sem no entanto a terem associado directamente com a existência da Reserva.

Ao nível das freguesias são referidas ajudas em dinheiro para arranjar caminhos e para restaurar um edifício degradado para uso dos idosos nos seus tempo livres e convívio. Alguns referem já ter ouvido falar dessas ajudas, mas não sabem ao certo se se concretizaram, e no caso de se terem concretizado não sabem onde foi empregue o dinheiro. Outros há que não têm conhecimento de que tenha vindo da Reserva qualquer tipo de ajuda para a sua aldeia.

O caso de Quadrazais e Vale de Espinho continua a revelar-se singular; reconhecem tal como noutras aldeias que a Reserva é importante porque dá emprego a quem lá queira trabalhar, mas “não dão contrapartidas a ninguém”, e nenhum contributo seria por eles aceite.



O motivo que levou à criação da Reserva Natural da Serra da Malcata é para muitos uma incógnita. Em Vale de Espinho as pessoas abordadas também desconhecem o que esteve na base da criação do espaço protegido, mas adiantam que na sua opinião terá sido “talvez para conveniência de uns quantos”, o que acentua a desconfiança criada em torno da actividade e das pessoas que lá trabalham. Alguns entrevistados não têm a certeza, mas supõem que terá sido para proteger alguns animais, sem contudo referir directamente o lince. Poucos são os populares que conhecem o verdadeiro motivo, referindo ser este o lince-ibérico e a sua protecção.

A data da criação da Reserva também não é conhecida por ninguém com rigor, variando as datas referidas entre os 10 e os 30 atrás. Há poucas referencias a “mil novecentos e oitenta e tal...” , que serão as mais aproximadas.

É difícil para estas populações mencionar o que poderia a reserva fazer de diferente, mas sempre foram adiantando alguns dos que pensam ser os pontos menos positivos e que na sua opinião necessitam de ser melhorados, como por exemplo a limpeza dos caminhos e uma maior protecção contra incêndios de forma a evitar a destruição do coberto vegetal. Houve até quem apontasse soluções mais radicais, como “tudo aramado, nada por aí às soltas! E metia para lá mais bicharada e semeava lá as sementes para eles comerem e já estava... Agora assim! Eles saem, entram, sai quem quer, entra quem quer, apanham lá o que querem de noite! Tem sido lá uma *esbochada* nos javalis, que ali quem pode vai lá!”, numa clara alusão ao furtivismo que se continua a verificar dentro da área da Reserva Natural e à fraca vigilância. O facto de existirem muitos interesses em jogo foi também nomeado, pois “tendo em atenção a Reserva propriamente, penso que nas reservas estarão aqueles que procuram preservar; se tivermos em atenção a Portucel, temos de saber que é a exploração florestal que eles procuram...”. A pessoa que fez esta afirmação mostrou alguma preocupação em saber se a Empresa de celulose mencionada colaboraria na preservação da flora da Reserva, ou se pelo contrário a Reserva cedia aos interesses produtivos da Portucel. Mais uma vez surge a necessidade de esclarecer este tipo de duvidas à população, pois a única coisa que lhes parece claro é que existem interesses antagónicos que não compreendem como podem coexistir juntos.

Os espanhóis das povoações visitadas não contam com um espaço protegido, uma vez que as duas reservas anteriormente mencionadas neste trabalho se situam mais no interior da serra da Gata. Existe portanto entre a Reserva Natural da Serra da Malcata e essas duas reservas um espaço que não está protegido legalmente. Pensam alguns populares do outro lado da fronteira que deveria aí existir alguma protecção e “que se deveria pôr gente a guardar a serra para se criarem muitas espécies” ou “Há aqui muita terra, muito espaço na serra da Gata que poderia ser um Parque ou Reserva”. Na minha opinião seria importante compreender até que ponto existe uma vontade real na criação deste tipo de espaços protegidos do outro lado da fronteira, pois em caso de reintrodução seria uma forma de se criar um corredor ecológico de circulação de animais entre as duas serras, uma vez que foram dois núcleos onde existiu lince até há bem pouco tempo.

Ficaram desta forma registados os pontos de vista das populações que habitam as aldeias mais próximas da Serra da Malcata, bem como de algumas povoações espanholas que ficam entre a serra portuguesa e a contígua Serra espanhola da Gata. Foi sempre tido em conta o aspecto qualitativo deste trabalho e não o quantitativo, pelo que a riqueza das entrevistas foi explorada ao máximo tendo mesmo sido feitas transcrições de partes consideradas importantes para que se compreenda o sentir local, bem como todas as suas dúvidas.



### 2.1.1 As crenças populares em relação a algumas espécies da fauna

O misticismo popular e a superstição enraizados na mentalidade das populações têm levado à perseguição directa e ao abate injustificado de grande número de animais selvagens. A ignorância em relação aos comportamentos intrínsecos de várias espécies, bem como a transmissão de geração em geração de medos injustificados, fazem com que neste momento vários animais se encontrem à beira de extinção.

Existem casos famosos como a interpretação errada do comportamento dos crocodilos perante as suas crias recém nascidas, que as pessoas acreditavam serem devoradas pela própria progenitora após a eclosão dos ovos, levou a um ódio ainda mais acentuado pela espécie, que já por si não era muito popular. Investigações e observações rigorosas deste comportamento, concluíram mais tarde tratar-se afinal de um comportamento importante da fêmea para salvar a vida dos crocodilos recém nascidos, transportando-os na sua boca para dentro da água onde se encontram a salvo de possíveis predadores. Já ao nível das superstições, os morcegos não gozam de grande popularidade, uma vez que são vulgarmente associados ao mal e a seres chupadores de sangue que se enredam nos cabelos das pessoas. O mito do vampirismo, em que humanos malévolos que se alimentam de sangue se transformam em morcegos, também não melhora a sua popularidade; e afinal, os morcegos são mamíferos inofensivos que em nada prejudicam o ser humano, muito pelo contrário: ajudam a controlar as populações de insectos ( no caso dos morcegos insectívoros), etc. (Mathias et al.; 1998)

O caso de algumas espécies da fauna das serras da Malcata e da Gata não é muito diferente dos exemplos anteriormente apresentados. Verificou-se no ponto anterior deste trabalho que, por exemplo, o lobo apesar de se encontrar extinto desta região há algum tempo, ainda permanece enraizado na memória das populações locais que o continuam a referir como uma espécie que faz parte da fauna local. Por ser uma das espécies sobre a qual os populares insistiram em contar mais histórias, penso que será importante compreender porque se encontra então em vias de extinção no nosso país, e se terá mesmo já extinguido na zona de estudo.

O lobo encontra-se em Portugal em número muito reduzido (cerca de 300 animais (Alvares; 1999), (Godinho et al.; sem data), tendo contribuído para o seu declínio a fragmentação do habitat através da construção de vias de comunicação, a falta de caça, mas principalmente a perseguição directa que lhe foi movida pelo Homem. No passado esta espécie encontrava-se distribuída de forma regular por todo o território português, mas nos últimos anos o desaparecimento do lobo tem vindo a acelerar-se no nosso país. Para que se compreendam os motivos que estão ainda hoje na base da sua perseguição directa é necessário recuar até ao Paleolítico, altura a partir da qual as relações Homem/lobo terão começado a piorar<sup>29</sup>. Uma vez que se trata de duas espécies organizadas em sociedade, ambas caçavam em grupo para poder sobreviver; por esta altura existiria apenas rivalidade entre dois grupos de predadores, provavelmente pelas mesmas presas. No entanto, a partir do Neolítico, o Homem deixou de ser apenas um caçador e começou a trabalhar a terra e a criar gado para a sua própria subsistência. Terá sido a partir desta altura que o Homem começou a sua perseguição ao lobo, transmitindo o seu ódio e as suas lendas de terror de geração em geração até aos dias de hoje. A própria religião de origem judaico cristã que predomina hoje na Europa está “carregada” de símbolos que levam as pessoas a odiar o lobo, uma vez que faz várias alusões a uma suposta perversidade e agressividade do animal. *Antropomorfismos bíblicos han contribuido a que se haia considerado al lobo como una criatura de las tinieblas, incluso vinculada al demonio.*<sup>30</sup> No entanto, outras culturas com uma ligação mais forte à Natureza consideraram o lobo como um símbolo da sociedade, eficácia e inteligência; tais foram os casos dos egípcios, dos gregos, dos romanos e dos índios norte americanos.

O medo e o ódio pelo lobo tomaram proporções tais que se inventaram criaturas malévolas com base nesta espécie; o lobisomem é disso exemplo, e foi um mito que no passado causou muito terror, pois o Homem normal encarnava o mal ao transformar-se num ser híbrido, metade humano, metade lobo. Deste modo, a licantropia consiste num distúrbio mental em que uma pessoa se imagina transformada num lobo.

---

<sup>29</sup> Informação recolhida a partir do site na Internet <http://es.geocities.com/biologialobo/>

<sup>30</sup> Idem



As histórias de terror foram cuidadosamente passadas de geração em geração, e para se assegurar de que as crianças assimilavam bem este temor pelo lobo, inventaram-se contos infantis que são bem o reflexo do medo dos adultos; O Capuchinho Vermelho, Os Três porquinhos e as várias Fábulas de LaFontaine são histórias em que o lobo encarna sempre a personagem má e bruta que assusta e tenta comer os fracos e indefesos.

Provavelmente, o lobo com a sua forma de organização social desperta no Homem o seu medo ancestral de ser caçado, uma vez que é a única espécie que actualmente existe perto de nós com capacidade física para nos fazer frente. No entanto, o lobo evita o Homem, é este quem o persegue. Não existem casos comprovados de ataques de lobos a pessoas, e como qualquer outro predador, o lobo só caça para obter alimento, não o faz por prazer como é frequente pensar-se.

O declínio das suas presas naturais (corços e gamos) devido à sobre exploração cinegética por parte do Homem levaram este predador a atacar os rebanhos para poder sobreviver, o que piorou em muito a sua popularidade junto do Homem. No século XVII foi criada uma lei que de forma clara permitia o abate de espécies consideradas prejudiciais. As espécies a abater eram requeridas pelo povo, e este queixava-se muito do lobo: *e porque os lobos fazem grande dano nos gados, havemos por bem que o homem que matar lobo velho, haja por cada um três mil réis e por lobo pequeno quinhentos réis (...) E o caçador mostrará a cabeça e pele do tal lobo ao juiz do lugar o qual mandará fazer disso assento, e passará mandato para o almoxarife pagar logo a dita quantia a tal pessoa(...)*<sup>31</sup> Através das entrevistas efectuadas aos populares das aldeias próximas da serra da Malcata, verificou-se que na freguesia da Meimoa um habitante referia estes mesmos acontecimentos durante a sua juventude. Este facto demonstra que tal lei foi efectivamente levada a cabo, e mesmo quando já não se encontrava em vigor foi mantida a tradição pelas populações daquela zona do país até há algumas décadas atrás. É, portanto, difícil para as populações libertarem-se de tradições e mitos muito enraizados, principalmente quando se trata de pessoas com um elevado grau de ignorância.

---

<sup>31</sup> Citado a partir da obra *A caça em Portugal* (1963; p. 43)

O caso do lince não é muito diferente do lobo. A maior diferença poderá consistir no facto de esta espécie não ser sociável e de evitar ao máximo ser vista pelos seres humanos. O lince é na realidade um animal de carácter tímido e solitário como a grande maioria dos felinos.

O nome lince poderá ter-lhe sido atribuído devido às suas extraordinárias capacidades visuais, inspirado no nome de um herói da mitologia grega, Linceu, que conta a lenda possuía um olhar de tal modo penetrante que conseguia ver através de pedras (Rufino et al. 1998). Em Portugal e Espanha é possível compreender a importância atribuída ao lince no passado através de achados arqueológicos. Há cerca de 20 000 anos eram pintadas imagens deste felino nos muros de grutas habitadas pelos nossos antepassados e os seus dentes e garras eram usados como talismãs pelos povos da era Neolítica (Gonçalves et al.; 2001). É sabido que os homens primitivos pintavam e desenhavam animais que consideravam importantes, quer por se tratar de espécies que caçavam e usavam na sua alimentação, ou por serem espécies consideradas ferozes e competidoras no exercício da caça; resta saber em qual das categorias se enquadrava o lince.

Uma vez que se trata de um animal muito esquivo, não existem muito registos acerca de aparições ou encontros com o Homem. Por se tratar de uma espécie insuficientemente estudada, não só no nosso país, como em Espanha e nos outros locais onde anteriormente teve a sua distribuição espacial, considere importante reunir todo o material que consegui encontrar, mesmo que abranja outras áreas de distribuição do felino, pois a forma como o lince era percepcionado nessas zonas poderá ter sido semelhante em Portugal, ou ter influenciado a percepção no nosso país. É verdade que provavelmente estaremos perante um parente do lince-ibérico, o lynx lynx, mas estas lendas poderão ajudar a compreender porque é que os populares da Malcata relataram episódios de abate de lince sem sequer saberem de que animal se tratava. Inconscientemente poderá tratar-se do mesmo medo...

Assim, em Itália, o lince era um animal bem conhecido, mas de acordo com a lenda, mais temido ainda, do qual ainda hoje se guardam recordações. Personificou juntamente com o lobo a encarnação do medo, e em alguns casos, aterrorizou ainda mais do que o canídeo, devido ao seu carácter evasivo e felino, à sua preferência pela



noite, actuação individual, e ausência de competidores naturais (Priolo; 2004). O facto de actuar individualmente foi percepcionado pelas populações como revelador da sua força e agressividade, pois como é sabido, no longínquo passado do Homem enquanto caçador recolector, este necessitava de caçar em grupo para ser bem sucedido; o lince conseguia fazer tudo sozinho, e por isso poderia ser percepcionado como mais forte do que o Homem. O carácter dos felinos sempre se afigurou suspeito aos Homens, e encontrar um felino corpulento como o lince fazia acentuar essa suspeita. Também notícias de periódicos ou que passavam de boca em boca e que relatavam matanças de lince contribuíram para a construção mental da imagem que se possui hoje do lince e que foi transmitida de geração em geração.

Em Itália existe uma localidade (Torre Pellice), onde ainda hoje se conserva a sua recordação para assustar as crianças e convencê-las a não sair de casa à noite, pois conta-se que ao entardecer o lince vinha dos montes para atacar quem se cruzasse no seu caminho. Contam ainda que só lhes escapavam as pessoas que permanecessem mais altas que o animal mesmo quando este lhes pusesse as patas em cima dos ombros (Priolo; 2004). Uma das histórias contadas refere que dois homens sentindo-se cansados depois do trabalho de um dia, deitaram-se ao anoitecer em cima de um fardo de palha para descansar tendo em seguida adormecido; um deles acordou e viu um lince aproximar-se e deitar-se ao lado do outro homem que estava a dormir para medi-lo com o corpo. Depois de verificar que a vítima era maior do que ele foi-se embora sem fazer mal a ninguém. Se esta história tiver algum fundo de verdade serve apenas para mostrar que o lince é um animal inofensivo que não ataca o Homem, mas que este inexplicavelmente teme. Outra história referida por Priolo (2004), vem confirmar que o lince ataca as raposas que entrem no seu território, mas que foi aproveitada pela população mal esclarecida e preconceituosa para aumentar o medo; contam então, que numa noite viram dois lince despedaçar uma raposa pois não haviam encontrado outra presa naquela noite.

Na Galiza, região espanhola a norte de Portugal e com fortes ligações entre as populações de ambos os lados da fronteira, o lince-ibérico era no século XVIII percepcionado pelos locais de forma semelhante ao que se passava em Itália; essa percepção estendia-se ao lado português da fronteira e era descrito como *espantosa fera*,

*animal embruxado e feroz becho* (Pombo; 2004), comentando-se que terá morto um total de 23 pessoas, entre homens, mulheres e crianças e ferido outras 66. O terror das populações era tal que se chegou a organizar uma batida para o poder capturar, onde se contavam 12 000 portugueses e 1000 galegos, perfazendo um total de 13 000 pessoas em perseguição de um lince-ibérico. O mito do lince aterrorizador terá ainda saído mais forte desta batida, pois de acordo com Pombo (2004) *aquela especie de tigre ou lubicán conseguiu burlalos* não tendo chagado a ser encontrado, nem tão pouco abatido como o desejavam. A lenda refere que apenas em 1760 o lince foi abatido por um pastor transmontano. Um exame posterior a uma garra confirmou tratar-se de um lince-ibérico.

Na Estremadura espanhola, por onde se estende a serra da Gata, Díaz (2000) refere que no final do século XVIII, em 1791 foi efectuado um interrogatório pela *Real Audiencia de Extremadura* onde se encontram informações acerca do lince; em Villanueva de la Sierra, que distará cerca de 50 a 60 Km de Hoyos (uma das localidades espanholas visitadas para a elaboração do trabalho de campo), eram naquela altura atribuídos ao lince danos nas colmeias *las derrotan y comen la cera y miel* (Díaz, 2000; 43). Não deixa de ser curioso o facto de já naquela altura se atribuírem a este felino culpas na destruição de colmeias, quando o coelho ainda era abundante na região. Este mesmo autor acaba por dar a prova de que as populações locais terão actuado como um factor decisivo na extinção local do lince naquela região espanhola, quando cita palavras de Covarsí que considerava o lince raro na Estremadura no final do século XIX, quando a caça ainda era abundante.

Na Serra do Gerês, zona de fronteira com a Galiza, são referidas aparições deste felino num periódico<sup>32</sup> do início do século XX dedicado à caça: *Tem aqui aparecido lobos cervaes. Em 1727 se matou um. Pelos annos de 1805, na freguesia de Cabril, matou o lavrador João Bernardo Pereira, outro animal d'esta especie. Na freguesia da Granja (concelho de Boticas) se matou outro em 1825.* Não são descritos episódios envolvendo a espécie, mas tratando-se de localidades relativamente perto da Galiza, a forma como os galegos “viam” o lince deveria ser certamente parecida em Portugal. Pode, no entanto,

---

<sup>32</sup> Este periódico (“O caçador”) encontrado nos arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa não possui data, sendo apenas possível concluir que se trata do início do século XX pelo português empregar na sua escrita, bem como pelas referências a datas que vão sendo feitas nas várias notícias e factos relatados.



verificar-se que a espécie aparecia com alguma regularidade naquela serra, onde era conhecida pelo nome vernáculo de lobo cervical, tal como foi referido nas entrevistas pelos habitantes das proximidades da serra da Malcata situada na Beira Interior.

Lobo cervical terá sido o nome mais comum atribuído em Portugal ao lince. Outros nomes são também usados no nosso país para referir a espécie: gato cravo, gato real, gato bravo e liberne. Na Galiza era mais conhecido por gato cervical.

À semelhança do que acontecia em Itália e na Galiza, em Portugal também foram difundidas ideias erradas acerca da espécie. Tais ideias expressas em livros sobre caça vinham certamente de um passado distante e ter-se-ão acabado por se generalizar ainda mais entre os caçadores. Assim, numa obra de 1963 (Costa), é referido que o lince foi exterminado e perseguido devido aos desgastes que provocava nos rebanhos de animais domésticos, insistindo nesta ideia quando é feita uma descrição da sua alimentação. Nesta mesma obra, o lince é descrito da seguinte forma: *Embora não sendo o maior, é o mais perigoso e feroz dos nossos carnívoros. O lobo cede-lhe as honras na hierarquia da ferocidade animal.* (Costa 1963; 572) O lince foi então percepcionado como uma espécie mais perigosa do que o próprio lobo, este já por si percepcionado pelas populações como um comedor de homens. É visível alguma semelhança com a percepção italiana, uma vez que é referido que um homem vigoroso não teria qualquer hipótese perante um lince assanhado, arriscando perigosamente a vida.

O felino foi visto como um carniceiro assassino: *O seu gosto pela carnagem e assassínio não tem limites. Os seus instintos sanguinários provocam massacres impressionantes.*<sup>33</sup> Também noutra obra, e através da citação de outro autor é apresentado de uma forma semelhante: *O lince é bicho de respeito, cuja característica sanguinária carece de grande número de vítimas.*” (Almeida citado em Tomás; 2001) Acerca desta visão, é estabelecido um paralelismo com a região espanhola das Astúrias onde era conhecido como estrangulador de carneiros, o que prova que a forma como a espécie era percepcionada noutros países influenciou decisivamente a “visão” dos portugueses. Uma vez que as Astúrias se situam perto dos Alpes, penso que se poderá colocar a hipótese de se tratar de *lynx lynx*, que provavelmente poderá ter tido a sua área de distribuição até ao norte de Espanha; mas mesmo tratando-se de um parente

<sup>33</sup> Estas citações encontram-se incluídas na mesma obra: Costa, 1963; 572.

mais corpulento, este sim, alimenta-se de presas maiores como os corços, o lince-ibérico não se livrou da mesma descrição, tendo provavelmente sofrido da má fama angariada pelo seu parente.

O próprio aspecto físico do animal foi usado contra si, pois *quando assanhado, de fauces abertas, caninos ameaçadores, os pincéis das orelhas dando-lhe aspecto demoníaco, fazem arrefecer o sangue nas veias do caçador mais temerário.*

O facto de se contar que *nas serranias frequentadas por rebanhos faz autenticas razias nos carneiros e ovelhas, justificando o seu epíteto de «estrangulador»(...)*A voz é vibrante, parecida com o uivo do lobo(...)<sup>34</sup>, terá provavelmente levado ao seu nome vernáculo de lobo cervical.

Em contradição com a grande ferocidade que lhe é imputada na obra atrás referida, é dito que *nas grandes batidas pode ser surpreendido, mas vulgarmente sobe pelas árvores, não deixando rasto e não se deixando caçar* (Costa; 1963 p. 574). Este será na realidade o retrato do nosso lince-ibérico, descrito também nesta obra como arisco e fugidio preferindo estar longe do Homem.

A percepção negativa que o Homem tem do comportamento de um gato acochado ou ferido também é na obra mencionada, à semelhança do que percepcionavam as populações italianas, mas tem-se o “cuidado” de referir que se deve pensar nesse medo e ampliá-lo *para a maldade e poder feroz de um animal com o tamanho e a pujança do lince.* (p. 575)

São visíveis ao longo de todas estas descrições várias contradições, muito provavelmente porque umas são fruto de observações directas feitas por caçadores ou outras pessoas, e outras serão resultado do mito, da lenda e das crenças erradas que terão ao longo dos tempos acompanhado o lince, devido ao seu carácter tímido e fugidio. Aparentemente, o lince terá sido tão mal visto em Portugal que os ataques dos lobos aos rebanhos no Inverno, período em que se encontravam cheios de fome e sem caça nas serras, eram mais desculpáveis que o comportamento do felino enquanto «estrangulador».

Histórias de perseguições ao lince-ibérico no passado, encontram algum paralelismo no presente com o que foi afirmado pelas populações da Malcata; se até há

---

<sup>34</sup> Idem



pouco tempo o lince era perseguido e abatido apenas porque não sabiam do que se tratava, também no passado distante isso aconteceu, pois existem registos disso mesmo no País Basco. Em 1758 eram emitidas ordens reais que permitiam batidas a animais dos montes, entregando-se posteriormente ao caçador um prémio em dinheiro, que variava de acordo com o animal abatido. O lince fazia parte destas ordens e o seu valor era de *sesenta reales, lo mismo que por un oso, ambas especies eram las más valiosas debido a ser consideradas muy feroces y dañinas* (de Luco; 1998). Para que se compreenda o quão feroz era considerado o lince, deve referir-se que o abate de um lobo era pago a cinquenta reais, ou seja, o lince era considerado mais perigoso que o lobo naquela altura. Olabarria (1951) citado em de Luco (1998) refere que entre 1762 e 1777 estão anotadas nos livros de contas de uma localidade basca as mortes de 5 lince, sendo estes animais referidos na altura por *tigres*.

O prémio mais antigo atribuído na região basca pelo abate de um lince-ibérico data do ano de 1572, onde o animal é chamado de *gato cerbal* (López de Guereñin, 1957 citado em de Luco 1998); como se pode verificar, é real que a espécie tenha sido perseguida e recompensada a sua morte desde tempos bastante remotos, pois existem anotações da época que o referem. Entre os anos de 1572 e 1807 são referidas outras anotações pelo mesmo autor citado, aparecendo os nomes *tigres*, *tigueres* ou *gatos* perfazendo um total de 14 animais abatidos e registados. Também existem referencias entre 1777 e 1781 ao abate de dois *leopardos*.

Uma história contada no País Basco relata a forma como foi caçado o último exemplar de lince-ibérico que por ali viveu, tendo sempre o cuidado de colocar em grande destaque a coragem dos homens que o caçaram, os perigos por eles enfrentados, bem como a ferocidade do animal que perseguiam; *Y así sucedió que cuando menos lo esperaban salió de la roca un rugido que resonando con el eco en todo lugar, los dejó inmovilizados y viendo con terror que se avalanzaba sobre los cazadores (...) cuando se disipó el humo del disparo respiraron al darse cuenta que el tigre en el salto se había precipitado al vacío* (Olabarria, 1951 citado em de Luca 1998). Depois do disparo sobre o lince, os homens desceram o desfiladeiro e constataram que o animal estava morto, sem que a bala disparada lhe tivesse acertado. Preferiu, pois, o lince atirar-se no precipício depois de encontrar tantos homens num local ermo. No entanto a história não dá destaque a este

facto, rematando que se o animal tivesse ficado apenas ferido poucas probabilidades de sobrevivência teriam os bravos homens. Sendo o lince considerado na altura um animal tão feroz, provavelmente o seu abate fazia dos caçadores homens corajosos e bem vistos pela restante população.

Terão sido com certeza a aura de ferocidade e o mito de devoradores de homens que fizeram com que o lince e o lobo granjeassem tão má fama junto das populações. O facto de as leis da caça os considerarem animais nocivos à actividade cinegética ou à criação de gado, apenas terá servido como um pretexto para os exterminarem dentro da legalidade durante vários anos. Mesmo depois de serem consideradas espécies protegidas e proibida a sua caça as populações continuaram o seu extermínio, pois é difícil remover do seu inconsciente o que lhes foi transmitido pelas gerações passadas. É urgente desmistificar este tipo de atitudes e esta forma de pensar se quisermos verdadeiramente preservar os super predadores da nossa fauna.

Verificou-se através das entrevistas que as espécies anteriores eram as que suscitavam maiores comentários e traziam à memória mais histórias. Estas espécies estão hoje em vias de extinção tendo actuado como causas de fundo a superstição e a ignorância. Depois de ter praticamente destruído os dois últimos grandes predadores da fauna ibérica, e se tivermos em atenção o que foi dito pelas populações das serras Malcata e da Gata, perfila-se no horizonte a perseguição ao javali. Apesar de não se tratar de um predador, pois trata-se de um omnívoro, o javali é actualmente responsabilizado pela diminuição da caça e foram vários os relatos de caça furtiva a esta espécie. Na realidade, o javali que é um oportunista, pode alimentar-se de algumas crias de espécies cinegéticas, como é o caso do coelho; no entanto, a sua alimentação inclui de tudo um pouco, desde frutos até animais mortos e é errado pensar que esta espécie constitui um perigo para a caça.

Costa (1963; 556) descreve o javali fisicamente de uma forma negativa, assentando esta descrição em atributos humanos o que traz ao leitor uma conotação má acerca da espécie: *(...)olhos pequeninos e raiados de sangue, cheios de maldade (...) expressão inquietante e assustadora- não se sabe se de sorriso sádico, se de malvadez permanente (...) tal é a imagem selvagem e rebarbativa deste senhor dos nossos bosques(...)*



A força, a violência, a brutalidade, e a agressividade atribuídas ao javali são usadas para engrandecer as virtudes e valentia de quem o caçar, ou seja, quanto mais atributos negativos forem dirigidos ao javali ou a outra espécie, mais valente e poderoso é considerado quem o caça.

O javali e a sua força tornaram célebres e elevaram a herói muitas personagens da mitologia greco-romana, como Hércules *que venceu o fabuloso javali de Erimanta, até Zeus que, ciumento dos amores de Adónis por Afrodite, apesar de todo poderoso, se transformou em javali para dar morte vingativa ao formoso namorado.* (Costa 1963; 560)

Também os povos bárbaros (germânicos, gauleses e lusitanos) viram nele um símbolo da força e do poder tendo esculpido a sua imagem nos bastões das suas tropas.

Na Idade Média, o facto de chegar até perto dos povoamentos aterrorizava os populares, tendo-lhes provocado tanto ou mais medo que os próprios lobos. É só a partir do reinado de Luís XI que o javali começa a perder a sua aura de aterrorizador, pois este rei promoveu pela primeira vez caçadas a esta espécie.

Como se pode verificar as crenças em relação aos animais podem ser trazidas de tempos muito distantes, passadas de geração em geração, e talvez através do método popular de “quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto”. É indiscutível que a espécie humana caracteriza os animais selvagens com atributos que normalmente servem os seus fins: ou a glória própria, ou o medo infundado do desconhecido, ou até mesmo a penalização por actos que a próprio Homem promoveu com as suas atitudes e manuseamento da fauna e dos habitats.

É importante evitar que as crenças erradas das populações em relação às espécies as coloque em perigo, pois já existem bastantes factores de pressão que as colocam nessa posição. Há que consciencializar e depois educar. Mas também há que ter cuidado com as obras que ainda se encontram à venda nas livrarias, pois por incrível que pareça, ainda é possível encontrar à venda um livro onde o lince é descrito da forma como se apresentou nesta secção. Poderão alguns leitores menos esclarecidos ler e assimilar tais ideias?

## 2.2 O poder político local

Para que se compreenda a “história” passada e actual da Reserva Natural da Serra da Malcata é necessário ter em conta o poder político local, uma vez que os terrenos desta área protegida se estendem por dois concelhos e as suas populações têm de ser tidas em conta.

Foram desenvolvidos contactos por escrito e telefónicos junto das Câmaras Municipais de Penamacor e do Sabugal solicitando entrevistas com os respectivos presidentes que foram prontamente aceites e marcadas. Apesar de tudo parecer bem encaminhado, apenas foi possível recolher a opinião política de um destacado autarca do município de Penamacor. Vários problemas levaram a que no dia da entrevista nenhum representante da Câmara Municipal do Sabugal estivesse presente. Apesar de terem sido envidados todos os esforços, nomeadamente por via telefónica e por correio electrónico, não foi possível obter as respostas às questões que se pretendia colocar.

Assim, as informações contidas nesta secção apenas dizem respeito ao ponto de vista político do município de Penamacor; numa tentativa de colmatar a falta de informação relativa à zona norte da RNSM, cujos terrenos pertencem ao município do Sabugal, pediram-se algumas informações sobre a forma como foram percebidas pelo autarca de Penamacor algumas posições das populações do concelho vizinho tomadas no passado e que persistem no presente.

Para melhor se entender o alcance das opiniões expressas por este entrevistado, é importante referir que se trata de alguém que trabalhou na Reserva desde o seu início, primeiro como vigilante, depois como técnico Superior e mais tarde, exerceu as funções de Director.

Tal como já havia sido referido neste trabalho, após a criação por Decreto Lei, a Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata (mais tarde reclassificada como RNSM) demorou vários anos até ser implementada. De acordo com informação recolhida através de entrevista ao autarca de Penamacor, o Dr. António Cabanas, só em 1988 é que começou a funcionar com um quadro de pessoal: director, vigilantes da Natureza e administrativos.



Na opinião do autarca a problemática da adesão das populações e a dificuldade de implementação no terreno devem-se em grande parte à forma como a Reserva foi criada, ou seja, “de fora para dentro e de cima para baixo. A Reserva surgiu de um movimento de ambientalistas, e nesta óptica até poderia considerar-se que teve uma génese de baixo para cima, mas tratando-se de um movimento gerado nos meios urbanos foi visto como exógeno. Por outro lado, a Reserva é criada por decreto, portanto, de cima para baixo, digamos, «contra» as populações, porque as populações não a quiseram na altura.” Não terão sido as populações locais as principais culpadas pelo interregno que se verificou após a criação da RNSM, embora considere que “talvez na zona do Sabugal tivesse havido alguma obstrução, mas penso que foi mais a vontade política de implementar que faltou, porque a constituição de uma nova área protegida, é uma despesa acrescida para o Estado, é dinheiro que sai do erário público, são precisos funcionários, instalações, viaturas, meios... Toda uma quantidade de recursos que o Estado não tinha. Na altura não era só a Malcata que estava em causa, havia outras áreas protegidas para ser implementadas. Por outro lado, penso que a mentalidade conservacionista em Portugal ainda não estava suficientemente madura, e não estava madura inclusive ao nível do aparelho do Estado, digamos que o vector político ainda não tinha atingido o nível de conservacionismo a que chegou nos dias de hoje, e então, a falta de vontade era notória, mas também a pressão política para ultrapassar essa falta de vontade não era nenhuma.”

Para além da falta de vontade política do Estado, também a nível local, nomeadamente na zona do Sabugal, se criou resistência à implementação da área protegida; acho que o Sabugal é por tradição mais resistente, enquanto Penamacor é mais resignado. É disso exemplo “uma reunião que se passou no Sabugal, num hotel, com as populações de Fóios, Quadrazais, Malcata e Vale de Espinho, onde estiveram os representantes do ICN e a reunião não se conseguiu sequer concretizar, praticamente nem se iniciou, porque se gerou uma grande confusão na sala, um burburinho enorme, tendo havido grande mobilização por parte da população, traduzida em antipatia pela Reserva.” Os motivos de tal contestação e antipatia prendiam-se fundamentalmente com a própria palavra Reserva, e em segundo com o facto de haver “sempre dois ou três «instruídos» em cada aldeia, os chamados «caciques» locais, que por esta ou aquela

razão, normalmente por interesse económico privado, ou por terem terrenos dentro da Reserva, porque tinham intenção de lá construir alguma coisa ou fazer algo, acabavam por influenciar a população no sentido de não aderir e não querer a Reserva. Não se via na Reserva nenhuma mais valia para o território do município. Isto aconteceu na zona norte, no Sabugal, porque relativamente a Penamacor, as coisas acabaram por se desenrolar mais rapidamente e com maior facilidade. O próprio presidente da Câmara de Penamacor, na altura o Dr. Francisco Ribeiro, foi o maior aderente da Reserva, depois de alguém lhe ter contado o que estava em causa. Embora ele tivesse uma ideia diferente, porque sendo ele caçador achava que a Reserva também podia ter uma vertente de caça, sobretudo de caça maior, poderia haver aqui um desenvolvimento nesse sentido, mas acabou por aderir na altura, e através da sua influência aderiam as Juntas de Freguesia de Penamacor e só mais tarde o Sabugal.”

Para que a animosidade local fosse ultrapassada, as sucessivas direcções da Reserva ofereceram às populações contrapartidas que as beneficiassem de forma a que estas sentissem que afinal a Reserva lhes trazia mais-valias: “ao longo destes anos todos, depois de 1988, as freguesias foram tirando alguns benefícios da implementação da Reserva, através de alguns directores que pugnaram para que as populações tirassem alguns benefícios directos, alguns investimentos, algumas obras palpáveis; no fundo, era para ultrapassar essa animosidade e conquistar simpatias.

Da parte do Sabugal houve uma freguesia que rapidamente percebeu que estava a perder benefícios por não aderir à Reserva: foi a aldeia de Fóios, que através do seu presidente da Junta viu na Reserva uma mais valia e uma forma de obter algum desenvolvimento e implementação do turismo na sua freguesia. Fóios tinha dois restaurantes razoáveis, que ainda hoje existem, e as pessoas visitavam a Reserva e iam a Fóios para comer o cabrito, as trutas, gerando-se ali alguma dinâmica de turismo... Ele passou a ver na Reserva uma mais valia para a sua terra e convenceu as pessoas a vê-la da mesma forma. Fóios não tinha muito a perder; apenas uma parte muito pequena do seu território é que estava dentro da Reserva. A partir daí aderiu à Reserva e foi tirando alguns benefícios: um vídeo, uma televisão, fez-se lá um pontão, uma praia fluvial mais uma calçada aqui e ali, e tudo isto gerou nas pessoas simpatia pela Reserva. Depois houve também outro factor; os vigilantes da Natureza foram



recrutados nas aldeias. Um era de Fóios e na altura também houve um concorrente de Quadrazais que foi pressionado por contrerrâneos seus a desistir.(...)

A «reboque» de Fóios veio a Malcata e a freguesia do Sabugal, que nem tem terrenos dentro da Reserva, mas que era necessária e interessava que o próprio município e a Câmara aderissem. Tendo aderido Fóios e Malcata, faltava Vale de Espinho e Quadrazais. Quadrazais parecia ser a parte mais difícil, porque tem uma identidade muito forte, tem a gíria, teve o contrabando... Era uma comunidade muito fechada. No entanto, com um Director que cá esteve no início, o engenheiro Renato Costa, muito batalhador no que diz respeito à adesão acabou por convencer os autarcas de Quadrazais a aderir. A freguesia foi aproveitando no comércio, nos projectos e numa série de obras que se foram ali fazendo. Faltava Vale de Espinho que até hoje não aderiu, embora já se tivesse tentado por mais de uma vez.”

Os motivos que levam a população de Vale de Espinho a não aderir à Reserva e a manutenção da animosidade, que também existe ainda hoje em Quadrazais, são para este autarca estranhos. No entanto reconhece que “em Quadrazais é mais por via da caça; é a caça que tem alimentado esta animosidade. Embora em relação à caça até nem haja muita razão de queixa, porque na altura em que se fizeram as ZCA, a Reserva atribuiu uma verba significativa a cada uma, na altura 750 000\$00<sup>35</sup>, para fazerem os planos de ordenamento, e a maior parte delas fizeram-no. Acontece que na zona de Penamacor, Meimão, Meimoa e freguesia de Penamacor, dentro da área da Reserva impôs-se que não se caçasse. A parte norte, toda ela é zona de caça!”

O facto de poderem existir ZCA, dentro da Reserva, na parte norte que pertence ao concelho do Sabugal e de estas não serem permitidas na área da Reserva que pertence ao concelho de Penamacor, constitui para o autarca uma forma de discriminação em relação ao seu concelho, estranhando simultaneamente a referida animosidade por parte de alguma freguesias do Sabugal. No que diz respeito à existência de ZCA no interior da área protegida, este facto não o incomoda “desde que haja regras e intercâmbio entre a Reserva e as Zonas de Caça e tem havido. Não digo que exista intercâmbio a cem por cento com todas as Associações, até porque com Quadrazais, por exemplo, tem sido difícil o diálogo. Mas de qualquer modo há regras

---

<sup>35</sup> O autarca não tem a certeza da quantia entregue pela RNSM, mas avançou com a quantia indicada.

para cumprir, a Lei da Caça existe e a Reserva também tem as suas próprias regras e fiscalização e as Zonas de Caça estão sujeitas a determinados condicionalismos. Eu não vejo mal que haja caça, mas também não me incomodaria nada que fosse **tudo completamente Reserva integral.**”

No entanto, o que está em jogo é a relação entre a população e a conservação da Natureza, conforme afirma o Dr. Cabanas. “ Dizem os de Vale de Espinho que dantes havia lince e que agora é que não os há; isso vem dar alguma razão à população. Eles é que preservaram os ecossistemas, com o seu *modus vivendi*, com a sua forma de estar e não podemos culpar estas populações pelo desaparecimento do lince, porque eles continuam a fazer aquilo que faziam, continuam com a agricultura tradicional... E mais, desde os anos 50 até hoje perdemos (Penamacor e o Sabugal) dois terços da nossa população, portanto a pressão humana sobre os ecossistemas reduziu-se drasticamente. Não podemos por isso ver nas populações uma ameaça aos valores defendidos pela Reserva, mas sim o contrário.

Não podemos culpar as populações por o lince ter desaparecido, bem como todas as espécies que foram desaparecendo, como o lobo, por exemplo. Não é culpa da população local, destas populações em particular ou do interior de um modo geral. Quando se vem para as populações rurais impor coisas, dizer agora não se pode fazer isto ou não se pode fazer aquilo, etc., essa política na minha óptica é errada. Não se pode apenas proibir. O que nós temos é que trabalhar com as populações e convencê-las a rectificar alguma coisa, mas para lhes dizermos que têm de rectificar essas coisas temos que justificar, porque eles têm a razão da vida, têm a razão do tempo, dos anos, das décadas e séculos que aqui estão a morar e a fazer tudo pela conservação dos recursos. O caricato acaba por ser que, quando a Reserva veio para aqui, havia lince e agora deixou de haver! É claro que há aqui outros factores, mas que não são culpa da população, são culpa do planeamento do Estado, e é o Estado que vem impor.”

A culpa do Estado português encontra-se, no ponto de vista do entrevistado, no facto de se terem permitido florestações maciças que na sua opinião eram desnecessárias, ou se podiam fazer de outra forma. Quanto às espécies florestais levadas para a serra, considera que as pseudotesugas, embora exóticas, estão bem instaladas do ponto de vista da produção, mas no que diz respeito a outras resinosas,



estas “estão raquíticas, estão muito mal instaladas e cheias de pragas. (...) Hoje a Portucel quase não tem actividade na serra, aliás penso que estas plantações que lá possui são muito prejudiciais para a economia da empresa, que eles para conseguir fazer daquela floresta alguma coisa e ter alguma produção tinham que fazer pulverizações, que teriam de ser feitas de avião e isso fica bastante caro.”

Este autarca de Penamacor considera que a RNSM trouxe aspectos positivos ao seu concelho; no entanto deixa ainda muito a desejar em termos do aproveitamento que poderia ter para Penamacor, pois considera terem sido criadas elevadas expectativas de desenvolvimento nas autarquias e nas populações, sobretudo na área do turismo, que não se confirmaram. “Acho que a Reserva tem falhado na componente do turismo. Estando nós numa área do interior, onde não existe indústria, e onde a agricultura deixou de valer a pena, os concelhos e as áreas do interior vêm no turismo, e têm razão para ver, uma tábua de salvação. Embora não pense que o turismo seja a cura para todos os males do interior, acredito que ele pode ser uma mais valia importante no desenvolvimento do interior (...). Não podemos fechar as áreas protegidas ao turismo. Não se pode fechar uma Reserva totalmente ao turismo. Não queremos aqui turismo de massas. Queremos turismo de qualidade, baseado numa matriz que tenha como eixos fundamentais património histórico e construído, a ruralidade (as pessoas, a gastronomia, a etnografia, as tradições) e depois temos a Natureza que é a grande riqueza desta região.

Na Natureza temos de saber aproveitar os recursos numa óptica de complementaridade. A Natureza é também a caça, e a pesca; também é importante preservarmos a actividade cinegética, porque o turismo cinegético também é importante. Os caçadores vêm ao concelho de Penamacor, de Lisboa, do Porto, de vários sítios, almoçam cá, alguns dormem, outros compram alguma coisa e isso gera também alguma riqueza. Pode até implementar-se, como já acontece em alguns sítios, alguma caça maior, o corço, o veado, o gamo, o javali e outras espécies.

Quando falamos da Natureza falamos dos cursos de água, das barragens, das Ribeiras da Bazágueda e da Meimoa, que são ribeiras belíssimas, da recuperação dos açudes, dos moinhos, falamos das praias fluviais, dos desportos náuticos que não poluam a água, dos desportos de aventura, e de natureza, de rapel, de escalada,

orientação, BTT, hipismo... Mas obviamente não podemos fechar uma parte substancial do nosso território como alguns pretendem fazer, sob pena de continuarmos a empurrar as pessoas para fora, para o litoral.”

As Câmaras Municipais de Penamacor e do Sabugal rejeitaram o Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra Da Malcata que lhes foi apresentado pela equipa que o está a implementar<sup>36</sup>, alegando que o que se preconiza é praticamente o fecho total da Reserva.

Para este autarca a conservação e reprodução do lince-ibérico coaduna-se na perfeição com a presença de turistas, apontando o exemplo dos espanhóis em Doñana, e a um nível internacional e com outro tipo de fauna, os safaris africanos.

A continuidade natural existente entre as Serras da Malcata/Gata é percepcionada como uma hipótese positiva na conservação do lince; no entanto “temos de ter consciência de que isso não depende de nós, depende dos espanhóis, e os espanhóis não querem, porque se o quisessem já o teriam feito.”

No que diz respeito ao problema específico do lince-ibérico, o dr. Cabanas considera que a sua recuperação “é uma questão complexa, que tem muitas componentes: tem uma componente financeira, tem uma componente política, uma componente técnica... E nesta não é só a componente de biologia, há várias, e o problema que também se põe, é que a conservação em Portugal vive muito de modas (...) e não há interdisciplinaridade. No ICN tem acontecido isso; houve uma moda do paisagismo, depois veio a fase da silvicultura, entretanto agora há a moda da biologia... Continua-se a esquecer, por exemplo, a sociologia, portanto as populações não contam. Não é possível fazer conservação contra as pessoas, isso já se provou aqui, como já se provou noutros lados (...). Todas estas componentes têm de ser tidas em conta para a conservação das espécies, numa base interdisciplinar.

Na Natureza temos que ter uma visão de conjunto. Não é viável conservar uma espécie apenas num cantinho se isso não for feito no conjunto; se não houver um consenso alargado, e neste caso nem é apenas um consenso nacional, é um consenso ibérico, dificilmente se poderá avançar com alguma coisa. Estamos a falar num país que está aqui ao lado e que tem realidades políticas muito distintas da nossa e em que a

---

<sup>36</sup> É necessário ter em consideração que esta entrevista foi realizada no final de Fevereiro de 2004.



conservação da natureza não é um desígnio unicamente do país, é um desígnio de cada região, e cada região vê esse desígnio à sua maneira. Quando falamos do lobo em Espanha, por exemplo, temos de falar que há zonas onde se caçam lobos e há outras zonas onde é absolutamente proibido e estamos a falar do mesmo país.

No que respeita ao lince, é obvio que está na sua pior fase, digamos que a avaliar por alguns técnicos mais pessimistas, o lince daqui a 10, 15 ou 20 anos, extingue-se completamente na Península Ibérica. Há que fazer alguma coisa urgentemente. Já era preciso fazê-lo antecipadamente e fez-se muito pouco. Eu sinceramente sou bastante pessimista nesta altura, não vejo muita facilidade em que as coisas se façam, até porque em Espanha há muitos problemas políticos a resolver em matéria de Conservação.

Para se implementar uma possível reintrodução temos de pensar em termos do que é um território de lince (...). Se houver pouco coelho, o território tem que se alargar; se houver coelho em abundância, então os territórios podem ser mais pequenos, pode haver mais densidade populacional de lince. Também temos de ter em conta os outros predadores, as raposas, os saca-rabos, águias, etc., todas as espécies que se alimentam de coelho. Para a Malcata, e estou a citar um estudo feito há uns anos, numa situação média, o ideal seriam 1500 ha por cada lince. Se tivermos em conta os 16 000 ha estaríamos a falar em 10 lince mais ou menos, mas também temos de considerar que algumas áreas podem não ser adequadas por esta ou aquela razão. É obvio que uma população só da Malcata não seria viável, portanto teríamos sempre que falar que a população se estenderia para sul e norte da Malcata e para Espanha (...) temos sempre de contar também com a Gata (...).

Do lado de Espanha há a vontade das populações locais, principalmente dos autarcas. Não tem havido vontade de alguns agentes económicos, tem havido muitas pressões e, se calhar, também falta vontade dos próprios dirigentes políticos regionais<sup>37</sup>."

Na opinião do entrevistado, a questão do lince também tem sofrido em Portugal de uma série de problemas, como as rivalidades existentes dentro do ICN, entre técnicos provenientes da Faculdade de Ciências de Lisboa, e da Faculdade de Ciências do Porto.

---

<sup>37</sup> O autarca refere-se à região da Estremadura espanhola.

Até Fevereiro de 2004, data em que foi realizada esta entrevista, não existia cooperação entre a Direcção da RNSM e a Câmara Municipal de Penamacor, devido às atitudes tomadas pela actual Direcção aquando da sua tomada de posse. “Antes da actual direcção, havia um intercâmbio entre a Reserva e a Câmara Municipal, como por exemplo, no caso do cinema em que a Câmara adquiria os filmes, e os jovens e os adultos que quisessem tinham às sextas-feiras a possibilidade de ver ali alguns filmes como se estivesse no cinema. Note-se que em Penamacor, o único auditório com condições é o da Reserva. Depois havia uma outra situação: uma casa que existe próxima do castelo, que é da Reserva, foi restaurada por esta na altura do engenheiro Renato Costa, e a intenção era ceder essa casa a uma associação de artesanato que pudesse promover lá exposições temporárias de artesanato, artesanato ao vivo, etc. A zona do castelo praticamente não tem comércio e pretendia-se desta forma implementar lá alguma coisa e este seria o contributo da Reserva. Isso estava mais ou menos definido na anterior gestão e quando esta direcção tomou posse da Reserva, rapidamente acabou logo com essa intenção, tal como acabou com o cinema, a pretexto de que iriam fazer lá exposições ligadas à conservação da Natureza. A verdade é que fizeram uma (...) e a partir daí as coisas acabaram logo, nunca mais houve exposição nenhuma, e a casa está fechada. Com esta falta d colaboração perdemos todos, perde o concelho e a Reserva; temos essa consciência e por isso, estamos receptivos a reatá-la, desde que haja vontade e seriedade da outra parte.”

Apesar da actual falta de cooperação este autarca reconhece que a criação da Reserva foi positiva para o seu concelho; “a Reserva trouxe muita coisa boa: trouxe gente com qualificações em diversas áreas, da biologia, da veterinária, silvicultura etc., deu emprego aos vigilantes, às pessoas que trabalham no sector administrativo (há uma sede em Penamacor, uma delegação no Sabugal), fez-se um viveiro que tem 5 ou 6 mulheres a trabalhar, e portanto criou alguma dinâmica.”

Como forma de aproveitar os aspectos da RNSM, reconhecidos como positivos e fazer com que a área protegida traga ao concelho algum desenvolvimento económico, é defendida uma conciliação de interesses “entre aqueles que defendem uma Reserva fechada, virada apenas para a conservação da Natureza e aqueles que defendem que a Reserva pode ser um polo dinamizador de desenvolvimento local onde se inscreve o



turismo. Há uma forma de conciliar isto; já a tenho referenciado várias vezes, inclusivamente à tutela e aos dirigentes que têm passado por cá e que inclusivamente se podia aproveitar a oportunidade da elaboração do Plano de Ordenamento. Trata-se de transformar a Reserva num Parque Natural em que houvesse algum alargamento e se incluíssem dentro do Parque Natural as freguesias, a vila de Penamacor, a vila do Sabugal e as freguesias a norte do Sabugal. Podia-se estender até para norte, tendo em conta que a zona a norte da Reserva é já Rede Natura, com algum alargamento em termos de Parque Natural, que tivesse um estatuto mais suave na área deste alargamento, e que se constituísse como zona de tampão à actual Reserva.

Quando um turista quer vir à Reserva, que imaginário é que ele traz? Quer ver um lince, se for possível, quer ver o território que é a base de tudo, e depois o que existe no território: se há acidentes geológicos, se há floresta, uma espécie emblemática, seja da flora ou da fauna, e a fauna, principalmente a fauna ameaçada, o «ex libris» neste caso seria o lince. Mas há outras espécies, há a cegonha-preta, o abutre-preto, o bufo-real e algumas destas podem-se ir vendo. A pessoa, quando vem, quer estar dentro da Reserva, mas aqueles que defendem a conservação «in extremis», sem a componente humana, não querem que as pessoas entrem nas áreas protegidas para não perturbarem. Nesta solução, com a transformação em Parque Natural e alargamento, a pessoa quando chega a Penamacor já está dentro do Parque; se calhar até pode ver umas aves, pode ver uns patos na barragem da Meimoa, pode ver uma lontra no Côa, pode pescar lá uma truta, pode comer bem, pode dormir, comprar artesanato...

Isto tem uma vantagem para as duas partes: primeiro tem a vantagem de retirar do coração da serra as pessoas, alguma eventual pressão turística, se é que esse medo existe, e por outro lado canalizamos as pessoas para os aglomerados onde haja restaurantes, onde haja postos de venda de artesanato, de chouriço, de queijo, de mel, de azeite da região. Essa seria a forma de conciliar as coisas: era reclassificar a Reserva. Esta é a única reserva de montanha, todas as reservas do país, com excepção da Malcata são zonas aquáticas, pauis, estuários, sapais, etc. Esta é a única com um território imenso, neste caso 16 000 ha de montanha, onde obviamente há algumas actividades humanas.”

O facto de uma população de lince exclusiva da serra da Malcata não ser viável, reforça a posição do autarca que refere que “o ideal seria fazer aqui um Parque Natural, mais alargado, em que houvesse de facto um núcleo central de refugio profundo, em que se quisesse até evitar o acesso das pessoas. Refira-se que a única captura de um exemplar efectuada pelos técnicos da Reserva ocorreu a sul, já fora dos seus limites (...). Seria bom também conseguir uma área protegida em Espanha, e temos de ter em conta que seria preferencialmente a zona da Estremadura, de Cáceres, e uma pequena parte de Castela e Leão, que faz fronteira com o Sabugal, fazendo assim um continuo de ambiente natural propício à espécie.”

A hipótese de interditar a caça ao coelho no concelho de Penamacor fora da área protegida não é bem aceite. “A Reserva da Malcata são 16 000 ha dos quais dois terços estão em Penamacor; estamos a falar de 10 000 ou 12 000 ha e é toda zona protegida em termos de caça, onde é totalmente proibida a caça ao coelho e a qualquer espécie. Não vamos estar agora a exigir que fora dos limites da Reserva se venha a impedir o exercício da caça. Então estávamos a falar de qualquer dia irmos todos embora e entregarmos isto à bicharada, não podemos! O principal problema do lince é a falta de coelhos, mas penso que não é dessa forma que isso se resolve. A solução do coelho passa pela ciência, passa por eliminar uma doença que foi introduzida pelo Homem e é preciso emendar o erro cometido.”

Estas são as posições, as percepções e as soluções apontadas pelo autarca da Câmara Municipal de Penamacor. Através delas é possível compreender um pouco mais do passado e do presente da RNSM, bem como das posições assumidas pelos dois lados: o político e o da conservação da Natureza. É importante que ambos percebam que não se encontram em lados opostos, mas que cada um trabalha de acordo com a sua formação académica para atingir o mesmo fim: a conservação do felino mais ameaçado do mundo, que se restringe à Península Ibérica, o lince-ibérico.



## 2.3 A imprensa local

Para a elaboração deste ponto foram tidas em conta notícias de vários jornais locais, não só pertencentes à área geográfica dos concelhos de Penamacor e do Sabugal, mas também pertencentes a áreas geográficas de concelhos muito próximos, como os do Fundão, da Guarda, da Covilhã e de Castelo Branco.

No que diz respeito à delimitação temporal, esta foi feita de modo a criar uma viagem no tempo, para que se compreendesse de que forma poderia, ou não, a imprensa local ter contribuído ao longo dos anos para o modo como as populações percepcionavam o lince. Como o objectivo primordial com que a Reserva foi criada foi a protecção da espécie, importava também perceber como foi esta encarada localmente pela imprensa, e como é encarada nos dias de hoje.

A imprensa local a que se recorreu engloba os jornais Estrela da Beira, Gazeta do Interior, Jornal do Fundão, O concelho de Penamacor, Reconquista, Terras da Beira, Voz do Campo, Povo da Beira, A Guarda, Cinco Quinas, Amigos da Verdade, Urbi et Orbi (Jornal on-line da Universidade da Beira Interior) e O Interior. A ordem pela qual os títulos foram referidos é aleatória, e actualmente alguns deles já não são publicados.

A viagem através das páginas dos jornais locais tem início no longínquo ano de 1934, uma vez que foi esta a data mais antiga que se encontrou com referências ao lince, e termina em 2004, ou seja, cobre 74 anos de palavras em torno do lince, do seu habitat e mais recentemente da RNSM. Certamente existirão notícias publicadas ao longo destes 74 anos, mas às quais não foi possível ter acesso, uma vez que este tipo de pesquisa é muito demorada. Assim, este ponto será desenvolvido com base no material que a disponibilidade de tempo permitiu encontrar.

Foram objecto de análise 101 notícias, muitas das quais recolhidas no arquivo da RNSM, outras gentilmente cedidas pelo Dr. Luís Roma do ICN, e as restantes procuradas na hemeroteca de Lisboa e nos arquivos de periódicos da Biblioteca Nacional.

Em 1934, é feita referência ao abate de um lince, também nomeado como lobo serval. O jornal dá conta de que *raro é o ano em que não é morta uma dessas feras, que amiudadas vezes são avistadas em vários pontos*. Na época não constituía crime matar um

lince, como tal, o nome de um caçador que abateu outro exemplar é publicado. O facto de o animal ser adjectivado de **fera** e de se noticiar que várias vezes foram avistados, bem como abatidos serviria, provavelmente, de estímulo aos leitores da época, pois tratando-se de **uma fera** isso queria dizer que seria certamente perigoso, e se havia muitos destes animais e várias pessoas os matavam, então esse exemplo deveria ser seguido. Apesar de não se poder tomar como padrão das notícias da época, pois não foram encontradas outras em datas próximas que sustentem esta afirmação, considero que tem um cariz negativo em relação ao lince.

Apesar de terem sido pesquisadas várias datas, infelizmente sem sucesso <sup>38</sup>, existe um interregno temporal muito grande entre a notícia anterior e o grosso das notícias encontradas. A data mais antiga a seguir a 1934, diz respeito a 1981, ano em que foi criada através de decreto de lei a Reserva Natural.

Em 1981 (Jornal do Fundão), era dada notícia sobre a criação da área protegida na serra da Malcata, e apesar de não ser escrita de uma forma agressiva, deu-se ênfase às actividades que passaram a ser proibidas nos limites da Reserva, bem como às multas a que ficaram sujeitos os prevaricadores. Esta informação é dada a partir da citação de algumas partes do próprio decreto-lei.

Nesse mesmo ano, outro artigo referia ser positiva a tomada de consciência das populações para os problemas da Conservação da Natureza, mas não deixava de ser crítico ao enunciar o que na realidade pensam as populações dos concelhos abrangidos quanto à criação da Reserva: **decisão controversa e área abrangida muito vasta.**(Jornal do Fundão; 1981)

No ano de 1987, e após a fase de existência legal em documento, mas inexistente na prática, foi empossada uma comissão instaladora, sendo este o motivo da publicação da notícia. No entanto, o jornal não limitou o texto unicamente a este assunto; é criticado o facto de as populações locais não terem recebido qualquer tipo de esclarecimento em relação à criação da área protegida, tendo na opinião do jornalista sido este o motivo pelo qual se mostraram hostis inicialmente. Volta a ser criticado o

---

<sup>38</sup> Este insucesso prende-se em grande medida com o facto de toda a pesquisa ter de ser feita página a página, quer na hemeroteca de Lisboa, quer no arquivo de periódicos da Biblioteca Nacional, pois não existe um ficheiro informatizado que facilite a busca de temas.

Apesar das várias horas despendidas nestes locais, a limitação a que me encontrei sujeita enquanto investigadora, não permitiu completar a lacuna temporal.



proibitivismo do decreto-lei e é elogiada a acção da Portucel, enquanto empresa que trouxe rendimentos às populações que tinham os terrenos improdutivos. Deixa antever que este proibitivismo e a quebra de expectativas das populações em relação aos seus terrenos têm por base a criação da Reserva. Só neste ano (6 anos depois da sua criação) é dada notícia do início da campanha de esclarecimento das populações locais. A conclusão do artigo é muito crítica e descrente em relação ao futuro desta região do interior: **“O futuro dirá se na Serra a vida muda ou se tudo continua como dantes.”** (Jornal do Fundão; 3/07/1987)

Através da leitura da imprensa local foi possível encontrar, para além das notícias, alguns artigos de opinião de pessoas residentes nos concelhos abrangidos pela Reserva. Através deles e da decisão da sua publicação também se pode perceber de que forma os jornais influenciaram o modo de pensar e ver a Reserva. Assim, em 1988 foi publicado um texto de uma jovem que frequentava uma escola local, e pode verificar-se que a população com a faixa etária mais baixa foi bem informada acerca da fauna e flora da serra e em relação ao lince, mostrando conhecimentos acerca da sua raridade, alimentação, procriação e marcação do território. A tudo isto não deverá ser alheio o facto de desde cedo se ter apostado na sensibilização dos mais novos por parte da Reserva.

Em notícia de primeira página, O Concelho de Penamacor (Abril de 1988) dava conta da intenção dos militares em instalar-se em Penamacor durante algum tempo para levar a cabo exercícios militares. Em primeiro lugar é feita a valorização da tradição militar de Penamacor e do quão positivo seria para a Vila a vinda de militares de vários pontos do país. Em seguida, refere-se que foi criada a área protegida, e que esta e a preservação do lince, bem como de outras espécies ameaçadas é importante, mas **só se não colidir com os interesses da população**. O jornal desvaloriza o lince e a sua conservação quando aborda o assunto como “um falso dilema”.

Pode considerar-se que existiu alguma incitação à revolta da população em relação à Reserva, uma vez que até é feita uma chamada de atenção para declarações proferidas no passado pelo Ministro do Plano, em que este considerava que “a implantação de um Quartel na Carreira de Tiro não prejudicará em nada a Reserva da Malcata.” Estas declarações são elas próprias contraditórias com o que esteve na génese

da criação do espaço protegido, e o jornal explora-as de forma a que os leitores se sintam defraudados nas suas expectativas, pois transmite os desejos da população ao afirmar que “a população de Penamacor quer a presença dos militares.” Como forma de incitação directa à revolta, pode referir-se que **“Estar a fazer campanha contra eles só porque há que preservar a natureza é insensatez.”**

Embora não deixe de criticar os abusos militares do passado, conclui que ainda assim, esta presença é preferida à conservação da Natureza imposta pela Reserva, que é vista como um travão ao desenvolvimento local: “não se ponha em causa o desenvolvimento de um concelho.”

Acerca do mesmo assunto, o Jornal do Fundão (22/04/1988) refere o perigo em que se encontram a fauna e a flora da serra com este tipo de exercícios, mas **desculpabiliza** as autoridades competentes, ou seja, os “Responsáveis da Secretaria de Estado do Ambiente e a Câmara de Penamacor”, que deveriam ter zelado por esta situação, alegando que não foram informados.

A desculpabilização em relação aos erros ou acidentes envolvendo o lince e a Reserva são gerais na imprensa local. A Gazeta do Interior (2/02/1989) publicou um artigo acerca do atropelamento de um lince-ibérico em Penamacor, onde reconhece que o lince se encontra em grave regressão devido à escassez de alimento na zona do interior do país, mas é com muita ironia e insensibilidade em relação à situação da espécie que o faz, quando refere que “se meteu debaixo do carro”, ou que “a relíquia foi então levada a um embalsamador que se encarregou de a fazer «reviver»”, como se um lince embalsamado possuísse o valor de animal vivo.

O autor do atropelamento, devidamente identificado na notícia é totalmente desculpabilizado: “uma das espécies de lince mais raras do mundo, cuja morte só é mesmo perdoada por acidente.” Para além dos aspectos já referidos, existe falta de rigor na apresentação do nome científico e na descrição da espécie, que mais uma vez é feita com ironia: “*linx pardina*- nome técnico do felino existente naquela zona muito parecido com o gato bravo para o grandinho.” Com a leitura de uma notícia escrita quase como se de uma anedota se tratasse, que percepção se pretendia incutir à população local? Talvez a de que o assunto não merecia importância nenhuma.



Os pequenos acontecimento que envolviam a Reserva nunca deixaram de ser notícia nos jornais locais. O Concelho de Penamacor (Fevereiro de 1989) mesmo quando a Reserva levou a cabo iniciativas culturais dirigidas à população, não deixou de fazer críticas à falta de esclarecimento em relação à Reserva e aos seus projectos futuros. A ocasião é sempre aproveitada para incitar à dúvida dos leitores, pois se estes até poderiam considerar boa a iniciativa da Reserva, o jornal logo fez notar que era insuficiente.

Se o artigo de opinião anteriormente referido mostrava uma boa perspectiva em relação ao lince e ao seu habitat, outros foram publicados precisamente com o sentido contrário, sendo desta forma dado conhecimento do sentir da população (ou talvez só de alguns) em relação à conservação da espécie, bem como do seu habitat. O facto de se tratar de um artigo de opinião permite tocar mais de perto os leitores, e provavelmente desta forma influenciar mais rapidamente a sua opinião.

O artigo em questão foi publicado no Concelho de Penamacor (1990), e tratou da problemática dos eucaliptos. Sabendo que a Reserva foi criada com o objectivo de preservar a Natureza, e que a plantação de eucaliptos e de outras espécies com objectivo industrial é que estiveram na base da criação desta área protegida, este artigo centra a sua atenção nesta árvore.

Foram escolhidos exemplos da miséria humana ou da falta de ligeireza na aplicação da justiça para melhor *espicaçar* os leitores contra os conservadores da Natureza e contra aqueles que se opõem à plantação de eucaliptos. Sem nunca referir a Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata, pode considerar-se que este artigo a visa, incentivando à revolta.

É feita a defesa dos eucaliptos e da sua plantação, para bem do desenvolvimento do concelho, mas tendo unicamente na mira o lucro rápido e imediato, que não tem em conta as gerações futuras; essas, que se contentem com o lucro que conseguirem tirar dos sobreiros e carvalhos que conseguirem sobreviver à fúria da eucaliptização: “Os sobreiros, os carvalhos e os castanheiros lá virão os netos que lhe tirem rendimento. Sejam realistas. Se é mal a plantação anárquica dos eucaliptos ou de qualquer outra espécie, não é pior a paranóia de atacar os desgraçadinhos dos eucaliptos que dão milhões ao país e à região.”

A demonstração de total ignorância (ou tentativa de manter na ignorância) aparece no último parágrafo, quando se refere que os caçadores não necessitam de se preocupar com o desaparecimento do mato, referindo que as espécies cinegéticas não deixarão de existir.

Para além da publicação de artigos de opinião acerca da problemática dos eucaliptos, o próprio jornal<sup>39</sup> dedicou no ano seguinte outro artigo a este tema. Desta vez era feita crítica ao Ministério do Ambiente e à Câmara Municipal por não defenderem os interesses dos populares que possuem plantações de eucaliptos nos seus terrenos. Apelida-se quem não precisa dos eucaliptos de rico e dá-se valor ao lucro a curto prazo.

Mostram que o eucalipto não é tão prejudicial como afirmavam aqueles que estavam contra e incitam-se os proprietários de eucaliptais a pedir indemnizações pelos prejuízos causados, apelidando tais decisões de demagógicas. Uma vez que o Ministro do Ambiente esteve em Penamacor para visitar a Reserva, toda esta problemática surge incluída num artigo dedicado à visita a essa área protegida, o que não deixa de ser indirectamente sintomático do que se pretende que a população percepcione.

Dois anos depois, os militares voltam a ser notícia nos jornais locais, mas desta vez a notícia é dada de forma imparcial. Os militares pretendiam utilizar a serra da Malcata para exercícios militares, tendo a sua pretensão sido negada pela direcção da área protegida. No entanto, na conclusão, O Concelho de Penamacor (Junho de 1990) não deixa de referir a hipótese de que venha a existir pressão sobre o Ministério do Ambiente para que a decisão mude.

Uma pequena notícia<sup>40</sup> deu conta do abate de três lince, mostrando indignação e referindo tratar-se de uma espécie em vias de extinção. Apesar de tudo, de certa forma coloca em causa a competência dos serviços da Reserva por não terem conseguido chegar a conclusões sobre os autores das mortes: “feitas as devidas investigações pelos Serviços da Reserva, não chegaram a conclusões (...)”

A publicação continua de notícias (O concelho de Penamacor; 6/12/1990), e no caso de uma subscrição enviada à Direcção da Reserva, continuaram a dar conta do

---

<sup>39</sup> O concelho de Penamacor; Outubro/Novembro 1990

<sup>40</sup> Idem



descontentamento dos proprietários de terrenos abrangidos pela área protegida, por estes não lhes serem comprados, alegando estar impedidos de os usar para os fins que pretendiam. É inevitável que este tipo de notícia afecte a opinião pública, mesmo de quem não possui terrenos nessas condições, gerando uma onda de descontentamento geral e solidariedade para com os *lesados*.

Depois de tanta polémica em torno dos eucaliptos, o abandono da região pela Portucel foi noticiado (O Concelho de Penamacor; Junho/Julho 1991); mas este abandono não foi registado sem críticas e sem atribuição de culpas. É descrito como se tornou bom o nível de vida de várias pessoas com a vinda da empresa e de como isso foi positivo para o concelho, em geral. Uma vez que o facto se apresentava consumado e que a empresa teve de abandonar a produção devido à implementação da Reserva (embora a área protegida não volte a ser mencionada), foi com ironia que se concluiu esta notícia: “Vamos lá ver agora se os Defensores da natureza dão uma ajudazinha a quem precisa.”

O Concelho de Penamacor (Dezembro; 1991) publicou um artigo que pode ser considerado o marco de transição na forma como a imprensa local encarou o problema da conservação do lince, bem como a criação da Reserva. Nessa notícia, deu-se a conhecer aos leitores que a Reserva iria indemnizar os proprietários cujos terrenos ficaram abrangidos pela implementação da área protegida. É feita a descrição de todo o material e dinheiro entregue pela direcção da Reserva, e desta vez já não são feitas críticas semelhantes às que apareciam em notícias anteriores.

No seguimento cronológico da notícia anterior, em que o discurso jornalístico deixou de ser crítico, surgem vários artigos, em jornais diferentes, que dão conta da captura de um lince vivo na Serra da Malcata. Uma vez desbloqueadas as verbas que beneficiaram os proprietários de terrenos, e encontrada uma prova concreta da existência do lince na Serra, os jornais locais passaram a dar as notícias de forma elogiosa para todos quantos se têm dedicado ao estudo e preservação da espécie na Reserva.

Apesar de já não existirem críticas, as notícias continuam a ser dadas sem rigor, surgindo novamente incorrecção no nome científico da espécie «lince *Pardina*» (Jornal do Fundão; Janeiro/Fevereiro, 1992), bem como no nome com que foi “baptizado” (O

Concelho de Penamacor; Fevereiro, 1992) o exemplar capturado, pois o jornal refere chamar-se «Palma», quando na realidade se chamou «Xara». Não deixa de ser curioso que o jornalista refira que «A voz dos descrentes da existencia do lince, caiu assim, por terra, com esta prova irrefutável», uma vez que os jornais locais eram até há poucos anos atrás algumas dessas “vozes” descrentes, concretizadas através de insinuações e expressões usadas na escrita ou no tempo verbal empregue, tal como ficou anteriormente demonstrado.

Mesmo tendo ocorrido um revés na operação de captura e libertação do lince com uma coleira de rádio telemetria, não foram apontadas críticas ao trabalho desenvolvido pelo pessoal da Reserva nos jornais, continuando a ser-lhes tecidos elogios pela persistência do seu trabalho (Gazeta do Interior; 13/02/1992).

A imprensa local (O Concelho de Penamacor; Fevereiro, 1992) passou a incluir nas notícias acerca do lince o interesse que a Reserva despertou em pessoas de fora do concelho e que se deslocam para a visitar como um ponto a favor da área protegida. No entanto, a morte de um animal desta espécie noticiada neste mesmo artigo, continua a passar para a opinião publica como um acto desculpável, pois é utilizada a palavra «**inadvertidamente**», ainda que o jornalista apenas presuma: «(...) apareceu um lince morto, dependurado numa árvore, presumindo-se que algum caçador inadvertidamente o tenha morto (...)».

Apesar de tudo o lince é transmitido também como um motivo de orgulho da Beira Baixa, sem que se tenha abandonado o tom irónico, sendo a espécie tratada por “sua excelência”, “coitado” e “príncipe”. A insistente ironia com que este jornal tratou os assuntos relativos ao lince, poderá ter dado aos leitores a sensação de que não se tratava de um trabalho sério o que foi desenvolvido com vista à sua conservação.

NO Concelho de Penamacor (Outubro/Novembro, 1992), foi publicado um artigo que provavelmente é esclarecedor quanto à posição que boa parte da população local teria em relação ao lince e à Reserva. O leitor considera (através de todo o discurso introdutório) que as extinções são fenómenos normais e que um dia até o próprio Homem acabará por se extinguir. No entanto, mostra desconfiança em relação aos motivos que terão presidido à criação da RNSM, quando refere “cuja finalidade principal **parece ser** a preservação do lince”. Para além da desconfiança, considera um



desperdício o gasto de dinheiro do Estado com a conservação do lince, pois pensa estarem por suprir várias necessidades das populações locais.

É notória alguma confusão e conflito de interesses, pois apesar do que já se referiu pensar acerca da Reserva, o leitor considera que ela poderá trazer benefícios às populações que o poder político local ainda não soube explorar.

Volta a ser novamente feita a defesa da plantação de eucaliptos, por se tratar de uma espécie de crescimento rápido, que trará lucros imediatos às populações. Neste campo, entra em contradição com as suas próprias ideias, ao condenar «os agentes económicos» que «apenas se preocupam com o lucro rápido e fácil, não olhando a meios para alcançar os fins», destruindo desta forma o meio ambiente através da poluição.

O leitor termina o seu artigo de opinião lançando uma crítica às organizações ecologistas, que na sua opinião colocam o bem estar das populações locais em causa (numa clara alusão à RNSM), «apenas para satisfazerem determinados caprichos, quantas vezes obscuros, esquecendo-se que o animal mais importante deste planeta, ainda é o Homem».

Ficou bem patente através dos artigos até agora analisados que a imprensa local através da forma crítica, irónica e por vezes “corrosiva”, procurou desacreditar a existência da espécie, ou desculpar a sua morte. Quanto à Reserva, mostrou-se desconfiança acerca dos seus objectivos e da sua actuação e foi culpada pelo retrocesso económico local. Tais ideias acabaram por obter diferentes resultados: exerceram pressão sobre as direcções da Reserva para que beneficiassem directamente as populações e provocaram o descontentamento e a revolta destas como forma de pressão para a obtenção de benefícios.

E parecem ter sido mesmo estes os objectivos a atingir, uma vez que desbloqueadas as verbas, bem como os materiais para algumas instituições locais, os jornais começaram a elogiar e deixaram de lado as críticas. As opiniões veiculadas nos artigos cruzam-se perfeitamente com os resultados obtidos através das entrevistas de campo: a desconfiança em relação à Reserva persiste ainda hoje na mente de alguns dos entrevistados. Uma vez lançadas as desconfianças muito dificilmente estas serão

esquecidas, principalmente numa zona do país envelhecida e pouco instruída, constituindo assim dificuldades inerentes à aceitação de novas ideias.

A partir da notícia do desbloqueamento de verbas, é sempre focado o lado positivo da RNSM, sendo dada ênfase à Educação Ambiental das populações locais e ao papel que estas têm a desempenhar na preservação da Natureza, pois: « as pessoas também são importantes na preservação da serra, por isso há que tentar aconselhar as pessoas a apostarem em actividades económicas que respeitem o ambiente em que vivem, sem que isso pese, negativamente no seu rendimento, uma vez que a região onde se encontra implantada a Reserva é bastante carenciada e também sofre o problema da desertificação.» (Voz do Campo; 9/06/1998) A Educação Ambiental é sem dúvida o factor mais elogiado e que merece maior destaque por parte da imprensa local até aos dias de hoje. Para além deste aspecto, também a situação desastrosa de pré-extinção em que a espécie se encontra passou a ser notícia assídua.

A Reserva passou também a receber destaque pelo trabalho desenvolvido na receção de animais selvagens que necessitam de cuidados. É notória uma maior aceitação da área protegida, uma vez que lhe passou a ser dado destaque pela protecção de outras espécies e não só do lince. A imprensa local passou a ter um papel pedagógico face às populações, uma vez que identifica comportamentos correctos e incorrectos para com a fauna selvagem.

Apesar da evolução registada os jornais locais continuam a ironizar acerca da presença do lince e da sua existência na serra da Malcata; tal aconteceu, por exemplo, aquando da visita da então Ministra do Ambiente Elisa Ferreira, a Penamacor por ocasião da inauguração da Casa do Castelo da RNSM, «o que levou alguns dos presentes a ironizar sobre a presença de tão raro animal na Reserva, agora só visível em estátua.» (Jornal do Fundão; 11/06/1999) Ainda acerca desta mesma visita, a Gazeta do Interior (16/06/1999), publicou um artigo muito crítico e irónico: «lince nem vê-lo. É que o bichinho, que está em vias de extinção, é fugidio como tudo, justificando mesmo a adaptação do velho provérbio espanhol: Qué los hay, hay, pero qué no se mira tambien es verdad (...)), tentando fazer passar a ideia de que já só existem lince na Serra da Gata.



Estes meios de comunicação social acabam por, através das notícias que publicam influenciar as populações locais. Se tudo apontava para alguma mudança na forma de pensar e de aceitar a Conservação da Natureza localmente, as dúvidas são desfeitas com a recente publicação no Jornal do Fundão (14/05/2004) de um artigo que mostra que um dos grupos de pressão local continua convencido da inutilidade das áreas protegidas. O grupo local que mais obstáculos, críticas e pressão tem feito contra a RNSM, ou seja, os caçadores, vê-se apoiado pela publicação de um texto em que duas Federações nacionais de caça acusam o ICN e os seus técnicos de **fundamentalismo** e de terem prejudicado o país, na medida em que condicionam «as actividades do Mundo Rural». O jornal destaca em letras maiores um excerto das declarações, que visam o lince-ibérico, e que vão de encontro ao que alguns dos entrevistados do trabalho de campo referiam, vindo assim reforçar a posição de todos quantos nas aldeias envolventes à serra pensam da mesma forma: «gastaram milhões de contos para preservarem o lince-ibérico de que hoje não resta um único exemplar». Os caçadores auto intitulam-se de conservadores da Natureza; esquecem, no entanto, que a actividade cinegética foi responsável no último século pelo extermínio dos predadores e que a conservação de que tanto se orgulham visa apenas o seu proveito próprio, conservando, ou reintroduzindo apenas espécies cinegéticas para mais tarde serem caçadas.

Os meios de comunicação social são sem duvida modeladores da mentalidade pela projecção que têm, e pela facilidade com que “entram” nas casas das pessoas tornaram-se veículos de transmissão de ideias e de valores. Nos meios rurais envelhecidos, e desertificados, a imprensa local ganha um peso ainda maior, e isso fica bem demonstrado na quantidade de jornais locais que se publicam só naquela região. As pessoas gostam de conhecer as notícias da sua terra e das terras vizinhas, e é por isso que estes jornais têm tanta procura. Uma vez que a televisão dá maior destaque ao que se passa nas grandes cidades do país e do mundo, os residentes de pequenos concelhos sentem uma necessidade maior de ter conhecimento acerca de coisas que lhes digam respeito e acerca das quais possam mais facilmente formar e dar uma opinião “com conhecimento de causa”.

É por isso que a imprensa local acaba por ganhar um protagonismo tão grande em relação a certos assuntos, principalmente os que geram polémica. É importante que os responsáveis por este tipo de publicações compreendam que muitas vezes o que está em jogo se encontra muito para além dos interesses das populações locais. Não é verdade que as populações locais têm de ser prejudicadas pela conservação da Natureza e isso já se provou ser falso em vários locais do mundo.

Almeida (2000) revela num estudo realizado pelo OBSERVA que os amigos e os familiares são os que obtêm junto dos portugueses um maior grau de confiança; assim sendo, estes são os que mais facilmente influenciam a opinião de pessoas que não sabem ler e que apenas tomam conhecimento das questões da actualidade pela boca de outros; eventualmente quem informa poderá fazê-lo de forma tendenciosa, de acordo com os seus interesses. Nesse mesmo estudo, os jornais aparecem com um nível de confiança médio/alto, ou seja, quem os lê confia na informação dada, e sendo o grau de confiança alto é inevitável que influencie os leitores e que estes posteriormente influenciem, por exemplo, quem não sabe ler.

Quando se pretende transmitir ideias às populações, em primeiro lugar, há que ter em conta que não são os interesses imediatos que mais as beneficiam, pois nunca assim foi, e nunca assim será. Parte-se do princípio que quem dirige um órgão de comunicação social tem responsabilidades perante a sua população alvo; neste caso concreto, a população dos concelhos de Penamacor e do Sabugal já tinha ideias pouco esclarecidas acerca da Reserva e as “achas lançadas para a fogueira” pelos jornais apenas vieram agravar o que já por si era grave: a falta de esclarecimento e a confusão.

Em segundo lugar, os responsáveis pelos jornais locais têm de fazer opções: ou escolhem um jornalismo popular, que vai de encontro aquilo que os leitores esperam ler e que não acrescenta nenhuma mais valia aos seus conhecimentos, enchendo-lhes apenas o ego porque até pensam como os jornalistas que escrevem no jornal da terra, logo a sua ideia deve estar certa, ou enveredam pelo caminho do rigor, da isenção e da educação da população. Este caminho é muito mais trabalhoso, e nem sempre vai de encontro aquilo que as pessoas esperam ler, podendo resultar para os jornais locais como uma ameaça à tiragem de exemplares. No entanto, o rigor e isenção, que



deveriam ser as normas que norteiam qualquer jornalista vão escasseando nos dias de hoje, onde tudo sucumbe à pressão do lucro imediato.

Também se poderá colocar uma questão ainda mais polémica: serão os jornais locais directamente influenciados por quem financia a sua existência? É claro que enquanto os pequenos jornais continuarem a depender financeiramente de alguns “caciques” locais, com determinado tipo de interesses, estes serão sempre pressionados a jogar o jogo que interessa a quem pode mandar...

Tudo isto entra em contradição com o que hoje se encontra definido em Portugal na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, documento onde aos meios de comunicação social é reconhecido um importante estatuto: (...) *é de realçar o papel crucial dos meios de comunicação social como veículo de informação e formação do público, capaz de promover, com grande eficácia, a sensibilização da comunidade para a problemática da conservação da natureza e da biodiversidade.* (Ministério do Ambiente/ICN, 2002; 57)

## Capítulo IV

### O que se faz para salvar o Lince-Ibérico e outras sugestões

#### 1. O que se tenta fazer na Península Ibérica para salvar o lince

Tratando-se do felino mais ameaçado do mundo, e estando o seu habitat situado em dois países que atingiram já um grau de desenvolvimento suficiente para preservar uma espécie nestas condições, será internacionalmente imperdoável que esta espécie se extinga. Se tal se verificar, que moral terão os países “ditos” desenvolvidos para exigir aos que se encontram em vias de desenvolvimento para não colocarem em risco a sua biodiversidade?

Uma vez que em Portugal não se encontram indícios da presença da espécie, o Instituto de Conservação da Natureza tem-se dedicado à recuperação do seu habitat natural, pelo menos na Serra da Malcata, e tem procedido a repovoamentos com coelhos, tudo isto no âmbito do Programa Life, que consiste em subsídios da União Europeia para a Conservação da Natureza. Encontra-se também redigida a Estratégia Nacional para a Conservação do Lince-ibérico, mas até ao momento ainda não recebeu aprovação por parte da Secretaria de Estado do Ambiente, pelo que não poderá constituir objecto de análise deste trabalho, ao contrário do que acontece com a espanhola.

Em Espanha, e uma vez que é somente lá que se verifica a presença de indivíduos da espécie, nomeadamente com dois núcleos de reprodução (Sierra Morena e Doñana), tem sido desenvolvido mais trabalho com vista à sua conservação. Apesar de tudo, a realidade política espanhola, com a sua divisão em regiões e leis regionais distintas, tem constituído um entrave ao bom desenvolvimento da Estrategia para la Conservación del Lince Ibérico, aprovada em Fevereiro de 1999.

A Estratégia de Conservação espanhola constituiu um ponto de partida a partir do qual as Comunidades Autónomas onde vive ou viveu o lince deveriam desenvolver os seus próprios Planos de Recuperação. Considera igualmente importante a participação de instituições e organismos portugueses, para que se chegue a um acordo de intenções com o ICN.



Na Estratégia espanhola existem três pontos que mais directamente dizem respeito à situação portuguesa (pela analogia verificada), e que se considera urgente solucionar: a alteração e destruição do habitat, a diminuição número de coelhos e a **insuficiente informação e consciencialização social**.

Entre várias soluções importantes que são apontadas, destacam-se o desenvolvimento de um sistema de controlo e vigilância, com a finalidade de evitar acções negativas sobre o habitat da espécie e a introdução de incentivos fiscais e/ou económicos que contribuam para que proprietários de terrenos mantenham e melhorem as populações de lince existentes nos seus terrenos.

Um ponto muito sensível, no que diz respeito à realidade das populações locais envolventes das serras da Malcata e da Gata, é o da gestão cinegética. A Estratégia espanhola refere que a caça deverá ser obrigatoriamente compatível a médio e longo prazo com a manutenção das populações de lince e de coelho e nas acções directamente direccionadas ao coelho está indicada a necessidade de uma redução drástica do abate de coelho em todo o âmbito de aplicação da Estratégia, especialmente nas áreas consideradas críticas.

Saliente-se que é extremamente positivo que o documento espanhol inclua na lista de aspectos prioritários a investigar a **percepção social**, devendo ser feita uma investigação sobre as atitudes e valores dos distintos grupos sociais, bem à semelhança do que se pretendeu com o trabalho de campo desenvolvido nesta tese. Está então previsto um trabalho de sensibilização, comunicação, divulgação e educação ambiental, que prevê a incorporação de profissionais da área, sendo estimulado o uso de técnicas adequadas, bem como a elaboração de um diagnóstico prévio para o desenvolvimento de Programas de Sensibilização que no mínimo incluam aspectos como a identificação dos diferentes sectores sociais com alguma relação com a espécie. A partir deste trabalho deverão ser desenvolvidos diferentes tipos de sensibilização, que atinjam a máxima eficácia. Uma vez desenvolvido o trabalho, deverá ser efectuada uma avaliação quantitativa do sucesso das campanhas de sensibilização.

Para além das campanhas de sensibilização, está também previsto que se fomenta junto dos grupos sociais com capacidade para gerar opinião o sentimento de orgulho pela presença do lince na sua “terra”. A Estratégia espanhola vai ainda mais

além do que foi sugerido na secção 7, quando recomenda que se deve integrar nos programas curriculares escolares a problemática das espécies em vias de extinção, com particular relevo para o lince-ibérico.

Por último, é apontada como meta a atingir, o interesse de todos os cidadãos pelo lince, valorizando inclusivamente a sua vertente económica, bem como a gravidade do seu desaparecimento.

Para além da Estratégia Nacional espanhola, foi também analisado o Plano de Recuperação do Lince-Ibérico na Estremadura, uma vez que a Serra da Gata se estende por esta província espanhola. O Plano encontra-se concebido com muitas semelhanças em relação à Estratégia espanhola, e continua, entre vários pontos importantes, a dar relevo à necessidade de sensibilização social para a problemática da espécie, devendo esta incidir preferencialmente sobre os grupos mais directamente relacionados com a conservação da espécie. Refere que devem ser chamados a colaborar na conservação do lince caçadores, e proprietários de terrenos.

Neste Plano, a Serra da Gata encontra-se descrita como local que contem áreas prioritárias, áreas de importância e áreas favoráveis, ficando desta forma bem patente o valor desta serra para a conservação do lince.

Ao nível das medidas de actuação cinegética, para além de referir as mesmas da Estratégia, coloca ainda a hipótese de poderem existir limitações de carácter espacial e/ou temporal na caça ao coelho, especialmente quando seja necessário facilitar a recuperação das populações de coelhos mais afectadas pelas doenças.

No que diz respeito ao habitat, está prevista a ampliação da área de distribuição da espécie pela união de núcleos isolados, pelo que a longo prazo, poderiam aproveitar as autoridades portuguesas, nomeadamente a direcção da RNSM, para unir o núcleo de lince que aí se possa vir a constituir, com os da serra da Gata, aumentando assim substancialmente o território da espécie naquela zona, baixando consequentemente a probabilidade de consanguinidade ou a necessidade de deslocação de indivíduos para outros locais devido à elevada semelhança genética.

A par das medidas inseridas nos documentos anteriormente analisados, encontram-se em actuação no terreno duas instituições de valor reconhecido na área da conservação da Natureza: a Fundación Global Nature e a WWF. Foram encetados



contactos com representantes destas duas instituições, mas uma vez que a WWF apenas desenvolve acções de conservação directas no Parque Nacional de Doñana, optou-se por uma maior incidência no trabalho da Global Nature, que desenvolve acções de conservação na Serra da Gata.

De acordo com Paloma Garcia, do Centro La Dehesa da Global Nature (com. pessoal), “la situación del lince en Extremadura es bastante mala. Según los datos publicados recientemente del censo realizado por el ministerio en los años 2000 – 2002 no se ha encontrado ningún indicio positivo sobre la presencia de lince en Extremadura, aunque no se descarte que quede alguna población residual. Nosotros seguimos trabajando en esas áreas porque creemos que es de vital importancia mantener en buen estado el hábitat donde el lince estuvo presente en los últimos 20 años. Si algún día el proyecto de cría en cautividad diera resultados, estas áreas podrían ser objeto de reintroducción.”

O Plano de Reprodução em Cativeiro é outra das apostas para que se consiga evitar a extinção do lince-ibérico. No entanto, para que este Plano obtenha sucesso, é necessário instalar no Centro de Reprodução que se localiza em Espanha, os animais suficientes para que este processo se inicie; de acordo com o Plano, serão necessários 5 machos e 7 fêmeas.



Fig. 37 Cria de lince-ibérico em cativeiro (adaptado do site <http://es.geocities.com/linxpardinus/>)

Para além de reconhecer importância à abrangência de uma área protegida maior, este documento insiste novamente no valor de uma campanha de consciencialização social, bem como na importância de técnicas de conservação com uso das ciências sócio-políticas de modo conjunto e integrado.

É considerada medida com alta prioridade a diversificação de centros que venham no futuro a receber animais nascidos do Plano de Reprodução em Cativeiro, sendo o ICN uma das instituições que mostrou interesse em receber animais a curto prazo. No entanto, para que se reintrodusam animais, ou se desloquem indivíduos de

uns locais para outros, o documento prevê que o processo se faça de forma científica, ou seja, multidisciplinarmente dando valor a várias disciplinas, entre as quais a sociologia e as ciências da informação. Caso se verifique que a reintrodução do lince não é recomendável na área prevista, tem que se determinar quais os elementos que estão a falhar e que medidas se podem tomar para os colmatar. O apoio comunitário aparece expresso na lista de critérios para determinar a viabilidade de um programa de reintrodução, e reforçando esta informação é feita uma listagem dos principais problemas que estão na base do fracasso da conservação de espécies ameaçadas, sendo uma delas as más relações publicas mantidas entre os especialistas de reintrodução as populações.

O facto de se reintroduzir o lince-ibérico num local onde anteriormente existia, mas onde à data da reintrodução já não existe poderá contribuir para uma tomada de consciência conservacionista, ajudando a preservar o seu habitat. É recomendado que se desenvolvam programas educativos que tenham como finalidade explicar e conseguir apoio para o programa de reintrodução. Este apoio deve ser conseguido ao nível social e governamental e o lince deve ser usado como espécie emblemática.

Apesar de ter ficado decidido neste Plano de Reprodução que deverá primar a solidariedade entre as comunidades autónomas espanholas, no sentido de se cederem lince, por exemplo para o núcleo de fundadores, não é isso que infelizmente se tem verificado até hoje.

Para além do sério revés que constitui a falta de solidariedade entre as regiões espanholas, e que em muito tem atrasado o Plano de Reprodução, verifica-se que existe um número crescente de animais que morrem vítimas de atropelamento, num local onde era suposto que isso não acontecesse: dentro de um área protegida, ou na sua periferia. Lince do Parque Nacional de Doñana têm sido vítimas de atropelamento, quer no interior deste espaço protegido, uma vez que é atravessado por uma estrada, quer na sua periferia, com a agravante de neste caso se tratar de animais jovens em dispersão procurando novos territórios. Se não conseguimos proteger o lince dentro do Parque Nacional de Doñana, onde iremos conseguir fazê-lo?

O facto de existirem técnicos empenhados na conservação desta espécie, e de se redigirem documentos visando esse fim não é suficiente, daí que se considere



importante o envolvimento e o empenho social, mas também político. Enquanto o poder político não mostrar unanimidade, vontade e acima de tudo sensibilidade na decisão de conservar o lince a espécie não terá à sua frente um futuro muito seguro. De que adianta redigir documentos e fazer estudos, se por exemplo, uma ex.- Secretária Geral do Ambiente espanhola<sup>41</sup>, que se encontrava em pleno exercício do seu cargo proferiu acerca do lince as seguintes palavras: *espero que sea suficientemente inteligente para adaptarse a las nuevas circunstancias, porque en esta vida ocurren esas cosas.(...) El hombre, por suerte, es más inteligente y es capaz de adaptarse (...). El lince parece bastante menos inteligente de lo que creíamos que era. Quizá tenga muy buena vista, pero después en sus conductas es un animal que corre muchísimo, y al correr muchísimo hay veces que no ve, no se para a ver adonde tiene que ir y por eso en vez de ir por debajo va por arriba.*

Se aos factores anteriormente referidos se somar a falta de escrúpulos com base em interesses económicos aliados à actividade cinegética, apenas podemos concluir que existe ainda um longo caminho a percorrer para que mudem as percepções e as mentalidades actuais. Durante a investigação efectuada para a elaboração deste trabalho, pude constatar com enorme espanto que existe pelo menos um sitio espanhol na Internet dedicado à actividade cinegética e onde empresas que efectuem caçadas ao lince oferecem os seus serviços na rede. Mediante um simples clique em cima do nome de outras empresas publicitadas nessa página, é possível entrar directamente no “mundo” da caça a espécies ameaçadas em vários países<sup>42</sup>. Apesar de ter verificado que não é especificamente oferecida caça ao lince-ibérico, constatei que *lynx lynx* é uma das espécies visadas e fotografadas. Uma vez que se sabe que todos os lince se encontram em grave regressão como é

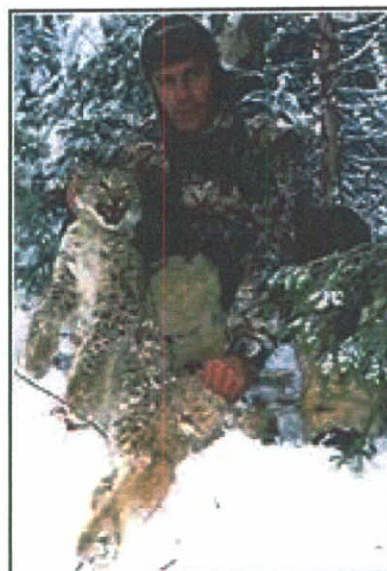


Fig. 38 Uma das várias fotografias que mostra ser ainda possível a caça ao lince(adaptado de [www.http://es.geocities.com/linxpardinus/](http://es.geocities.com/linxpardinus/))

<sup>41</sup> Actualmente já não se encontra em funções, mas estas palavras foram proferidas no Senado no dia 26/06/2002 . Esta informação foi recolhida a partir do site na Internet WWW.<http://es.geocities.com/linxpardinus/>

<sup>42</sup> Informação recolhida a partir do site na Internet WWW. <http://es.geocities.com/linxpardinus/> . A partir deste endereço foi possível aceder a um outro site dedicado à actividade cinegética, onde existia uma lista de empresas que ofereciam caçadas ao lince: Marco Polo Hunting, Safari Headlands, Russianhunting, Tony Da Costa's Safari e Safari.ru. Não deixa de ser ambíguo, que esta lista se encontre no site espanhol praticamente lado a lado com a legislação espanhola de protecção às espécies ameaçadas, onde pude verificar que o lince-ibérico está incluído.

possível que isto aconteça? Poderá ainda considerar-se mais grave o facto de um sitio espanhol fazer publicidade a esse tipo de actividades, pois o lince endémico da Península Ibérica é neste momento o mais ameaçado do mundo. Pelo exemplo se poderá verificar o tipo de mentalidade reinante entre os caçadores espanhóis...

Infelizmente, não é só em Espanha que há falta de vontade política; em Portugal, apesar de oficialmente já não existir o lince, a conservação do seu habitat natural é uma prioridade, visto estar também ele seriamente ameaçado. No entanto, verifica-se que desde o final da época dos grandes incêndios do Verão de 2003, vários órgãos de comunicação social têm dado conta da possibilidade da passagem da tutela das áreas protegidas do Ministério do Ambiente para o Ministério da Agricultura (O interior, 30/10/2003; Público, 31/10/2003). Tal situação não se concretizou até hoje, mas se se vier a verificar só poderá ser justificada como uma cedência aos interesses particulares instalados, nomeadamente na área cinegética.



## 2. Outras áreas protegidas, outras ideias para o lince e a RNSM

É sabido que em matéria de Conservação da Natureza, tal como em outras áreas, Portugal esteve sempre na cauda da Europa. Se por um lado, o atraso no desenvolvimento económico verificado até meados da década de 80 do século XX, permite hoje ao país ser detentor de uma biodiversidade considerável, por outro, o desenvolvimento e crescimento económico alcançados por Portugal em cerca de dez ou quinze anos não foram acompanhados de uma mudança de mentalidade conservacionista suficientemente rápida. Portugal despertou tarde para o desenvolvimento económico e para a Conservação da Natureza, com a agravante de que o desenvolvimento económico se deu com uma rapidez fenomenal, mas a mentalidade conservacionista resistiu e continua a resistir à mudança.

Seria bom que a população portuguesa tivesse a capacidade de atingir rapidamente a maturidade necessária para conservar aquilo que de bom ainda possui ao nível da Natureza, pois se assim continuar, corre o risco de “ver” o crescimento económico avançar com tal rapidez, que quando “despertar” para esta realidade será tarde de mais. Na Europa onde o crescimento económico se deu gradualmente, as populações foram tendo tempo para se aperceber dos problemas que iam surgindo, e desta forma a mentalidade conservacionista e de respeito pela Natureza foi amadurecendo. Também as instituições responsáveis pela Conservação do património natural surgiram mais cedo, uma vez que se aperceberam precocemente do rumo que o crescimento económico levava.

Desta forma, é possível concluir que a necessidade de criação de áreas protegidas no resto da Europa surgiu bastante cedo, quando comparada com a data da criação da primeira área com este carácter em Portugal. Mas não foi só a data da criação de tais espaços que surgiu mais cedo; verifica-se ainda que as regras que presidiram à sua criação, bem como as que foram apresentadas às populações locais foram bastante mais restritivas do que as que possuímos hoje no nosso país.

Tendo por base uma publicação da World Wildlife Fund, foi feita uma recolha acerca de algumas das características mais importantes de algumas áreas protegidas da Europa, a fim de salientar alguns aspectos que poderiam ser tidos em conta na RNSM,

ainda que cada caso seja singular, não só pela envolvente humana, como pelas especificidades florísticas, faunísticas, climatéricas, etc., de cada lugar.

Em 1914 foi criado o Parque Nacional Suíço de Engadine, com uma área (17 000 ha) muito aproximada à da Reserva Natural da Serra da Malcata. À semelhança da área protegida portuguesa, encontrava-se localizado numa zona pobre da Suíça, o que o tornava menos vulnerável à pressão humana, embora a grande fauna estivesse já nessa altura empobrecida. Quem visita este Parque não se pode afastar das zonas demarcadas, e nele é proibido caçar e colher qualquer tipo de planta. Também se encontra proibido fazer fogo, acampar e deixar lixo espalhado. Tudo isto obedece a um regime severo de protecção integral (WWF; 1971).

Era referido em 1971, que os grandes predadores, como o lince, se encontravam já extintos e que seria útil a sua reintrodução, para corrigir as elevadas densidades de ungulados; no entanto na altura, tais reintroduções não eram bem aceites pelas populações locais, uma vez que entravam em choque com preconceitos em relação à espécie.

Alguns anos depois, Fernex (1980) dava conta da reintrodução do lince na Suíça, referindo que durante um ou dois anos os animais não foram notados por ninguém e que as populações não foram informadas de tais reintroduções. Mais recentemente, Breitenmoser (2000) referia que a população de lince dos Alpes Suíços era uma das melhor implantadas depois da sua reintrodução. No entanto, devido à *hostilidade constante dos caçadores, dos criadores de carneiros e mesmo de certas colectividades locais, à sua reintrodução, numerosos lince são abatidos ilegalmente.* (Breitenmoser, 2000; 45)<sup>43</sup> Em consequência, o número de observações de animais baixou nos últimos anos, podendo existir dois tipos de explicação para o fenómeno: furtivismo e atropelamentos, ou ainda elevado grau de consanguinidade e consequente redução de reprodutividade. A propósito deste último aspecto, o autor chama a atenção para o facto de as populações de grandes carnívoros terem necessidade de espaço, pelo que os projectos de reintrodução têm de levar em conta uma cooperação interregional e internacional. *É preciso formular finalidades precisas respeitantes à superfície total a recolonizar, os efectivos da população e a futura gestão da população reintroduzida, mas também dá-los a conhecer a um*

<sup>43</sup> Artigo no original em Naturopa 82/1998, traduzido em português e publicado na revista “Floresta e Ambiente” nº49 Abril/Junho 2000.



*vasto publico*.<sup>44</sup> Quando se levam a cabo projectos deste tipo é necessário ter em mente que se trata de algo a desenvolver a longo prazo e que não se podem esperar resultados imediatos.

O exemplo suíço deveria ser levado em consideração pelas entidades portuguesas e espanholas, pois apesar de não se tratar do lince-ibérico, trata-se de um parente muito próximo que sofreu com o mesmo tipo de problemas até à extinção local. Tenha-se em conta que tal como já anteriormente se referiu na secção 4 do capítulo III, as populações portuguesas partilharam opiniões e crenças semelhantes às de outros países, e não se sabe até que ponto as suas reacções não serão idênticas às verificadas na Suíça quando o lince-ibérico voltar a ser reintroduzido na Malcata, especialmente no que diz respeito aos grupos ligados a actividades de “pressão”.

Porque não é só com os bons exemplos que se aprende, também é necessário recolher informação a partir dos menos bons, para que não se cometam os mesmos erros. Em Itália existe um bom exemplo a este respeito, e que poderia ter sido aproveitado por parte das entidades portuguesas competentes aquando da criação de áreas protegidas, nomeadamente da RNSM. O Parque Nacional Gran Paradiso, situado nos Alpes e instituído em 1922, foi alvo de grande polémica por causa de interesses económicos e cinegéticos por parte da população local. À semelhança do Parque Engadine, aquando da sua criação os grandes predadores já estavam extintos, e entre eles figurava o lince.

De acordo com a WWF (1971), esta área protegida foi percepcionada pela população como um entrave e algo estranho no meio do seu território, tendo-se tornado alvo da cobiça. *Os apetites e os interesses políticos criam na região um clima de hostilidade surda a seu respeito.* (WWF, 1971; 100) Na altura o Parque foi assediado pelos interesses turísticos, e constatou-se que os guardas mal pagos se sentiam desencorajados e expostos a “tentações”.

Verifica-se a posteriori, que muitos dos problemas aqui descritos e enfrentados por esta área protegida italiana são comuns aos enfrentados pela RNSM, e continuarão a ser enfrentados por qualquer área protegida que se tente implementar em qualquer parte do mundo. Até o facto de os guardas não cumprirem escrupulosamente a sua

---

<sup>44</sup> Idem

missão é semelhante ao que é percepcionado pela população local próxima da RNSM. Se existisse uma maior interdisciplinaridade, e se compreendesse que a Conservação da Natureza só se torna possível com a ajuda de quem no passado a destruíu, ou seja, as populações ignorantes ou desfavorecidas, vários destes problemas seriam certamente ultrapassados com maior rapidez, o que em muito beneficiaria a Natureza.

Outro exemplo invulgar de Conservação da Natureza verificou-se na Áustria, onde em 1970 foi criada a Reserva Natural dos Marchauen, onde se verificava o aparecimento esporádico do lince, para além da existência de várias outras espécies de grande interesse. Ao contrário das outras, esta área protegida nasceu da vontade da comunidade de Marchegg em conservar a pureza existente naquele local, e para tal apelou à ajuda do World Wildlife Found que dirigiu as negociações e conseguiu um empréstimo de um mecenas para a aquisição dos 1180 ha que a constituem. Metade da área foi paga pelo Município, que mostrou desta forma uma avançada visão ao nível da Conservação da Natureza. Dentro desta Reserva existem áreas totalmente interditas aos visitantes, mas mesmo as que podem ser visitadas situam-se em percursos devidamente vigiados, visando a educação ambiental da população. Porque não divulgar a Lei do Mecenato, normalmente ligada a donativos científicos, culturais ou outros, para quem pretenda apoiar projectos de conservação da Natureza? A Natureza sairia certamente a ganhar.

Poderia existir a tendência de se pensar que os bons exemplos anteriormente apresentados apenas foram possíveis porque tiveram lugar em países desenvolvidos, com uma população mais escolarizada, logo mais consciente e sensível. No entanto, existem exemplos de sucesso em países pobres, com dificuldades estruturais bastante superiores às de Portugal. O que se passou no Quénia deveria ser encarado como um exemplo a seguir no nosso país, no que diz respeito à vertente educativa das populações locais, mas também da restante população portuguesa em relação ao lince-ibérico.

Neste país africano, verificou-se que apesar de existir uma elevada biodiversidade animal, os seus jovens habitantes nunca haviam visto as espécies que faziam com que o país fosse conhecido no estrangeiro, e que tantos turistas atraía para a sua observação. Mas o facto, é que não se pode amar ou mostrar interesse em



conservar e proteger devidamente aquilo que não se conhece. Segundo a WWF (1971), em 1968 existia já essa preocupação em educar e dar a conhecer a riqueza faunística nacional que se possuía.

O turismo de Natureza afigura-se cada vez mais como uma forma de levar as populações locais a colaborar activamente na preservação da Natureza. Isto é tanto mais verdade, quanto mais empobrecida e isolada for a área onde se encontre o espaço protegido, pois esses locais tendem a estar localizados em zonas onde o desenvolvimento económico não chegou, o que fez as populações humanas abandonar o local à procura de melhores condições de vida, abrandando a pressão humana sobre os ecossistemas.

Para que o Turismo de Natureza seja viável há que fazer com que os populares compreendam que só mantendo intacta a natureza local poderão colher benefícios directos para as suas aldeias ou países, melhorando a sua vida. Por exemplo, em algumas aldeias de África, os animais que antigamente eram vistos como inimigos, são hoje percebidos de forma diferente, e por isso são considerados amigos. Para que isto aconteça, a vida selvagem deverá trazer rendimentos a nível local.

Para que este fim seja atingido com sustentabilidade e sem prejuízo para a Natureza que se pretende conservar, é necessário um grande trabalho de conjunto de especialistas em várias áreas que utilizem modernas formas de trabalho. A impulsionar este trabalho é necessária a criação de um suporte legislativo com *regras específicas, claras e muito duras* (Paiva, 2004; 5), pois as que existem actualmente no nosso país são insuficientes para deter, por exemplo, os interesses económicos imediatos, tal como se verifica actualmente em várias áreas protegidas.

No entanto, também é preciso ter em conta em todo este processo as populações locais que não se podem sentir lesadas, sob pena de entrarem em choque com os interesses das áreas protegidas. Infelizmente, hoje tudo tem um valor económico, e a Natureza não foge à regra. Esta é a melhor forma de se conseguir fazer conservação da Natureza actualmente: mostrar às populações locais que possuem um tesouro de valor incalculável e que podem tirar dividendos dele se o souberem preservar.

É necessário chamar claramente a atenção para o facto de os dividendos não se colherem com rapidez, mas sim com o tempo; não se devem criar ilusões. A par de

tudo isto, tem de se lhes demonstrar a utilidade de uma espécie no ecossistema, bem como a utilidade desse mesmo ecossistema, para que compreendam as vantagens de estarem a ser bem orientados. Em seguida há que despertar o sentimento de orgulho por um animal que já só existe na sua região ou no seu país, mostrar-lhes que muitas outras pessoas gostariam de ter o prazer da proximidade com aquele ecossistema e com os animais que lá habitam. É necessário fazer com que sintam orgulho do local onde vivem, estimular-lhes a auto-estima e fazer com que reconheçam valor aos seus hábitos e à sua cultura local, pois da mesma forma como vivem lado a lado com um ecossistema único, também eles possuem costumes e tradições únicos e em vias de extinção que é importante não deixar morrer. Certamente assim compreenderão que da mesma forma como herdaram a cultura local dos seus antepassados, também herdaram a Natureza envolvente.

Um factor importante para que este processo tenha futuro consiste em envolver as instituições locais, bem como as pessoas da “terra” mais empenhadas e entusiastas, pois desta forma as populações sentirão uma menor relutância em aderir e sentirão mais confiança nos resultados futuros do projecto. Para além de se conseguirem as vantagens anteriormente mencionadas, ao envolver pessoas residentes no local e ao dar-lhes a hipótese de participar estas não sentirão que se lhes está a impor algo e desta forma não tenderão a desenvolver sentimentos de resistência que se poderão propagar à restante população, dependendo do grau de influencia de quem se sentir lesado.

Como se verificou anteriormente, em várias áreas protegidas da Europa e também em África, estes espaços podem ser visitados, sendo as regras muito bem definidas e rígidas. Essas visitas para além de trazerem rendimentos que podem e devem ser usados em favor da conservação do espaço visitado, contribuem para a educação e sensibilização dos visitantes para os problemas que afectam o ecossistema e em particular determinada espécie mais carismática. De acordo com Paiva (2004), existem bons exemplos disso mesmo, sendo o número de visitantes limitado, os circuitos por onde podem circular são apenas os estipulados pela administração das áreas protegidas, não sendo sempre os mesmos, e os guias estão devidamente habilitados a desempenhar essa tarefa, pois ou se trata de funcionários das Reservas/Parques, ou se trata de pessoas às quais foram ministrados cursos pelo pessoal das



áreas protegidas. O autor cita como positivos os exemplos do Parque Nacional de Doñana (onde aliás existe hoje uma das comunidades de lince-ibérico mais estável de Espanha e com reprodução), e os Parques das ilhas Galápagos.

Dada a extrema sensibilidade dos locais onde é praticado este tipo de turismo, é justo que os visitantes que o fazem paguem bem para entrar dentro dos espaços protegidos, em caso de se notar uma atracção geral e uma grande procura, pois seria insensato responder à tendência geral do “mercado”. É sabido que a oferta de produtos locais (e aqui tem de se considerar o turismo de Natureza como um produto local que é oferecido) a preços baixos provoca o colapso das economias locais, uma vez que estimula a sobre exploração através de uma procura crescente. Têm de ser encontrados os incentivos certos a dar às populações locais, para que estas não contribuam para a destruição dos espaços protegidos, nem considerem a preservação da Natureza um luxo. Por exemplo, no caso da RNSM, seria importante fazer com que as populações locais compreendessem que se houver caça a fauna diminui e sem esta não há turismo de Natureza, pois muitos turistas procuram essencialmente no turismo de Natureza a fauna local, por vezes mais do que o ecossistema como todo. Se perceberem que o turismo traz maiores lucros do que a actividade cinegética, certamente eles próprios se encarregarão de melhor vigiar o espaço protegido.

Nas ilhas Galápagos, os não residentes têm de pagar só pelo desembarque em qualquer porto ou aeroporto 100 dólares que revertem a favor da Conservação da Natureza nas ilhas (Paiva; 2004). Só desta forma se conseguirá impedir o acesso em massa a ecossistemas tão frágeis. Infelizmente, os cidadãos portugueses não estarão ainda suficientemente consciencializados para este tipo de pagamentos ecológicos pela utilização da Natureza, pelo que seria necessária uma prévia e séria campanha de sensibilização pública.

Em conclusão, se houver cuidado o turismo pode melhorar a vida das populações locais e por sua vez estas podem tornar-se “protectores” activos dos ecossistemas e espécies ameaçadas. Já não se pode dizer que se desconhecem os efeitos conjuntos dos nossos estilos de vida, pois estes determinarão o futuro da Terra, bem como o legado que deixaremos às gerações futuras.

### 3. Como se pode sensibilizar a população portuguesa para a preservação do lince-ibérico e da Natureza?

Quando no final da década de 70 do século passado a Liga para a Protecção da Natureza lançou a campanha “Salvemos o Lince e a Serra da Malcata”, verificou-se que a população urbana foi a que melhor reagiu ao apelo lançado. No entanto, naquela altura ainda existiam lince em Portugal e esse factor terá certamente sido decisivo para o sucesso alcançado. Hoje é curioso verificar, tendo por base um estudo efectuado pelo OBSERVA (Almeida, 2000), em que se realizou o primeiro inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente, que as representações dos cidadãos nacionais em relação à Natureza contam com fracas referencias aos animais.

Quando questionados em relação às espécies que julgam estar em vias de extinção, as respostas incidem sobretudo nas espécies animais internacionalmente mais divulgadas, sendo a mais referida a baleia, seguida do lobo, da águia e do golfinho. O lince apenas é referido em décimo segundo lugar, atrás de espécies como o javali, a raposa ou a perdiz, o que poderá revelar desconhecimento em relação à situação real da espécie, acompanhado de uma maior divulgação e sensibilização internacional para os problemas de outras espécies.

Quanto aos principais problemas ambientais percebidos pelos portugueses, verificam-se algumas curiosidades: a extinção das espécies animais e vegetais aparece no quinto lugar da lista de preocupações, mas a principal preocupação, ou seja, a que aparece em primeiro lugar é a destruição das florestas, o que quer dizer que os cidadãos nacionais não relacionarão directamente um facto ao outro, pois se isso acontecesse, os dois factores de preocupação apareceriam certamente mais próximos.

O esgotamento dos recursos naturais e a extinção das espécies são problemas mencionados com raridade quando a questão é colocada em relação aos problemas mundiais, pois de acordo com Almeida (2000), preocupações como a falta de esgotos ou aterros para resíduos encontram-se em primeiro lugar para os portugueses, devido ao atraso estrutural do nosso país.

O que terá então acontecido à informação bem divulgada pela campanha da LPN? Terão os portugueses esquecido o lince, ou pensarão simplesmente que a espécie



já se extinguiu? A julgar pela lista de animais obtida a partir das respostas do estudo do OBSERVA, ainda existem portugueses que conhecem a espécie, mas a maioria não a conhece ou esqueceu-a, e é impossível alguém preocupar-se com algo que desconhece ou esqueceu. Mas ainda se poderá colocar outra questão inquietante acerca da campanha da LPN: a mensagem passou de geração em geração?, ou seja, os que se mostraram sensíveis na época explicaram aos seus filhos ou aos seus netos que em tempos idos existiu em Portugal um animal de extraordinária beleza, talvez até parecido com aqueles animais que as crianças vêm em documentários televisivos ou no Jardim Zoológico?

A minha realidade profissional permite-me afirmar que não. A esmagadora maioria das crianças com quem trabalhei desconhecem o lince-ibérico, mas é gratificante verificar que uma vez apresentada a espécie são-lhe muito sensíveis e têm curiosidade em saber mais.

O que se poderá então fazer para sensibilizar a população portuguesa para o conhecimento de uma espécie, que afinal de contas foi nossa e que poderá regressar ao nosso país? Está na moda dizer-se hoje que as crianças educam os pais para problemas aos quais estes não mostram grande sensibilidade, por isso talvez a solução passe a por sensibilizar as crianças a nível nacional em primeiro lugar. No entanto, uma vez que hoje os mais novos estão receptivos a estímulos variados e numerosa informação que lhes chega todos os dias, é fácil constatar que as suas áreas de interesse se dispersam com muita facilidade e não chegam a aprofundar nenhum conhecimento em particular, ou seja conhecem vários assuntos, mas não dominam nenhum em particular.

Ao dar a conhecer o lince-ibérico, estará a ser feito um trabalho não só sobre a espécie, mas acima de tudo sobre a Conservação da Natureza e os problemas que a afectam, pois esta espécie é disso um bom exemplo. O campo onde prioritariamente este trabalho deveria ser desenvolvido é a escola, nomeadamente através da Área de Projecto, uma área não curricular que pode e deve ser transversal a todas as áreas curriculares. Não se pense que uma população citadina responde negativamente a este tipo de projecto, pois tal não corresponde à verdade tal como tive a oportunidade de constatar. A título de exemplo refira-se que o Projecto levado a cabo pelo ICN em várias escolas dos concelhos de Penamacor e do Sabugal, e que viria a constituir objecto

de estudo da tese de mestrado da Dra. Paula Abreu, foi por mim aplicado a alunos com idades compreendidas entre os 9 e os 10 anos de idade, com sucesso, apesar de ter necessitado de algumas adaptações.

Uma vez que as crianças e jovens de hoje tendem a possuir conhecimentos vagos e dispersos, é necessário utilizar vários tipos de estratégias para atingir os fins propostos. Se o lince-ibérico for cada vez mais alvo de atenções em diversos tipos de comunicação ou produtos a mensagem acabará por passar e ficar retida. É no entanto importante ter em atenção a forma como a mensagem é transmitida: por mais curta que seja, a informação acerca da espécie deve estar isenta de erros e não deve ser incompleta para não gerar confusão. A este propósito e para ilustrar uma mensagem incompleta acerca do lince, refira-se a colecção proposta pelas pastilhas Gorila, que não refere a Península Ibérica como um dos locais de distribuição da espécie. Para um consumidor menos informado, a leitura do pequeno texto que acompanha a ilustração informa-o de uma espécie que existe ou existiu noutros países e continentes, mas não em Portugal. Acerca da ilustração (que é bastante boa), tem de se referir que se a Península Ibérica não



Fig. 39 Colecção distribuída nas pastilhas Gorila

consta do texto, o exemplar que se encontra em primeiro plano não deveria lá estar, pois aquele tipo de pelagem apenas existe no lince-ibérico. Não se pretende criticar a empresa, muito pelo contrário, seria até interessante que outras empresas tivessem iniciativas semelhantes, pois é uma forma de promover a educação ambiental; apenas se pretende rigor informativo acerca de uma espécie que se encontra em vias de extinção, e como se pode verificar ao longo deste trabalho, também por causa da ignorância.

A leitura seria outra das formas preferenciais de fazer chegar o lince-ibérico às crianças, aos jovens e aos adultos. A este propósito foi contactada a escritora



portuguesa de livros infanto-juvenis, Isabel Alçada que juntamente com Ana Maria Magalhães celebrizaram a colecção “Uma Aventura”. Dado o carácter rigoroso da investigação que fazem quando escrevem os seus livros, bem como a preocupação que mostram em transmitir valores e ensinamentos aos seus leitores, acrescido do enorme sucesso que a colecção alcançou junto dos mais novos, estas seriam as pessoas certas para escrever para esta faixa etária acerca do lince-ibérico e do seu habitat na Serra da Malcata. Ficou a promessa de futuramente incluir uma menção ao lince numa aventura.

Ainda a propósito da leitura, é notória uma maior produção de artigos jornalísticos em revistas de temática dedicada à Conservação da Natureza em Espanha do que em Portugal. Para além deste tipo de publicações, os jornais espanhóis dedicam muito mais espaço à espécie do que os portugueses. É verdade que em Espanha ainda existem exemplares da espécie, mas se os órgãos de comunicação social portugueses estivessem mais sensibilizados para esta questão e estivessem interessados em educar para a Conservação da Natureza e em especial para esta espécie, poderiam fazer chegar aos leitores, aos espectadores ou aos seus ouvintes notícias do país vizinho, por exemplo acerca do “andamento” do plano de reprodução em cativeiro.

É impressionante verificar como os motivos de notícia acerca do ambiente nos média, praticamente não evoluíram em cerca de 30 anos; um texto da Agencia Geral do Ultramar (1973; 193) dá conta disso mesmo quando refere que *A poluição da atmosfera, dos mares, dos rios e dos lagos (...) afectando directamente o homem na sua saúde ou nos seus bens, é o único aspecto da progressiva degradação do planeta que com maior frequência prende a atenção do publico e aparece nos títulos dos jornais. Se a população se mantiver constantemente na ignorância e desatenta em relação aos problemas que afectam as espécies que pertencem e pertenceram à nossa fauna e flora, nunca se mentalizará do seu valor, nem terá a menor perspectiva do impacto que o seu desaparecimento acarretará no futuro. Se o público nunca fôr estimulado a avaliar o que acontece hoje com a Natureza e em particular com a extinção das espécies, quer da fauna, quer da flora, será levado a pensar que as consequências destes desaparecimentos estão muito longe de acontecer, adiando as suas preocupações.*

Os órgãos de comunicação de massas têm o poder de influenciar e de formar a opinião pública, tal como aconteceu em relação à RNSM. Sem o auxílio destes poderosos meios será muito morosa a chegada da sensibilização à população.

É importante que uma vez iniciado o processo de divulgação e educação com base no lince-ibérico este não pare, quer junto das crianças e jovens, quer junto dos adultos, pois pode perder-se todo o investimento feito, tal como aparentemente aconteceu com a campanha da LPN. Este investimento educativo deveria ter pelo menos a duração da formação escolar de uma geração (ensino básico obrigatório), sempre apostando em formas diversificadas tal como anteriormente foi referido, pois parte-se do princípio que o processo evolutivo da apreensão de conhecimentos básicos e imprescindíveis terminará com o fim da escolarização. Uma vez devidamente formada uma geração, esta deverá ter adquirido a sensibilidade suficiente para concluir que as gerações futuras necessitam de adquirir o mesmo tipo de conhecimentos que presidiram à sua formação enquanto espécie que faz parte do vasto ecossistema que é a Terra. Quando esta geração ocupar os lugares decisivos do país optará certamente por decisões mais ecológicas e em conformidade com a vida no planeta, influenciando por acréscimo as gerações vindouras. Será certamente algo muito parecido com isto o que se passará actualmente nos evoluídos países do norte da Europa, onde a mentalidade ecológica é cada vez mais apurada, tornando-se visível ao nível das suas decisões políticas e económicas.

É necessário investir na investigação ao nível da Conservação da Natureza, campo no qual Portugal aposta muito pouco. Se investíssemos mais nesta área a nível mundial talvez não houvesse tanta necessidade de investir na investigação de medicamentos para curar o cada vez mais crescente número de doenças relacionadas com a perda da qualidade de vida.

No nosso país ainda não se investe na publicação de trabalhos de investigação; a este propósito, pude verificar que as poucas investigações feitas em Portugal acerca do lince-ibérico não foram publicadas na forma de livro que pudesse ser vendido ao grande público. Encontram-se estes trabalhos arrumados nas prateleiras de bibliotecas de Universidades ou de outras entidades públicas. Porque não se aposta na publicação dessas obras? Talvez porque existe falta de interesse e sensibilidade por parte das



editoras em apostar na publicação de livros relacionados com a conservação da Natureza. Provavelmente algum contributo do mecenato seria bem vindo neste aspecto, e se os autores doassem uma parte dos lucros das vendas a favor da conservação do matagal mediterrânico existente em Portugal, o publico iria ficar certamente sensibilizado.

Não se crie a ilusão de que este processo é rápido; para que os países nórdicos atingissem a mentalidade que hoje possuem sobre o ambiente passaram várias décadas. É necessário ter coragem para implementar medidas e para iniciar uma mudança. Acima de tudo é urgente acabar com vícios e excessos de tolerância para aquilo que cada vez mais é intolerável: a destruição da Natureza.

## Conclusão

Sendo o objectivo da ecologia o estudo da relação entre uma espécie e o seu meio ambiente global, a ecologia humana encarrega-se do estudo de todas as relações entre o Homem e o respectivo meio ambiente em que este se insere, ou seja, as relações da espécie humana com todos os componentes do Mundo, sejam eles orgânicos ou inorgânicos. Por este motivo, escolheu-se trabalhar a relação que existe entre a conservação da natureza e da biodiversidade e as populações locais, visto que o Homem interage directamente com o meio que o envolve.

Encaramos hoje com preocupação o problema da redução do número de espécies selvagens em consequência de vários factores; por exemplo, estima-se que cerca de 75% da diversidade de plantas cultivadas na agricultura desapareceram desde o início do século XX. Uma vez que não existe consenso quanto ao número total de espécies que poderão existir no nosso planeta, desconhecendo o real valor de todas as espécies que constituem um ecossistema será mais prudente aplicar uma espécie de “princípio da precaução” e tentar preservar todo o tipo de espécies, pois não se sabe até que ponto a diminuição da diversidade num determinado local poderá acarretar uma catástrofe no futuro.

Ao longo dos tempos a natureza tem-se encarregado de fazer a selecção dos melhores genes, pois só as espécies mais bem adaptadas conseguirão prolongar a sua existência à face da Terra. No entanto, desde há alguns milhares de anos que a selecção natural deixou de ser a única responsável pela diminuição das espécies. Desde que o Homem iniciou o seu processo de difusão por todo o mundo, que deu início à maior e mais rápida modificação de habitats de que há memória na Terra.

Hoje o elevado número de pessoas que povoa o globo é apontado como um dos principais factores da redução da biodiversidade, pela necessidade de alimentos, matérias-primas e pelo impacto do crescimento económico. Também a fragmentação dos habitats é em grande parte responsável pela diminuição da biodiversidade, uma vez que espécies pertencentes à mesma família deixam de ter contacto umas com as outras e passam a reproduzir-se apenas dentro do fragmento de habitat em que vivem, originando consanguinidade e consequente perda de viabilidade genética.



A sobre exploração não só da flora, mas também da fauna através da caça é sem dúvida um dos factores mais visíveis que tem levado à redução da biodiversidade. Outro factor que cada vez mais tem contribuído para o agravamento deste problema é a poluição, seja ela marinha, do ar ou dos solos. O estado evolutivo a que chegou a civilização actual faz com que o seu conforto dependa em larga escala de muitas indústrias, sendo a maior parte delas poluidoras e bastante nocivas, quer para nós, quer para o ambiente que nos rodeia e de que dependem tantas espécies. Por último, manipulação genética pode ser considerada a mais recente ameaça à biodiversidade, uma vez que se clonam só algumas espécies em detrimento de outras.

Para o Homem tudo se avalia mediante a atribuição de um preço, e não é de modo nenhum ético atribuir um valor monetário à biodiversidade; no entanto, tendo em conta que esta poderá ser a única forma de cativar o Homem para a sua preservação, vários cientistas têm desenvolvido estudos em que atribuem valores monetários aos serviços prestados pela natureza.

Como forma de preservar o que resta da biodiversidade mundial, têm sido desenvolvidas leis e criadas organizações que se dedicam a este tipo de actividade, bem como formas de preservação *in situ* e *ex situ*.

É neste seguimento que surge a preocupação do estudo da relação das populações locais humanas da serra da Malcata em Portugal e da serra da Gata em Espanha, pois lá viveu até há pouco tempo o felino mais ameaçado de extinção no mundo inteiro: o lince-ibérico. Vários factores de pressão estiveram na base da sua regressão, como a destruição do habitat, o desaparecimento da sua presa base (coelho-bravo) e a perseguição directa de que foi alvo por parte das populações locais.

Ficou demonstrado através das entrevistas realizadas no trabalho de campo que muito há ainda para fazer a nível da mudança de mentalidade das populações locais que envolvem as serras da Malcata e da Gata. Apesar de existir um claro investimento por parte da RNSM na Educação Ambiental dos jovens dos concelhos de Penamacor e do Sabugal, nomeadamente através de cooperação em projectos escolares, ou mesmo desenvolvendo trabalho directo, é notória a necessidade de maior investimento em acções de sensibilização e/ou cooperação com a restante população, principalmente no

que diz respeito aos grupos identificados como de “pressão”: caçadores e em menor número pequenos agricultores.

Foi importante verificar que as populações locais possuem bons conhecimentos acerca da fauna e da flora das serras, mas deve salientar-se que é preocupante desconhecerem as funções dos predadores no ecossistema, pois como já foi dito, não se pode amar aquilo que não se conhece. O mesmo sucede em relação ao lince-ibérico; apesar de demonstrarem uma grande simpatia pela espécie, apenas lhe reconhecem como útil a pele, desconhecendo a importância da sua actividade predatória para o bom equilíbrio do ecossistema da serra.

A ignorância terá estado na base da morte de muitos lince, pois os próprios entrevistados reconhecem que pelo simples facto de não conhecerem e de não saberem do que se tratava matavam imediatamente, podendo dizer-se que prevaleceu a máxima “primeiro mato, depois vejo o que é”. Aparentemente a espécie era mais avistada pelas pessoas que com mais assiduidade frequentavam a serra, mas mesmo os que a não frequentavam já viram o animal, apesar de morto.

É notória por parte da população local uma grande admiração pela serra, principalmente devido à sua beleza e à sua riqueza faunística, facto positivo que se poderia aproveitar para promover acções de Conservação da Natureza, incitando o orgulho local por espécies de fauna e flora que praticamente só existem naquela região.

No que diz respeito à RNSM, esta já não é percebida de forma tão homogénea pelos entrevistados. Ficou bastante claro que persiste uma animosidade muito grande por parte de algumas freguesias do concelho do Sabugal, e que em grande parte não é racionalmente explicada, uma vez que não sabem justificar o que os leva a sentir essa revolta. Mas não são só essas freguesias que mostram animosidade: um sentimento de desconfiança paira nas mentes de outros entrevistados em outras freguesias. Em suma, mesmo as pessoas que lhe reconhecem algum mérito ainda não estão totalmente convencidas da necessidade ou da utilidade da sua existência. Torna-se então imprescindível que a Reserva cative as populações, que lhes mostre porque está ali, e que lhes mostre acima de tudo que lhes pode trazer benefícios. Uma vez que a voz dos contestatários continua activa, tal como se verificou na recente notícia



publicada num jornal local, é urgente criar boas relações, sob pena de se poderem voltar a agravar as relações com as populações.

Tal como recomendava o Projecto de Reprodução em Cativeiro espanhol, o trabalho desenvolvido no âmbito deste estudo deveria servir como ponto de partida para um posterior trabalho alargado ao maior número de residentes locais possível, a fim de averiguar a receptividade a uma eventual reintrodução do lince na serra, pois tal como ficou demonstrado através do que sucedeu na Suíça, quando as populações não se encontram receptivas e se sentem prejudicadas com a reintrodução do lince, voltam a verificar-se abates. Um grupo com o qual deveria ser feito um trabalho muito específico são os caçadores, pois de alguma forma estes poderão vir a sentir-se novamente ameaçados na captura de presas pelo predador que outrora perseguiram. Se as populações locais não se encontrarem receptivas não vale a pena voltar a reintroduzir a espécie, pois mais tarde ou mais cedo ela voltará a estar novamente ameaçada a nível local.

Como forma de superar alguma resistência ou animosidade, as populações deverão ser levadas a percepcionar na conservação do lince e da serra uma fonte de riqueza, tal como anteriormente ficou sugerido. Uma vez que a manutenção da biodiversidade não é por si só um argumento válido para a população, tem de se lhes demonstrar de forma prática que ela tem um valor económico, e que esse valor económico pode ser aproveitado em benefícios directos.

Não posso deixar de referir as palavras cheias de actualidade de há 30 anos atrás de um texto referenciado neste trabalho e produzido pela Agencia Geral do Ultramar, que continuam, infelizmente, a fazer todo o sentido nos dias de hoje em Portugal, como se no que respeita à conservação da Natureza tivéssemos estagnado no tempo: *Enquanto os nossos Parques e Reservas continuarem a existir, praticamente só no papel (...) servindo apenas de argumento aos campeões do desenvolvimento económico a todo o transe, que criticam a sua inutilidade e protestam contra o desperdício de terras que representam; (...) enquanto prevalecer, em certos sectores oficiais, o espirito de que o valor de todo e qualquer empreendimento de caracter imediatamente rentável sobreleva de longe o da protecção da fauna e o da conservação de muitos ambientes ecológicos; enquanto tudo isto for assim e assim continuar, nada de positivo, nada com base e futuro se conseguirá e continuamos apenas a*

*esgrimir- tristes Quixotes- contra poderosos e, ao que parece, inabaláveis moinhos de vento.*(1973; 208)

Apesar de tudo, e para os mais cépticos na mudança de mentalidade, fica uma ténue mensagem de esperança: há centenas de anos atrás, a espécie humana teve a capacidade de acabar com a escravatura, quando a economia mundial estava totalmente dependente dela; tudo isso aconteceu porque milhares de pessoas mudaram a sua forma de pensar e constituíram uma forma de pressão sobre os poderes decisores de então. Teremos nós a capacidade dos nossos antepassados para mudar a forma de pensar e deixarmos de destruir a Natureza?



## Bibliografia

### Referencias bibliográficas:

ABREU, Paula

- (2002) *A educação ambiental como ferramenta para a conservação de espécies e ecossistemas*, Mestrado em Psicologia e Educação Ambientais do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- (1993) *A comunidade de carnívoros da Reserva Natural d Serra da Malcata: uma partilha de recursos*, Relatório de Estágio para a obtenção da Licenciatura em Recursos Faunísticos e Ambiente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

**Acciones Propuestas para Llevar a cabo la Cría en Cautividad del Lince Ibérico (*Lynx pardinus*)**

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR (1973) *Fauna selvagem e protecção da natureza*, Lisboa.

AGROBIO, APB, GEOTA, LPN, QUERCUS (1989) *A eucaliptização em Portugal- Análise da situação e propostas de resolução (Separata)*, Instituto Nacional do Ambiente, Lisboa.

ALMEIDA, Ferrand de (2000) *A biodiversidade e a extinção das espécies*, *Liberne* n.º 69 Abril/ Dezembro: 2-3.

ALMEIDA, João Ferreira de (2000) *Os Portugueses e o Ambiente- I Inquérito Nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*, Celta Editora, Oeiras.

ÁLVARES, Francisco (1999) *O GEVT e o lobo*, <http://www.ajc.pt/cienciaaj/n08/gevt.php3>

ARAUJO, Miguel (sem data) *Reserva Natural da Serra da Malcata- ontem e hoje- perspectivas*.

**Associação Internacional de Estudantes de Agricultura Comité de Lisboa (1997)** *Simpósio "A floresta e o papel" Reciclagem e alternativas*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

AVELAR, Teresa ( 1997) *A biodiversidade*, *Liberne* n.º 60 Julho/Setembro: pp.23-26.

AVELAR, Teresa, MATOS, Margarida, REGO, Carla, PITÉ, Maria Teresa Rocha (1999) *Biodiversidade*, *Cadernos de Ecologia* 2, Dezembro: pp. 9-39.

AZEDO, Ana Rita (2002) *Biodiversidade, vale a pena conservar*, *ANSUB- Boletim* n.º 3, Ano VII Setembro: 11-12.

BEITENMOSE, U. (1998) *Lince- sua introdução na Suíça*, *Naturopa*, cit. Por *Floresta e Ambiente* n.º 49 Abril/Junho 2000: 45.

## BIOS

- (1985) *Voltando à Mlacata*, n.º 30, Julho/Agosto/Setembro: 10.
- (1985) *Malcata: Reunião em Penamacor*, n.º 31 Outubro/Novembro/Dezembro: pp. 10-12.

BOUSSIEUX, Patrick (2002) *Biodiversidade e ordenamento*, traduzido do original em Fôret Méditerranéenne, publicado em português em *Floresta e Ambiente* n.º 57 Abril/Junho: 20.

BRIO, Ramón Grande del (1978) *Los ultimos lince de las sierras centrales*, *Separata de: Vida silvestre*, n.º 20: pp 229- 235.

CAETANO, Paulo (1992) *Há lince na Malcata*, *Correio da Natureza* n.º 16, 3º Trimestre: pp. 4-8.

CALDEIRA, Maria da Conceição, BUGALHO, Miguel (2003) *Biodiversidade e funcionamento dos ecossistemas*, <http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=1659&iLingua=1>

CAMPBELL, Bernard (1983) *Ecologia Humana*, Edições 70, Lisboa.

CARNEIRO, Virgílio Alexandre da Silva (2000) *Inventariação e caracterização dos povoamentos florestais da Reserva Natural da Serra da Malcata, Penamacor*.

CARVALHO, José Maria de (1943) *Os Serviços Florestais e o problema da protecção à natureza e reserva da vegetação- Nota informativa*, *Separata das publicações da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas*, Vol. X- Tomo I.

CASTRO, Luís Roma (1992) *Ecologia e conservação do lince-ibérico na serra da Malcata*, Relatório de Estágio para a obtenção de Licenciatura em Recursos e Ambiente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

CEIA, Helena, FERREIRA, João Eduardo (sem data) *Conhecer o Lince-ibérico*, folheto informativo, ICN, Lisboa.

COBO, Jesus

- (2002) *Hallado en Doñana el tercer lince ibérico que muere por atropello en lo que va de año*, *Quercus* 200 Outubro: 71.
- (2003) *Una hembra de Doñana, cuarto lince que es atropellado en un año*, *Quercus* 206 Abril: 48-49.

COIGNAC, Guy Benoit de (2001) *A floresta mediterrânea e o Homem*, traduzido do original em “La feuille & l’aiguille” n.º 43-5/2001, publicado em português em *Floresta e Ambiente* n.º 54 Julho/Setembro: 6.



COSTA, Carlos Eurico da (1963) *A caça em Portugal* (2vol.), Editorial Estampa, Lisboa.

COSTA, Renato (1997) *Reflorestação na Reserva Natural da serra da Malcata*, Revista Florestal, Vol. X, n.º 2.

DANSEREAU, P. (1978) *Ecologia Aplicada ao Ordenamento*- Seminário realizado em Lisboa de 18 de Outubro a 16 de Dezembro de 1977, Lisboa.

DELIBES, Miguel (2000) *Un notable a la Estrategia, que aún debe mejorar*, Quercus 170 Abril: 49-50.

DE LUCO, Nerea Ruíz Perez (1998) *Presencia histórica del lince o "tigre" (Lynx SP.) en el País Vasco*, <http://Otaka%20-%20E1%20Lince.htm>

DELIBES, Miguel, PALACIOS,F., GARZON, J., CASTROVIEJO, J. (1975) *Notes sur l'alimentation et la biologie du Lynx Pardelle, Lynx Pardina (Temminck, 1824), en Espagne*, Mammalia, t. 39, n.º 3 : pp. 387-392.

#### Diário da República

- I Série A – N.º 214, 15 de Setembro de 2000- Decreto- Lei n.º 227-B/2000
- I Série B - N.º 102, 3 de Maio de 2001- Portaria n.º 448-A/2001
- I Série B - N.º 124, 29 de Maio de 2003- Portaria n.º 442/2003
- I Série- N.º 189, de 14 de Agosto de 1967- Decreto- Lei n.º 47847
- I Série- N.º 189, de 14 de Agosto de 1974- Decreto- Lei n.º 354-A/74
- I Série- N.º 196, de 27 de Agosto de 1986- Lei n.º 30/86
- I Série- N.º 22, de 27 de Janeiro de 1987- Decreto- Lei n.º 39/87
- I Série- N.º 238, de 16 de Outubro de 1981- Decreto- Lei n.º 294/81
- II Série- N.º 147, de 30 de Junho de 1987- Despacho 67/87
- I Série B- N.º 216, de 14 de Setembro de 1993- Portaria n.º 874/93
- I Série- N.º 279, de 30 de Novembro de 1999- Decreto Regulamentar n.º 28/99
- I Série B- N.º 109, de 11 de Maio de 2001- Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2001

DÍAZ, Francisco Gragera (2000) *Lince Ibérico distribución histórica en Extremadura*, Quercus 174 Agosto: pp 43-45.

Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Selecções- Volume 3 (1981), Selecções do Reader's Digest S.A.RL., Lisboa.

**Direcção Geral das Florestas** (1998) *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta portuguesa*, DGF, Lisboa.

**Distribuição da Floresta em Portugal Continental** Áreas florestais por concelhos, 1978 (1979) Serviço de Inventário florestal e cartografia n.º 284, Lisboa.

**Distribuição da Floresta em Portugal Continental** Áreas florestais por concelhos, 1984 (1985) Divisão de inventário florestal e cartografia n.º 279, Lisboa.

**Distribuição da Floresta em Portugal Continental** Áreas florestais por distritos (1993) Divisão de inventário florestal n.º 303, Lisboa.

**Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade** (2002), MIISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza – Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa.

**Estrategia para la Conservación del Lince Ibérico (*Lynx pardinus*)**, Versión definitiva aprobada por la Comisión de Protección de la Naturaleza, Parque Nacional de Cabañeros, 25 de Febrero de 1999.

FERNANDES, M. Lopes (1992) *Algumas considerações sobre a questão da caça em Portugal*, Liberdade n.º 39 Maio/Junho: 15-16.

FERNEX, Michel (1980) *A reintrodução do lince*, Bios n.º 22 Agosto/Setembro/Outubro: p. 2 e 12.

FODDY, William (2002) *Como perguntar- Teoria e Prática da construção de perguntas em Entrevistas e Questionários*, Celta Editora, Oeiras.

GALA, Juan F. Beltrán (1987) *Base bibliográfica de espécies amenazadas: lince-ibérico, *Lynx pardina* Temminck, 1824*, Sevilla: Junta de Andalucía, Agencia de Médio Ambiente.

GIL, Maria Mendes Cerdeira (2002) *Biodiversidade e Sobrevivência*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos.

GODINHO, Berta, FIGUEIRA, Paula *O lobo*, <http://www.ajc.pt/cienciaaj/n26/avulso.php>

GOMES, Pedro (2004) *Afinal para que é que serve o lobo?*, <http://jornal.publico.pt/publico/2204/03/07/LocalMinho/LMOPI01.html>

GONÇALVES, Eduardo, SIOHABAN Mitchell (2001) *O tigre algarvio*, Vista Ibérica Publicações.

GONÇALVES, Paula, HENRIQUES, Pedro Castro (2001) *Reserva Natural da serra da Malcata*, folheto de divulgação, ICN, Lisboa.

GONZÁLEZ, José António (2000) *Apostar por los últimos lince ibéricos*, Quercus 172 Junio: 66.

GUERREIRO, M. Gomes (1956) *Estudos e Informação- Os inimigos da floresta*, Ministério da Economia- Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Lisboa.



GUZMAN, Javier N., GONZÁLEZ, Francisco J. G., ALONSO, Gérman G., BALZOLA, Ramón, LLAMAS, Maria C., ARMADA, Borja (Outubro 2002) *Censo- Diagnóstico de las poblaciones de Lince Ibérico (Lynx pardinus) en España*, Dirección General de Conservación de la Naturaleza (D.G.C.N.-MIMAM).

HENRIQUES, Pedro Castro (2001) *A,B,C das áreas protegidas- parques, reservas, paisagens protegidas e monumentos naturais de Portugal Continental*, ICN, Lisboa.

HUNTER, Malcolm L., REGENTS, Jr. (1990) *Wildlife, Forests and forestry- Principles of managing forests for biological diversity*, Prentice Hall, New Jersey.

ICN (1998) *Lince ibérico em Portugal- bases para a sua conservação, relatório final*, Projecto "Conservação do Lince-ibérico", Lisboa.

**Inventário Florestal Nacional Portugal Continental** 3ª revisão, 1995-1998 (2001), Direcção Geral das Florestas, Lisboa.

LECOQ, Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo (1984) *A Conservação da natureza no Mundo e em Portugal- A Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto*, Relatório Final do Curso livre de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

LENCART, Pedro, MATEUS, José (sem data) *Perspectivas de abastecimento de matéria-prima do sector de pasta de papel- A evolução da floresta de eucalipto em Portugal*, Figueira da Foz.

LEY 1/1970, de 4 de Abril, de Caza BOE 82, de 6/04/1970.

**Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal** (1990), Mamíferos, aves. Répteis e anfíbios, Vol. I, Secretaria de Estado do Ambiente e Defesa do Consumidor, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), Lisboa.

LOUSÃ, Mário F., ESPIRITO-SANTO, M. Dalila, ROSA, M. Leopoldina, LUZ, J.P. (1992) *A flora da Serra da Malcata*, Agroforum n.º 4, Ano 2: pp. 23-28.

MAGALHÃES, Carlos Paixão de (1990) *Reservas Biogenéticas portuguesas*, Correio da Natureza n.º 8, 3º Trimestre: 27-28.

MANSINHO, Maria Inês, AGUIAR, Magda (2002) *Caça- Uma fonte de economia*, Floresta e Ambiente n.º 59 Outubro/ Dezembro: 39-40.

MARTINS, Carla Sofia (2004) *A lenda do lobo mau*, <http://jornal.publico.pt/publico/2004/03/07/LocalMinho/LM08.html>

MATHIAS, Maria da Luz, REIS, Margarida Santos, PALMEIRIM, Jorge, RAMALHINHO, Maria da Graça (1998) *Mamíferos de Portugal*, Edições Inapa, Lisboa.

MILLER, G. Tyler (1992) *Living in the environment*, Seventh Edition, Wadsworth Publishing Company, Belmont, California.

MONTERO, José António

- (2000) *Comienza la cuenta atrás para la cría en cautividad del lince ibérico*, Quercus 170 Abril: 48.
- (2000) *Dueños de grandes fincas ayudan a conservar a la fauna más amenazada*, Quercus 167 Enero: 48.
- (1999) *Adena/WWF pone en evidencia a España por no proteger más al lince*, Quercus 166 Diciembre: 48-49
- (2002) *Inminente captura de más linces para cría tras la reunión de Andújar*, Quercus 202 Diciembre: 48-49.
- (2001) *Éxito en la crianza de un cachorro de lince ibérico en el Zoo de Jerez*, Quercus 185 Julio: 50-51.

MORAL, Manuel, MORENO, Sebastián (1999) *El uso de lazos hipoteca el futuro del lince ibérico en la sierra de Andújar*, Quercus 163 Septiembre: 50-51

MORATA, Pedro Costa (2003) *Lince-ibérico: Situación desesperada*, Antena de Telecomunicación, Marzo: 43-44.

OBERHUBER, Theo (2001) *España, denunciada ante Bruselas por permitir que el lince se extinga*, Quercus 184 junio: 48-49.

PAIVA, Jorge, ALMEIDA, Faria de, SALGUEIRO, Teresa Barata, LOBO, Vasco, FARIA, Horácio, QUADROS, Fausto de (1990) *Os direitos humanos no ambiente e na conservação da natureza*, Comissão para a Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade na Educação.

PALMA, Luís

- (1980) *“Salvemos o Lince e a serra da Malcata” - História de uma campanha*, Bios n.º 21, Janeiro/Fevereiro/Março: pp. 1-11.
- (1981) *Os últimos linces de Portugal*, Diana n.º 16: pp. 39-53.
- (1981) *Os últimos linces de Portugal*, Diana n.º 17: pp. 35-39.
- (1977) *O lince e as aves de rapina*, Direcção Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, Covilhã.
- (1977) *Contribuição para o estudo do lince ibérico Lynx pardina (Temminck, 1824) e da sua conservação na serra da Malcata*, Relatório de Estágio Científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

PALMEIRIM, Jorge

- *Serra da Malcata: história de uma campanha com sucesso*, adaptado por Liberne n.º 63 Abril/Junho (1998): 10-11.
- *Editorial*, revista Bios n.º 21 Janeiro, Fevereiro, Março (1980): 1.

PATTON, David R. (1992) *Wildlife habitat relationships in forested ecosystems*, Timber Press, Portland.



PEARCE, David, MORAN, Dominic (1994), *o valor económico da biodiversidade*, Instituto Piaget, Lisboa.

PENA, António, CABRAL, José (1996), *Roteiros da Natureza- Região Centro*, Temas e Debates.

PÉSINHO, Fernando (2001) *Conservação da natureza e da Biodiversidade- Estratégia Nacional*, Floresta e Ambiente n.º 54 Julho/Setembro: 35.

PINHO, Jorge Andrade Roque de (1959) *Situation du Lynx au Portugal*, Conseil International de la chasse, VIII Assemblée Générale, Vienne, 20-25 Mai.

### **Plan de Recuperación del Lince Ibérico (*Lynx pardinus*) en Extremadura**

POMBO, Antón (2004) *Novidades sobre a raia*, <http://www.galiciaHoxe.htm>

PORTELA, João Luís (1993) *Floresta e indústrias da fileira florestal- GEE- Gabinete de Estudos Económicos, Cooperação e Informação*, Caixa Geral de Depósitos, Lisboa.

PRIOLO, Diego (2004) *Curiosidades históricas- Lince*, <http://www.parconaturaviva.it>

**Programa Liberne- reunião com representantes das Áreas Protegidas** (sem data), ICN, Lisboa.

QUERCUS (2000) *Eucaliptização- Ameaça à floresta natural*, Floresta e Ambiente n.º 51, Outubro/Dezembro: pp. 23-25.

RAMALHO, Miguel Magalhães ( 1993) *Biodiversidade- um recurso terrestre ameaçado*, Floresta e Ambiente Outubro/Dezembro: pp. 7-11.

REINA, Joaquín (2000) *Fauna protegida cae en trampas legales puestas en zonas linceras*, Quercus 167 Enero: 49.

**Retratos- Rede nacional de áreas protegidas em Portugal continental**, (1999), ICN, Lisboa.

ROBINS, Eric (1984) *O lince ibérico em perigo*, Separata de: *Selecciones do Reader's Digest*: pp. 40-44.

RODRIGUEZ, Alejandro, DELIBES, Miguel (1990) *El lince ibérico (*Lynx pardina*) en España distribución y problemas de conservación*, ICONA.

ROGERS, P. M. (1978) *Predator-prey relationship between rabbit and Lynx in southern Spain*, Separata de: *La Terre et la vie*, Vol. 32: pp. 80-87.

ROSA, Humberto (2002) *O que se passa com a biodiversidade?*, Ambiente 21- Sociedade e Desenvolvimento n.º 2, Ano I, Fevereiro: pp.36-41.

RUFINO, Maria, SECCA, Sofia (1998) *Lince-ibérico- Predador tornado vítima*, Forum Ambiente n.º 31: pp. 2-16.

SÁ, António Luís, National Geographic, Março de 2003.

SARMENTO, Pedro (1995) *Actualização da Situação do Lince-ibérico (Lynx Pardinus 1824) na Serra da Malcata- Regressão: causas e consequências*, Penamacor.

SARMENTO, Pedro, LOUREIRO, Armando, CRUZ, Joana (1997) *Programa de conservação e estudo do Lince-ibérico na Serra da Malcata: 1994- 96; Reserva Natural da Serra da Malcata- ICN*, Penamacor.

SEABRA, Luís S. V. de

- (1943) *O problema nacional da celulose- Utopias e realidades*, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.
- (1943) *O ressurgimento florestal do país- Planificação da industria da celulose*, Separata das publicações da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Vol. X- Tomo II.

SHIVA, Vandana (2000), *Tomorrow's Biodiversity*, Thames & Hudson, London.

SILVESTRE, Fernando (2003) *Alimentación suplementaria para los lince de la sierra de Andújar*, Quercus 205 Marzo: 48-49.

SIMÓN, Miguel Angel (2002) *Captura de un lince ibérico macho, malherido, en la sierra de Andújar*, Quercus 199 Septiembre: 10-11.

SKOBERNE, Peter (2000) *Biodiversidade- Será que temos (ainda) necessidade de uma estratégia?*, citado a partir de "Bul. Da Estratégia 1999", publicado em Floresta e Ambiente n.º 48 Janeiro/Março:14.

SOUTHWICK, Charles H. (1996) *Global Ecology in human perspectiv*, Oxford University Press, Oxford.

TOMÁS, Joaquim A. (2001) *Meimão- Do passado aos nossos dias*, Câmara Municipal de Penamacor.

TURK, Amos, TURK, Jonathan, WITTES, Janet T., WITTES, Robert (1976) *Tratado de Ecologia*, Interamericana.

URBINA, Luís (1999) *El purto de Huelva ocupará un monte litoral con lince ibéricos*, Quercus 159 Mayo: 56.

VALENTE, Susana (sem data) *O Marketing social e a causa ambiental*, IV Congresso português de sociologia.



VALVERDE, José A.

- (1957) *Notes ecologiques sur le Lynx d'Espagne Felis Lynx Pardina Temminck*, Separata de : La Terre et la vie, Vol. 1 : pp. 51-67.
- (1963) *Infomación sobre el lince español*, Boletín Técnico, Série Cinegética, 1. S.N.P.F. y C. Min. Agricultura.

VARGAS, J. Mário, DUARTE, Jesús (2001) *La gestión de la caza como herramienta de conservación*, Quercus 187 Septiembre: pp 13- 17.

WWF (1971) *Animais em perigo*, Publicações Alfa, Lisboa.

#### Referencias da imprensa:

**Reconquista:** entre 1992 e 28/11/2003

**Gazeta do Interior:** entre 1989 e 8/08/2002

**Estrela da Beira:** 11 de Março de 1934

**Jornal do Fundão:** entre 1981 e 14/05/2004

**O Concelho de Penamacor:** entre 1988 e Outubro/Novembro de 1992

**Terras da Beira:** entre 1994 e 17/04/2003

**Voz do Campo:** 9 de Junho de 1998

**Povo da Beira:** entre 1998 e 9/12/2003

**A Guarda:** entre 1999 e 6/02/2004

**Cinco Quinas:** entre 2002 e 27/03/2003

**Jornal do interior:** entre 18/10/2002 e 11/12/2003

**Amigos da Verdade:** 27/10/2002

**Região:** entre 8/11/2002 e 30/10/2003

**Urbi et orbi:** 12 a 18 de Novembro de 2002

**O caçador:** sem data

**Público:** 31/10/2003

#### Referencias electrónicas:

[http://www.animal.org.pt/bo/conteudos/index.php?noticia\\_id=33](http://www.animal.org.pt/bo/conteudos/index.php?noticia_id=33)

<http://es.geocities.com/biologialobo/>

<http://geocities.com/RainForest/7673/01.htm>

[http://www.alcarria.com/template\\_historias.cfm?key=178](http://www.alcarria.com/template_historias.cfm?key=178)

<http://www.mma.es>

<http://es.geocities.com/linxpardinus/>

[http://www.consumer.es/web/es/noticias/medio\\_ambiente/2003/07/21/63509.php](http://www.consumer.es/web/es/noticias/medio_ambiente/2003/07/21/63509.php)

[http://www.wwf.es/especies\\_estado.php](http://www.wwf.es/especies_estado.php)

<http://www.naturlink.pt/canais/Artigo=11268&1Lingua=1>

[http://www.alexur.net/Senderos/numero17/sierra\\_gata/](http://www.alexur.net/Senderos/numero17/sierra_gata/)

[http://www.fundacionglobalnature.org/ptoyetos/conservacion\\_floyfau/proyeto\\_lince.htm](http://www.fundacionglobalnature.org/ptoyetos/conservacion_floyfau/proyeto_lince.htm)



Vivam, vivam, vivam  
Os montes, e a planície, e as ervas!  
Vivam os rios, vivam as fontes!  
Vivam as flores, e as árvores, e as pedras!  
Vivam os entes vivos – os bichos pequenos,  
Os bichos que correm, insectos e aves,  
Os animais todos, tão reais em mim,  
Os homens, as mulheres, as crianças,  
As famílias, e as não - famílias, igualmente!  
Tudo quanto sente sem saber porquê!  
Tudo quanto vive sem saber que vive!  
Tudo que acaba e cessa sem angústia nem nada,  
Sabendo melhor que eu, que nada há que temer,  
Que nada é fim, que nada é abismo, que nada é mistério,  
E que tudo é Deus, e que tudo é Ser, e que tudo é Vida.

Fernando Pessoa (Poesia de Álvaro de Campos)